



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

JORGE LUIS QUEIROZ CARVALHO

**MÍDIA, SUPORTE E COMPÓSITO DE GÊNEROS: POR UMA ANÁLISE CRÍTICA
DE BLOGS NO CIBERATIVISMO**

FORTALEZA

2023

JORGE LUIS QUEIROZ CARVALHO

MÍDIA, SUPORTE E COMPÓSITO DE GÊNEROS: POR UMA ANÁLISE CRÍTICA DE
BLOGS NO CIBERATIVISMO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Orientadora: Profa. Dra. Aurea Suely Zavam.

FORTALEZA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C324m Carvalho, Jorge Luis Queiroz.
 Mídia, suporte e compósito de gêneros: por uma análise crítica de blogs no ciberativismo / Jorge Luis Queiroz Carvalho. – 2023.
 175 f. : il. color.

 Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2023.
 Orientação: Profa. Dra. Aurea Suely Zavam.

 1. Análise crítica de gêneros. 2. Mídia. 3. Suporte. 4. Compósito de gêneros. I. Título.

CDD 410

JORGE LUIS QUEIROZ CARVALHO

MÍDIA, SUPORTE E COMPÓSITO DE GÊNEROS: POR UMA ANÁLISE CRÍTICA DE
BLOGS NO CIBERATIVISMO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Aprovada em 27/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Aurea Suely Zavam (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Rosângela Alves dos Santos Bernardino
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Profa. Dra. Débora Liberato Arruda
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profª. Dra. Maria Leidiane Tavares Freitas
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Rosemeire Selma Monteiro Plantin
Universidade Federal do Ceará (UFC)

As minhas avós,

Maria do Carmo e Maria Nair,

pelo amor, pelo carinho, pela compreensão,
pelo exemplo, por me ensinarem a continuar,
pela alegria de todos os reencontros e por serem
eternas em tudo o que representam para mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, que, mesmo em meio às adversidades e aos momentos de desânimo, me dá forças para perseverar e acreditar em pastos verdejantes e águas tranquilas.

Aos meus pais, **Luiz e Gorete**, por todo o amor, apoio e investimento imaterial a mim concedido desde as etapas mais elementares de minha escolarização e por me fazerem acreditar na educação e na transformação social que ela proporciona.

A minha irmã, **Izabel**, por todo o suporte e por celebrar cada conquista desde o início.

A **Débora Lorena**, pela companhia de todas as horas, pelas palavras de carinho, pelo incentivo e por me fazer acreditar que seria possível chegar até aqui.

A minha orientadora, **Aurea Zavam**, por me acompanhar nessa jornada desde o mestrado, contribuindo com minha formação, e por confiar em mim com tanta luz e generosidade e acolhimento, sempre refletindo a luz e sabedoria que irradiam se seu nome.

Aos professores **Mônica Cavalcante, Adair Bonini e Júlio Araújo**, pelas trocas acadêmicas realizadas durante o desenvolvimento deste trabalho e nos exames de qualificação.

À professora **Rosângela Bernardino**, por ter generosamente me acolhido como seu orientando de iniciação científica e por compor a banca examinadora deste trabalho.

Às professoras **Débora Liberato Arruda, Maria Leidiane Tavares Freitas e Rosemeire Selma Monteiro Plantin**, pela gentileza de aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho e por todas as contribuições pelas quais, de antemão, agradeço.

À **Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)**, por todas as experiências acadêmicas, profissionais e intelectuais que me proporciona, e aos colegas do **Departamento de Letras Estrangeiras (FALA/UERN)**, pela solidariedade e compreensão nos momentos em que precisei ajustar horários para viabilizar a concretização deste curso.

À **Universidade Federal do Ceará (UFC)**, pelas ricas experiências e pelos amigos com os quais me apresentou: **Cátia, Fátima, Jackeline, Larisse, Lívia, Mayara, Priscila, Tiago, Ticiane, Bruna**, entre tantos outros, a quem agradeço pelo companheirismo, apoio e partilha.

As minhas primas, **Cristiana, Bárbara, Beatriz**, pela generosidade.

A minha tia, **Eneide**, e aos meus primos, **Francisco e Nailde**, pelo apoio.

Aos que acreditam e lutam por um mundo melhor.

A todos que, de alguma maneira, contribuíram para tornar essa jornada mais gratificante.

RESUMO

Esta tese investiga os conceitos de mídia, suporte e compósito de gêneros, com vistas a propor uma análise crítica de blogs que atuam no ciberativismo. Assume como objetivo, portanto, discutir os conceitos de mídia, suporte e compósito de gêneros, visando à elaboração de um construto teórico-metodológico que incorpore essas três categorias. Esse objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos: 1) aprofundar o estudo da mídia como categoria metodológica para a análise crítica de gêneros; 2) revisar e examinar um conjunto de categorias que operacionalize a análise do conceito de suporte e as suas funções na atualização de gêneros do ambiente on-line; 3) descrever e analisar as relações genéricas que constituem o blog, tomado como um compósito de gêneros. Para tanto, baseia-se no paradigma da Análise Crítica de Gêneros e dialoga com as perspectivas do Círculo de Bakhtin, dos Estudos Retóricos de Gêneros e da Análise Crítica do Discurso. Este trabalho, portanto, coloca-se em uma linha de continuidade com as pesquisas de Bonini (2011) e C. Lima (2013), que examinaram essa tríade sob o viés da Análise Crítica de Gêneros. Metodologicamente, constitui-se em uma pesquisa de natureza transdisciplinar, amparada por uma abordagem qualitativa e embasada por uma perspectiva crítica. Para a geração de dados, seleciona-se como recorte analítico o blog vinculado ao site da organização *WITNESS*, instituição internacional que tem por objetivo denunciar casos de violações aos direitos humanos. Com isso, elenca-se um aparato de categorias que contempla, para o estudo da mídia, a orientação ideológica, o nível midiático e os modos de atualização. Para analisar o suporte, considera-se a noção de interface (Souza, 2010), por meio de categorias como: dimensão gráfico-espacial e interação humano-computador. Referente ao hipergênero (Bonini, 2011), opta-se por caracterizá-lo pelo termo compósito de gêneros, a fim de entendê-lo como um agrupamento de gêneros que se dividem em diferentes planos: funcional, autonomia e encadeamento. Os resultados levam à caracterização da mídia selecionada como uma micromídia contra-hegemônica (Primo, 2008b), isto é, que opera com recursos mais limitados, menor escala produtiva e se vincula a posicionamentos de enfrentamento a abusos e violações aos direitos humanos. Quanto ao suporte, a delimitação do conceito de interface de *software* possibilitou a identificação de alguns padrões semióticos das interfaces investigadas, bem como de mecanismos de interação de cunho contextual, operacional e discursivo. Na análise do compósito de gêneros, identificaram-se, no plano funcional, os gêneros organizadores (homepage, menu e cabeçalho) e os de funcionamento (postagem, tutorial e comentário on-line). No plano da autonomia, destacam-se gêneros indissociáveis (homepage, menu, cabeçalho e comentário on-line) e dissociáveis

(tutorial). Por fim, no plano do encadeamento, constataram-se gêneros encadeados (homepage, menu, cabeçalho, comentário on-line e tutorial). Sugere-se, ainda, a possibilidade de gêneros desencadeados não identificados no material analisado. Em face disso, espera-se que o construto teórico-metodológico proposto, após a revisão de literatura e do exercício empírico, possa se revelar útil também para outras pesquisas que considerem objetos para além do aqui proposto. Portanto, almeja-se que as implicações teóricas, metodológicas e pedagógicas possam ser relevantes para estudos da área.

Palavras-chave: análise crítica de gêneros; mídia; suporte; hipergênero, compósito de gêneros.

ABSTRACT

This dissertation investigates the concepts of media, genre support, and genre composite with the aim of proposing a critical analysis of blogs engaged in cyberactivism. It assumes the objective of discussing the concepts of media, support, and genre composite, aiming to develop a theoretical-methodological framework that incorporates these three categories. This overarching objective unfolds into the following specific objectives: 1) to deepen the study of media as a methodological category for the critical analysis of genres; 2) to review and examine a set of categories that operationalize the analysis of the concept of support and its functions in updating genres in the online environment; 3) to describe and analyze the generic relationships that constitute the blog, considered in this research as a genre composite. To achieve this, we rely on the paradigm of Critical Genre Analysis (CGA), engaging with perspectives from the Bakhtin Circle, Rhetorical Genre Studies, and Critical Discourse Analysis. This work, therefore, aligns with the research of Bonini (2011) and C. Lima (2013), who examined this triad from the perspective of CGA. Methodologically, this research is transdisciplinary, supported by a qualitative approach and grounded in a critical perspective. For data generation, we selected the blog linked to the website of the organization *WITNESS*, an international institution that aims to denounce human rights violations. Thus, we identified a set of categories that included, for the study of media: ideological orientation, media level, and its modes of updating. To analyze support, we considered the notion of interface (Souza, 2010), through categories such as: graphic-spatial dimension and human-computer interaction. Regarding hypergenre (Bonini, 2011), we chose to characterize it as a genre composite, in order to understand it as a grouping of genres that are divided into different levels: functional, autonomy, and chaining. The results led us to characterize the selected media as a counter-hegemonic micromedia (Primo, 2008b), that is, operating with more limited resources, smaller production scale, and linked to positions confronting abuses and violations of human rights. Regarding support, the delimitation by the concept of software interface enabled us to identify some semiotic patterns of the investigated interfaces, as well as contextual, operational, and discursive interaction mechanisms. In the analysis of the genre composite, organizers genres (homepage, menu, and header) and functioning (post, tutorial, and online comment) were identified at the functional level. In terms of autonomy, inseparable genres (homepage, menu, header, and online comment) and separable (tutorial) were highlighted. Finally, at the chaining level, chained genres (homepage, menu, header, online comment, and tutorial) were identified. We also suggest the possibility of unchained genres, not identified in the analyzed material.

Therefore, we hope that the proposed theoretical-methodological construct, after literature review and empirical exercise, may prove useful for other research considering objects beyond what is proposed here. Thus, we aim for the theoretical, methodological, and pedagogical implications to be relevant for studies in the field.

Keywords: critical analysis of genres; media; support; hypergenre; genre composite.

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse les concepts de média, support et composite de genres en vue de proposer une analyse critique de blogs faisant du cyberactivisme. Elle a alors pour objectif de discuter les concepts de média, support et composite de genres, visant à l'élaboration d'une construction théorico-méthodologique qui incorpore ces trois catégories. Cet objectif général se déroule dans les objectifs spécifiques suivants : 1) approfondir l'étude du média en tant que catégorie méthodologique pour l'analyse critique de genres ; 2) réviser et examiner un ensemble de catégories qui opérationnalise l'analyse du concept de support et ses fonctions dans la mise à jour de genres de l'environnement numérique ; 3) décrire et analyser les relations génériques constituant le blog, compris comme un composite de genres d'après nous. Pour y parvenir, on se base sur le modèle de l'Analyse Critique de Genres, en dialoguant avec les perspectives du Cercle de Bakhtine, des Études Rhétoriques de Genres et de l'Analyse Critique du Discours. Cette étude se met donc vers une continuité des recherches de Bonini (2011) et C. Lima (2013), ayant examiné cette triade par le biais de l'Analyse Critique de Genres. Méthodologiquement, elle se constitue comme une recherche de nature transdisciplinaire, soutenue par une approche qualitative et basée sur une perspective critique. Pour la génération de données, on a sélectionné comme délimitation analytique le blog lié au site de l'organisation *WITNESS*, une institution internationale ayant pour but de dénoncer des affaires de violations des droits de l'homme. Avec cette base, on a inventorié un appareil de catégories qui a considéré, pour l'étude du média : l'orientation idéologique, le niveau médiatique et ses modes de mise à jour. Pour analyser le support, on a exploré la notion d'interface (Souza, 2010), au moyen de catégories comme : dimension graphico-spatiale et interaction humain-ordinateur. En ce qui concerne l'hypergenre (Bonini, 2011), on a décidé de le caractériser par le terme composite de genres, afin de le comprendre en tant qu'un groupement de genres qui se divisent en différents plans : fonctionnement, autonomie et enchaînement. Les résultats mènent à la caractérisation du média sélectionné comme un micromédia contre-hégémonique (Primo, 2008b), c'est-à-dire, opérant sur des ressources plus limitées, une échelle de production plus réduite et se lie à des positionnements d'affrontement à des abus et violations des droits de l'homme. Quant au support, la délimitation par le concept d'interface de logiciel a rendu possible d'identifier quelques modèles sémiotiques des interfaces recherchées, ainsi que des mécanismes d'interaction d'empreinte contextuelle, opérationnelle et discursive. Dans l'analyse du composite de genres, ont été identifiés, dans le plan fonctionnel, les genres organisateurs (page d'accueil, menu et en-tête) et ceux de fonctionnement (post, tutoriel et commentaire en ligne).

Dans le plan de l'autonomie, se sont distingués des genres indissociables (page d'accueil, menu, en-tête et commentaire en ligne) et dissociables (tutoriel). Enfin, dans le plan de l'enchaînement, des genres enchaînés ont été remarqués (page d'accueil, menu, en-tête, commentaire en ligne et tutoriel). En plus, on a suggéré la possibilité de genres désenchaînés, non identifiés dans le matériel analysé. En raison de cela, on attend que la construction théorico-méthologique proposée, après la revue de littérature et l'exercice empirique, puisse s'avérer utile aussi à d'autres recherches considérant des objets au-delà de ceux proposés ici. En vue de cela, on envisage que les implications théoriques, méthodologiques et pédagogiques puissent être importantes aux études du domaine.

Mots-clés: analyse critique de genres; média; support; hypergenre; composite de genres.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo tridimensional do discurso	46
Figura 2 – Prática social e o momento discursivo	49
Figura 3 – Níveis de análise de gêneros e de discurso	55
Figura 4 – Planos de análise para o conceito de mídia.....	73
Figura 5 – Interface <i>offline</i> do <i>Microsoft Edge</i>	88
Figura 6 – Planos de análise para o conceito de interface de <i>software</i> como suporte de gêneros	90
Figura 7 – <i>WITNESS</i> em números	119
Figura 8 – Financiamento coletivo na micromídia.....	124
Figura 9 – Dinâmicas de sustentabilidade econômica na micromídia.....	125
Figura 10 – Tutoriais	127
Figura 11 – Mecanismos de interatividade e compartilhamento	131
Figura 12 – Mecanismos de Interatividade e Compartilhamento em detalhes.....	132
Figura 13 – <i>WITNESS</i> – Tag: <i>Police Violence</i>	133
Figura 14 – Opções de interatividade na interface do <i>Google Chrome</i>	135
Figura 15 – Caixa de diálogo na interface do <i>Google Chrome</i>	136
Figura 16 – Caixa de diálogo para tradução automática na interface do <i>Google Chrome</i>	137
Figura 17 – Interatividade na interface do <i>Android</i> e <i>iOS</i>	138
Figura 18 – Homepage	141
Figura 19 – Cabeçalho.....	142
Figura 20 – Menu	144
Figura 21 – Postagem de blog 1 (parte 1).....	145
Figura 22 – Postagem de blog 1 (parte 2).....	146
Figura 23 – Postagem de blog 1 (parte 3).....	147
Figura 24 – Postagem de <i>blog</i> com direcionamento para página do <i>Facebook</i>	148
Figura 25 – Postagem de blog com direcionamento para páginas do <i>Twitter</i> e <i>Instagram</i>	149
Figura 26 – Tutorial.....	150
Figura 27 – Seção de comentários.....	152
Figura 28 – Postagem e seção de comentários no perfil do <i>Instagram</i> @witness_brasil.....	153
Figura 29 – Respostas na seção de comentários no perfil do <i>Instagram</i> @witness_brasil	155
Quadro 1 – Estudos de ADC	45
Quadro 2 – Características do enunciado aplicadas ao jornal	93
Quadro 3 – Planos analíticos do compósito de gêneros	156

SUMÁRIO

1 JUSTIFICATIVA: A PROPÓSITO DE INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	29
2.1 Análise Crítica de Gêneros: intersecções teórico-metodológicas	32
<i>2.1.1 O legado do Círculo de Bakhtin</i>	<i>33</i>
<i>2.1.2 Os Estudos Retóricos de Gêneros</i>	<i>37</i>
<i>2.1.3 As contribuições dialético-relacionais da Análise de Discurso Crítica</i>	<i>43</i>
<i>2.1.4 A Análise Crítica de Gêneros</i>	<i>52</i>
2.2 Mídia, suporte e compósito de gêneros.....	60
<i>2.2.1 A mídia e seus suportes</i>	<i>60</i>
<i>2.2.1.1 Delimitações teórico-operacionais das mídias</i>	<i>65</i>
<i>2.2.1.2 O lugar do suporte no estudo das mídias</i>	<i>76</i>
<i>2.2.1.2.1 O software como suporte.....</i>	<i>82</i>
<i>2.2.2 O hipergênero como compósito de gêneros</i>	<i>91</i>
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	100
3.1 Caracterização da pesquisa	100
3.2 Constituição e caracterização do <i>corpus</i>.....	102
<i>3.2.1 Coleta e seleção do <i>corpus</i>.....</i>	<i>103</i>
<i>3.2.2 Caracterização do <i>corpus</i></i>	<i>105</i>
<i>3.2.2.1 Breve histórico dos Direitos Humanos.....</i>	<i>105</i>
<i>3.2.2.2 O blog e seu lugar de publicação</i>	<i>108</i>
3.3 Procedimentos de análise	110
4 ANÁLISE DOS DADOS	114
4.1 Análise da mídia	115
<i>4.1.1 Orientação ideológica do blog como mídia</i>	<i>115</i>
<i>4.1.2 O nível midiático do blog.....</i>	<i>122</i>
<i>4.1.3 Os modos de atualização do blog</i>	<i>129</i>
<i>4.1.3.1 Análise do suporte para o estudo da mídia</i>	<i>134</i>
4.2 Análise do compósito de gêneros.....	140
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS	161

1 JUSTIFICATIVA: A PROPÓSITO DE INTRODUÇÃO

Nos estudos da linguagem, as problemáticas acerca da conceituação, da organização e da produção de gêneros textuais/discursivos¹ permanecem em constante debate. Este trabalho visa a contribuir com as discussões relacionadas a esse objeto, cujo interesse remonta à Antiguidade, mais especificamente, às reflexões gestadas no âmbito da Retórica Clássica a partir de elucubrações aristotélicas. Entre as várias contribuições deixadas por essa perspectiva, a literatura da área, até hoje, adota o entendimento de que os gêneros podem ser concebidos como modos de atuação na sociedade e têm uma audiência e propósitos específicos. No entanto, apesar do vasto legado, a ausência de continuidade nos estudos retóricos em séculos posteriores à Idade Antiga fez com que as ponderações sobre esse construto teórico passassem por um longo período de ostracismo e de escassa produtividade.

Com a ascensão dos estudos linguísticos modernos, centrados na análise histórica e sistemática das línguas, a noção de gêneros parecia incompatível, dada a natureza formalista de tais concepções. Já os estudos literários, interessados em dimensões artísticas e estéticas desses artefatos, ofereceram poucas contribuições sobre suas relações com práticas sociais e comunicativas mais amplas. Foi somente após o início do século XX que o número de estudiosos interessados nessa temática veio a se ampliar exponencialmente, sobretudo a partir da ascensão das ideias renovadoras atribuídas a Bakhtin (2011)², que contribuíram, em grande medida, para apresentar avanços em relação a epistemologias anteriores.

A pouca produtividade de outrora foi explicada pelo próprio Bakhtin (2011), que apontou a diversidade funcional dos gêneros e a crença de que eles seriam metodologicamente inoperantes. Por serem vistos até então como elementos deveras abstratos, distanciaram-se do foco de interesse dos pensadores desse período. O filósofo russo colaborou para o preenchimento dessa lacuna, pois mostrou que é possível delimitar esses objetos e operacionalizá-los a partir de sua associação com os campos da atividade e da comunicação

¹ Entendemos a pertinência da distinção entre os termos “gêneros textuais” e “gêneros discursivos” para delimitar categorias teóricas (Adam, 2019) ou mesmo para demarcar filiações epistemológicas (Rojo, 2005). Porém, neste estudo, ponderamos, em consonância com Bezerra (2017, p. 32), “que os gêneros efetivamente são tanto *discursivos* quanto *textuais*, decorrendo disso que a compreensão holística dos gêneros inclui a compreensão dessas duas abordagens”. Por essa razão e pelo direcionamento teórico que adotamos – o qual busca considerar a relevância tanto da dimensão textual quanto da discursiva –, optamos por manter, doravante, apenas o termo “gênero”, sem assumir uma denominação específica para esse objeto tão multifacetado.

² Neste trabalho, a menção aos textos que compõem *Estética da Criação Verbal*, de Bakhtin (2011), dar-se-á por intermédio da referência à tradução dessa coleção empreendida por Paulo Bezerra para o português. A coletânea foi originalmente publicada em 1979, na Rússia, e reúne textos escritos entre os anos de 1920 e 1970.

humana que os elaboram. Para o autor, esses campos, ou esferas de interação, são múltiplos e estão intrinsecamente relacionados à utilização da língua.

Esse entendimento apresenta-se como uma visão em oposição à compreensão estruturalista vigente à época, em que se estudava a língua por um viés formal, mentalista e sistemático. A língua, sob o prisma bakhtiniano, é tratada como um produto da interação verbal da qual dependem todas as formas de intercâmbio social. Os gêneros, nesse ponto de vista, estariam associados à (inter)ação e à comunicação. O autor ainda divide os gêneros em duas categorias: os gêneros primários – ou cotidianos, como o diálogo, a carta e o bilhete – e os secundários – vinculados aos campos da comunicação ditos ideologicamente mais complexos, como, entre outros, o campo literário, o religioso e o jurídico.

É seguro afirmar que, tanto no contexto brasileiro quanto no cenário internacional, boa parte das discussões sobre gêneros faz referência à concepção sociointeracionista e dialógica vinculada ao Círculo de Bakhtin. Muitas das reflexões contemporâneas têm sido desenvolvidas e ampliadas por quadros como o dos Estudos Retóricos, da Linguística Aplicada, da Linguística de Texto e da Análise de Discurso em suas diversas vertentes. A variedade de posicionamentos sob os quais os gêneros têm sido investigados revela a proficuidade, o horizonte de perspectivas e o panorama de complexidade nos quais estão inseridos. Não por acaso, abundantes são os trabalhos dedicados a explorar numerosos aspectos e múltiplas são as temáticas investigadas.

Uma tradição de pesquisa comum, por exemplo, tem sido a análise da construção retórico-composicional de gêneros do domínio acadêmico, como se observa nas pesquisas de Motta-Roth (1995), D. Araújo (1996), Bezerra (2001) e Carvalho (2016) sobre resenhas acadêmicas; Motta-Roth e Hendges (1998), Biasi-Rodrigues (1998) e D. Araújo (1999) sobre resumos; ou, ainda, Swales (1990) e Ciapuscio (2005) sobre artigos científicos. Esses estudos adotam a orientação metodológica vinculada à vertente dedicada ao ensino de línguas para fins específicos ou, mais precisamente, *English for Specific Purposes* (ESP), praticada por Swales (1990, 2004). O panorama do ESP se dedica, sem ignorar a importância da dimensão social, ao exame da organização retórica, com vistas a identificar características comuns a gêneros de comunidades discursivas específicas.

Há algum tempo, observamos o desenvolvimento de análises que seguem esse direcionamento e que mostram o quanto esse nicho investigativo continua fértil e produtivo para os estudos dessa matéria. No entanto, para além dessa orientação, outros espectros teóricos têm explorado facetas diferentes. É o que apontam os trabalhos filiados aos Estudos Retóricos de Gêneros, entre os quais destacamos pesquisas como a de Alves Filho e Sá (2015), que delinearam a construção sócio-histórica da figura do leitor presumido em anúncios de jornais;

a pesquisa de Dias Silva (2015, p. 16-17), a qual apresentou reflexões sobre coluna social e focalizou “a situação retórica envolvida e ações realizadas por meio deste gênero, deslindando o conjunto de práticas sociais a ele relacionadas”; e Alves e Monteiro (2013), que averiguou as concepções para o ofício apresentadas nos manuais de redação oficial, em contraste com as interpretações advindas das ações sociais realizadas pelos usuários desse gênero.

Também podemos destacar o trabalho de Miller (2012) sobre as demandas sociais que propiciaram o surgimento do *blog* e sua utilização para diversos fins, incluindo a divulgação de opiniões políticas e de manifestações sociais. Destaca-se, ainda, a pesquisa de Vitorino (2017), que examinou a petição on-line como forma de ação social no ciberativismo, e a de Clemente (2019), que investigou o modo como o *blog Blogueiras Negras* possibilita a produção e a visibilização de discursos contra-hegemônicos por ativistas negras, a fim de oportunizar aos internautas o acesso a contradiscursos sociais. Tais exemplos desvelam outro escopo analítico nessa área investigativa, na medida em que contribuem para lançar diferentes olhares sobre as relações entre os gêneros e o exercício democrático.

Esses estudos são perpassados por um viés crítico, o qual consideramos primordial para o aprofundamento de questões relacionadas ao uso de gêneros na participação política, como os supramencionados. Poderíamos acrescentar a essas pesquisas o trabalho de Bonini (2017), que analisou a experiência de uso do jornal escolar como mídia contra-hegemônica, focalizando a sua ação questionadora, a qual possibilita a emersão de identidades e coloca os alunos no papel de intelectuais orgânicos, os quais assumem posições de emancipação na produção discursiva. Os trabalhos desse autor têm se orientado pela Análise Crítica de Gêneros.

O que podemos constatar é que, a despeito da proficuidade desse tema e/ou da abordagem de aspectos que lhe são inerentes, há ainda algumas questões também ligadas ao funcionamento e à organização dos gêneros que merecem maiores investigações e que podem contribuir, inclusive, para amplificar as discussões relacionadas ao uso dos gêneros na participação político-democrática. É o caso, por exemplo, das noções de hipergênero, suporte e mídia, conforme apontadas por Bonini (2011), que propôs um ordenamento teórico-metodológico para esses conceitos, desenvolvido sob a égide da Análise Crítica de Gêneros.

Ao focalizarmos essa questão, sabemos que essa noção de hipergênero tem como ponto de partida o trabalho de Bonini (2003b, p. 79), o qual cunhou o termo para se referir ao jornal impresso, considerado como um conjunto de “gêneros encaixados”. O entendimento do autor, sobretudo em formulações posteriores (Bonini, 2011, p. 691), é o de que o hipergênero seria “um gênero de um nível superior” produzido a partir de um agrupamento de gêneros que

compõem uma unidade de interação maior. Nessa perspectiva, o jornal, a revista e o *website* seriam exemplos de hipergêneros, por agruparem diversos outros em sua composição.

C. Lima (2013), contribuindo para o debate a partir da análise da revista jornalística semanal, entendeu o hipergênero como um conjunto de unidades textuais descontínuas e ordenadas de modo a estabelecer uma construção composicional. O autor parte da compreensão de que, assim como o gênero, o hipergênero detém uma organização retórica reconhecível. Para o estudioso, bem como para Bonini (2011), o hipergênero é caracterizado como um grande ou macroenunciado do ponto de vista bakhtiniano, ou seja, tomando como critérios de definição os conceitos de alternância dos sujeitos do discurso, conclusibilidade, exauribilidade, projeto discursivo e construção composicional – o que justificaria a caracterização desse objeto como um *conjunto de unidades textuais*. Embora essas perspectivas tenham nos despertado interesses investigativos, relativamente a esse ponto, porém, apresentamos algumas restrições.

Sabe-se que a definição bakhtiniana de enunciado, tomada de empréstimo por C. Lima (2013) e Bonini (2011), é entendida como a unidade da comunicação discursiva, um elo na cadeia de enunciados e, por isso, é um ato de criação único e irrepetível. Esse termo reorienta, em certa medida, a compreensão de gênero do discurso elaborada pelo filósofo russo, que, como mencionamos, caracteriza-se por ser um tipo relativamente estável de enunciado ligado a um campo da atividade humana, e não se configura como um acontecimento discursivo singular. Entendemos, portanto, que os gêneros são ações reproduzidas e recriadas pelos indivíduos em atividades sociocomunicativas (Ramalho, 2010) em vez de atos individuais. Nesse sentido, partimos do princípio de que os conceitos de *gênero* e de *enunciado* estariam em níveis de abstração diferentes, o que nos autoriza a problematizar essa categorização.

Em nossa visão, a formulação em vigor para esse conceito oportuniza e justifica a possibilidade de novas reflexões. Não se nega, por outro lado, a relevância da proposição, bem como sua utilidade para operacionalizar a análise de agrupamentos genéricos de ordem hierárquica complexa como a dos jornais e *blogs*. Além disso, deve-se ressaltar que o empreendimento teórico de Bonini (2011) requer, ainda, uma observação a respeito das continuidades e rupturas entre os conceitos de hipergênero, de suporte e de mídia.

No que toca ao conceito de hipergênero, sabemos que a elaboração de uma categoria nova em um terreno teórico tão fértil sempre será alvo de discussão. Por isso, em nossa contribuição para esse debate, partimos da perspectiva de que a caracterização de jornais, revistas ou *sites* como “um gênero de um nível superior” (Bonini, 2011, p. 691) pode ser deslocada para a percepção de que tais objetos se organizam como um compósito de gêneros.

Recorreremos à compreensão de Bonini (2003a, 2011) e C. Lima (2013), que contribuíram para a problematização desse conceito, porém renunciando à concepção de grande enunciado e à compreensão de que o hipergênero seria um gênero de nível superior. Desse modo, abordaremos o conceito como uma categoria analítica que nos permite examinar o hipergênero, não do ponto de vista hierárquico, mas considerando esse objeto como um *agrupamento de gêneros*, na medida em que se configura como um artefato que reúne, em um mesmo ambiente de interação, gêneros diversos, os quais podem (ou não) dialogar entre si. Por essa razão, ao longo desta tese, iremos pleitear, em consonância com alguns outros estudos, o termo *compósito de gêneros* (Cavalcante, 2020; Cavalcante; Lima, 2022; Lima-Neto; Carvalho, 2022; Lima; Custódio Filho, 2020) para se referir ao que Bonini (2011) tratou como hipergênero. Essa noção advém da renúncia à ideia de grande enunciado.

Já no que se refere ao suporte, Bonini (2011) assegura que essa entidade, apesar de já ter sido examinada por diversos autores e em diferentes momentos, permanece aberta ao diálogo. Embora o termo remeta a Debray (1995), no cenário brasileiro, o trabalho de Marcuschi (2008) é considerado o pioneiro na temática, por ter aberto o debate e proposto que o suporte seria o *locus* (físico ou virtual) que serviria de base ou de fixação para os gêneros. De acordo com o propositor, o suporte seria um elemento de natureza física, enquanto o gênero estaria no domínio do simbólico. Em sua explicação, Marcuschi (2008) apresenta uma série de noções que estariam ligadas ao suporte, a saber: serviço, canal, meio, instituição e grandes continentes. Concordamos, porém, com Bonini (2011) que o excesso de categorias – sem desenvolvimento teórico preciso – as inviabiliza metodologicamente.

Posteriormente, Bonini (2003b, 2005) estendeu essa discussão e propôs a existência de um contínuo entre o gênero e o suporte. O autor observou a ocorrência de elementos híbridos que poderiam ser, ao mesmo tempo, um gênero composto por outros gêneros (um hipergênero) e um suporte. O jornal seria um exemplo de material que pode ser caracterizado a partir de ambos os termos. Já Távora (2008) observou que os suportes são convencionais, pois apresentam determinadas coerções identificadas a partir de processos como a diagramação, a edição, o corte, a formatação, entre outros. Em sua proposição, Távora (2008) operacionalizou o conceito a partir de três categorias: a) *matéria*, que seria a entidade de registro, atualização e acesso de gêneros; b) *forma*, concernente à configuração formal dos suportes; e c) *interação*, que postula o suporte como uma ferramenta sociointeracional.

Apesar de aprofundarem o objeto, esses trabalhos não foram isentos de críticas, as quais observaram uma sobreposição entre as noções de suporte e de gênero na proposta de Távora (2008), além da ausência da categoria mídia, primordial nos fundamentos teóricos seminais de

Debray (1995, 2004). A fim de resgatar esse debate, Bonini (2011) retomou a discussão e observou que as noções de mídia e de suporte também podem se sobrepor. Para ilustrar essa constatação, o livro, segundo o autor, aparece caracterizado em Debray (1995) como uma mídia, embora seja tratado como um suporte por Marcuschi (2008).

A fim de minimizar essas imprecisões conceituais, Bonini (2011) propõe que o suporte, como entidade analítica, seja realocado para se referir às tecnologias de registro, armazenamento e transmissão dos gêneros. Desse modo, a categoria mídia é incorporada pelo autor para descrever “um processo tecnológico de mediação e interação linguageira” (Bonini, 2011, p. 688). Com esse movimento, o autor reconceitualiza as noções de suporte e mídia recorrendo às categorias inicialmente propostas por Távora (2008), mas as reconfigurando, de modo a sugerir que a mídia pode se constituir de um ou mais suportes e se caracterizar a partir de suas formas de organização, produção e recepção.

Bonini (2011), porém, não aprofundou a discussão acerca de um outro papel que as mídias exercem, isto é, sua dimensão ideológica – um dos focos de aprofundamento deste estudo –, visto que atualmente elas ocupam uma posição central em diversos tipos de interações comunicativas, bem como na participação social. Essa posição foi rediscutida *a posteriori* (Bonini, 2017), revelando uma flutuação terminológica, na qual o autor caracterizou o jornal como uma mídia em vez de um hipergênero, como já o havia feito (Bonini, 2011).

Além dessas questões, outras ambiguidades se revelam. Observamos, por exemplo, que o jornal ou o livro podem ser categorizados tanto como suportes quanto como mídias ou como agrupamentos de gêneros –, ou, mais precisamente, como hipergêneros. Com a ascensão das mídias digitais, a problemática parece se estender e ganhar novos contornos. Analisando a literatura da área, percebemos certa oscilação de termos para categorizar objetos, a exemplo da rede social *Twitter*, que é tratada como “suporte do gênero tweet” por Araujo (2017, p. 19). Porém, em outros trabalhos recentes, tanto no Brasil quanto no exterior, esse objeto tem sido caracterizado como o próprio gênero, conforme destacado por pesquisadores como Rush (2016), Mesa (2016), Ampuero (2017), Davis (2017) e Lé (2010).

A mesma ambivalência se ressalta no caso do *Facebook*, que aparece caracterizado na discussão de Normandia e Abreu (2017, p. 70) como um “gênero terciário”, por incorporar características da modalidade oral e da modalidade escrita no ambiente digital. Já Berto e Gonçalves (2011, p. 104-105), por sua vez, referem-se ao mesmo objeto empregando termos variados: “mídia social”, “gênero digital” e “gênero emergente”.

Destaca-se, ainda, que é crescente o número de pesquisas dedicadas a explorar os gêneros veiculados na internet. A tese de Barbosa (2015), a esse respeito, discutiu o

processamento da informação na webnotícia e descreveu as ações retóricas por esta desempenhadas. Santos (2013, 2018), por sua vez, analisou o estilo e as ações realizadas por meio do comentário on-line. J. Araújo (2006), em um estudo pioneiro no Brasil, aprofundou o conceito de constelação de gêneros e investigou o *chat* virtual. E E. Lima (2012), na mesma esteira, utilizou a noção para abordar os *blogs*, propondo que a constelação de gêneros que os constituem está relacionada ao compartilhamento de propósitos e à ação social de blogagem.

Em sua pesquisa, E. Lima (2012, p. 44) descreveu essa ação retórica, que contempla, entre outros aspectos, “a publicação e manutenção de um *blog* através de atualizações (novos posts), mudanças no *layout*, disposição de novos *links* etc.”. A caracterização adotada, tributária de J. Araújo (2006), revela-se oportuna para a análise de determinadas situações comunicativas, como é o caso da ação de blogagem, e para a análise de relações genéricas, e procede a uma crítica ao construto teórico-metodológico de Bhatia (1999). Em sua compreensão mais atualizada, J. Araújo (2021, p. 33) entende que “uma constelação não é algo que possa ser definido apenas por um propósito comunicativo único, comum a todos os seus gêneros”, e situa o propósito comunicativo dos gêneros – e não da constelação – como o centro da observação e da caracterização de um agrupamento constelar.

Esses estudos reiteram a pluralidade de investigações que têm por objetivo analisar as ações sociais relacionadas aos mais diversos gêneros – sejam eles vinculados a práticas discursivas orais e escritas, sejam às que emergem de situações sociocomunicativas proporcionadas pelo acesso à internet. Desse modo, reconhecemos que é impossível fazer uma síntese que contemple o universo de pesquisas já realizadas. Ponderamos, porém, que o levantamento aqui apresentado é representativo do quão frutíferas essas discussões ainda são.

Além disso, parece-nos claro com esse levantamento que o procedimento metodológico mais comum tem sido a investigação sobre gêneros acontecer de maneira individualizada e priorizando uma tendência que tem sido criticada por autores como Bhatia (2004), Swales (2004) e J. Araújo (2021), os quais apontam para a necessidade de maiores estudos sobre os agrupamentos de gêneros, bem como para as relações que eles estabelecem entre si.

Consoante a esses pesquisadores, partimos do pressuposto de que os gêneros, por sua própria natureza, mantêm uma série de conexões uns com os outros e estabelecem elos que possibilitam a interação social. A observação dos autores é a de que os estudos dessa temática podem seguir um caminho idealizado e simplificado, caso atentem apenas para a singularidade dos gêneros e ignorem os agrupamentos e as relações genéricas existentes.

Um dos trabalhos pioneiros nesse sentido foi o de Devitt (1991), que propôs a noção de conjunto de gêneros para se referir aos modos pelos quais eles se organizam e se articulam, de

maneira a possibilitar a interação social e a constituição de uma dada comunidade discursiva. Outros conceitos afloraram após a proposição da autora e a partir de observações sobre diferentes tipos de agrupamentos genéricos, entre os quais mencionamos: sistema de gêneros (Bazerman, 1994); colônia de gêneros (Bhatia, 2004); cadeia de gêneros (Fairclough, 2001; Swales, 2004); hierarquias de gêneros (Swales, 2004); constelação (Araújo, J., 2006, 2021), além das categorias que Swales (2004) associou à noção de constelação, como as já mencionadas hierarquia e cadeias, bem como os grupos e as redes de gêneros. Soma-se a eles, ainda, a noção de hipergênero (Bonini, 2011; Lima, C., 2013).

A variedade de noções e de estudos dedicados à conceituação de agrupamentos de gêneros indica a heterogeneidade de perspectivas voltadas a essa temática e à complexidade envolvida nesses múltiplos tipos de relações. Ressalta-se, ainda, que as publicações sobre essas questões têm recebido destaque tanto entre pesquisadores internacionais, quanto brasileiros.

Reportamo-nos, novamente, a J. Araújo (2006) para reiterar que essa pesquisa sobre a constelação de gêneros foi uma das que iniciou a problematização acerca de agrupamentos genéricos no cenário acadêmico nacional. Destaca-se, em uma linha de continuidade a esse estudo, a pesquisa de C. Lopes (2013) sobre a natureza constelar do gênero carta. Somado a esses autores, E. Lima (2012) desenvolveu um estudo em que analisou o *blog* baseado no mesmo conceito e nos mostrou que o funcionamento social desse objeto está atrelado a imbricações com outros gêneros que compartilham propósitos semelhantes.

A natureza constelar do *blog*, conforme E. Lima (2012), diz respeito a sua categorização em torno de propósitos comunicativos inter-relacionados. Sabe-se, no entanto, que as práticas sociais de determinadas comunidades discursivas podem trazer à tona outros tipos de relações genéricas além da estudada pelo autor, como as de natureza hierárquica, encadeamento, agrupamento ou organização (Swales, 2004). Entendemos, por conseguinte, que essa noção – referente à constelação de gêneros com base em propósitos comunicativos específicos – pode ser, inquestionavelmente, útil para analisar o *blog* em suas ações sociais. Por outro lado, discussões acerca desse objeto como um agrupamento de gêneros parecem-nos igualmente válidas para promover outras abstrações acerca de seu funcionamento e de sua organização. Por isso, será mediante o conceito de compósito de gêneros que desenvolveremos este estudo.

Além disso, devemos sublinhar a capilaridade de publicações dedicadas a verificar a interface entre os gêneros e a participação social e política, conforme empreendido por Clemente (2019), ao estudar o *blog* como ferramenta no ativismo digital, e por Vitorino (2017, p. 132), que caracterizou a petição on-line como “um gênero de e-participação política direta” e discorreu sobre o “caráter político-cidadão do engajamento com o gênero em questão”. Tais

investigações, no entanto, não objetivaram analisar o agrupamento de gêneros envolvido na constituição dos objetos analisados, isto é, o *blog* e a petição on-line.

Essa lacuna tem sido igualmente destacada por Bazerman (2011), ao apontar que os gêneros que surgem na internet têm propiciado novas formas de interação e de participação social, bem como ao sinalizar esse aspecto como um ponto que merece maiores discussões.

Retomando os trabalhos de Miller (2012), Miller e Shepherd (2012) e E. Lima (2012) sobre *blogs*, reconhecemos que essas publicações trouxeram importantes contribuições a esse respeito, bem como para a compreensão desse objeto. Ainda assim, compreendemos que a funcionalidade do *blog* como forma de participação social ainda é pertinente de ser analisada, critério que não fez parte dos propósitos investigativos dos autores mencionados e, embora tenha sido observado por Clemente (2019), a pesquisa da autora não abrangeu, em seus objetivos, a análise das relações genéricas concernentes ao *blog*, nem seu vínculo com o suporte e com a mídia. A essa observação soma-se o fato de julgarmos necessárias maiores reflexões acerca da natureza conceitual do *blog*, já que evidenciamos, em sua constituição, uma diversidade de caracterizações cuja problematização ainda não foi esgotada.

Na área da Comunicação e Informação, alguns delineamentos conceituais também têm sido propostos. Primo (2008c) destaca que a noção de *blog* tem sido sobreposta às concepções de *blog/espço*, *blog/programa* e *blog/texto*. Esse termo, com suas várias acepções, pode dizer respeito a um espaço não geográfico, mas de fluxos e interações em que blogueiros e comentaristas se encontram. O *blog* como programa, por sua vez, representa o meio midiático que possibilita a publicação e transmissão de conteúdo. Já a definição vinculada ao conceito de texto refere-se ao conteúdo linguístico-discursivo e a sua realização em diferentes gêneros. Essa última visão permite entender que a constituição discursiva do *blog* está atrelada à possibilidade de atualização em gêneros diversos, inclusive de modo simultâneo, uma vez que, na arquitetura de uma única página da *web*, podemos perceber a variedade de gêneros que ali são veiculados e que estão dispostos de modo orgânico e funcional.

Concernente ao *blog*, que tomaremos como material de análise, a flutuação permanece em categorizações que vão desde as que o concebem como gênero (Caiado, 2007; Marcuschi, 2010; Miller, 2012) àquelas que negam essa visão (Ribeiro, 2009; Santana, 2016) e o descrevem como um suporte. Primo (2008a, 2008b), numa tendência diferente, categoriza-o como uma mídia a partir de uma discussão que apresenta três níveis midiáticos: mídia de massa, mídia de nicho e micromídia. Após o exercício bibliográfico e empírico, adotaremos a noção de micromídia digital. O conceito, tributário de Thornton (1996), refere-se às mídias que

demandam pouco investimento, baixa estrutura produtiva e se destinam a públicos não-massificados. Miller e Shepherd (2009) também o classificam como uma mídia.

Em outra vertente, Lomborg (2011) destaca que o conceito de mídia social, quando utilizado para definir *blogs*, tem sido praticado sem maiores definições por pesquisadores da área. Entre as acepções existentes, sugere a autora que “mídia social” pode ser entendida como um termo guarda-chuva para designar várias mídias digitais utilizadas na interação social por meio das novas tecnologias digitais. Para a autora, essa denominação não faz sentido, haja vista que, com ela, presume-se que as outras mídias não seriam sociais. Desse modo, Lomborg (2011) propõe uma mudança terminológica e caracteriza as mídias sociais como “gêneros comunicativos”, propondo que sejam investigados sob a ótica dos estudos sobre gêneros. Nessa visão, *Twitter*, *Facebook* e *blogs* seriam tratados a partir do conceito proposto.

Esse ponto de vista, em nossa compreensão, parece conflituoso por dois motivos: mantém a imprecisão conceitual ao não demarcar os limites teórico-metodológicos entre mídia e gênero e, ao classificar as mídias sociais como “gêneros comunicativos”, mobiliza uma terminologia problemática, pois sabemos que todos os gêneros estão vinculados a situações sociointerativas e, conseqüentemente, exercem funções comunicativas. Além disso, essa terminologia não se remete ou propõe contribuições conceituais ao fato de esses fazerem referência a gêneros que emergem do ambiente digital de comunicação.

Esses exemplos revelam que os conceitos em questão ainda não foram totalmente incorporados pelos estudos sobre gêneros, em decorrência da impossibilidade de se criarem consensos na esfera científica e, de igual modo, em virtude das hegemonias intelectuais do Norte global, as quais podem cercear alternativas e objetos teórico-metodológicos nessa matéria derivados das chamadas Epistemologias do Sul. Nosso estudo, no entanto, visa a contribuir com esse debate, que tem ganhado certa relevância na academia nacional, e tenciona buscar clareza sobre a volatilidade dos objetos e das práticas discursivas no ambiente on-line. Entendemos que algumas das noções em discussão podem ser reabilitadas, sobretudo considerando as especificidades do domínio digital, a fim de buscarmos clareza sobre objetos complexos como os supramencionados: os *blogs*, as redes sociais e as mais diversas páginas de acesso.

Como toda discussão de natureza acadêmico-científica permanece aberta a novas reflexões, temos o interesse em dar continuidade às discussões inicialmente empreendidas por Bonini (2011) sobre hipergênero, suporte e mídia, com vistas a propor uma revisão que seja útil para os objetivos de pesquisa deste trabalho e a apresentar proposições relevantes para uma reinterpretação teórica que contemple nossos interesses investigativos. Para tanto, guiar-nos-emos pelo arranjo metodológico proposto pelo autor, que é perpassado pela perspectiva

denominada de Análise Crítica de Gêneros, vertente respaldada na compreensão de que a linguagem pode ser usada como forma de interação, bem como de controle social.

Na observação de Bezerra (2017), os estudos críticos de gêneros têm se tornado cada vez mais ecléticos ao incorporarem diálogos com diferentes abordagens, como a de Bhatia (2004) e a de Fairclough (2003). Em uma perspectiva transdisciplinar, esse paradigma congrega, ainda, as teorias vinculadas ao Círculo de Bakhtin, aos ERG, ao ESP e aos posicionamentos teóricos advindos de teorias sociais críticas que nos possibilitam investigar o uso dos gêneros na sociedade em contextos de convulsão social.

Nesse sentido, defendemos a relevância de convocar diferentes pontos de vista para melhor apreender o artefato analisado, sobretudo por partilharmos do posicionamento de Bawarshi e Reiff (2013), que criticam o fato de as pesquisas sobre gêneros ainda estarem centradas em fatores de natureza composicional, linguística e de ação social. Portanto, esta pesquisa se configura a partir de três atitudes: o interesse em a) congregar, em uma perspectiva transdisciplinar (cf. 3.1), posicionamentos teóricos que nos permitam revisar e operacionalizar os conceitos de hipergênero (ou compósito de gêneros), suporte e mídia; b) analisar, em vez de um gênero individual, a rede de relações genéricas envolvida na constituição do *blog*; e c) discutir o papel do *blog* como ferramenta utilizada na participação social a partir do compósito que compõe. Precisamos enfatizar que essas atitudes não se configuram como os objetivos analíticos deste estudo, mas, sim, como posturas que aqui adotamos a fim de alcançá-los.

Mais delimitadamente, temos o propósito de investigar um *blog* vinculado a uma entidade autônoma que atua em defesa dos Direitos Humanos, a saber: blog.witness.org. A causa escolhida emerge do cenário que fatidicamente tem se desenhado tanto em âmbito global quanto local. Os dados descortinados pelo Relatório Anual da Anistia Internacional (2018) revelam, na contemporaneidade, um grave aprofundamento de violações aos direitos humanos, o qual tem sido legitimado, inclusive, a partir de uma série de ações em processos legislativos que regridem leis e direitos anteriormente consolidados em diversos países.

O *blog* da referida entidade apresenta capilaridade para a temática pela sua abordagem e visibilidade significativa no cenário contemporâneo, dada a iniciativa de amplificar vozes e de se constituir como plataforma para conscientização e mobilidade social com penetração internacional. Seu propósito, portanto, é de informar e mobilizar ações coletivas.

Outros dados alarmantes vieram à tona a partir da publicação do Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental³ em dezembro de 2022, que expôs a radiografia do desmonte de políticas públicas para os Direitos Humanos promovido entre os anos de 2019 e 2022 no Brasil, sobretudo mediante o então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que, contraditoriamente, “pautou a sua atuação na negligência de populações vulnerabilizadas, na negação da existência de graves violações a direitos, e no desmonte de políticas públicas arduamente conquistadas” (Brasil, 2022, p. 25).

A tentativa de aniquilação dessas políticas, promovida pelo último Governo Federal (2019-2022), deu-se por intermédio de três dimensões: “o revisionismo do significado histórico dos direitos humanos, as restrições à participação social e a precarização orçamentária” (Brasil, 2022, p. 25). Como corolário, observamos, no período destacado, um projeto de esvaziamento de políticas e ações dedicadas, notadamente, à promoção de igualdade racial, às populações LGBTQIA+, às mulheres, à juventude, aos povos indígenas, às pessoas em situação de vulnerabilidade econômico-social e à participação político-social.

A escolha foi motivada, ainda, por observarmos a importância que *blogs* podem ainda exercer em eventos que fazem parte das ações denominadas de ciberativismo (Castells, 1999; Lévy, 2004, 2017), uma vez que eles têm sido largamente utilizados como ferramentas de resistência e de denúncia a situações de opressão e desigualdade. Acreditamos que o *blog* selecionado representa movimentos nesse sentido. Embora o ciberativismo tenha seu marco inicial com o Zapatismo, na década da 1990, eventos recentes, como os decorrentes da crise econômica de 2008, da Primavera Árabe em 2009 ou de movimentos como o *Black Lives Matter*, em intensa atividade até os dias atuais, evidenciaram o papel que os *blogs* e as mídias sociais podem desempenhar em movimentos dessa natureza (Araújo; Freitas; Montardo, 2012).

Embora o *blog* pareça ter pouco lastro social atualmente devido à ascensão de novas mídias sociais, não se pode negar sua relevância, especialmente quando se consideram os diversos mecanismos de censura e controle de conteúdo que podem ser operados por grandes conglomerados de mídias sociais, como *Facebook*, *Twitter* ou *Instagram*, contra conteúdos opostos a valores hegemônicos. Essas grandes mídias, inclusive, têm sido criticadas por não atuarem efetivamente no combate a discursos de ódio, a *fake news* e à desinformação, além de

³ O referido Relatório foi elaborado pelo Gabinete de Transição Governamental que reuniu 31 Grupos Técnicos com mais de 5 mil técnicos representantes do setor público, dos parlamentos, da academia e da sociedade civil, com vistas a reunir informações sobre o funcionamento e a atuação dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal referentes ao último Governo Federal (2019-2022) e a preparar os atos de iniciativa do presidente eleito em 2022 e empossado em 2023. Fonte: <https://gabinetedatransicao.com.br/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

se pautarem em algoritmos que possibilitam a formação de narrativas antidemocráticas e anti-institucionais (Massuchin; Orso; Saleh, 2021). No presente contexto, levanta-se a hipótese de que *blogs* contra-hegemônicos possam representar entidades minimamente mais independentes ou, por assim dizer, atuar como mídias alternativas que ofereceriam perspectivas menos convencionais aos meios de comunicação vinculados a grandes grupos.

Somados a isso, os dados compilados pelo site *TechJury*⁴ em 2020 revelam que a vinculação de *blogs* em websites pode aumentar em média 434% o tráfego de usuários, o que tem motivado instituições públicas e privadas, com fins lucrativos ou não, a criarem seus próprios *blogs*, a fim de aumentarem o alcance de suas páginas e, consequentemente, das causas por elas defendidas. Embora não se negue que muitas empresas também têm usado causas sociais como elemento de *marketing* – o que tem tornado o campo das causas sociais alvo de muitas ações ideológicas e de muito estrategismo –, é evidente a relevância que os *blogs* continuam a assumir na atualidade como ferramenta de engajamento nas práticas sociais possibilitadas pelo ambiente digital sob diferentes posicionamentos ideológicos.

Além disso, conforme os dados da fonte supracitada, estima-se que 5.8 milhões de novos *blogs* são criados diariamente e que 77% dos usuários de internet costumam acessá-los com frequência. Embora a origem dos *blogs* remonte aos anos 1990, tais estatísticas são indicativas da relevância que esse objeto ainda ocupa no presente, sobretudo se nos desvincularmos da classificação limitadora que ainda compara, de modo restritivo, *blogs* a entidades com as quais ele é atualmente quase inconciliável, como diários pessoais, e se pudermos entender sua relevância quando vinculados a determinadas organizações e grupos sociais (Primo, 2008a; 2008c). Naturalmente, reconhecemos, em consonância com Komesu (2005) e Miller (2012), que as origens do *blog* remontam a uma amálgama de diversos gêneros. Porém, não podemos ignorar que esse objeto, sincronicamente, constitui-se em um artefato genérico detentor de características e funções sociocomunicativas próprias, as quais se distanciam dos artefatos genéricos que contribuíram para a sua estabilização nas interações sociais.

O olhar para essas questões nos incita a realizar um movimento teórico inclinado a explorar uma dimensão crítica acerca dos papéis que as categorias propostas por Bonini (2011) assumem na conjuntura delineada. Pretendemos argumentar que o suporte de gênero pode ser visto como um objeto que, muito além de ser o *locus* físico, é alvo de mudanças históricas e sociais (Debray, 1995). Enfatizaremos, ainda, o papel das mídias digitais que, embora possam servir à manutenção do poder dominante, por outro lado, poderiam atuar como ferramentas que

⁴ Disponível em: <https://techjury.net/stats-about/blogging/#gref>. Acesso em: 02 fev. 2021.

auxiliariam na democratização do exercício de poder e na luta democrática (Lévy, 2004). A emergência por discussões que problematizem o lugar dos gêneros na luta social (Bawarshi; Reiff, 2013) também inspira este trabalho.

Nosso interesse, assim, é o de dar continuidade à análise dessas categorias em uma pesquisa que se atrela à perspectiva crítica de análise de gêneros (Bonini, 2011). Dada a complexidade desse objeto e de suas múltiplas dimensões, bem como o desafio de preencher tais lacunas, entendemos que não podemos circunscrever o estudo dos gêneros a um viés unilateral. Por isso, propomo-nos a seguir uma abordagem transdisciplinar e a convocar as teorias anteriormente mencionadas para a nossa investigação.

Como já apontamos, reconhecemos a necessidade de recorrer a diferentes posicionamentos teóricos para atingir os nossos objetivos. Por essa razão, recorreremos a Análise Crítica de Gêneros, a partir da visão de Bonini (2011), e aceitamos as contribuições dos campos teóricos dos quais ela é tributária anteriormente mencionados. Incursões com os estudos da Linguística Textual (Cavalcante, 2013) e a contribuição que pesquisadores brasileiros desse quadro teórico têm dado para a compreensão dos gêneros e dos suportes textuais (Marcuschi, 2008; Távora, 2008) também serão oportunamente operadas. Dialogaremos ainda com estudos da área da Comunicação e Informação (McLuhan, 1972, 1975; Pereira, 2011; Primo, 2007, 2008; Santaella; Nöth, 2008), que igualmente contribuirão para esta pesquisa, visto que nos auxiliarão na definição do conceito de mídia, que, em nosso trabalho, será abordada visando a focalizar sua relevância para os estudos sobre os gêneros.

Para tanto, temos como objetivo geral: investigar a operacionalidade dos conceitos de mídia, suporte e compósito de gêneros, com vistas à elaboração de um construto teórico-metodológico que possibilite o levantamento de categorias para a análise dos três conceitos.

A partir desse objetivo, algumas questões podem ser suscitadas, a saber: i) como caracterizar metodologicamente o conceito de mídia para os estudos dedicados à análise crítica de gêneros? ii) Que categorias são relevantes para analisar o conceito de suporte e a sua função na atualização de um compósito de gêneros que se atualiza em ambientes digitais de interação? iii) A partir de quais categorias a noção de compósito de gêneros pode ser mobilizada para analisar o agrupamento de gêneros que compõe o *blog*?

Ao buscar as respostas para essas questões, precisamos enfatizar que não é nosso propósito construir uma compreensão rival às outras existentes na área. Reconhecemos a relevância de todos os trabalhos já desenvolvidos até o momento e, justamente por isso, consideramos pertinente sintetizar a compreensão deles, a fim de propor uma visão alternativa

e, porventura, complementar à tríade investigada. Por essa razão, e em decorrência dessas questões, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- 1) aprofundar o estudo da mídia como elemento metodológico para a análise crítica de gêneros, a fim de propor um conjunto de categorias para o seu estudo;
- 2) revisar e propor um conjunto de categorias que operacionalize a análise do conceito de suporte, a fim de discutir suas funções na atualização de gêneros do ambiente on-line;
- 3) descrever e analisar as características que constituem o compósito de gêneros que compõem o *blog*, a fim de examinar as relações genéricas que o constituem como um agrupamento de gêneros.

Como já apontamos, reconhecemos a necessidade de recorrer a diferentes posicionamentos teóricos para atingir os nossos objetivos. Consequentemente, filiamo-nos à Análise Crítica de Gêneros e aceitamos as contribuições dos campos teóricos dos quais ela é tributária. Apresentaremos, na seção a seguir, os fundamentos teóricos que guiarão este estudo, bem como a proposta preliminar de categorização das noções de mídia, suporte e hipergênero (doravante compósito de gêneros) que será investigada posteriormente no capítulo de análise.

Logo na sequência ao capítulo seguinte – intitulado de *Fundamentação Teórica* –, apresentaremos o terceiro capítulo, que detalhará a metodologia da pesquisa, abordando sua caracterização, a constituição e caracterização do *corpus* e os procedimentos de análise. Nessa etapa, almejamos expor uma visão dos objetivos, da abordagem e dos fundamentos metodológicos. Já no quarto capítulo, dedicado à análise dos dados, exploraremos as categorias que serão elencadas no exame do nosso objeto. Por fim, a conclusão será reservada para sintetizar os principais achados desta tese. Além disso, serão discutidas as contribuições da pesquisa para o campo de estudos, suas limitações e possíveis direções para investigações futuras. Ao término de cada capítulo, será delineada a estrutura do capítulo subsequente, proporcionando ao leitor uma visão antecipada dos temas a serem abordados.

Dito isso, no segundo capítulo, a seguir, traremos as seguintes subseções: *2.1 Análise Crítica de Gêneros: intersecções teórico-metodológicas*, que se divide em: *2.1.1 O legado do Círculo de Bakhtin*; *2.1.2 Os Estudos Retóricos de Gêneros*; *2.1.3 As contribuições dialético-relacionais da Análise de Discurso Crítica*; *2.1.4 A Análise Crítica de Gêneros*. Posteriormente, abordaremos *2.2 Mídia, suporte e hipergênero*, a qual se encontra segmentada do seguinte modo: *2.2.1 A mídia e seus suportes*; *2.2.1.1 Delimitações teórico-operacionais das mídias*; *2.2.1.2 O lugar do suporte no estudo das mídias*; *2.2.1.2.1 O software como suporte*; *2.2.2 O hipergênero como compósito de gêneros*. Dedicamo-nos, pois, a essas discussões adiante.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base teórico-metodológica que fundamenta esta pesquisa contempla preceitos advindos de múltiplas teorias de gêneros e revisita paisagens epistemológicas que contribuem para a operacionalização de uma análise crítica das noções de hipergênero, mídia e suporte. Para tanto, buscamos respaldo em proposições vinculadas a diversos campos e almejamos a construção de um plano conceitual transdisciplinar, que possa contribuir com a elaboração de alternativas conceituais e operacionais para essas categorias e possibilitar a problematização e a instrumentalização da análise dos objetos elencados nesta tese.

Muitas investigações que focalizam os conceitos aqui em discussão têm despontado a partir de interpretações decorrentes da Análise Crítica de Gêneros praticada no Brasil. Por isso, neste capítulo, apresentaremos, inicialmente, as bases epistemológicas que alicerçam esse paradigma teórico, percorrendo a abordagem do Círculo de Bakhtin, dos Estudos Retóricos de Gêneros e da Análise de Discurso Crítica. Entendemos que Análise Crítica de Gêneros tem contemplado esses três panoramas investigativos no desenvolvimento de seus trabalhos de modo mais ou menos interseccionado, o que explica a seleção dessas vertentes. Durante a exposição teórica, almejamos deixar claros os recortes epistemológicos que empreenderemos em cada um deles, com vistas a delimitar os posicionamentos que melhor se adequarão aos nossos objetivos. Isso significa dizer que, para o emprego da Análise Crítica de Gêneros, procederemos a uma perspectiva transdisciplinar que convocará diferentes contribuições.

Dito isso, na elaboração do tópico *2.1 Análise Crítica de Gêneros: intersecções teórico-metodológicas*, compartilharemos o posicionamento de que a Análise Crítica de Gêneros “pode ser pensada como uma junção que *toma por base a perspectiva crítica do discurso de Fairclough acrescida de uma teoria de gênero* (sociorretórica, sistêmica-funcional, dialógica etc.)” (Ferretti-Soares; Bonini, 2017, p. 314, grifo nosso). Portanto, a primeira subseção deste capítulo está organizada de modo a perscrutar alguns dos pressupostos basilares para a supracitada corrente. Versaremos acerca da abordagem dialógica, sociorretórica, bem como do viés faircloughiano, ou dialético-relacional, da Análise de Discurso Crítica.

A princípio, discutiremos, então, a abordagem dialógica outorgada ao Círculo de Bakhtin (cf. subseção 2.1.1). As ideias atribuídas ao filósofo russo serão revisitadas em virtude de seu caráter preambular nos estudos modernos dos gêneros e, sobretudo, por ainda serem relevantes para a ancoragem de diversos panoramas teóricos contemporâneos, como os Estudos Retóricos de Gêneros e a Análise de Discurso Crítica – quadros que ancoram a Análise Crítica de Gêneros e que serão sequencialmente abordados nos itens 2.1.2 e 2.1.3, respectivamente.

Ademais, precisamos enfatizar que as concepções de Bakhtin/Volochinov (1997) e Bakhtin (2011) formam a base teórica que respalda a proposição do conceito de hipergênero por Bonini (2011), a qual é retomada por C. Lima (2013), o que confere imperatividade desta discussão.

Embora a noção de hipergênero – ou compósito de gêneros – só venha a ser esquadrihada na subseção 2.2, será produtivo alinhar as discussões seminais providas da orientação bakhtiniana no primeiro plano expositivo deste levamento teórico, dada a influência que exerce também em conceitos que serão abordados *a posteriori*.

Dito isso, é em consequência da reiterada influência do Círculo de Bakhtin tanto para o desenvolvimento dos Estudos Retóricos de Gêneros, da Análise Crítica do Discurso (ACD), quanto para a elaboração do conceito de hipergênero (Bonini, 2011; Lima, C., 2013) que justificamos a nossa escolha por essa ordem de apresentação.

Na sequência, direcionaremos nossa atenção para os Estudos Retóricos de Gêneros em 2.1.2, mas não sem antes reforçar a visão de Ferretti-Soares e Bonini (2017), anteriormente mencionada e da qual somos tributários, de que as pesquisas vinculadas à Análise Crítica de Gêneros ancoram suas bases em uma teoria de gênero associada aos estudos críticos da linguagem. Isso significa que uma abordagem que se proponha a realizar uma análise crítica dos artefatos genéricos deve se respaldar em uma perspectiva investigativa dos gêneros – a dialógica, discursiva, retórica, sociointeracional ou outra (cf. Meurer, 2005) –, aliada a uma abordagem crítica da linguagem, notadamente a Análise de Discurso Crítica de vertente dialético-relacional (Fairclough, 2003).

A concepção operacional de gêneros que ancora esta pesquisa também é tributária dos Estudos Retóricos de Gêneros. Isso se dá em decorrência do posicionamento postulado por esse programa investigativo de que eles se constituem como modos de ação social, cujo dinamismo atual reflete os efeitos e os atributos da modernidade reflexiva, conforme a definição de Giddens (1991) transcorrida em Miller (1984, 2012) e Bazerman (2007) – autores que lançam olhares para os gêneros no contexto da sociedade tardia. Soma-se a isso o fato de entendermos que os compósitos de gêneros emersos no ambiente digital configuram-se como artefatos situados por meio de deslocamentos entre o tempo e o espaço e como mecanismos de desencalhe, características que remontam a Giddens (1991) e a sua caracterização de modernidade tardia.

Podemos dizer, assim, que o enquadre de gêneros sob o viés retórico promove uma confluência epistemológica com os estudos de Giddens (1991) – a serem posteriormente debatidos. Além disso, destacamos a afinidade que esse panorama apresenta com as outras perspectivas convocadas para esta discussão, já que os Estudos Retóricos de Gêneros foram significativamente adaptados e ressignificados por Fairclough (1989) no programa teórico-

metodológico da Análise de Discurso Crítica, sobretudo para se referir ao significado acional do discurso, que contempla a dimensão do gênero. Destaca-se, ainda, que ambos, os Estudos Retóricos de Gêneros e a Análise Crítica de Gêneros, fazem referência aos estudos seminais de Bakhtin/Volochinov (1997) e Bakhtin (2011).

Ao refletir sobre esse objeto em debate, Fairclough (2003, p. 31), em certa medida, inspirado pelos Estudos Retóricos de Gêneros, destaca “a importância dos gêneros na sustentação da estrutura institucional da sociedade contemporânea”, tendo em vista que eles propiciam “a acentuada capacidade de ‘ação a distância’, e, portanto, [facilitam] o exercício do poder”. Acreditamos que essa percepção não pode ser ignorada neste trabalho, dado o nosso interesse por analisar o papel dos gêneros no ciberativismo. É nessa medida que consideramos produtivo o diálogo com Fairclough (1989, 2003), sobretudo em razão da visada crítica que atribui ao conceituar os gêneros em seu escopo de trabalho. As conjecturas faircloughianas serão revisitadas no tópico 2.1.3, ou seja, após discutirmos as reflexões bakhtinianas (2.1.1) e as ponderações dos estudos retóricos de gêneros (2.1.2) que o antecedem tanto nesta tese, quanto na cronologia dos conceitos que aqui discutiremos.

Com essa revisão de literatura, almejamos deixar claros, no tópico 2.1.4 – que sintetiza a subseção 2.1 –, os princípios teórico-metodológicos que embasarão a análise crítica a ser empreendida, enfatizando o percurso da Análise Crítica de Gêneros, em diálogo com as demais abordagens aqui mencionadas. Os estudos de Bonini (2011) também serão de suma importância para o aprofundamento da questão e para justificar os recortes que iremos operar no desenvolvimento da análise, sobretudo para estabelecer as bases epistemológicas centrais do estudo antes de dar prosseguimento com a subseção 2.2 *Mídia, suporte e hipergênero*.

Na supramencionada segunda subseção deste capítulo, ensejamos discorrer, de modo mais específico, sobre cada um dos três conceitos que a intitulam. Para tanto, contemplaremos o estado da arte de cada um deles – mídia, suporte e hipergênero –, bem como apresentaremos as propostas de operacionalização que se adaptam aos interesses deste estudo e a escolha por adotarmos o termo compósito de gêneros. Almejamos, ainda, em um horizonte mais amplo, que essas propostas possam encontrar relevância para a análise crítica de diversos suportes, de diversas mídias e de diversos compósitos de gêneros que também circulam no ambiente digital, e não apenas para a análise de *blogs* que atuam no ciberativismo.

Para tanto, retomaremos, na subseção 2.2.1, as discussões de Bonini (2011), ao mesmo tempo que iremos dialogar com Thornton (1996), Primo (2007) e C. Lima (2013), entre outros autores, a fim de delinear a compreensão de mídia adotada nesta investigação. O conceito de suporte, disposto em 2.2.1.2, fará referência a Bonini (2011), C. Lima (2013), Marcuschi

(2008), Távora (2008) e Acosta e Resende (2014). Ao final do tópico 2.2, precisamente na subseção 2.2.2, direcionaremos o debate de modo a discorrer sobre a noção de compósito de gêneros, revisitaremos as primeiras caracterizações desse objeto a partir de Bonini (2011) e C. Lima (2013) e tomaremos as concepções desses autores como norte para construirmos nossas interpretações sobre esse conceito, em consonância com os nossos objetivos de análise.

2.1 Análise Crítica de Gêneros: intersecções teórico-metodológicas

A Análise Crítica de Gêneros reúne trabalhos dedicados a analisar os artefatos genéricos a partir de um olhar voltado para o momento histórico, considerando a organização econômica, a estrutura social, a heterogeneidade dos discursos e compreendendo seu objeto analítico como elemento que engendra práticas sociais de dominação ou de emancipação que se desdobram em nossa sociedade (Bonini, 2011, 2017; Motta-Roth, 2008). Esse quadro teórico é influenciado por considerações de diferentes pesquisadores e teorias consolidadas tanto no cenário nacional quanto internacional da pesquisa sobre gêneros.

O objetivo desta subseção, portanto, é situar as bases epistemológicas que fundamentam a Análise Crítica de Gêneros. Tencionamos traçar os pontos de intersecção entre as teorias integrantes dessa perspectiva transdisciplinar. Pontua Heberle (2011) que, no seio desse paradigma, congregam-se posicionamentos teóricos variados, inclusive as contribuições de diversas correntes de investigação sobre os gêneros, as teorizações sobre a dimensão social da linguagem e a Análise de Discurso Crítica. Além disso, podem-se encontrar trabalhos que dialogam com vertentes vinculadas a estudos funcionalistas em Linguística.

Dito isso, apresentaremos nesta subseção uma discussão teórica acerca dos campos que contribuem para a ancoragem teórico-metodológica de uma análise crítica de gêneros. É por essa razão que revisitaremos a seguir os pressupostos da abordagem sociointeracionista e dialógica do pensamento do Círculo de Bakhtin. Em seguida, como mencionado, discutiremos as contribuições dos Estudos Retóricos de Gêneros a partir dos trabalhos de Miller (1984, 2012) e Bazerman (2011). A compreensão de gêneros advinda da Análise de Discurso Crítica (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003) também assume importante papel na Análise Crítica de Gêneros e, por isso, acreditamos ser importante retomá-la.

Iniciaremos a discussão retomando os postulados bakhtinianos na subseção a seguir, na qual debateremos os conceitos de enunciado e de gênero, bem como os pressupostos inerentes ao pensamento do Círculo de Bakhtin. Posteriormente, apresentaremos as elucubrações decorrentes dos Estudos Retóricos de Gêneros, bem como as contribuições decorrentes da

Análise de Discurso Crítica, para, no fim, sintetizarmos o debate apresentando os fundamentos que embasam a orientação da Análise Crítica de Gêneros.

2.1.1 O legado do Círculo de Bakhtin

A compreensão sobre gêneros discursivos originária das proposições vinculadas ao Círculo de Bakhtin é atravessada por uma visão de língua que a concebe como um produto da interação verbal e postula que sua utilização está relacionada a todos os campos da atividade e da interação humana. Esse entendimento é marcado por uma ruptura com a visão formal de língua proveniente do Estruturalismo Linguístico. Para os formalistas, o objeto em questão era analisado de modo desarticulado de seus valores ideológicos e subjetivos. A percepção que enviesa o pensamento bakhtiniano, por outro lado, incorpora esses critérios e propõe que a língua se efetiva como atividade social por meio de enunciados. O conceito de *enunciado* assume uma posição central nas proposições do filósofo russo, de modo que, para caracterizar os gêneros discursivos, é preciso apreender a relevância e a epistemologia desse conceito.

Bakhtin/Volochinov (1997) caracteriza o enunciado como a unidade real da comunicação discursiva. Essa formulação abarca a ideia de que o enunciado se configura como uma categoria linguística produzida em uma situação de comunicação autêntica, que visa a ser compreendida pelos parceiros da interação verbal e que está intimamente relacionada a situações sociais específicas, as quais influenciam e orientam os sentidos. A noção de enunciado – como unidade da comunicação – surge em oposição à de oração – unidade da língua sob o ponto de vista formalista. Preconiza-se, portanto, que, enquanto a oração pode ser analisada abstratamente, o estudo do enunciado requer a observação de seu entorno social e dialógico.

Por essa razão, o recorte estruturalista, que focalizava a língua e a oração a partir de seus traços formais, foi renunciado por Bakhtin/Volochinov (1997), ao defender que o sistema de signos linguísticos é perpassado por uma dimensão ideológica. Para entender a relevância dessa característica, Castro (2010, p. 196) comenta que a ideologia é concebida, segundo o espectro teórico bakhtiniano, como um “comportamento verbal, ou seja, como um conjunto de possibilidades verbais e avaliativas passíveis de serem colocadas em ação, em enunciados concretos, por sujeitos concretos”. Destaca-se que, nesse ponto de vista, “tudo que é ideológico possui um valor semiótico [...], possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo” (Bakhtin/Volochinov, 1997, p. 21-22). Em outras palavras, assevera-se que nenhuma postura axiológica possui existência fora da linguagem (Zandwais, 2009). Portanto, esta seria o lugar privilegiado para se analisar os processos de criação ideológica.

É com essa proposição que o *caráter dialógico* dos enunciados vem à baila nos estudos do Círculo. Para Bakhtin (2011, p. 289), o enunciado representa “um elo de uma cadeia da comunicação discursiva”. As palavras do filósofo nos mostram que esse objeto não é completamente autônomo e independente, mas faz parte de um encadeamento, pois é perpassado por outros enunciados e carrega consigo valores, ideologias e significados que deles ecoam, isto é, que repercutem nessa heterogeneidade de vozes, na pluralidade de discursos que lhe é constitutiva e com a qual dialoga. Para compreender esse caráter dialógico, é preciso entender que, por estar envolto em uma rede de enunciações, um enunciado responde, confirma, refuta e interage de diversas maneiras com outros enunciados dessa cadeia ininterrupta.

É imperativo destacar que, apesar de se constituir nesses encadeamentos, o enunciado em si é um ato de criação único e irrepetível, pois, ainda que venha a ser citado de modo direto em outro contexto, ou que outros dizeres possam ser proferidos com exatamente as mesmas palavras, será sempre um acontecimento singular, pelo fato de estar vinculado a situações sociais específicas que o particularizam. Ratifica-se que, diferentemente da oração, não se podem considerar, no estudo do enunciado, apenas os instrumentos léxico-gramaticais que o corporificam, mas deve-se, sobretudo, levar em conta a sua dimensão sociointerativa. Cabe reiterar, ainda, que os recursos linguísticos, obviamente, fazem parte de sua natureza, mas não podemos perder de vista que “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (Bakhtin/Volochinov, 1997, p. 88) e que esses atributos ideológicos estão intimamente relacionados aos contextos particulares em que cada enunciado se realiza.

O enunciado, além do mais, é produzido para que possa ser compreendido pelos parceiros da comunicação verbal nas mais diversas situações sociais em que aparece, dado que vem sempre acompanhado de uma inerente *ativa posição responsiva*. Tal termo refere-se à propriedade da responsividade, visto que cada enunciado demanda de seus interlocutores uma resposta que se evidencia, sobretudo, a partir da *alternância dos sujeitos do discurso* e pode ser manifestada por meio de diversas posturas, como a concordância, a negação, a dúvida, a objeção, o consentimento e a (des)obediência. O fundamento desse princípio, como nos elucida Bakhtin (2011, p. 271), é o de que “toda compreensão é prenhe de resposta”; por isso, uma hora “o ouvinte se torna falante” e gera algum tipo de resposta para o dizer anterior, dando continuidade à cadeia ininterrupta de enunciados.

Compreendemos, com isso, que o enunciado é dialógico, único, responsivo e, inclusive, apresenta um limite ou acabamento – tendo em vista que só podemos evidenciar a pluralidade de vozes e dar respostas a enunciados que estão concluídos e são plenos de significado. A essa característica Bakhtin (2011) deu o nome de *conclusibilidade*, fator que assegura a

possibilidade da ativa posição responsiva e constitui-se em três critérios básicos: a) exauribilidade do tema, visto que cada enunciado precisa ter uma completude de sentido; b) intenção discursiva, dado que cada enunciado retrata os interesses argumentativos e as posturas ideológicas subjetivas de seus enunciadores; e c) organização em um gênero discursivo, já que todas as interações comunicativas tomam forma sob gêneros.

Sobre o último ponto, a célebre citação de Bakhtin (2011, p. 297) nos ensina que os gêneros se configuram como “formas relativamente estáveis e normativas de enunciados” elaboradas pelos campos da atividade e da comunicação humana. A noção de campo, nos dizeres de Grillo (2006, p. 147), “se constitui em importante alternativa para se pensar as especificidades das produções ideológicas”, pois os enunciados e, conseqüentemente, os gêneros são originados e perpassados pelas especificidades dos campos aos quais estão vinculados. Essa, inclusive, é uma das razões pelas quais Bakhtin (2011) operacionalizou a distinção dos gêneros entre primários e secundários.

Os gêneros primários, segundo o autor, seriam produzidos em situações de comunicação espontânea, como o diálogo, a carta pessoal e o bilhete – vinculados aos campos da comunicação cotidiana. Os gêneros secundários, por sua vez, estariam relacionados a situações sociointerativas que emergem em esferas em que o convívio social é considerado ideologicamente mais complexo, organizado e desenvolvido. Exemplos a esse respeito seriam o romance, a sentença e a tese – que se originam nos campos literário, jurídico e acadêmico, respectivamente. Com essa proposição, Bakhtin (2011) situa os gêneros discursivos no bojo das relações comunicativas e ideológicas que permeiam as interações sociais.

Apesar de tal proposição ter sido alvo de inúmeros debates, sabe-se que os enunciados, assim como os seus tipos relativamente estáveis, são detentores de um “estatuto privilegiado para o estudo da organização dos diversos campos” (Grillo, 2006, p. 144), uma vez que os gêneros assumem um papel importante na constituição dessas entidades da comunicação e da interação humana, pois determinam formas de socialização, possibilitam a realização de intuitos discursivos, além da investigação sobre os valores, as ideologias e as relações de poder. Para pesquisas desse tipo, é necessário ter em mente que os gêneros detêm pelo menos três características constitutivas, a saber: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional, as quais são determinadas pelas especificidades de cada uma dessas esferas.

Embora o termo *conteúdo temático* envolva grande riqueza sugestiva, a noção diz respeito ao tópico discursivo (Sobral, 2009), que é influenciado tanto pelo intuito discursivo dos enunciadores, quanto pelo campo da comunicação humana em que o gênero é veiculado. O conceito refere-se, primariamente, à temática discutida, porém, sem perder de vista que ela “se

apresenta como a expressão de uma situação histórica” (Bakhtin/Volochinov, 1997, p. 133), ou seja, é sempre um reflexo do seu entorno social. Não convém, portanto, confundir o conteúdo temático unicamente com a delimitação do assunto tratado, visto que essa categoria diz respeito, também, ao modo como os gêneros selecionam e refletem aspectos da realidade social, de modo a representá-la em sua constituição. Não se pode perder de vista, ainda, que o conteúdo temático é concebido inter-relacionadamente a outros princípios bakhtinianos, como o dialogismo e a responsividade, pois somente “a compreensão ativa nos permite apreender o tema” (Bakhtin/Volochinov, 1997, p. 136).

Ao *estilo*, por sua vez, concernem os “recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais” (Bakhtin, 2011, p. 262). Embora, para Bakhtin (2011), o estilo seja o aspecto no qual mais se evidenciam a manifestação autoral e a subjetividade, ele também é marcado pela alteridade, pois os autores sempre vislumbam seus interlocutores, o que orienta as escolhas linguístico-argumentativas. Bakhtin (2011, p. 285) nos ensina que “quanto melhor dominamos um gênero tanto mais livremente o empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos nele a nossa individualidade”. É preciso destacar, portanto, que “o gênero não se estrutura numa camisa de força”, e o estilo dá margem para “a expressão da individualidade do sujeito, de seus valores, de seu posicionamento axiológico diante da vida” (Puzzo, 2015, p. 178-179).

O terceiro elemento apontado pelo filósofo russo diz respeito à *construção composicional*, que focaliza “a ordem, a disposição e o acabamento, a combinação das massas verbais” (Bakhtin, 2011, p. 182) ou, mais precisamente, a organização do gênero. Ressaltamos que, assim como as demais categorias do arcabouço teórico bakhtiniano, essa arquitetura composicional não pode ser abstraída dos aspectos interacionais e ideológicos inseparáveis da comunicação verbal da qual os gêneros fazem parte, dado que abarca “os determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro etc.” (Bakhtin, 2011, p. 266). O conceito, portanto, indica que a estrutura genérica não é arbitrária, mas é reflexo de sua contraparte sociointerativa.

Entendemos que as considerações do Círculo de Bakhtin para os estudos sobre os gêneros são de grande valia e produtividade, visto que até hoje se ressaltam a influência e as contribuições dessa perspectiva. Podemos destacar, entre elas, a compreensão do caráter social dos gêneros e a dimensão ideológica que os circunda, características que perpassam por várias correntes modernas de estudos dos gêneros. Os pressupostos apresentados são relevantes para esta investigação em virtude de sua natureza sociológica, que traz à tona o caráter dialógico, responsivo e ideológico dos gêneros, o que nos possibilita partir da concepção de que esse

objeto está imerso em práticas sociais de linguagem marcadas pela alteridade, isto é, pela presença do outro. Essa visão apresenta importantes contribuições para diversos campos teóricos dedicados aos estudos nessa temática, sobretudo por fornecer pressupostos e categorias que instrumentalizam a análise do funcionamento social dos gêneros.

De igual importância para nosso estudo são os Estudos Retóricos de Gêneros, vertente que também trouxe elucidações sobre a dimensão sociológica dos gêneros e sobre sua funcionalidade como modo de ação social, especialmente no contexto atual. Diante da relevância que assume no horizonte teórico desta tese, discutiremos sobre esse programa investigativo na próxima subseção.

2.1.2 Os Estudos Retóricos de Gêneros

Além das contribuições seminais de Bakhtin (2011), alguns estudos vinculados à Análise Crítica de Gêneros também se respaldam nos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG)⁵ – orientação teórica que os concebe como *formas de ação social*. Tal compreensão para esse objeto é tributária das contribuições de autores cujo pensamento remonta ao período da chamada Virada Retórica, que culminou em um novo paradigma de pesquisas sobre a linguagem a partir de meados do século XX. Representam esse panorama autores como Burke, Black, Bitzer, Campbell e Jamieson (Bawarshi; Reiff, 2013), entre outros, os quais foram fundamentais para o estabelecimento das bases que levaram Miller (1984, 2012), anos mais tarde, a alicerçar a sua própria abordagem de gêneros, considerada uma das propostas mais influentes nesse campo do conhecimento.

Esse período foi marcado pelo reavivamento da Retórica nos estudos pós-estruturalistas da linguagem, em que se salientava o caráter simbólico dos discursos e a sua relação com uma contraparte social. O renascimento dessa disciplina, em diversos centros acadêmicos, desencadeou o surgimento de uma série de ponderações teóricas relativamente heterogêneas que, durante certo tempo, foram denominadas de “Estudos da Nova Retórica”. Sob essa ampla etiqueta, agrupavam-se tendências dedicadas à estilística e à literatura (como praticada por Genette, Barthes e Cohen); ao estudo das estratégias de persuasão e argumentação (conforme empreendido por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca [Reboul, 2004]); além das

⁵ Embora Bonini não tenha contemplado postulados retóricos em seus estudos desde 2013, autores como Lima (2013), Motta-Roth e Lovato (2011), Motta-Roth e Rossi (2012) e Motta-Roth e Scherer (2016) têm desenvolvido trabalhos que realizam uma análise crítica de gêneros ancorada em concepções de orientação retórica.

vertentes preocupadas com a relação entre a linguagem e a (inter)ação social, sobretudo a partir das contribuições de Bitzer e Burke (Bawarshi; Reiff, 2013), que representaram a chamada Retórica Situacional e foram fundamentais para o estabelecimento dos ERG.

Miller (2012), inserida no contexto da teoria retórica situacional, observou que essa disciplina não oferecia propostas consistentes para a conceituação dos gêneros, haja vista que as reflexões retóricas outrora empreendidas tendiam a atribuir-lhes uma condição de elementos categorizadores, ou seja, responsáveis pela simples classificação de tipos de discursos. Na esteira desse entendimento, outras compreensões se fundaram, como a de que os gêneros poderiam ser definidos pelas semelhanças entre audiências. Ademais, persistiam, até mesmo, ponderações de que essa agenda investigativa não deveria fazer parte dos estudos retóricos, já que diversos pesquisadores da área acreditavam que a análise de gêneros poderia ser “um convite ao reducionismo, a regras, ao formalismo” (Miller, 2012, p. 21).

Renunciando a essas inclinações deveras reducionistas, Miller (2012) elaborou sua proposta de conceituação, tomando como ponto de partida a observação da funcionalidade dos gêneros nas práticas sociais e postulando que esses objetos, bem longe de serem meros classificadores formais de tipos de discursos, estariam, na verdade, vinculados a *situações retóricas* específicas. Esse conceito se origina no âmbito da citada Retórica Situacional e refere-se a uma categoria abstrata que seria marcada por um conjunto de pessoas, eventos e relações sociais, além de estados mentais como emoções e sentimentos.

Conforme a interpretação de Miller (2012), o conceito pode remeter a duas acepções: uma, filiada à proposta de Burke, preconiza que ele se operacionaliza a partir da noção de identificação – um processo em que os interlocutores identificam particularidades da situação retórica e, a partir da correlação de interesses, da observação e do reconhecimento de características similares, passam a interagir discursivamente. Por isso, a autora sugere que a proposição burkiana define esse conceito como um meio para a *ação* social: ao perceber padrões identificáveis e previsíveis, o sujeito saberá como agir em situações recorrentes.

Em outra conotação, referente a Bitzer, a situação apresentaria uma exigência, isto é, uma necessidade de resposta adequada ao momento retórico-situacional, o qual, por sua vez, impõe restrições concernentes a adaptações ao auditório e às relações de poder. Consigny (1974), em paralelo a Bitzer, defendeu que essas conjunturas retóricas apresentam um caráter coercitivo que orienta determinados tipos de respostas e que, visto que há uma recorrência de situações na vida social, haveria, também, uma recorrência de respostas possíveis e esperadas para cada uma delas. Nesse viés, o conceito se vincularia à *reação*: as ações sociais são reflexo e resultado das exigências demandadas por contextos retóricos específicos.

Miller (2012) resgata essa categoria com um movimento de renúncia a essas tendências materialistas que influenciaram a formulação do conceito e afirma que as situações retóricas não podem, objetivamente, recorrer, ou seja, elas não são literalmente repetitivas; são eventos únicos. Desse modo, é preciso enfatizar que, para a autora, as situações retóricas podem ser comparáveis, similares ou análogas umas às outras, mas jamais idênticas.

Com essa reconfiguração, a estudiosa redefine a situação retórica, buscando compreendê-la como um construto social, e sugere que a noção seja concebida como um fenômeno intersubjetivo. Pode-se entender que a intersubjetividade se refere ao fato de que, “nas interações, as ideias não se processam isoladamente na mente de cada sujeito, mas dependem de como cada um percebe a ação dos outros participantes incluídos na situação” (Cavalcante, 2013, p. 110), já que a percepção acerca dessas ações pode variar entre diversos fatores, como “a bagagem de conhecimentos de cada indivíduo e de circunstâncias contextuais momentâneas” (Cavalcante, 2013, p. 110)⁶. Considera-se, portanto, que, no cerne da ação humana, estaria inculcado um processo de compreensão intersubjetiva e de identificação de situações retóricas semelhantes, que orientam modos de ação social.

A partir dessa redefinição, Miller (2012, p. 30) sugere que “o que ocorre não é uma situação material (um evento real, objetivo, factual), mas nossa interpretação de um tipo”, ou seja, é a nossa percepção acerca das semelhanças identificáveis entre as situações que nos leva a agir por meio do processo de *tipificação* da ação retórica. É no centro dessa formulação que emerge o postulado de que os gêneros se constituem, no âmbito dos ERG, como “ações retóricas tipificadas baseadas em situações recorrentes” (Miller, 2012, p. 32).

Bazerman (2011, p. 27) sumariza o processo de tipificação da seguinte maneira:

[...] os falantes percebem que um tipo particular de enunciado se mostra eficaz em certas circunstâncias, de sorte que, em circunstâncias similares, há uma tendência para o uso de um tipo similar de enunciado. Com o passar do tempo e com as repetições, os padrões e as expectativas socialmente compartilhados emergem para guiar todos à interpretação de circunstâncias e enunciados.

Essa proposição preconiza que os gêneros são modos tipificados de ações sociais, sob a forma de enunciados, que estão vinculados a situações retóricas. Desse modo, entende-se que a origem, o funcionamento e a constituição dos gêneros são inseparáveis de práticas socialmente situadas. Somado a isso, Miller (2012, p. 24) exemplifica seu deslocamento teórico e afirma

⁶ Cavalcante (2013) mobilizou essa definição para se referir às características do processo de referenciação. No entanto, consideramos que sua interpretação para esse fenômeno pode se estender e ser utilizada para compreender a intersubjetividade também em relação a outros contextos e outros objetos investigativos.

que “discursos inaugurais, elogios fúnebres, discursos jurídicos e outros semelhantes têm formas convencionais porque surgem em situações com estruturas e elementos semelhantes e porque os retores respondem de modo semelhante”. Em outras palavras, os discursos de posse, os obituários, os epitáfios, as sentenças judiciais, entre outros, existem em nossa sociedade em virtude de situações comparáveis continuarem a ocorrer e a motivar a realização desses gêneros.

A autora enfatiza que “o número de gêneros correntes em qualquer sociedade é indeterminado e depende da complexidade e diversidade da sociedade” (Miller, 2012, p. 34), dado que eles não são apenas classificadores do discurso, mas formas de agir socialmente, e, por isso, são infinitos. Miller (1984, 2012), inicialmente, estabeleceu cinco características da sua compreensão de gêneros: 1) eles são uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação da ação retórica; 2) são interpretáveis por meio de regras de funcionamento; 3) o gênero não é apenas a forma, mas a fusão entre a forma e a substância; 4) eles são padrões de ações sociais recorrentes que constituem nossa vida cultural; 5) medeiam as intenções públicas e privadas decorrentes das exigências sociais de cada situação retórica.

Em trabalhos posteriores ao artigo de 1984, Miller (1994) admitiu que sua concepção inaugural de gêneros não apresentou, efetivamente, uma ancoragem epistemológica respaldada e solidificada no âmbito das ciências sociais sob um escopo pós-positivista. Por essa razão, talvez, sua definição ainda mantinha um certo aspecto formalista, mesmo que a autora tenha tentado se desvencilhar dele ao reelaborar o conceito de situação retórica.

Com vistas a melhor amparar uma teoria da ação humana, tão pertinente para os estudos na temática, a autora passou a dialogar com a Teoria da Estruturação de Giddens (1991), que elaborou o conceito de estrutura para se referir ao princípio gerador das práticas sociais. A estrutura, no quadro epistemológico giddensiano, diz respeito ao conjunto de regras e recursos que regula e padroniza a ação humana, bem como possibilita a reprodução de práticas sociais, dado o seu caráter normativo. Na paisagem teórica desse autor, as práticas se referem ao conjunto de procedimentos, técnicas ou métodos mobilizado pelos agentes humanos em suas atividades sociais. Trata-se, portanto, de um conceito cujo foco está direcionado ao fazer humano. Retomaremos essas noções ao longo deste capítulo.

A princípio, precisamos dizer que a abordagem do autor é relevante para a linha de estudos representada por Miller (1994), por apresentar uma crítica às ciências sociais de inspiração positivista, as quais enfatizavam “a preponderância do todo social sobre suas partes individuais (os atores, sujeitos humanos)” (Mont’alvão; Neubert; Souza, 2011, p. 188). É imperativo salientar, ainda, que essa teoria se fundamenta na ideia de que as ciências sociais não podem se basear em uma visão determinista do meio, tampouco devem sobrepor as

experiências dos atores sociais, mas focalizar o estudo de práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. Isso significa dizer que, longe de hierarquizar alguma primazia do social sobre o individual ou dos atores ante à estrutura social, postula-se uma compreensão dialética, na qual se entende que o meio tanto influencia as atividades humanas, quanto pode ser mutualmente transformado pelas ações dos indivíduos.

Em conformidade com as proposições de Giddens (1991), o tempo e o espaço representam variáveis cruciais para a teoria da estruturação e focalizam, grosso modo, a disposição temporal ou espacial das interações – como no caso da comunicação face a face, em que ambos os agentes compartilham o mesmo espaço e tempo. Com o advento da modernidade tardia e a constante evolução dos meios de comunicação e transporte, no entanto, a sociedade passou a dispor de *mecanismos de desencaixe do tempo-espaço* (Giddens, 1991), sobretudo após a criação de recursos como telégrafo, telefone, televisão, rádio e internet. Desde então, as relações humanas passaram a ser definidas não pelo simples compartilhamento do mesmo momento e lugar, o que propiciou um maior dinamismo para a atividade social e marcou, de diversas formas, os modos de interação nas sociedades tardias.

Isso significa dizer, conforme as palavras de Giddens (1991, p. 22), que “os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles”, possibilitando “o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 1991, p. 24).

Miller (1994), ao comentar essa perspectiva, afirma que a noção de estruturação está relacionada, ainda, a uma ordem virtual que orienta a atividade humana, mas não a determina totalmente. No que toca a esse ponto, Giddens (1991) especifica uma característica crucial para o conceito de estrutura: a sua *dualidade* – uma vez que é tanto o resultado quanto o meio para a ação humana. Essa conceituação se pauta pelo entendimento de que os indivíduos não são assujeitados ao meio social e incorpora a visão de que eles são, de fato, agentes sociais. Desse modo, a estrutura se configura como elemento condicionador da ação humana, ao mesmo tempo que é o resultado dela, dado que as ações dos indivíduos se ancoram nas regras e nos recursos da estrutura, de modo não apenas a reproduzi-la, mas também a modificá-la.

Reitera-se, assim, que agência humana, em suas diversas possibilidades de realização, é organizada por meio das dinâmicas espaço-temporais e que cabe aos estudiosos analisarem como as práticas se organizam nessas dinâmicas e como elas se tornam estáveis e recorrentes. A noção de prática social para Giddens (1991), de igual modo, baseia-se nessa dualidade da estrutura e preconiza que sua realização se fundamenta na já aludida ideia de agentividade: os atores interpretam as situações de modo a agir socialmente, reproduzindo práticas sociais

específicas ou, até mesmo, modificando-as. Pode-se dizer, em suma, que a reprodução e a mudança se constituem como dois processos inerentes às práticas sociais modernas.

A reprodução de práticas acontece, primordialmente, em virtude de as estruturas sociais apresentarem regras normativas que condicionam, em certa medida, os modos de ação. De maneira concisa, podemos entender como parte das *regras* os direitos, os deveres e os variados princípios simbólicos de como agir socialmente em determinadas práticas. Além de regras, essas práticas também demandam *recursos*, os quais focalizam os mecanismos materiais e/ou simbólicos que aparelham a agência humana. Giddens (1991) define dois tipos de recursos: os impositivos, concernentes a instrumentos que influenciam as ações humanas por meio de recursos autoritativos e de mecanismos de dominação; e os alocativos, que dizem respeito à posse, ao controle e à produção de objetos materiais que representam valor social.

Já como exemplo de modificação de práticas sociais a partir do uso de gêneros, citamos o trabalho de Araújo e Dieb (2014), o qual é demonstrativo de como estudantes da escola pública se apropriam e subvertem os gêneros trabalhados na sala de aula. Para a pesquisa referida, analisou-se a produção escrita de tirinhas a partir de ferramentas digitais. Observou-se que, em vez de utilizarem esse gênero apenas para atingirem propósitos escolares ou causarem efeito cômico, os participantes utilizavam-no para questionar o poder da estrutura escolar e vocalizar aspectos de sua vivência social, como a violência urbana.

Araújo e Dieb (2014) destacaram que a agentividade dos alunos foi percebida quando se apropriaram da atividade didática para “publicar sua voz e seu posicionamento frente à realidade social em que estão inseridos”, tendo em vista que eles “dialogaram com a escola através de uma provocação cuja finalidade foi a de promover discussões sobre temas que são considerados por eles como conteúdos ausentes na prática pedagógica daquela estrutura institucional” (Araújo; Dieb, 2014, p. 62). Portanto, extrapolaram-se os propósitos iniciais de uso daquele gênero no ambiente escolar.

Isso posto, sublinhamos que Miller (1994) traça um paralelo entre a teoria da estruturação e a retórica. A segunda corrente empregava o termo *recorrência* de situações, em vez de falar sobre *reprodução* ou *mudança*, como o fez Giddens (1991). Ao revisar sua proposição anterior (Miller, 1984, 2012), a autora sugere, então, que o gênero passe a ser visto como o principal elemento comunicativo da estrutura, pois se configura como objeto dotado de uma inerente capacidade de reprodução e mudança no meio social e pode se realizar por meio de diferentes dinâmicas de espaço e de tempo. Esse acréscimo à teoria retórica de Miller (1994), no entanto, não representa uma ruptura em sua caracterização de gênero como *forma de ação social*. Na realidade, a estudiosa passa a incorporar uma teoria social mais robusta para

fortalecer sua própria definição, de modo a entender o gênero como mediador da relação entre o indivíduo e a sociedade e, portanto, como integrante da estrutura social.

Com esse deslocamento, compreendemos que a participação dos indivíduos nas interações sociocomunicativas mediadas por gêneros não é marcada apenas pelo assujeitamento perante as padronizações impostas pela estrutura, mas também pelo poder de agência. Ou seja, ao se amparar em princípios giddensianos, reitera-se o papel da ação humana na atividade social, sendo os gêneros entendidos, no âmbito dos ERG, como mediadores dessa interação. Tal desdobramento consolida a visão de que “a gama de gêneros disponíveis para aprendermos e integrarmos ao nosso repertório de ações define em grande parte os padrões característicos de interação dentro de uma sociedade” (Bazerman, 2007, p. 132).

Essa discussão, por fim, leva-nos à compreensão de que os gêneros são meios de agir. Caracterizam-se como parte integrante da sociedade, por serem elementos regulares de nossas práticas, por as possibilitarem e serem o meio para a ação social. É igualmente notório que outros estudos nessa orientação têm visado a expandir fronteiras epistemológicas, preocupando-se, ainda, com o processamento cognitivo relacionado aos gêneros e com o seu papel nas práticas e nos eventos de letramento (Bazerman, 2011). Porém, entendemos que essas discussões, embora relevantes, não são primordiais para os objetivos elencados neste trabalho.

As proposições aqui discutidas obtiveram grande adesão da comunidade acadêmica, visto que serviram de embasamento teórico para diversas pesquisas e exerceram grande influência em novas teorizações sobre esses objetos. Um exemplo a esse respeito, cuja menção é imperativa neste trabalho, destaca-se em quadros como a Análise de Discurso Crítica, que buscaram fundamentação nos ERG para elaborar suas próprias caracterizações acerca dos artefatos genéricos.

Dito isso, apresentaremos, a seguir, os princípios norteadores da vertente dialético-relacional da Análise de Discurso Crítica, almejando alcançar uma discussão que contemple as contribuições que esse campo tem apresentado para os estudos da área.

2.1.3 As contribuições dialético-relacionais da Análise de Discurso Crítica

A Análise Crítica de Gêneros, nos moldes em que tem sido balizada por pesquisadores brasileiros (Bonini, 2011, 2017; Meurer, 2000, 2005; Motta-Roth, 2008), desponta como um campo de pesquisa que tem por objetivo situar uma dimensão crítica nos estudos sobre tal objeto. Esse componente de *críticidade* alude às ciências sociais críticas, que reúnem panoramas investigativos dedicados não apenas a debater pontos de vista teóricos e acadêmicos,

mas a tomar como pontos de partida problemas sociais situados em uma dada conjuntura histórica e analisá-los por um viés político. Esse posicionamento é compartilhado pela Análise de Discurso Crítica (ADC), da qual a Análise Crítica de Gêneros é tributária, e sobre a qual discorreremos, a fim de continuarmos nosso resgate em torno das epistemologias que a constituem.

Melo (2018) situa a ancoragem epistemológica das ciências críticas e indica três características fundamentais: 1) o tipo de evidência que são capazes de apontar, já que a preocupação dos estudos nessa orientação está voltada para a análise dos processos de encobrimento das situações de opressão, bem como para o exame de como manifestações ideológicas que aparelham práticas sociais permitem a realização de opressões veladas; 2) o grau de envolvimento com o objeto analisado, visto que tomam como alvo da investigação não apenas o objeto *per se*, mas toda a problemática social envolvida; 3) o modo como se relacionam com o público de suas pesquisas, pois almejam trazer reflexividade, isto é, oferecer uma maior clareza acerca de problemas sociais e auxiliar para que os sujeitos que se encontram em situação de desvantagem social tomem conhecimento das opressões ocultas que a sociedade os impõe a partir do acesso aos desdobramentos da pesquisa.

Com base nessa descrição, pode-se resumir a abordagem crítica em três posicionamentos: denunciativo, engajado e pedagógico. Esses posicionamentos, ainda segundo Melo (2018), influenciaram, em grande medida, os estudos da linguagem ao final do século XX, quando a Linguística passava por uma reorientação de seu escopo investigativo e começaram a surgir os primeiros trabalhos em que o pesquisador da linguagem vislumbrava o seu papel como cientista crítico, sobretudo entre os vinculados à Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e à Linguística Crítica (LC) – campos pioneiros nesse horizonte teórico.

A ADC surge nesse cenário como o resultado de um movimento teórico praticado por diferentes estudiosos associados à LSF e à LC, que culminou no desenvolvimento de várias abordagens para a análise do discurso. Magalhães, Martins e Resende (2017), ao fazerem essa historiografia, destacam que a ADC não se resume a uma única proposta teórica, mas se remete a uma ampla diversidade de perspectivas que têm em comum a prática de análise linguística, semiótica e discursiva voltada para questões de justiça social. Os autores pontuam que essa pluralidade pode ser sintetizada conforme o Quadro 1, apresentado a seguir:

Quadro 1 – Estudos de ADC

ABORDAGENS	AUTORES
1) Histórico Discursiva (HD)	Reisigl e Wodak
2) Linguística de <i>Corpus</i> (LiC)	Mautner
3) Atores Sociais (AS)	Van Leeuwen
4) Análise de Dispositivo (AD)	Jäger e Maier
5) Sociocognitiva (SC)	Van Dijk
6) Dialético-Relacional (DR)	Fairclough

Fonte: Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 28). Adaptado de Wodak e Meyer (2009, p. 20).

Essas seis linhas de estudo têm em comum o ímpeto crítico e a explicitude político-ideológica, que, nos termos de Melo (2018, p. 32), significa “revestir a prática científica de um projeto de intervenção que estreite a relação do conhecimento científico com a sociedade em geral e produza mudanças favoráveis para aqueles(as) que se encontram em situações de desvantagem social”. O autor pontua que é por essa razão que tais panoramas se baseiam em abordagens transdisciplinares, congregando diversas áreas do conhecimento humano.

Magalhães, Martins e Resende (2017), no entanto, informam que as abordagens destacadas no Quadro 1 são distintas metodologicamente por um contínuo de indução-dedução. Abordagens como a HD, AS, LiC e AD são mais abertas e orientadas para as análises indutivas de grandes volumes de textos, enquanto as vertentes SC e DR, por exemplo, tendem a apresentar um arcabouço teórico-analítico fechado, em que os dados costumam ser analisados dedutivamente a partir de categorias e métodos dados *a priori*.

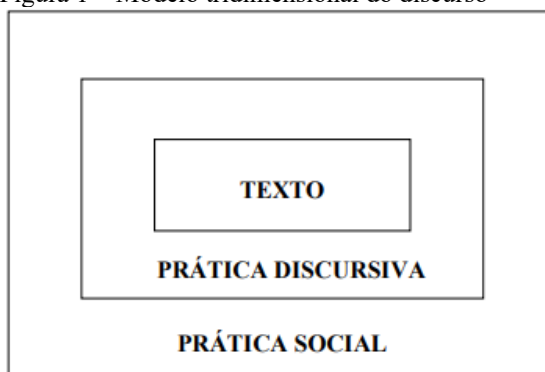
Como a ACG se fundamenta no escopo dialético-relacional da ADC, cujo principal expoente é Fairclough (1989, 1992, 2003), teceremos maiores considerações sobre essa abordagem em específico, dada a sua relevância para o estudo aqui delineado.

Os trabalhos de Fairclough (1989, 1992, 2003), voltados à elaboração de seu construto teórico-metodológico, ancoram-se em bases teóricas diversas, como os pressupostos da Escola de Frankfurt, do Círculo de Bakhtin, dos estudos discursivos de Michel Foucault, bem como da LSF. Sua compreensão de gêneros é derivada dos ERG. Optamos, no entanto, por não nos estender em uma historiografia da constituição desses campos de estudo, mas em debater os principais fundamentos do quadro dialético-relacional da ADC no modo em que se apresenta hoje, almejando alcançar a discussão sobre gêneros por esta empreendida e entender a influência que esse campo do conhecimento exerceu na ACG praticada no Brasil.

É essencial discutir que Fairclough (2003) situa a noção de discurso como uma forma de prática social, sendo caracterizado como um modo de agir e de representar o mundo. Ao pensar o discurso como prática social, depreende-se que ele não se constitui meramente como um ato situacional, ou seja, não é um evento individual isolado, mas uma prática inserida em uma estrutura (cf. Giddens, 2001, cf. 2.1.2). Por essa razão, Fairclough (1989, p. 17) demonstra que o seu foco está na relação dialética em que “o discurso tem efeito sobre as estruturas sociais, assim como é determinado por elas”. Diante disso, podemos afirmar que ambos – discurso e sociedade – se constituem mutuamente.

Fairclough (1992), inicialmente, desenvolveu uma metodologia de análise em três dimensões, a saber: 1) o texto, 2) a prática social e 3) a prática discursiva. Esse modelo tridimensional é apresentado pelo autor a partir de uma figura, na qual situa a dimensão do texto no interior da prática discursiva, que, por sua vez, estaria inserida na extensão da prática social. A Figura 1, apresentada a seguir, representa a proposta metodológica do autor.

Figura 1 – Modelo tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough (1992, p. 73, tradução nossa).

Nesse modelo, o *texto* é encarado como um evento discursivo e pode ser analisado com base em categorias que compreendem aspectos gramaticais e vocabulares, bem como a coesão e a organização textual. Na análise da *prática discursiva*, por outro lado, vislumbra-se a dimensão da linguagem em uso, na qual se consideram os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, bem como sua relação com outros textos, a partir de categorias como a coerência, a intertextualidade e a interdiscursividade. Por fim, na *prática social*, examinam-se duas categorias: a ideologia – por meio de elementos semânticos, como as pressuposições e metáforas; e a hegemonia – que operacionalmente se volta para a observação da conjuntura econômica, política e cultural em que o texto está inserido.

Quando falamos em ideologia, na perspectiva de Fairclough (1989, p. 84, tradução nossa)⁷, entendemo-la como uma categoria que compõe a dimensão analítica da prática social e que está “essencialmente vinculada a relações de poder”⁸. O autor discute que a ideologia é mais efetiva quando é menos visível, já que é somente de modo velado que ela consegue sustentar as desigualdades de poder. Considerando o aspecto dialético que permeia toda a teorização do autor, é seguro afirmar que a ideologia se manifesta nas práticas sociais, mas, naturalmente, também está localizada nos textos, isto é, nos eventos discursivos, os quais, por sua vez, também estão relacionados à prática discursiva, já que essa dimensão focaliza os aspectos de produção, distribuição e consumo dos textos. Essa compreensão é decorrente do fato de que, na vertente da ADC em discussão, os conceitos são perpassados por uma relação dialética, de modo que não são separáveis, mas estão intimamente correlacionados.

É preciso enfatizar que a caracterização de ideologia em Fairclough (1992) deriva das percepções de Thompson (2002), que elenca cinco tipos de operações da ideologia, a saber: 1) *Legitimação*, uma vez que as relações assimétricas de poder são tratadas socialmente de modo justo e naturalizado, como estratégia para legitimar a desigualdade; 2) *Dissimulação*, na medida em que busca ocultar ou minimizar a percepção sobre essas relações de poder; 3) *Unificação*, que se configura como a estratégia de criar identidades coletivas que padronizam grupos sociais, com o objetivo de controlá-los; 4) *Fragmentação*, pois a ideologia também pode operar de modo oposto, isto é, criar mecanismos para dividir e segmentar grupos, os quais podem, eventualmente, se fortalecer e desafiar o poder dominante; e 5) *Reificação*, que se baseia em apresentar as relações de dominação de modo permanente e imutável.

Com isso, a ADC postula que tudo o que é ideológico é caracterizado por relações de dominação. Enfatiza-se, ainda, que a ideologia é essencialmente vinculada à sustentação do poder dominante, ou seja, não se concebe a existência de uma ideologia neutra, tendo em vista que ela estaria sempre a favor da manutenção de desigualdades.

Com esse recorte, a noção de poder surge decorrente da concepção de hegemonia, nos termos de Gramsci (2014), e diz respeito a formas de dominação ideológica que uma classe social impõe a outra. Em virtude da filiação gramsciana, o conceito de luta hegemônica também é incorporado ao escopo teórico de Fairclough (1992), que assevera que os embates sociais e ideológicos podem ser travados também no âmbito das práticas discursivas, as quais, por sua vez, podem causar instabilidade nas relações de dominação da sociedade. Em outras palavras,

⁷ Todas as traduções são de nossa autoria e as citações na língua original serão apresentadas em nota de rodapé.

⁸ “as essentially tied to power relations” (Fairclough, 1989, p. 84).

o autor postula que o discurso também faz parte das disputas hegemônicas e é o lugar privilegiado para a luta contra a desigualdade de poder com vistas à mudança social.

Foi no contexto dessa discussão que Fairclough (1992) elaborou o modelo tridimensional (cf. Figura 1), que considerava a análise do texto, da prática discursiva e da prática social. O que se salienta nesse modelo, no entanto, é uma centralidade do discurso sobre as práticas sociais, o que gerou críticas acerca da teorização do autor em uma abordagem que se diz dialética, uma vez que a análise social se dá via análise discursiva. Cientes dessa problemática, Chouliaraki e Fairclough (1999), ao debaterem a relação entre o discurso e a mudança social, aprofundaram os diálogos entre a ADC e as teorias sociais críticas contemporâneas, como a Teoria da Estruturação, em um movimento semelhante àquele empreendido por Miller (1994) nos ERG e anteriormente discutido no tópico 2.1.2.

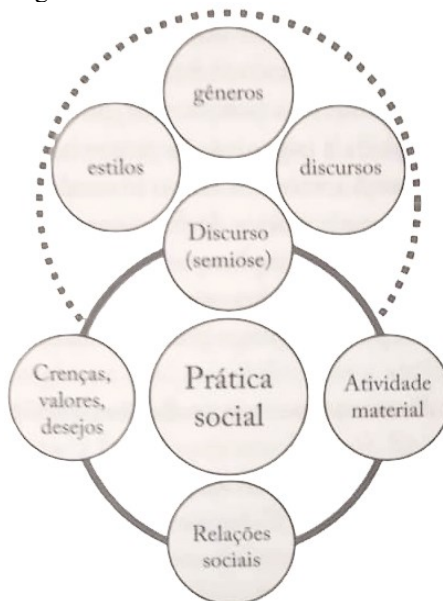
Além da noção de estrutura social, mencionada na subseção supracitada, os autores se aprofundam no debate sobre a modernidade tardia, para situarem o contexto de produção dos discursos, isto é, o período histórico marcado pela separação do tempo e do espaço, bem como pelos mecanismos de desencaixe, que designam modelos de interação nos quais o tempo e o espaço se deslocam e não estão obrigatoriamente concomitantes.

Somada a esses fatores, a modernidade tardia se caracteriza, ainda, pela possibilidade que os atores sociais têm de promoverem a reflexibilidade, isto é, uma *construção reflexiva* em que os indivíduos com acesso à informação e a diversas formas de conhecimento, oportunizada pelos mecanismos de desencaixe, teriam maiores possibilidades de compreender e descortinar as situações de opressão que vivenciam. Nas precisas palavras de Giddens (1991, p. 39), a reflexividade “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”. Para Chouliaraki e Fairclough (1999), é nesse contexto que o discurso se realiza na contemporaneidade. Logo, a análise da prática social não pode ignorar as teorizações sobre aspectos sociológicos relacionados a tal conjuntura.

Os autores, portanto, promovem um deslocamento teórico que descentraliza o discurso e o situa como um momento da prática social, ao lado de outros elementos que também a compõem, como crenças, relações sociais e atividades materiais. Posteriormente, Fairclough (2003) delimitou um método para analisar a prática discursiva, situando-a como parte da prática social e elencando alguns de seus constituintes: gêneros, estilos e discursos.

A figura a seguir sintetiza a proposta:

Figura 2 – Prática social e o momento discursivo



Fonte: Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 204).

Para Fairclough (2003), cada um desses constituintes do círculo tracejado simboliza um tipo de sentido para o discurso: o estilo se refere ao significado *identificacional*; os gêneros, ao significado *acional*; e os discursos, ao significado *representacional*. Essa classificação se configura como uma releitura da noção de função da LSF (Halliday, 1978, 1994). Fairclough (2003), no entanto, prefere entender que a linguagem é multifuncional, e opta por utilizar o termo significado, em vez de manter a nomenclatura de função.

Isso implica dizer que o discurso funciona socialmente a partir de três significados ou modos: o modo de ser, o modo de agir e o modo de representar. O autor enfatiza que esses três pilares são separados apenas para fins metodológicos, mas, na realidade, estão inexoravelmente interligados. É justamente por motivações metodológicas que, doravante, optaremos por um recorte em nossa discussão, com vistas a focalizar a caracterização de gêneros para esse quadro teórico, isto é, abordando os pressupostos que os concebem como um *modo de agir discursivamente* em vez dos significados representacional e identificacional.

Esse delineamento se dá em virtude da relevância de tal discussão para o nosso objeto. Cabe reiterar que, apesar de termos apresentado aspectos teórico-metodológicos da ADC, o propósito desta discussão é, primordialmente, o de alcançarmos a compreensão e as contribuições que esse campo do conhecimento gerou para a pesquisa sobre gêneros, haja vista a influência de tais concepções para a Análise Crítica de Gêneros à qual nos filiamos.

Os gêneros, na ADC, são caracterizados como parte dos modos de agir. É seguro afirmar que essa conceituação é tributária das contribuições dos ERG, que os definiram como formas de ação social. Fairclough (2003) estabelece dois pontos preliminares em sua argumentação

sobre gêneros. Em um primeiro momento, o autor preconiza que eles podem variar em graus de estabilização, fixidez e homogeneização, dado que podem ser altamente ritualizados, como os acadêmicos ou até mesmo os religiosos; e outros mais fluidos, como os anúncios publicitários. Em segundo lugar, acrescenta que esses objetos não demandam uma terminologia específica para que sua existência ocorra, já que uma ampla gama deles se encontra estabilizada nas práticas sociais, ainda que não sejam necessariamente nomeados.

Em seu panorama teórico para investigá-los, o analista do discurso operacionaliza três níveis de análise: pré-gênero, gênero desencaixado e gênero situado. Cada um deles se situa em níveis de abstrações diferentes. No que diz respeito aos *pré-gêneros*, o autor os posiciona no grau mais alto de abstração de seu desenho teórico, uma vez que correspondem a categorias como narração, argumentação, descrição e conversação. Fairclough (2003) postula que os pré-gêneros podem perpassar diversas práticas sociais, tendo em vista que é possível encontrar, por exemplo, gêneros da ordem do narrar em vários campos. A esse respeito, podemos citar o romance, a crônica e a parábola como artefatos alicerçados no pré-gênero narrativo e que atravessam práticas sociais do campo literário, do jornalístico e do religioso. De igual modo, podemos encontrar pré-gêneros argumentativos, descritivos ou conversacionais atravessando diversas outras práticas sociais e múltiplos gêneros.

Os *gêneros desencaixados*, por sua vez, são caracterizados como uma tecnologia social menos abstrata que os pré-gêneros, e ultrapassam, também, diferentes redes de práticas. A *entrevista* seria um exemplo de gênero desencaixado, já que pode compor práticas sociais específicas voltadas ao mundo do trabalho, do jornalismo, da ciência ou da política. O mesmo se aplica à *resenha*, que se vincula a práticas acadêmicas e jornalísticas. Em um diálogo com J. Araújo (2021), entendemos que essa categoria se refere a gêneros que se constelam por se adequarem às múltiplas esferas da atividade humana. Por isso, um artefato como a entrevista ou a resenha, quando vinculado a práticas sociais diferentes, ganha contornos singulares.

Por fim, os *gêneros situados*, diferentemente dos *desencaixados*, configuram-se como objetos particularmente vinculados a práticas sociais específicas. Por essa razão, constituem-se em função da sua dinâmica social e, normalmente, são acrescidos de um qualificador. Retomando o exemplo anterior, poderíamos citar a entrevista de emprego, a entrevista jornalística ou a entrevista de pesquisa; assim como a resenha de jornal, a resenha literária ou a resenha acadêmica como exemplos de gêneros situados. Os gêneros situados, assim, são aqueles que estão intimamente interligados a uma prática social dada.

A discussão do autor avança, ainda, de modo a considerar que os gêneros estabelecem relações entre si. Entre esses tipos de relações, Fairclough (2003) se debruça sobre o que chama

de *cadeias de gêneros*, conceito que assume grande pertinência para entender as formas de ação social organizadas pelo objeto em discussão.

O pressuposto para a noção é o de que os gêneros estão interligados por um encadeamento que conecta diferentes modos de agir – que são, naturalmente, realizados mediante os gêneros que se encadeiam. Swales (2004), nesse sentido, ilustra o conceito por meio da cadeia de gêneros envolvida na apresentação oral em uma conferência, a qual pode ser iniciada com uma chamada para resumos, que conduz à produção e à submissão de resumos e, conseqüentemente, a uma possível carta de aceite, que desencadearia diversas outras ações sociais, incluindo a apresentação oral do trabalho científico.

Por outro lado, os gêneros também podem ser analisados individualmente. A esse respeito, Fairclough (2003) elabora um percurso teórico que pode orientar análises de gênero individualizadas. O primeiro passo seria examinar a i) *atividade*, ou seja, observar o que os atores sociais fazem com os gêneros, quais são seus propósitos comunicativos e suas estratégias ao utilizarem determinado artefato genérico. Destacam-se, na sequência, as ii) *relações sociais* que são constrangidas pelos gêneros, nas quais se pode observar o grau de hierarquia social neles pressuposta, como: quem tem direito à fala, quem é silenciado, se o discurso é público ou privado ou qual grau de institucionalidade do gênero. Por fim, ainda assumem posição importante as maneiras como as iii) *tecnologias da comunicação* influenciam nas formas de interação social e o modo como os gêneros mediados por recursos eletrônicos se organizam.

Sabemos que o debate sobre a ACD pode se estender e abarcar mais uma amplitude de categorias, conceitos e elucubrações sobre a relação entre o discurso e a sociedade. No entanto, almejamos ter deixado explicitadas as principais contribuições oferecidas por esse campo do conhecimento para os estudos sobre gêneros em uma perspectiva crítica. Desse modo, é imperativo retomar algumas ideias, como a de que os gêneros são modos de agir; possuem níveis de abstração diferentes; estabelecem conexões entre si e podem ser analisados tanto individualmente quanto considerando suas relações intergenéricas. Soma-se a isso, ainda, a ideia de que exercem funções nas estruturas de poder, pois podem contribuir tanto para a perpetuação de ideologias quanto, até mesmo, para a mudança social.

À vista disso, sintetizaremos, a seguir, a Análise Crítica de Gêneros. Esse quadro transdisciplinar se baseia em teorias advindas dos múltiplos estudos na matéria, inclusive dos quadros anteriormente apresentados – a vertente do Círculo de Bakhtin, os ERG e a ADC – e servirá de norte para o percurso teórico-metodológico que realizamos neste estudo, com vistas ao desenvolvimento da análise.

2.1.4 A Análise Crítica de Gêneros

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da chamada Análise Crítica de Gêneros (ACG) emergem em um momento histórico marcado pelo que Bhatia (2004) definiu como a fase em que as pesquisas dessa área passaram a tomar como foco investigativo aspectos de natureza contextual. O pesquisador distinguiu três tendências teóricas que orientaram substancialmente as investigações sobre gêneros em períodos diferentes: a primeira teria se voltado para a verificação de elementos léxico-gramaticais e se projetou entre os anos 60 e 80; a segunda, por seu turno, centrou-se no exame da organização retórico-composicional dos gêneros e exerceu forte influência na academia entre os anos 80 e 90; e a última, concernente ao período atual, focaliza esse objeto de estudo a partir de sua dimensão contextual.

Segundo Motta-Roth (2008), ao final dos anos 90, os trabalhos do Círculo de Bakhtin, bem como a ADC de tendência faircloughiana passaram a definir e influenciar fortemente os movimentos de pesquisa que se dedicavam à observação dos aspectos não estritamente linguístico-composicionais que caracterizavam tais artefatos. A preocupação com particularidades do contexto social, do discurso e da ideologia passaram a chamar a atenção dos estudiosos, provocando uma expansão do escopo de pesquisa que demandou a elaboração de propostas que considerassem as condições de produção, de distribuição e de consumo, bem como os aspectos associados à conjuntura histórico-social em que os textos são veiculados.

Nesse cenário marcado pelo alargamento de fronteiras, Bhatia (2004) observou uma mudança no eixo de pesquisa em que os aspectos linguístico-composicionais deixariam de ser o núcleo central da investigação, que passaria a se concentrar, cada vez mais, na dimensão crítica dos gêneros, o que deu margem, mais tarde, para a sua proposta de ACG (Bhatia, 2008). As análises críticas, segundo o posicionamento desse autor, considerariam esses objetos como entidades situadas em práticas sociais de linguagem, sobretudo voltadas a contextos acadêmicos e profissionais. Precisamos enfatizar, todavia, que a qualificação *crítica* dos estudos de Bhatia (2007) refere-se, essencialmente, à ênfase dada à dimensão social do gênero. Segundo Bezerra (2017), essa conceituação diverge, em certa medida, da ACG proposta e praticada por pesquisadores brasileiros, sobretudo entre aqueles que se posicionam em uma linha de continuidade aos estudos pioneiros de Meurer (2000, 2005).

A ACG brasileira, por sua vez, é tributária das contribuições do referido autor, que propunha que a pesquisa crítica sobre tal objeto estaria situada no âmbito da Linguística Aplicada, em diálogo com a ADC. Isso implica entender que o adjetivo *crítico*, nos moldes da vertente proposta por Meurer (2000, 2005), é tributário dos estudos críticos da linguagem.

Desse modo, a perspectiva em destaque compartilha das características das pesquisas descritas por Melo (2018), anteriormente mencionadas (cf. 2.1.3), que pressupõem um posicionamento denunciativo, engajado e pedagógico sobre problemas sociais concretos.

Inserida nesse contexto, Motta-Roth (2008), posteriormente, imprimiu uma visão própria à ACG, que veio a amplificar as possibilidades de interseções teóricas, ao argumentar que essa linha investigativa também poderia manter vínculos transdisciplinares com as teorias bakhtinianas, com os ERG, com o Interacionismo Sociodiscursivo, bem como com as reflexões freireanas da pedagogia crítica em diálogo com o ensino de línguas.

Em uma linha até certo ponto paralela à de Motta-Roth (2008), destaca-se também a abordagem praticada por Bonini (2010). De acordo com a interpretação de Bezerra (2017, p. 118), a orientação que guia esse autor é “relativamente independente da de Désirée Motta-Roth”, embora seja possível observar mais convergências do que divergências em ambos os cenários, sobretudo no que concerne aos diálogos transdisciplinares estabelecidos.

Os trabalhos de Bonini (2010, 2011, 2013) indicam uma filiação, do ponto de vista metodológico, mais ancorada na ADC, sobretudo por conceber que “o gênero e seus componentes seriam estudados como parte das discussões em torno de problemas sociais, por exemplo, racismo, xenofobia ou relações de poder” (Bezerra, 2017, p. 118).

Motta-Roth (2008), por seu turno, tem demonstrado uma maior preocupação com questões relacionadas a posicionamentos enunciativos e gerenciamento de vozes (Motta-Roth; Marcuzzo, 2010) em pesquisas que investigam o poder hegemônico do discurso da ciência frente ao discurso da popularização científica (Motta-Roth; Lovato, 2011; Motta-Roth; Rossi, 2012; Motta-Roth; Scherer, 2016).

Embora ambas as perspectivas se pautem por uma inclinação teórica que situa o gênero como elemento central e responsável pela realização das práticas sociais de linguagem, é possível notar que alguns dos trabalhos mais recentes de Bonini (Bonini, 2017; Ferretti-Soares; Bonini, 2017; Figueiredo; Bonini, 2017) representam um foco investigativo expressamente voltado à análise de problemas sociais, com vistas a empreender reflexões sobre o lugar dos gêneros nas assimetrias de poder.

Tomando consciência da pluralidade de percepções que podem ser atribuídas ao mesmo quadro – a ACG –, destacamos que a abordagem de Bonini (2010, 2011, 2013) parece mais influenciada pelos estudos discursivos de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), que estabelecem uma metodologia para a análise das relações de dominação via linguagem em cinco passos: 1) percepção de um problema social; 2) identificação de aspectos das práticas sociais que sustentam o problema; 3) identificação da função do problema na prática

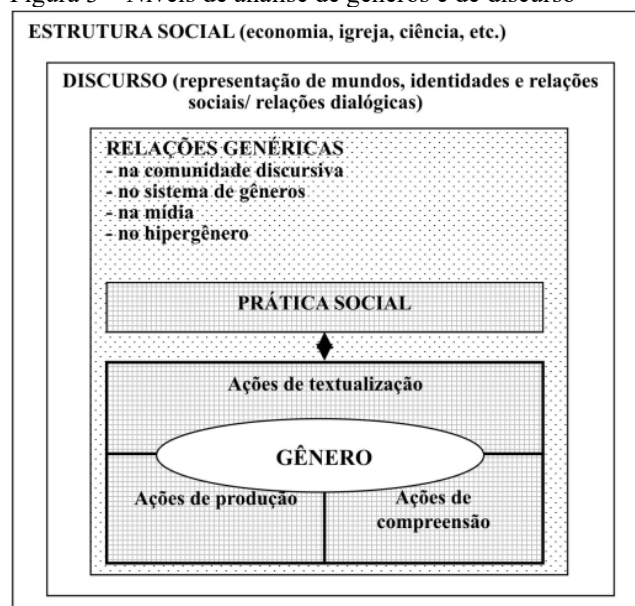
investigada; 4) identificação de meios para superar o problema e 5) proposição de uma construção reflexiva sobre os resultados encontrados. O forte vínculo com a ADC, portanto, perpassa boa parte da discussão sobre esse campo, dando margem, inclusive, para convergências teóricas com os estudos bakhtinianos e/ou com os ERG (Bonini, 2013).

A importância da ACG, ademais, ressalta-se quando observamos que “em sociedades profundamente semiotizadas como as atuais, as formas de exercício do poder têm migrado cada vez mais de atividades materiais para atividades simbólicas ou discursivas (por ex., via gêneros)” (Figueiredo; Bonini, 2017, p. 764). Essa percepção é importante, na medida em que operacionaliza as análises de modo a trazer ciência sobre a “forma como esse gênero representa, recontextualiza e (re)constrói o problema social” (Figueiredo; Bonini, 2017, p. 764). Diante disso, podemos enfatizar, então, que essa proposta é útil para nos mostrar como os gêneros podem atuar como forma de intervenção em um dado problema social.

Do ponto de vista epistemológico, C. Lima (2013, p. 34) – ao comentar a perspectiva baseada nos estudos de Bonini (2011) –, destaca que a ADC e a ACG “não constituem terrenos teóricos separados, com fronteiras disciplinares descontínuas”, mas apresentam posicionamentos comuns, como a preocupação e as problematizações acerca do papel da linguagem na legitimação ou resistência em problemas sociais. Figueiredo e Bonini (2017) indicam que a ACG tem sido pensada como uma abordagem ancorada no panorama discursivo-crítico de Fairclough (2003), acrescida de uma teoria que orienta o estudo e a investigação dos gêneros. Diante disso, assumimos o posicionamento teórico-crítico da ACG proposta por Bonini (2011), inspirada pela ADC, adotando como teoria para a análise de gêneros as concepções que derivam dos ERG (cf. 2.1.2).

Já em uma perspectiva metodológica, Bonini (2010, 2011) propõe que a ACG se ancora em três níveis: a estrutura social, o discurso e o gênero. O autor sumariza sua abordagem com o esquema ilustrado na Figura 3, o qual comentaremos posteriormente:

Figura 3 – Níveis de análise de gêneros e de discurso



Fonte: Bonini (2011, p. 690).

O nível da *estrutura social*, no topo da figura, é entendido com base em Fairclough (2003), que, por sua vez, é tributário de Giddens (1991). O conceito refere-se a entidades abstratas, como a economia, a igreja ou a ciência (cf. 2.1.2 e 2.1.3). O segundo nível concerne aos *discursos*, concebidos como entidades que representam o mundo, expressam identidades e são marcados por processos dialógicos (cf. 2.1.3 e 2.1.1). Esses discursos se atualizam no nível das *relações genéricas*, que contempla a análise de modos de ação social, os quais se realizam como *práticas sociais*. É preciso destacar, ainda, que Bonini (2011) reabilita a noção de prática social em seu escopo teórico para se reportar aos tipos de ações que podem ser realizadas em um gênero, a saber: ações de textualização, de produção e de compreensão.

Bonini (2010, 2011) sugere que as pesquisas que se baseiam nos níveis de análise da Figura 3 podem seguir caminhos diferentes. Entre eles, destaca-se um modelo de estudo (a), centrado na base da ilustração, dedicado à análise de gêneros individuais e com ênfase nas *práticas sociais* e nos seus modos de ação de textualização, produção e compreensão. Podemos mencionar, ainda, uma investigação (b), que segue um *itinerário ascendente*. Esse roteiro de pesquisa (b) expande a análise centrada individualmente em um único gênero (modelo a) e se irradia para além do nível da prática social, ascende ao detalhamento das categorias apresentadas na parte superior e visa a atingir as camadas analíticas referentes também às relações genéricas, ao discurso e à estrutura social, contemplando, assim, todos os níveis.

Também é possível seguir uma trajetória (c) de *natureza descendente*, que partiria do topo da figura, ou seja, iniciaria com o exame da estrutura social até chegar à investigação sobre o discurso e às relações genéricas. O autor entende que esse terceiro percurso (c) representaria

uma análise de discurso, enquanto as rotas (a) e (b) consistiriam em análises de gêneros. Reitera-se que o modelo centrado em (a) – nas práticas sociais – focalizaria o estudo individual de um dado gênero, investigando-o como um objeto em si mesmo, enquanto o trajeto (b) focalizaria uma análise *crítica* de gêneros, pois ascende a categorias superiores que dão conta das relações genéricas, do discurso e da estrutura social.

Em outros termos, podemos sintetizar que, a depender do recorte operado nos níveis listados na Figura 3, é possível trabalhar com pelo menos três perspectivas:

- a) *análise de gênero em si mesmo* (gênero + componentes de gênero), que descreve aspectos relacionados à textualização do gênero que podem envolver a descrição de modos de leitura e escrita, organização textual e relações de gênero (em um sistema, para exemplo);
- b) *análise crítica de gênero* (gênero → discurso), que estuda gênero e seus componentes como parte das discussões em torno de um problema social (racismo, xenofobia, assimetrias de poder, etc.); e
- c) *análise crítica do discurso* (discurso → gênero) em que problemas são estudados do ponto de vista das representações discursivas e relações sociais, onde gêneros ou componentes genéricos funcionam como ferramentas para demarcar o contexto (Bonini, 2010, p. 491, tradução nossa)⁹.

Neste estudo, como já indicamos, seguiremos a abordagem de ACG nos moldes em que tem sido pensada por Bonini (2010, p. 491), com foco em uma perspectiva que se aproxima do descrito em (b), isto é, *a análise crítica de gênero*, “que estuda gênero e seus componentes como parte das discussões em torno de um problema social”. Por essa razão, esta pesquisa tem como ponto de partida um problema social específico, a saber: o aprofundamento de violações aos direitos humanos na contemporaneidade, conforme indicam os dados apontados pelo mais recente Relatório Anual da Anistia Internacional (2018) e o Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental (Brasil, 2022). O nosso trabalho, portanto, busca investigar as redes de conexões genéricas que constituem as práticas sociais de resistência, as quais se instauram em um *blog* que atua em defesa dos direitos humanos, a saber, o da organização *WITNESS*.

Ao longo dessa discussão, no entanto, tornar-se-á evidente que adotaremos caminhos e categorias um pouco diferentes das apresentadas na Figura 3. Ainda assim, entendemos que a nossa investigação se pautará por uma análise crítica de gêneros (b), em virtude de almejarmos trazer luz à problemática social destacada, bem como do interesse em conceber os objetos

⁹ “a) genre analysis itself (genre + genre components), which describes aspects related to the genre textualization which may involve describing ways of reading and writing, text organization, and genre relationships (in a system, for example); b) critical genre analysis (genre → discourse), which studies genre and its components as part of the discussions around a social problem (racism, xenophobia, power asymmetries, etc.); and c) critical discourse analysis (discourse → genre) in which social problems are studied from the viewpoint of discursive representations and social relationships, where genres or generic components function as tools to demarcate the context” (Bonini, 2010, p. 491).

elencados para além de sua existência material ou de sua natureza ontológica, pois também buscamos entender o seu funcionamento social em contexto de modernidade tardia.

Ainda nos reportando à Figura 3, destacamos que as categorias *estrutura social* e *discurso* retomam os debates dos tópicos 2.1.2 e 2.1.3, respectivamente, nos quais pontuamos as acepções de Giddens (1991) e Fairclough (2003) sobre esses conceitos. Já as categorias do quadro pontilhado, ou seja, as *relações genéricas* e a *prática social* – ponto de partida de nossa investigação – são noções interpretadas por Bonini (2010) para designar as interfaces interacionais que incidem sobre os gêneros e, conseqüentemente, sobre as formas de ação social. O nível da prática social, como reportado, refere-se às ações de textualização, produção e compreensão. Já as relações genéricas, segundo o autor, são agrupadas em quatro categorias: o hipergênero, a mídia, o sistema de gêneros e a comunidade discursiva.

Dito isso, discutiremos sobre cada uma destas, a iniciar pela definição proposta para *hipergênero*. Esse conceito tem sido mobilizado por Bonini (2011) desde o início dos anos 2000 para se referir aos agrupamentos genéricos que compõem o jornal. A categoria já foi relacionada a outras, como a de suporte e a de mídia, porém, em sua visão mais recente, Bonini (2011) a tem caracterizado como um gênero de nível superior, que se constitui como uma unidade de interação maior, na qual outros gêneros podem estar agrupados. Exemplos nesse sentido seriam o jornal, a revista e o *site*, que congregam diversos gêneros em sua composição.

A estruturação do hipergênero é descrita de duas maneiras: pelos *gêneros organizadores*, tal como o sumário, a introdução e o editorial, e pelos *gêneros de funcionamento*, como a notícia e a entrevista. A base teórica de sustentação para o conceito reside em uma releitura de Bakhtin (2011), visto que Bonini (2011) propõe que o hipergênero seria um macroenunciado, pois, assim como os enunciados, apresenta uma alternância de sujeitos do discurso, conclusibilidade e forma composicional típica. Discutiremos com mais precisão sobre esse tema no tópico 2.2.2, em que aprofundaremos o debate iniciado e apresentaremos algumas tentativas de contribuições para o estudo dessa noção.

Já para conceituar o papel da *mídia* nesse arranjo teórico-metodológico, Bonini (2011, p. 693) preconiza a visão de que ela se constitui em uma “forma tecnológica material de mediação da interação languageira”. Essa ancoragem da mídia como componente da análise de gêneros instaura um posicionamento teórico importante e original, na medida em que provoca alguns deslocamentos na tradição de estudos sobre gêneros no Brasil, a qual tem dedicado grandes esforços para situar o lugar dos suportes nessas abstrações.

O autor recorre à noção de mídia para se referir a tecnologias que possibilitam interações comunicativas e defende que ela pode ser descrita pela forma como é organizada, produzida,

recebida, bem como pelos suportes que a constituem. Os suportes, por esse ângulo, passam a ser encarados como elementos que realizam os modos de organização, produção e recepção das mídias, já que uma única mídia pode ser composta de vários suportes. Citando o exemplo da mídia televisiva, Bonini (2011) sugere que ela é formada por suportes como o microfone, a câmera e o aparelho de televisão, os quais possibilitam a sua realização.

Posteriormente, o autor defendeu que, para “além de especificidades de suporte, pode-se entender assim que as mídias são construídas socialmente”, sobretudo “porque essa mediação é construída socialmente, não se restringindo aos suportes físicos nela empregados” (Bonini, 2017, p. 169). Com isso, o estudioso sugere que o estudo da mídia não pode ignorar um aspecto histórico e contextual a ela inerente nem pode ser resumida a sua realização em dados suportes. O estudo dos suportes, inclusive, é tido como mais relevante quando se vincula ao estudo de mídias específicas, e não apenas sobre sua forma material.

Já para a investigação dos gêneros, a noção de mídia torna-se mais produtiva que a de suporte isoladamente, já que é na dimensão midiática que os gêneros circulam e seria ela a responsável pela mediação da interação linguageira – e uma mesma mídia pode ser responsável pela atualização de vários gêneros (Bonini, 2011).

No âmbito das relações genéricas, é possível discutir a ideia de *sistema de gêneros*. O termo remonta a Bazerman (1994), que observou que os gêneros podem estar dispostos em sequências regulares, nas quais um sucede o outro em interações comunicativas, o que, consequentemente, pode nos levar a maiores compreensões sobre como as práticas sociais se organizam. É preciso enfatizar que o propositur do conceito desenvolveu sua discussão de modo a entender que o sistema de gêneros pode auxiliar no entendimento de como esses artefatos se enquadram e instituem modelos organizacionais, papéis e atividades sociais. Estudar essa categoria sob tal perspectiva implica defender a visão já contemplada neste trabalho de que os gêneros são formas de ação e podem apresentar padrões relacionais previsíveis (ou não), em que um gênero se vincula a outro para realizar atividades sociais.

Esse tipo de relação genérica é útil para se estudar os gêneros que fazem parte de um sistema de atividades, na medida em que se pode discretizar os artefatos utilizados por agentes sociais ao realizarem suas tarefas em determinadas práticas. Nas palavras do próprio Bazerman (2020, p. 54), a categoria contempla “diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos”. Citando um exemplo levantado por Bezerra (2012), que investigou os sistemas de gêneros com os quais estudantes de Letras em EAD têm contato ao longo do curso, podemos observar uma pluralidade de artefatos

genéricos, os quais vão de fóruns, *webquests* e apresentações de *slides* a fichamentos, relatórios, artigos, *e-mails* e questionários de pesquisa, entre os muitos outros citados pela pesquisa.

Nessa esteira, Bonini (2011) afirma ainda que a mídia é um elemento que pode se realizar a partir de sistemas de gêneros. Ao retomarmos o caso da mídia televisiva, podemos dizer que a produção, edição e transmissão dos programas são possibilitadas por um sistema de gêneros que compreende desde o trabalho dos bastidores – como a elaboração de um roteiro – até o que vai ao ar para o público diariamente – como um episódio de um programa de TV –, além de outros variados objetos que são mobilizados para a realização da tarefa de exibir um programa televisivo. Essa noção, portanto, está entre as que podem ser contempladas na ACG.

As categorias aqui aludidas realizam as práticas sociais inerentes às *comunidades discursivas*. Esse conceito, ainda presente no nível das relações genéricas, é tributário de Swales (1990, 2004), que o cunhou para se referir aos mecanismos de interação, às relações sociais e às estruturas hierárquicas relacionados aos gêneros. A comunidade discursiva, na leitura de Bonini (2011, p. 693), diz respeito a “uma hierarquia de membros que, juntos, realizam um conjunto de práticas sociais também hierarquizadas”. O autor se dedica a trazer uma caracterização de comunidade discursiva mais voltada à compreensão das assimetrias de poder que nela se estabelecem, tendo em vista a observação de que as comunidades engendram gêneros que são reguladores de práticas sociais (como na elaboração de manuais ou regimentos), bem como apresentam mecanismos de aferição de poder e de construção de identidades (como na concessão de títulos, cargos ou prêmios).

O que se depreende dessa abordagem é que esses quatro elementos presentes no nível das relações genéricas estão interconectados, haja vista que um depende do outro para que as conexões entre gêneros venham a ocorrer no âmbito das práticas sociais. No entanto, cabe destacar que essas categorias podem ser recortadas para compor diferentes desenhos de pesquisa (Bonini, 2011). Em nosso estudo, dedicar-nos-emos a observar as noções de mídia e hipergênero por uma escolha metodológica já explicitada. As noções de sistema e comunidade serão renunciadas, pois não contemplam o recorte empreendido nesta pesquisa.

Diante disso, a próxima subseção teórica deste capítulo, intitulada 2.2 *Mídia, suporte e compósito de gêneros*, irá englobar os conceitos que compreendem nossos interesses investigativos de analisar essas duas categorias em um viés crítico, notadamente nas subseções 2.2.1 *A mídia e seus suportes* e 2.2.2 *O hipergênero como compósito de gêneros*.

2.2 Mídia, suporte e compósito de gêneros

Nesta subseção teórica, daremos continuidade à discussão anteriormente empreendida, na qual circunscrevemos a ACG como paradigma teórico que norteia o desenvolvimento desta tese. Em decorrência do itinerário metodológico delineado por tal panorama, nosso estudo executará uma análise que almeja extrapolar os limites linguístico-composicionais e individuais dos gêneros, com vistas a debater o papel desse objeto nas práticas sociais, levando em consideração que eles fazem parte de uma complexa rede de relações genéricas.

As relações genéricas, consoante ao que debatemos, constituem-se mediante as comunidades discursivas, no sistema de gêneros, nas mídias e nos hipergêneros (que, como já informamos, denominaremos por compósito de gêneros). Para esta pesquisa, é pertinente aprofundar o debate sobre a dimensão relacional dos gêneros. Para tanto, operacionalizamos um recorte no qual elegemos como categorias de análise a mídia, incluindo o suporte, e o hipergênero/compósito. Enfatizamos que a noção de mídia abará o conceito de suporte, entendido por Bonini (2011, 2017) como elemento integrante e contraparte material da mídia. Além da mídia, iremos igualmente nos deter na exposição da ideia de hipergênero/compósito, tomando por base os trabalhos de Bonini (2011) e de C. Lima (2013), que estudaram esse objeto e traçaram importantes considerações sobre sua constituição e funcionamento.

No tocante aos fundamentos apresentados nesta subseção, adiantamos que alguns deles serão aprofundados ao longo do desenvolvimento da pesquisa, mais precisamente, na etapa de análise. Posteriormente, então, esquadriharemos esses conceitos e as possíveis reelaborações que almejamos empreender para operacionalizar a análise de mídias e compósito de gêneros no ambiente digital. Almejamos indicar, portanto, os recortes e as operações teórico-metodológicas que servirão como a proposta analítica para a tríade mídia-suporte-compósito de gêneros, e que esperamos que possam servir como uma das contribuições deste estudo.

Para tanto, apresentaremos, na sequência, o tópico 2.2.1, que se propõe a debater *A mídia e os seus suportes*. A fim de especificar melhor a discussão, esta próxima subseção se dividirá em mais três, nomeadas: 2.2.1.1 *Delimitações teórico-operacionais das mídias*, 2.2.1.2 *O lugar do suporte no estudo das mídias* e 2.2.1.2.1 *O software como suporte*.

2.2.1 A mídia e seus suportes

Para situar nosso debate teórico, precisamos deixar claro que entendemos a mídia como um conceito teórico que pode remeter a diversas áreas do conhecimento, como a Comunicação,

a Midiologia e as Ciências Políticas. Justamente por isso, as formas de entendê-la podem ser variadas. Escassos, no entanto, são trabalhos arraigados no amplo terreno dos estudos sobre os gêneros que têm se dedicado a investigá-la.

Invariavelmente, temos destacado que as interseções e os aprofundamentos mais recentes sobre as interfaces entre mídia e gêneros têm se dado, no contexto do cenário acadêmico nacional, principalmente a partir de estudos no âmbito da ACG, que recategoriza esse objeto e o incorpora em seu escopo, entendendo-o como “o elemento-chave da circulação dos gêneros (e, portanto, da instauração da interação languageira)” (Bonini, 2011, p. 681).

Bonini (2011) pontua que o termo *mídia* pode se relacionar a um complexo conjunto de nomenclaturas. Entre elas, uma boa parte remonta à obra de Debray (1995) e foi traduzida de modo demasiadamente amplo para o português como “meio (sing.) e media (pl.); mídia (sing.) e mídias (pl.); médium (sing.) e médiuns (pl.), que é uma tradução de médium (sing.) e médias (pl.)” (Bonini, 2011, p. 680). Esses termos foram, subsequentemente, traduzidos em Maingueneau (2013, p. 81), com a utilização de *mídium* (sing.) e *mídiuns* (pl.) para se referir a uma entidade para além de um “simples ‘meio’ de transmissão do discurso”, mas que se configura como um elemento que “impõe coerções sobre seus conteúdos e comanda os usos que fazemos deles”.

Maingueneau (2013, p. 81) pode ser considerado um dos primeiros teóricos a propor a aproximação entre uma categoria relacionada ao “modo de difusão” ou ao “meio de transmissão” com a noção de gêneros. Porém, o *mídium*, em sua nomenclatura, não é classificado de modo tão simplista, como um mero mediador da comunicação. Essa categoria, no arcabouço analítico do autor, diz respeito a entidades que, durante certo tempo, estiveram relegadas a segundo plano nos estudos da linguagem, mas que, cada vez mais, têm chamado a atenção em virtude da influência que exercem nas formas de realização dos gêneros. Ainda segundo o estudioso, só pudemos tomar consciência desse papel com o advento de *mídiuns* audiovisuais, que provocaram profundas transformações nos modos de consumo dos textos.

Sob essa ótica, o analista do discurso argumenta que a modificação nos *mídiuns* pode provocar mudanças profundas nos gêneros e cita, como exemplo, os gêneros que compõem o discurso eleitoral. Ao longo do século XIX, as interações ocorriam presencialmente, sem a mediação dos recursos tecnológicos. Décadas mais tarde, os gêneros eleitorais passaram a ser realizados pelo *mídium* radiofônico, que garantiu maior alcance. Posteriormente, com o surgimento da televisão, o discurso político passou por modificações ainda maiores e que se refletiram nos modos como os gêneros passaram a se realizar.

Segundo Maingueneau (2013, p. 83), “não podemos dizer que, com esses diferentes mídiuns, estejamos lidando com o mesmo gênero de discurso”, dado que as mudanças nas condições de comunicação provocam mudanças também nos gêneros. Isso não significa, necessariamente, “que os antigos gêneros de discurso desapareçam”, mas que se tornam marginalizados ou, até mesmo, podem se transformar no curso da história.

Já Bonini (2011), por seu turno, optou por utilizar o termo *mídia*¹⁰ em um sentido mais próximo das acepções cotidianas, em vez de adotar algum dos termos propostos no debate teórico prévio, como os encontrados em Debray (1995) e Maingueneau (2013). O autor apresenta uma valiosa contribuição ao operacionalizar essa categoria como elemento da análise de gêneros. Em sua definição, Bonini (2011, p. 688) concebe a mídia como uma “tecnologia de mediação da interação linguageira e, portanto, do gênero como unidade dessa interação”. Precisamos enfatizar que a proposição do autor, ao demarcar o objeto em discussão como *tecnologia da mediação linguageira*, leva-nos a uma compreensão de mídia como ferramenta que intermedeia o processo de comunicação e que estende as possibilidades de interação para além de situações localizadas no mesmo tempo e espaço (Lima, C., 2013).

Podemos interpretar, com isso, que a noção de mídia que interessa à ACG aponta para os mecanismos de desençaixe que proporcionam a mediação da linguagem para contextos em que os agentes sociais não necessariamente compartilham os mesmos limites espaço-temporais (Giddens, 1991). Bonini (2011, p. 688) operacionaliza essa categoria a partir da indicação de algumas características fundamentais, designando que “cada mídia, como tecnologia de mediação, pode ser identificada pelo modo como caracteristicamente é organizada, produzida e recebida e pelos suportes que a constituem”. Portanto, quatro componentes a classificam: seu modo de organização, produção e recepção, e os suportes.

Essas características são ilustradas pelo exemplo da mídia televisiva. Bonini (2011) defende que a televisão, no que toca a sua *organização*, é composta, principalmente, pelos canais de TV e entende que cada um dos canais se organiza por meio de vários hipergêneros e gêneros, como os programas e as chamadas. O autor propõe que, em uma mesma mídia, podemos encontrar (hiper)gêneros organizadores e de funcionamento. No caso da televisão, teríamos como exemplo de entidades organizadoras as vinhetas e as chamadas, enquanto as de funcionamento seriam a grande maioria dos programas que vão ao ar.

¹⁰ Manteremos o uso do termo mídia para nos referirmos ao objeto em discussão. A opção é motivada pela filiação teórica deste trabalho, tendo em vista que situamos esta pesquisa como tributária das considerações da ACG, que mobiliza a terminologia mídia, doravante utilizada (Bonini, 2011, 2017; Lima, C., 2013).

Já no que se refere à *produção*, o autor preconiza que essa categoria diz respeito à preparação, à filmagem, à captação e à edição dos programas televisivos. Já a *recepção*, por outro lado, focalizaria aspectos relacionados às especificidades do aparelho de televisão utilizado, que implicariam diferentes modos de interação, sobretudo em virtude das diferenças decorrentes da transmissão analógica e/ou digital.

Atualmente, poderíamos falar ainda dos televisores conectados – comercialmente conhecidos como *Smart TV* –, que possibilitam um sistema de interação híbrido, integrando a mídia televisiva com a internet. Esses novos modelos influenciam, diretamente, na recepção dos gêneros veiculados na mídia televisiva, dado que fornecem um aumento na capacidade interativa, ao possibilitarem a integração da televisão tradicional com a distribuição de conteúdo on-line a partir dos serviços de *streaming* (como *Globoplay* e *Netflix*). Pensamos, ainda, nos recursos de divisão de tela, com vistas à recepção de programações diferentes de modo simultâneo, além da gravação e do armazenamento de dados diretamente no aparelho televisor.

Além disso, Bonini (2011) discutiu as especificidades da mídia internet e focalizou essas categorias já discutidas. A produção na internet, segundo o autor, dá-se pela manipulação da linguagem HTML¹¹, enquanto a recepção se daria “mediante formas específicas de interação usuário / rede / usuário” (Bonini, 2011, p. 697). Argumenta-se, por fim, que a organização acontece mediante o navegador, bem como pelos sites de busca – na condição de gêneros *organizadores* – e pelos diversos tipos de sites – que seriam os gêneros de *funcionamento*¹². Essa descrição das mídias digitais não foi explorada profundamente pelo autor, dado o caráter desse estudo, que introduziu sua formulação para o conceito, e não tinha por objetivo discorrer de modo aprofundado sobre as diferentes formas de constituição das mídias.

O estudioso apresenta, ainda, algumas considerações sobre o fato de que a internet, como mídia, pode ser composta por diversas outras mídias. Entre elas, Bonini (2011) apresenta as seguintes: vídeo, *e-mail*, arquivo, fórum, *chat*/programa de conversação, fotografia e áudio, entre outras, que a integram. Algumas delas podem ser compostas por um único gênero, como o *chat* (o qual pode, a depender dos interesses investigativos, ser caracterizado tanto como mídia

¹¹ O HTML5 surgiu como uma evolução de versões anteriores, possibilitando avanços em relação a essa linguagem de marcação. Uma das evoluções mais notórias para o usuário é a presença de suportes nativos para a utilização de recursos multimidiáticos na web, como áudios e vídeos, a partir do elemento *Canvas*, dispensando a necessidade de ferramentas externas. Disponível em: <https://bit.ly/3FXSXQt>. Acesso em: 24 jan. 2022.

¹² Gêneros organizadores e gêneros de funcionamento são categorias elencadas por Bonini (2011) para definir características dos artefatos genéricos que se agrupam na arquitetura de um hipergênero.

quanto como gênero). Por outro lado, outras mídias podem tanto abrigar um único gênero quanto realizar uma variedade maior deles.

O *e-mail* seria um exemplo a esse respeito. Quando consideramos a mensagem de *e-mail* como gênero, entendemos que esse objeto apresenta uma série de características prototípicas e possibilita ações sociais previsíveis que o permitem ser reconhecido como tal. Na condição de mídia, no entanto, entende-se que o *e-mail* pode permitir a circulação de diversos outros gêneros, como os anúncios, os requerimentos e os editais. O *e-mail*, assim como o *chat*, a título de ilustração, é uma entidade capaz de ser examinada como gênero, mas também como mídia, a depender do recorte teórico-metodológico operado pelo investigador.

Não podemos ignorar, também, as considerações de Souza (2010), que trouxe para os estudos sobre gêneros o debate relativo à noção de *software*. Esse autor propõe que objetos como os navegadores ou programas de *e-mail* ou de conversação – apontados por Bonini (2011) como integrantes da mídia – seriam, na verdade, suportes de gêneros no ambiente virtual. Para o estudioso, são neles que “a escrita está materializada”, pois o *software* seria o lugar em que “mantemos a relação com a escrita” e, ainda, “um produto que consegue ser um portador do texto e um objeto capaz de executar funções mediadas por humanos” (Souza, 2010, p. 31). Doravante, em 2.2.1.2, discutiremos mais precisamente sobre essa visão.

Nota-se, assim, que a definição para esses conceitos é relativamente complexa, dado que as noções de mídia, de suporte e de gênero podem se sobrepor. Essa problemática se acentua, principalmente, quando o autor menciona o fato de que o *e-mail* pode veicular, além de diversos gêneros, outras mídias, como vídeos, áudios, fotos ou arquivos. Essas observações mostram a importância de se adotar uma metodologia precisa, quando do estudo desses artefatos, para não correr o risco de perder ou extrapolar os limites entre essas categorias.

A esse respeito, Bonini (2011, p. 701) apontou que “o fenômeno da convergência das mídias revoluciona uma série de práticas sociais e cria novos funcionamentos para os gêneros tradicionais”, indicando que os modos de interação podem se modificar, substancialmente, com as novas possibilidades de acesso a mídias e suas convergências. Esse fator é observável, principalmente, nas mídias que compõem o campo da comunicação digital, no qual a convergência de mídias se configura como uma das características principais desse sistema de mediação – fator observado por C. Lima (2013), como discutiremos a seguir.

Com isso, podemos resumir e apresentar alguns pontos que almejamos revisitar ao longo desta pesquisa: a princípio, reconhecemos a relevância da inserção da mídia e o lugar que essa categoria ocupa nos estudos sobre os gêneros, bem como os ganhos que ela representa para a literatura da área. Porém, entendemos que, para consolidar o seu estudo dentro de uma

perspectiva crítica, tal como se propõe a ser a ACG, e para cumprir os objetivos deste trabalho, é necessário discutir os papéis que possui nas relações de poder que permeiam a sociedade. Dito isso, queremos trazer algumas interpretações sobre essa vertente.

Na subseção disposta a seguir, traremos propostas de delimitações para o conceito de mídia, de modo que possamos operacionalizá-la para nossos interesses investigativos.

2.2.1.1 Delimitações teórico-operacionais das mídias

Como nossa pesquisa se situa em uma abordagem crítica, não podemos ignorar, na fundamentação deste estudo, as características da modernidade tardia – que se configura como o tempo do novo capitalismo, em que diversos mecanismos surgem como forma de reconstruir as estruturas sociais e as relações com o capital. O conceito giddieniano refere-se, notadamente, a um momento histórico marcado pela separação entre o tempo e o espaço, pelo desenvolvimento de mecanismos de desencaixe, além da possibilidade que os atores sociais têm de se apropriar do conhecimento e construir a reflexividade crítica diante de uma conjuntura em que as assimetrias de poder ganham novos contornos.

É preciso destacar, nesse cenário, que o contexto atual, embora tenha possibilitado a criação de novos mecanismos para a luta social, ao mesmo tempo, geriu novas ferramentas para a manutenção do poder institucional. Entre elas, destacam-se novos dispositivos de vigilância e de controle de informações (Giddens, 1991), sobretudo por meio das mídias.

É por essa razão que defendemos, além de uma distinção qualificadora sobre o tipo de mídia, isto é, entre mídia impressa, televisiva, radiofônica, digital e assim por diante, que outro tipo de especificação pode ser estabelecido, mas no que toca ao papel que essas mídias ocupam nas relações de poder que permeiam a sociedade moderna tardia. Nesse sentido, acreditamos ser possível e relevante traçar um paralelo entre as *mídias hegemônicas* ou *dominantes* e as *mídias contra-hegemônicas* ou *alternativas*, bem como operacionalizar essa classificação como parte da metodologia de análise da ACG que praticaremos.

A nomenclatura utilizada se reporta a um termo clássico na área da Comunicação e já mobilizado por Bonini (2017) ao analisar o jornal escolar. O autor utilizou a noção de mídia contra-hegemônica para designar um modelo midiático no qual seria possível a manifestação de vozes de um grupo social que não está representado pela mídia dominante, ou seja, que não integra o projeto social daqueles que detêm o poder econômico, político e midiático.

A noção de hegemonia tem origem em Gramsci (2014) e foi ressignificada pela ADC para se referir às relações de dominação entre classes travadas em diversas práticas sociais,

inclusive as práticas discursivas das quais os gêneros fazem parte. Na ACG, a noção de hegemonia é tratada como “um mecanismo ideológico de estabelecimento e manutenção do poder dominante, à medida que [...] é resultado de um processo de imposição ‘suave’, pelo convencimento, da visão de mundo de uma classe sobre outras” (Bonini, 2017, p. 171).

A respeito dessa distinção proposta entre mídias hegemônicas e contra-hegemônicas, partilhamos da interpretação de Barros (2018, p. 10-11), que visualizou “o duplo caráter que a mídia pode desempenhar no contexto social, atuando como ferramenta auxiliadora no processo democrático, bem como pode também subverter o espaço de diálogo, uma vez que centraliza trivialidades e potencializa discursos descompromissados”. A partir disso, entenderemos por mídias hegemônicas aquelas associadas a grandes grupos que monopolizam os meios de comunicação e, conseqüentemente, viabilizam e perpetuam discursos que estão a serviço da sustentação de seus próprios privilégios. Para tanto, as mídias hegemônicas operariam por meio de estratégias ideológicas, como as descritas previamente na subseção 2.1.3.

Um exemplo nesse sentido concerne aos esforços políticos e sociais pela regulamentação das mídias, que esbarram nos discursos veiculados pelas mídias dominantes, disseminando a ideia de que essa regulamentação viria a se configurar como censura, como restrição à liberdade de expressão ou até mesmo como estratégia para o controle de conteúdo. Por intermédio das operações ideológicas (cf. Fairclough, 1992; Thompson, 2002; cf. 2.1.3) que se manifestam nos discursos de meios hegemônicos, a opinião pública é influenciada a se posicionar contra projetos em vigor que visam à restrição do monopólio da comunicação a grandes grupos, que propõem o estímulo à produção de conteúdo regional e o veto ao controle de grandes veículos da comunicação por políticos.

Tal contexto estabiliza os monopólios midiáticos como fenômenos comuns em diversos países, inclusive o Brasil. De acordo com Bello e Ribeiro (2016), esse monopólio no Brasil é constituído por menos de dez famílias, as quais controlam os principais meios de comunicação. Além disso, boa parte desses meios pertence a ou tem como acionistas políticos em exercício. Isso se configura, nas palavras de Bello e Ribeiro (2016), como um oligopólio plutocrático, no qual poucas empresas detêm a maior parcela dos serviços, centralizando a manutenção das grandes mídias para pequenos grupos que possuem maior poder econômico e político.

Devido a essas condições, entendemos que, nas mídias que chamaremos de hegemônicas, “o mesmo discurso ideológico se produz e reproduz, tornando-se o meio mais poderoso de resistência reacionária às mudanças democráticas constitucionais”, o que poderia levar, inclusive, a “interpretações distorcidas de valores democráticos” (Bello; Ribeiro, 2016).

Esse tipo de mídia, portanto, acaba por não suprir nem representar os interesses de grupos subalternizados que se encontram em situação de desigualdade social.

Uma implicação, no que se refere ao nosso trabalho, concerne ao fato de que, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), todo indivíduo tem direito à liberdade de expressão e opinião, bem como o “de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. Afirmações dessa natureza autorizam o entendimento de que a comunicação – seja o acesso, seja a difusão – é reconhecida como um direito humano universal. Sabemos, no entanto, que, por consequência do monopólio midiático que persevera no mundo contemporâneo, nem sempre esse direito se faz absoluto e concretizado, ainda que em contexto de modernidade tardia.

O acesso à informação, sabemos, não é plenamente democratizado e pode vir acompanhado de grande controle ideológico. Esse último ponto, inclusive, é o que tem levado determinados grupos sociais a desenvolverem mídias independentes, que possam atender às suas necessidades de comunicação, obtenção e difusão de conhecimento.

Ao discorrer sobre essa perspectiva, Giddens (2005) pontuou cinco mudanças que contribuíram para o estabelecimento de uma nova ordem para a mídia global no contexto da modernidade tardia. Reportando-se a Held *et al.* (1999), Giddens (2005) destaca i) *a maior concentração da propriedade* como um dos elementos definidores da mídia na sociedade moderna tardia, pois tem sido dominada por um grupo seleto de corporações que, eventualmente, incorporam veículos midiáticos menores para formar grandes conglomerados. Além disso, destaca a ii) *transferência do domínio público para o privado*, já que o relaxamento de regulamentações tem facilitado a privatização de empresas de mídia e telecomunicações. Consequentemente, isso tem levado empresas de mídia a se vincularem a iii) *estruturas corporativas transnacionais*, já que as empresas de mídia na atualidade não têm operado mais dentro de fronteiras estritamente nacionais. Por fim, não se pode ignorar que a indústria da mídia tem passado por uma iv) *diversificação em torno de uma variedade de produtos*, distribuindo conteúdos que incluem mídia impressa, televisiva e digital, além de um v) *aumento no número de fusões de corporações de mídia*, decorrente da evidente tendência atual de alianças entre essas empresas, a fim de proporcionarem maiores integrações entre formas diferentes de mídia, isto é, entre as referidas impressas, televisivas e/ou digitais.

Giddens (2005, p. 384) acentua que, “assim como ocorre com outros aspectos da sociedade global, a nova ordem da informação desenvolveu-se de maneira desigual” e observou que “as comunicações e a mídia agora podem expandir-se com maior facilidade, ultrapassando os confins de cada país”. É no seio dessa afirmação que aprendemos que a noção de mídia não

pode ser concebida fora do já aludido conceito de modernidade tardia, em que o novo capitalismo, “com seus ‘imperativos’ de expansão contínua, ataca a tradição” e, em vez de priorizar valores locais, “cada vez mais procura moldar o consumo assim como monopolizar as condições de produção” (Giddens, 2002, p. 183).

Esse contexto contempla, ainda, o deslocamento espaço-temporal, pois as mídias atuais rompem com essa dualidade, possibilitando o acesso, a produção, o controle e a difusão de informações para além do compartilhamento do mesmo momento e lugar. Com isso, por um lado, expandiu-se o acesso à informação, mas, por outro, tornou-se o controle midiático maior, mais expansível e mais monopolizado nas mãos de grandes conglomerados.

Somada a esses fatores, Giddens (1991, p. 39) também destacou a reflexividade como um dos caracterizadores da modernidade tardia, pois, diante do maior acesso à informação e, idealmente, a uma maior geração de (auto)conhecimento derivada desse acesso, as práticas sociais puderam ser “constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”.

Diante disso, compreendemos que as mídias contra-hegemônicas seriam aquelas que emergem das classes populares e que se dedicam, de modo mais incisivo, à promoção dessa construção reflexiva – nos termos de Giddens (1991) e de Fairclough (2003). Bonini (2017), em sua leitura de Gramsci (2014), entende que projetos contra-hegemônicos emergem dos intelectuais orgânicos de uma nova ordem, que seriam agentes de transformação social.

Os intelectuais orgânicos podem ser vistos como fundamentais para a sustentação do poder dominante, na medida em que exercem sua função na força de trabalho produtiva, mas, ainda assim, mantêm o seu vínculo com as camadas populares, no interior das quais se constituem e atuam, levando consciência de classe e rompendo com o direcionamento ideológico das classes dominantes. Embora ambos os conceitos surjam de perspectivas teóricas separadas, podemos conceber que os intelectuais orgânicos são agentes da reflexividade.

Com base nessa discussão, torna-se relevante travar um debate acerca das relações entre mídia e democracia. Relativamente ao nosso trabalho, discutiremos principalmente como as mídias digitais podem abrir espaço para a participação democrática nos debates e nas lutas sociais. Martino (2014) explica que a arquitetura das mídias tradicionais, como a impressa, a radiofônica ou a televisiva, impedia o confronto de ideias. Sugere o autor que sempre foi possível a um telespectador discordar do que via na televisão, “no entanto, só com muita dificuldade sua discordância ultrapassaria os limites físicos de seu espaço, e raramente a emissora tomaria conhecimento de suas opiniões” (Martino, 2014, p. 113). Não obstante, a emergência das mídias da internet modifica esse cenário, pois “diminui consideravelmente essa

assimetria entre emissão e recepção, fazendo com que as pessoas possam dizer o que estão pensando em um espaço público”, como acontece na internet (Martino, 2014, p. 113).

Essa observação, no entanto, deve ser tomada com cuidado, sobretudo quando nos referimos a mídias hegemônicas. Embora a internet possibilite novos espaços democráticos para o debate de opiniões, não se pode ignorar que também há um controle rigoroso nesses ambientes, dada a abrangente monopolização midiática por grandes corporações que centralizam fontes de informação e controlam as redes sociais. Portanto, a internet pode fragmentar relações de poder, de modo que a disputa por narrativas na *web* corre o risco de se tornar insignificante diante da narrativa hegemônica promovida por grandes veículos.

Apesar disso, Martino (2014) reitera que as mídias digitais propiciaram um novo espaço democrático e se constituem como um novo tipo de esfera pública. Lévy (2017) aprofunda essa noção e historiciza que, desde os anos 1990, as mídias digitais têm proporcionado transformações radicais da esfera pública, ampliando seu escopo e democratizando a liberdade de expressão por razões de três ordens: econômica, técnica e institucional. Essas categorias, a nosso ver, parecem relevantes de serem tomadas como categorias analíticas para investigar o nível midiático de que falou Primo (2008b) em seus trabalhos sobre o *blog*.

Do ponto de vista *econômico*, Lévy (2017) entende que essas mídias possibilitam a publicação e o acesso a textos, imagens, programas, áudios, vídeos e uma audiência global por um custo baixo. As vantagens *técnicas*, por sua vez, dizem respeito ao fato de que, atualmente, as competências para a elaboração e para a utilização dessas mídias já quase não abarcam conhecimentos técnicos aprofundados sobre programação e linguagem HTML. Por fim, a razão *institucional* concerne ao fato de que o conteúdo publicado não é determinado por comitês editoriais, editores, produtores e diretores que controlam mídias dominantes. No entanto, o autor não discorre sobre como esses instrumentos, embora sejam revolucionários, também podem ser alvo de mecanismos de controle e recorte ideológico. Por isso, precisamos sublinhar essa possibilidade inerente aos grandes veículos de comunicação.

Não é possível ignorar, por exemplo, a série de documentos internos vazados da empresa *Facebook* – atualmente, conhecida como *Meta Platforms* –, que veio à tona em 2021 por meio do *The Facebook Papers*¹³, consórcio composto por 17 veículos de imprensa cujas informações

¹³ As informações aqui apresentadas relacionadas ao *The Facebook Papers* foram publicadas em diversas empresas jornalísticas, tendo em vista os 17 veículos integrantes do consórcio, tais quais: Associated Press, Bloomberg, Casey Newton's Platformer, CBS News, CNN, Financial Times, Fox Business, Le Monde, NBC News, NPR, Politico, Reuters, Süddeutsche Zeitung, The New York Times, The Washington Post, The Atlantic, USA Today e Wired. Fonte: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/o-que-e-facebook-papers-201573/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

coletadas foram entregues ao Congresso Estadunidense. Essas informações versavam sobre a possível negligência da rede quanto à veiculação de discursos de incitação à violência e o suposto agenciamento de crimes nas mídias sociais a ela pertencentes, além do monopólio midiático supostamente praticado pela companhia. A cobertura mostrou as fragilidades da empresa em lidar com questões relacionadas à desinformação sobre vacinas contra a COVID-19, às lacunas no monitoramento de discursos de ódio que culminaram em casos como o da invasão ao Capitólio dos Estados Unidos, além de alegadamente não ter atuado para combater a articulação de crimes como o de tráfico humano.

Embora casos como esses tenham se tornado cada vez mais evidentes, Lévy (2017, p. 31) entende que, ainda assim, as mídias sociais possibilitaram “uma perda progressiva do monopólio dos mediadores de informação e dos mediadores culturais tradicionais, o que evidentemente não significa o fim imediato de sua influência”. À vista disso, conseguimos observar, mesmo na internet, uma divisão entre mídias hegemônicas e contra-hegemônicas. De um lado, vemos grandes empresas de comunicação, *sites* e portais de notícias como parte das mídias dominantes, vinculados a grupos hegemônicos, atenderem aos interesses ideológicos destes; de outro, destacar-se-iam a blogosfera e os jornais independentes, por exemplo. Não se pode ignorar, porém, que as mídias hegemônicas também têm migrado e se expandido no espaço digital e que sua distribuição no ambiente *on-line* pode criar assimetrias de poder, haja vista sua penetração também nos sistemas da blogosfera e das redes sociais.

Reiteramos, desse modo, que essa primeira distinção sugerida, no tocante à mídia, focalizaria a discussão acerca de seu lugar na sociedade de poder. Parte-se, portanto, de uma análise que não ignora o seu posicionamento hegemônico ou contra-hegemônico.

Além desse direcionamento ideológico, consideramos produtivo, ainda, promover um diálogo com a classificação de Thornton (1996), que dividiu as mídias no que chamou de três níveis: mídia de massa, mídia de nicho e micromídia. Essa tipificação estaria relacionada, em nosso entendimento, ao modo de produção das mídias, isto é, como se estruturam, circulam e qual é o seu público-alvo. A distinção desses níveis, a nosso ver, pode intervir no exame das categorias de produção, recepção e organização, elencadas por Bonini (2011), e no que diz respeito a como são segmentadas. Acreditamos ser importante associar essa discussão sobre os níveis midiáticos ao que Lévy (2017) chamou de ordens econômica, técnica e institucional.

Nesse cenário, as *mídias de massa*, conforme Thornton (1996), seriam aquelas que buscam atingir uma audiência ampla, heterogênea e indeterminada e são compostas por meios como a televisão e o rádio tradicional, bem como por jornais de grande circulação, na medida em que abordam temas de interesse de diversas camadas sociais. Essas mídias, além disso,

assentam-se em grandes interesses comerciais e políticos, os quais orientam suas práticas. Exemplos a esse respeito seriam a *Globo TV*, *Folha de São Paulo* ou *Jovem Pan FM*.

Ainda sob esse viés, as *mídias de nicho*, por seu turno, focalizam uma audiência mais específica e são voltadas para públicos não massificados, que têm interesses especificamente direcionados a determinados assuntos. Esse segundo tipo de mídia se refere àquelas que têm uma orientação editorial mais inclinada a determinados setores de mercado, como à música, ao cinema, à moda ou à culinária, entre outros. Podem ser pensados como mídia de nicho, ainda, produtos que se voltam a audiências específicas, como ao público masculino, feminino, infantil, de pessoas racializadas ou LGBTQIA+, para atender fins comerciais e comunicativos.

No tocante à *micromídia*, entendemos que ela pode ser composta de objetos variados, a exemplo de “folhetos, fanzines, cartazes, listas de informação telefônica, rádios piratas, *e-mails* e *sites* da internet” (Thornton, 1996, p. 211). Esses elementos, num primeiro momento, parecem não ter muito em comum, mas se pautam, segundo Primo (2007, p. 6), por uma “queda de barreiras políticas (como concessões governamentais) e econômicas (custo da manutenção de uma grande estrutura tecnológica e funcional)”. Essa última perspectiva ainda enfatiza que a liberdade de expressão, a facilidade de publicação e a possibilidade de uma maior aproximação com a audiência pretendida podem caracterizar os produtos da micromídia.

Primo (2007), contudo, opera uma divisão no conceito de Thornton (1996), sugerindo a criação de uma subcategoria denominada de *micromídia digital*. Esse movimento é baseado no entendimento de que as micromídias digitais apresentam especificidades próprias, como afirma:

Para que se possa escutar uma rádio-poste, por exemplo, é preciso estar muito próximo do alto-falante; flyers e fanzines, por sua vez, são normalmente distribuídos de mão em mão. Já a micromídia digital, como *blogs* e *podcasts*, podem ser lidos e escutados em qualquer lugar do planeta. Além disso, não há a necessidade de coincidência entre o tempo de produção [...]. Um podcast pode ser “baixado” em sua totalidade para um MP3 player para ser escutado em outro momento qualquer; um blog pode ser acessado a partir de qualquer computador ligado à internet, e mesmo os posts mais antigos podem ser recuperados, lidos e até mesmo comentados (Primo, 2007, p. 5).

As micromídias têm sua produção, recepção e organização mais relacionadas a camadas sociais populares e demandam um baixo investimento produtivo. Em nossa interpretação, entendemos que as micromídias podem ter uma maior abertura para se vincular a práticas contra-hegemônicas, embora não devamos ignorar que, numa sociedade hierarquizada como a nossa, o padrão hegemônico pode se manter dominante até mesmo nas micromídias, uma vez que não é raro encontrar panfletos, canais no *YouTube*, *blogs* ou *podcasts* a serviço do poder prevalecente. Portanto, reforçamos que até mesmo as micromídias podem veicular ideologias alinhadas às mídias dominantes e sua caracterização, naturalmente, demandará uma análise.

Mesmo assim, as mídias de massa se vinculariam, de modo mais direto, ao que entendemos por mídias hegemônicas, visto que integram o oligopólio da comunicação e se constituem como instrumentos ideológicos que podem utilizar o seu alcance midiático para atender a interesses do *establishment* político-social. As mídias de nicho, igualmente, podem integrar interesses comerciais ao segmentarem audiências específicas para fins de exploração ideológica e de consumo – embora, eventualmente, também possam ser distribuídas de modo a direcionar conteúdo vinculado a projetos reflexivos para públicos subalternizados.

Reiteramos, assim, que as micromídias podem encontrar uma maior abertura para se atrelarem a práticas contra-hegemônicas. Neste estudo, entendemos que o conceito pode manter uma relação estreita com a noção de mídia alternativa, proposta por Downing (2002, p. 21), que a entendeu como uma “mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. Todavia, não ignoramos a possibilidade de as micromídias, porventura, serem commodificadas pelas mídias dominantes, isto é, passarem por uma espécie de colonização, na qual são apropriadas a fim de atenderem aos interesses institucionais do poder hegemônico.

Esse fenômeno merece maiores reflexões, as quais poderão ser aprofundadas *a posteriori*. Nosso foco, no entanto, residirá na análise de *blogs* de entidades que atuam em defesa aos direitos humanos. Nossa hipótese é a de que esse objeto se caracteriza como uma mídia contra-hegemônica que se constitui tipologicamente como uma micromídia digital. Ainda assim, uma análise atenta se faz necessária. Ponderamos, com isso, que nem todos os *blogs*, necessariamente, configuram-se nessa classificação, como é o caso daqueles vinculados a grandes portais jornalísticos que podem “ser usados para aprofundar as estratégias de ação dos conglomerados de comunicação” (Primo, 2008b, p. 5), visto que “a própria blogosfera pode agir como retroalimentação das estruturas hegemônicas de poder” (Primo, 2008b, p. 13).

À luz dessas perspectivas, argumentamos que a caracterização de Thornton (1996) pode ser compatível com perspectivas diversas sobre essa temática, inclusive com a paisagem investigativa pensada por Bonini (2011) para estudar as mídias no panorama da ACG. Ambas as propostas, a nosso ver, podem ser complementares para se estudar o referido objeto, haja vista que abrigam horizontes investigativos não-excludentes, os quais, na realidade, podem ser combinados para trazerem uma maior profundidade analítica.

Para tanto, sumarizamos essa discussão elencando três planos de análise para a mídia que seguiremos nesta pesquisa. Esses planos investigativos compreendem três horizontes já discutidos ao longo deste capítulo e que selecionamos para este estudo. Sendo assim, em um primeiro momento, nossa análise contemplará uma dimensão referente ao posicionamento

ideológico – hegemônico ou contra-hegemônico – da mídia estudada. Em uma segunda etapa, observaremos em qual nível midiático os *blogs* que atuam em defesa aos direitos humanos se encontram, ou seja, se se constituem como mídia de massa, de nicho ou micromídia (Primo, 2008b; Thornton, 1996). Feito isso, na terceira parte, examinaremos os modos pelos quais a mídia se atualiza, isto é, seus modos de produção, recepção, organização e seu suporte (Bonini, 2011). Para sintetizar essa organização metodológica, elaboramos a Figura 4, que apresenta cada uma dessas dimensões analíticas e as suas respectivas categorias:

Figura 4 – Planos de análise para o conceito de mídia



Fonte: elaboração própria.

O esquema na Figura 4 apresenta uma proposta de metodologia para a análise da mídia baseada nos fundamentos teóricos previamente levantados neste trabalho. Como afirmamos, em um primeiro momento da análise, os *blogs* serão examinados no que se refere a sua i) *orientação ideológica* – categoria que se desmembra em mídia hegemônica ou contra-hegemônica. Dividimos a primeira coluna da Figura 4 em quadros tracejados para indicar que as subcategorias são excludentes, de modo que o pesquisador deverá identificar em qual polo o objeto de investigação se encontra ao longo do seu aprofundamento analítico.

As especificidades referentes ao ii) *nível midiático*, assim como na orientação ideológica, levam-nos a subcategorias que não são codependentes. Isso significa dizer que, no que toca a esse plano analítico, o pesquisador acabará por examinar as características da mídia, com vistas a identificá-la como: mídia de massa, mídia de nicho ou micromídia. Essas classificações, entendemos, são eliminatórias – uma vez que, até o momento, não temos indícios ou argumentação teórica que sustentem que uma mídia de massa, por exemplo, possa ser,

consequentemente, também uma mídia de nicho e micromídia. Em contrapartida, embora saibamos que uma micromídia pode ter uma audiência segmentada, seu modo de produção e seu alcance não são compatíveis com mídias de nicho nem com mídias de massa. Pela incompatibilidade de um possível hibridismo entre essas noções, também mantivemos uma linha tracejada entre elas na Figura 4, para ilustrar a pluralidade do nível midiático.

Por fim, na coluna analítica dedicada ao que denominaremos de iii) *modos de atualização*, tomaremos por base as categorias elencadas por Bonini (2011), anteriormente discutidas, que concernem à produção, à recepção e à organização das mídias, bem como aos suportes. No que se refere a esta terceira superfície analítica, inserimos uma seta de duas pontas, para indicar a concomitância dessas noções no mesmo plano analítico e, também, para designar que todas as categorias serão arroladas na análise, haja vista sua complementariedade. Isso implica dizer que, para se estudarem as formas de atualização de uma mídia, o pesquisador pode, idealmente, perpassar esse conjunto de noções, a fim de melhor vislumbrar o panorama de como as mídias que atualizam os gêneros se realizam.

A nossa ideia inicial é a de que tal proposição possa atender aos interesses investigativos deste trabalho, centrados no âmbito dos estudos sobre gêneros em uma perspectiva crítica. No entanto, ao longo da análise e da conclusão desta pesquisa – ou seja, após testarmos a eficácia desse modelo esboçado –, discutiremos a relevância desse esquema para futuras pesquisas nessa temática e suas possíveis contribuições.

Antes de avançarmos para a próxima subseção, precisamos fazer uma breve digressão para indicar que a noção de suporte será discutida em separado, no tópico 2.2.1.2, que dá sequência a este. O motivo para isso – a despeito da inserção do suporte como uma categoria integrante dos modos de atualização da mídia – deve-se à longa tradição de pesquisa sobre essa temática, o que demandou mais atenção no trato dessa categoria, sobretudo em virtude da necessidade de convocar diversas conceituações que lhe são relacionadas.

Retomando o foco da nossa discussão, lembramos que algumas outras noções também podem estar relacionadas à mídia e aos seus suportes. Uma delas envolve o que C. Lima (2013) chamou de tipos de mediação. O autor apresentou uma divisão dos tipos de mediação em quatro categorias: a) sistema de mediação pré-manuscrito; b) sistema de mediação manuscrito; c) sistema de mediação impresso; d) sistema de mediação eletrônico-digital. Deter-nos-emos na apresentação da última delas, o *sistema de mediação eletrônico-digital*, por ser a que se refere ao objeto de pesquisa que estamos analisando.

No entendimento do pesquisador, esse último sistema de interação é o mais complexo, por lidar diretamente com tecnologias mais abstratas e não diretamente com elementos físicos

e materiais. Antevemos que essa percepção oferecerá luzes para tratarmos da categoria do suporte, sobretudo em diálogo com Souza (2010), que trouxe à baila o conceito de *software* como mais uma possibilidade para caracterizar os suportes. Um debate entre essas categorias e os estudos de Távora (2008) também será travado, visto que esse autor propõe que as interações sociais com os gêneros são mediadas pelos suportes – o que nos conduzirá à mobilização das categorias referentes aos tipos de mediação para o estudo dos suportes.

C. Lima (2013) delimita o modelo eletrônico-digital e apresenta duas características que o distinguem dos demais sistemas de mediação: a capacidade de criar e expandir mídias simbólicas (ou não-físicas); e o processo de convergência das mídias numa plataforma central. As mídias simbólicas são definidas em oposição às mídias físicas, ou seja: os *blogs*, *sites* e *e-mails*, na condição de mídias simbólicas, não podem ser analisados do mesmo modo que os livros, as revistas e os jornais impressos – considerados mídias físicas. O sistema de mediação eletrônico-digital, dada a sua dinamicidade, viabiliza a criação de uma infinidade de novas mídias simbólicas que, conforme C. Lima (2013), podem vir a desempenhar certo protagonismo no curso de mudanças sociais, em virtude do impacto que causam na sociedade moderna.

No interior dessa visão, o autor propõe que a mediação eletrônico-digital pode, ainda, convergir com outros tipos de mediação em sua constituição, isto é: pode contemplar os sistemas manuscritos e orais em uma construção multimidiática. Outros fatores a serem considerados são os suportes para as mídias simbólicas, os quais também são plurais e, por isso, diferem-se de tecnologias como o papel, a televisão ou o rádio. Essa compreensão vem da observação de que os computadores, *smartphones* ou *tablets* podem atuar como suportes para os diferentes tipos de mídias que são baseadas por um sistema de mediação eletrônico-digital. Nesse caso, em um mesmo dispositivo eletrônico, é possível acessar diferentes mídias digitais.

Diante dessas considerações, é evidente que os recursos físicos não podem ser ignorados no estudo das mídias. Ademais, sobretudo quando nos referimos a mídias simbólicas, também não podemos ignorar a possibilidade de uma distinção entre *hardware* e *software* para o estudo dos suportes, como propõe Souza (2010). É por essa razão que, em 2.2.1.2, revisaremos essa perspectiva e traremos à tona as considerações desse autor.

Para sumarizar, então, retomamos o caminho teórico-metodológico que pretendemos seguir para a análise da categoria mídia. Partiremos de uma discussão sobre a dimensão ideológica e sobre o modo como o *blog* está relacionado às estruturas de poder. Por isso, investigaremos os mecanismos organizacionais de que a mídia dispõe para enfrentar o poder dominante, por meio do exercício da cidadania e da participação democrática; além das práticas sociais de resistência que pode realizar, bem como sua relação e suas potencialidades na

mediação de discursos no novo espaço público, que constitui o ambiente digital. Em complementaridade a esse primeiro aspecto, observaremos, ainda, elementos da construção midiática que compõe o *blog*, ou seja, o nível midiático. Por fim, em um terceiro plano analítico, analisaremos os modos de produção, recepção e organização dessa mídia, além do suporte que permite sua ancoragem e mediação.

O suporte, neste estudo, será o último componente da mídia sobre o qual nos debruçaremos. Para tanto, traremos maiores ponderações no tópico a seguir e tomaremos por base alguns pressupostos de autores como Marcuschi (2008), Távora (2008), Bonini (2011), C. Lima (2013) e Acosta e Resende (2014), além de Souza (2010). Nessa caracterização, também elencaremos as categorias selecionadas para estudarmos o suporte como integrante da mídia.

2.2.1.2 O lugar do suporte no estudo das mídias

Apesar de a noção de suporte já ser estudada há diversas décadas por diferentes estudiosos que levantaram proposições relativamente independentes umas das outras, a categoria só se consolidou como objeto de pesquisa nos estudos sobre os gêneros no início dos anos 2000. Esse conceito encontrou terreno teórico fértil nos estudos linguísticos nacionais, na medida em que foram levantadas diversas propostas de conceituação e ponderações sobre sua relação com os gêneros. Algumas dessas contribuições serão revisitadas nesta subseção. Como Marcuschi (2008) foi o pioneiro nessas reflexões, será o primeiro no qual nos deteremos.

Situado no escopo da Linguística de Texto, Marcuschi (2008, p. 174) abriu o debate sobre gêneros e suportes com dois questionamentos que continuam pertinentes até hoje: “qual o papel do suporte na relação com os gêneros? Tem o gênero características distintivas adicionais quando realizado e acessado em um ou outro suporte?”. Na busca por solucionar essas problemáticas, o autor elaborou sua definição clássica ao afirmar: “entendemos aqui como suporte de um gênero um *lôcus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. O suporte, nesse ponto de vista, é tratado como local que suporta, fixa e exhibe um determinado texto.

Nessa condição de *lôcus*, o suporte é considerado um objeto real – físico ou virtual – que atua como dispositivo de materialização do gênero. Além do mais, por terem um suposto *formato específico*, como sugere Marcuschi (2008), os suportes costumam ser reconhecidos com facilidade, pois se apresentam sob a forma de livros, revistas e jornais, por exemplo.

Considera-se que, por ser o *ambiente de fixação* dos gêneros, o papel do suporte é o de torná-los acessíveis aos participantes da interação verbal. No entanto, Marcuschi (2008, p. 175)

apresenta uma ressalva quanto a essa delimitação: a de que os gêneros podem ser ecológicos, isto é, “desenvolvem nichos ou ambientes de realização mais adequados, seja para se fixarem ou circularem”. Isso significa que os gêneros não são indiferentes aos suportes e se manifestam a partir de uma estreita relação com eles. Entendemos, assim, que determinados gêneros são mais propícios a determinados suportes ou até mesmo são dependentes deles – uma webnotícia, por exemplo, não pode se manifestar em suportes voltados para as mídias impressas, que se atualizam em tecnologias de consumo como o papel.

Não obstante, Marcuschi (2008) não nega que alguns gêneros podem ser realizados em suportes que não necessariamente foram forjados para atualizarem textos. Com essa observação, o estudioso secciona dois tipos de suportes: os *convencionais* e os *incidentais*. Os primeiros se referem a artefatos que foram “elaborados tendo em vista a sua função de portarem ou fixarem textos” (Marcuschi, 2008, p. 177), enquanto o segundo tipo de suporte pode ser composto por entidades que, ocasionalmente, podem veicular textos, mas que não foram elaborados com esse propósito em vista. Exemplificando a proposta, o autor elenca alguns suportes que, em sua visão, constituem-se como convencionais, a saber: livro, jornal, revista, rádio, televisão, quadro de avisos, *outdoor*, encarte, *folder* e faixas. Já para ilustrar os suportes incidentais, Marcuschi (2008) destaca objetos como: embalagem, para-choque, roupas, corpo humano, paredes, muros, paradas e janelas de ônibus, além de calçadas e fachadas de prédios.

Naturalmente, muitos exemplos podem ser pensados para se delimitarem os suportes convencionais e incidentais, porém, os que são apresentados pelo pesquisador resumem, em grande medida, o seu pensamento quanto a isso: alguns suportes, como os convencionais, são produzidos especificamente com a finalidade de fixar a materialidade linguística; outros, como os incidentais, não foram elaborados originalmente com essa intenção.

A discussão de Marcuschi (2008) se estende, ainda, em direção a outros conceitos que apresentam algum grau de proximidade com a noção de suporte. Entre eles, destaca-se o *serviço*, que englobaria os sistemas de correios, os programas de *e-mails*, a mala direta, a internet, as *homepages* e os *sites*. O linguista não aprofunda a discussão acerca dessa categoria, nem de outras que a ela também são relacionadas, como: canal, instituição e grandes continentes. Partilhamos do entendimento de Bonini (2011) de que o excesso de categorias e a ausência de uma elaboração teórica sobre esses conceitos acaba por inviabilizá-los como objetos de pesquisa. Por esse motivo, não serão foco de interesse deste estudo. Nessa esteira, Bonini (2005) apresentou uma proposta para a conceituação de suportes que conduziu à revisão de alguns aspectos anteriormente discutidos por Marcuschi (2008).

Ao pensar nessas questões, Bonini (2005) ponderou que os suportes podiam apresentar dois modos de existência: os físicos, que contemplariam artefatos como o álbum e o *outdoor*; e os convencionados, como o jornal e a revista. Apesar de o texto apresentar ideias ainda embrionárias do que viria a ser a visão mais atualizada desse autor sobre o suporte, uma das principais contribuições do referido estudo, à época, foi a de sugerir que alguns desses objetos apresentavam uma configuração híbrida, visto que poderiam ser caracterizados tanto como gêneros quanto como suportes. As ponderações do autor levaram-no à elaboração do conceito de hipergênero, sob o qual nos deteremos no tópico 2.2.2 denominando-o de compósito.

Essa tese inicial de Bonini (2005) sobre os suportes serviu de embasamento para Távora (2008), que, posteriormente, veio a desenvolver novas proposições sobre o conceito. A compreensão de Távora (2008) foi a de que o suporte seria uma entidade que estabelece interação e se realiza materialmente sob uma arquitetura formal. Esse entendimento o levou à ideia de que os suportes podem ser analisados por três categorias: i) materialidade, ii) forma e iii) interação, as quais se dividem em subcategorias que têm por objetivo revelar a influência dos suportes na atualização dos gêneros veiculados em jornais, televisão ou internet. Posto isso, passaremos agora a discutir de modo mais preciso sobre cada uma delas.

Quando o autor propõe que os suportes detêm uma dimensão material, ele se refere aos dispositivos de registro e de acesso. A *materialidade*, portanto, pode ter dois aspectos: a) o *registro*, que concerne à inscrição dos dados; e b) o *acesso*, que seria o dispositivo que possibilita a atualização dos gêneros. Ilustra essa categoria o exemplo de que um disco compacto, ou CD, pode ser entendido como um suporte de registro, ao passo que o dispositivo eletrônico *CD player* seria caracterizado como um suporte de acesso ao conteúdo do disco. Isso nos mostra como alguns suportes podem englobar exclusivamente o registro, enquanto outros, apenas o acesso aos textos. Por outro lado, é possível haver suportes em que um único objeto empírico, ao mesmo tempo, materializa os gêneros tanto pelo registro quanto pelo acesso, como seria o caso de artefatos impressos, a exemplo do livro ou jornal.

O autor não ignora, porém, o fato de que algumas tecnologias possibilitam a atualização de determinados gêneros apenas por meio do acesso, sem que haja necessariamente um dispositivo de registro – como é o caso do rádio. No rádio, diversos gêneros orais podem ser acessados sem que haja, obrigatoriamente, uma entidade de registro.

São essas materialidades de acesso, segundo Távora (2008), que possibilitam a atualização de diversos tipos de linguagem. Essa discussão integra o conjunto de ideias que levou o autor a propor a categoria de *forma*, cujo foco analítico se debruça sobre o exame das a) *diferentes possibilidades de atualização*, o que, em outras palavras, abarcaria aspectos

relacionados aos procedimentos técnicos e às potencialidades que os suportes têm para veicular textos com diversas linguagens, como: imagens, vídeos ou áudios. Integrariam o escopo analítico da forma, ainda, b) os *procedimentos de diagramação* que podem interferir na própria organização dos gêneros, visto que abarcam aspectos como a diagramação, a edição, o corte e a sonoplastia. Outra ramificação metodológica dessa categoria contempla c) os *níveis de interatividade* referentes às potencialidades espaço-temporais do suporte: o grau de interação com um livro, ou um *smartphone*, por exemplo, é bem diferente de um *outdoor*.

Ao se resumir essa categoria, pode-se entender que à forma compreendem uma dimensão que focaliza os modos de atualização – as linguagens que podem ser utilizadas em um dado suporte –, os procedimentos de diagramação – referentes a convenções estilísticas que o suporte medeia – e, por fim, uma dimensão dedicada ao estudo dos modos de interação, os quais determinados suportes permitem que sejam mobilizados para o acesso aos gêneros.

A última categoria elencada pelo autor é dedicada ao estudo da *interação*. Para Távora (2008), essa noção apresenta uma ambiguidade, pois, ao mesmo tempo que é uma subcategoria da forma, também é tomada como uma categoria separada. A discussão desse conceito é feita a partir de princípios bakhtinianos, como os discutidos anteriormente nesta fundamentação, por meio dos quais o autor entende o suporte como uma entidade que possibilita modos interativos próprios. Concordamos com Bonini (2011, p. 683), no entanto, quando o autor observa que esse terceiro elemento metodológico “ficaria mais bem arranjado se fosse entendido como um princípio de funcionamento, uma vez que não pode ser visto, de fato, como um componente ou uma parte do suporte como entidade ontológica”.

Resumidamente, portanto, a proposta de Távora (2008) é a de que o suporte apresenta uma materialidade de acesso e de registro; uma forma que possibilita a atualização dos gêneros e os organiza, determinando seus procedimentos de diagramação e modos de interagir com textos; e níveis de interatividade que variam de suporte para suporte.

Bonini (2011) destaca que a proposta de Távora (2008) não tinha por objetivo apresentar uma discussão sobre as mídias, o que também poderia trazer grandes contribuições para a questão. Ao observar essa lacuna, e preocupado com sua problematização, o autor promoveu um deslocamento na noção de suporte e a concebeu como elemento material que intervém nos três aspectos propostos como caracterizadores da mídia: organização, produção e recepção. As mídias, em seu entendimento, “apresentam um conjunto de suportes encadeados na forma de um sistema” (Bonini, 2011, p. 689). Essa formulação direciona a uma compreensão de que os suportes integram as mídias e, por isso, seriam os elementos mais diretamente relacionados à atualização e à interação com os gêneros.

Essa movimentação metodológica conduz à ideia de que a análise do suporte se torna mais relevante quando consideramos a relação desse objeto com uma mídia específica. C. Lima (2013) orienta, nesse sentido, que uma separação radical entre mídia e suporte não é produtiva. O entendimento que baseia essa visão é o de que há uma sobreposição e uma continuidade entre ambos os conceitos, na medida em que o suporte, “embora tenha como função prioritária ancorar os gêneros, certamente também incide sobre o processo de mediação e sobre os movimentos dos sentidos aí potencialmente instalados” e, por isso, “a separação entre os processos de ancoragem e mediação do gênero constitui muito mais um recurso metodológico” (Lima, C., 2013, p. 119). Tal observação nos autoriza a entender que é preciso delimitar conceitualmente essa categoria, para que o tratamento da análise seja preciso.

Ainda a esse respeito, Acosta e Resende (2014), almejando uma compreensão crítica acerca do suporte como categoria analítica, entendem que esse objeto, além de ancorar os textos, possibilita e constrange a ação discursiva. Embora as autoras não detalhem como esse processo ocorre, elas propõem uma formulação que divide o suporte em graus de abstração que compreendem quatro níveis: o nível do desencaixe, o nível da situação (ou do encaixe), o nível do previsto e o nível do realizado. Discutiremos um pouco sobre cada um deles, sem ignorar que surgem no interior de uma perspectiva crítica sobre a linguagem.

Quando se pensa em um *suporte desencaixado*, conforme a proposição das pesquisadoras, concebe-se um artefato que transcende práticas comunicativas e pode se manifestar em diversos contextos sociointerativos. O exemplo apontado para ilustrar esse nível é o da revista, por se compreender que “qualquer revista tem características que nos garantem reconhecê-la como tal, mas há revistas em práticas diversas – revistas informativas semanais, revistas acadêmicas etc. – que já definem características situadas, encaixadas em práticas específicas” (Acosta; Resende, 2014, p. 136). O suporte desencaixado, portanto, é entendido como um objeto potencial, que ganha concretude e organização quando vinculado a uma prática situada, ou seja, quando se constitui como um suporte encaixado.

No nível do encaixe, as autoras lançam mão da ideia de que *suportes encaixados*, ou *situados*, podem ser concebidos “como espaços discursivos que existem potencialmente em práticas sociais específicas” (Acosta; Resende, 2014, p. 137). Nesse grau de abstração, as autoras propõem que há uma relação dialética entre os gêneros e os suportes, haja vista que os suportes situados só se configuram como tal quando pensamos em gêneros também situados. Por exemplo, a revista acadêmica é vista como um suporte encaixado e se constitui como tal quando veicula gêneros como artigos, resenhas e resumos acadêmicos. Nessa superfície conceitual, ambos – suporte e gêneros – estão inseridos em práticas sociais específicas.

Diferente do suporte desencaixado, o situado implica entender que esse objeto apresenta especificidades inerentes às práticas sociais às quais se vincula – ou seja, se a revista é tratada como um suporte desencaixado, a revista acadêmica é um suporte situado.

Situados em um nível mais palpável de abstração, os *suportes previstos* seriam aqueles que, de modo oposto aos desencaixados – que estão no plano do potencial e podem ser utilizados em variadas práticas, como no caso da revista – e aos encaixados – os quais se configuram como artefatos vinculados a práticas sociais determinadas, como a revista acadêmica –, apresentariam maior grau de concretude. Um exemplo seria a revista acadêmica *Entrepalavras*¹⁴, que ultrapassa o *continuum* entre o desencaixe – revista – e o encaixe – revista acadêmica – e se concretiza como um objeto singularizado, historicamente situado e socialmente reconhecido por uma comunidade.

O suporte previsto pode se manifestar de modo mais pontual ainda como um *suporte realizado*, produzido por atores sociais, e que vincula gêneros também situados, os quais tomam forma sob textos. Seguindo a lógica das autoras, o volume 10, número 3, do segundo semestre de 2020¹⁵ da revista *Entrepalavras* se configuraria como um suporte realizado.

Entendemos a relevância da distinção do suporte em níveis inspirada na classificação de Fairclough (2003), mas ainda não temos segurança quanto à produtividade dessa taxonomia para os objetivos deste estudo, o qual almeja a análise dos suportes de gêneros que se atualizam em mídias *on-line*. Além disso, dada a filiação teórico-metodológica deste trabalho constantemente reiterada, compreendemos que a concepção de suporte que melhor se aplica aos nossos interesses não pode ser idealizada fora da noção de mídia e, sobretudo, sem dar conta de uma classificação que permita estudar textos nativos do ambiente digital.

A delimitação das autoras, no entanto, abre margem para questionamentos acerca do grau de abstração que o suporte pode apresentar, quando em comparação com o conceito de mídia. O estudo é útil em nos mostrar que a categoria pode ser dividida em níveis e pode apresentar uma maior fluidez de caracterizações, o que representa um rompimento com classificações mais tradicionais que a visualizam de maneira mais unidimensional. Porém, a nosso ver, a não-consideração do componente mídia – especialmente a digital – pode tornar a proposta conflituosa com nossos objetivos. Entendemos, ainda assim, que não foi o objetivo

¹⁴ “Revista Acadêmica do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, fundada em 2011 com o objetivo de divulgar trabalhos originais e inéditos de interesse da Linguística, de caráter teórico ou aplicado”. Fonte: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista>. Acesso em: 09 fev. 2022.

¹⁵ Essa edição da revista *Entrepalavras* que citamos, conforme a perspectiva de Acosta e Resende (2014), para ilustrar um exemplo de suporte realizado está disponível no site da revista, no *link*: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/issue/view/34/showToc>. Acesso em: 09 fev. 2022.

das autoras abordar essas questões, motivo que justifica a relevância da proposta quando aplicada a outros propósitos analíticos que não pressuponham essa intersecção de conceitos.

Como mencionado, nossa visão se aproxima da perspectiva que compreende que o suporte pode se referir às tecnologias de acesso, registro, armazenamento e transmissão envolvidas nas mídias (Bonini, 2011; Távora, 2008). Ademais, não ignoramos completamente a visão de Acosta e Resende (2014) de que os suportes exercem um papel de destaque nas ações sociais de linguagem. Embora abdicuemos da taxonomia das autoras sobre o grau de abstração dos suportes, somos tributários do posicionamento de que os suportes também são ferramentas intrínsecas às práticas sociais, apesar de sabermos que elas não aprofundaram essa discussão.

Mesmo com o aprofundamento dessas questões, no entanto, percebemos a dificuldade de encontrar parâmetros teórico-metodológicos que dessem sustentação para o estudo do suporte que atualiza mídias e gêneros discursivos digitais. A busca por preencher essa lacuna nos levou ao encontro das ideias de Souza (2010), que trouxe à baila a noção de *software* como uma perspectiva para se estudar os suportes que ancoram textos digitais.

2.2.1.2.1 O *software* como suporte

Souza (2010) discorreu sobre os suportes eletrônicos partindo de uma crítica a alguns trabalhos – desde Távora (2008) e Xavier (2002) a Chartier (1994) –, os quais não se atentaram, conforme sua interpretação, para o fato de que um item como a tela – preconizada como o suporte de gêneros do ambiente digital –, na realidade, é um dispositivo de saída de informações, tal qual a impressora. Segundo Souza (2010), essas perspectivas falharam ao desconsiderarem diferenças entre o digital e o impresso e ao ignorarem que o *software* é o objeto capaz de dar forma ao escrito. Assim, entende que a tela, na verdade, é responsável diretamente apenas por atualizar a materialidade linguística que emerge de um *software*.

A explicação dada para tal afirmação é que, na ausência de uma tela, um dado *software* consegue atualizar os textos por outros dispositivos de saída, como um *datashow* – que pode exibir o conteúdo visual em uma simples parede. Essa ideia rompe com algumas teorias de suporte, pois contesta a visão de tela como artefato central para o estudo de suportes de gêneros que se atualizam nas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). Além disso, se considerarmos as múltiplas semioses que podem ser materializadas por meio das NTIC, perceberemos como a centralidade da tela se torna ainda mais limitada, tendo em vista a cada vez mais frequente presença de áudios, por exemplo, que exigem a presença de dispositivos de saída com alto-falantes ou outros recursos propagadores de som. Não podemos ignorar, ainda,

as crescentes potencialidades de interação com os gêneros que demandam o uso de dispositivos de entrada como mouse, teclado e controles.

É preciso esclarecer também que a clássica proposição da tela¹⁶, reforçada por diversos estudos, baseia-se em uma concepção que omite que dispositivos como o computador são compostos por dois elementos: *hardware* e *software*. Embora a distinção desses dois elementos seja largamente conhecida, Souza (2010) observa que o *software* tem sido tratado como uma mera linguagem de programação e, citando Fernandes (2003, p. 29), alega que essa tecnologia, “além de ser uma entidade de natureza mecânica, é também uma entidade descritiva, complexamente hierarquizada, cognitivo-linguística e historicamente concebida”. Em sua visão, ainda defende que o *software* é um “lugar de inscrição da escrita, um artefato mediador da linguagem e mediado pela linguagem”, e admite que “os textos, hipertextos, gêneros, sons e vídeos estão materializados em *softwares*” (Souza, 2010, p. 27).

Nessa esteira, também podemos inserir autores como alguns dos destacados em M. Lima (2022), a saber: Pigner e Drouillat, Emmanuël Souchier e Jacques Anis, os quais compartilham a percepção de que o suporte tem sido entendido mediante um “imaginário de vidro e de luz” (Pignier; Drouillat, 2008, p. 22). A partir da leitura desses pesquisadores francófonos, M. Lima (2022) traz a compreensão de que os textos que circulam na internet podem ser realizados em dois modelos: um suporte interno e imperceptível – que compreende uma materialidade digital – e um suporte externo e perceptível – o qual diz respeito à tela ou a alguma tecnologia de inscrição luminosa. A autora, contudo, não deixa de criticar, à luz de Paveau (2017), o caráter dualista dessa perspectiva, uma vez que precede a uma separação entre a ordem discursiva e a ordem digital. Para Paveau (2017)¹⁷, o discurso digital vem de uma imbricação entre o homem e a máquina, que são sobrepostos, e não dissociados.

O rompimento com a chamada proposição da tela permitiu a Souza (2010) se debruçar sobre o *software*, revisar teorias e propor bases para o seu estudo no âmbito da análise de gêneros. Ao postular que o suporte “é ao mesmo tempo o lugar onde a escrita está materializada, o lugar onde mantemos relação com a escrita, um produto que consegue ser um portador de texto e um objeto capaz de executar funções mediadas por humanos”, a proposição de Souza (2010, p. 31) começa a ganhar contornos mais concretos.

¹⁶ Souza (2010) chama de *proposição da tela* essa visão que atribuída às telas o *status* de suporte da escrita.

¹⁷ Os trabalhos de Marie-Anne Paveau se inscrevem no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso Digital que preconiza uma visão pós-dualista e ecológica, a qual rompe com o dualismo homem-máquina na análise do que entende por *tecnodiscurso*: perspectiva em que o componente tecnológico e o discursivo são tratados como intimamente imbricados. Neste trabalho, não assumimos tais postulados epistemológicos e metodológicos, embora tenhamos considerado a relevância do aspecto pós-dualista proposto pela autora.

Gestada nesse alumbramento, a construção procede apresentando uma definição de *software* em duas orientações: o *software* como sistema operacional e o *software* como aplicativo. Delimitaremos o escopo de cada um deles nos parágrafos a seguir.

O sistema operacional (SO) diz respeito a um “*software* que permite o funcionamento de um *hardware*, além de fazer com que outros *softwares* aplicativos instalados no sistema operacional, funcionem” (Souza, 2010, p. 39). Em outras palavras, o autor define que, “se pudéssemos estabelecer uma hierarquia para os *softwares*, poderíamos dizer que o sistema operacional estaria no topo da pirâmide e todos os outros *softwares* seriam dele dependentes” (Souza, 2010, p. 46). Os SOs, assim como outros artefatos culturais, passaram por evoluções ao longo da história, desde o *Unix* – considerado o primeiro SO moderno da computação – até sistemas mais atuais como o *macOS*, *Windows* ou *Linux*.

Esses sistemas, a princípio, presentes em recursos como os computadores pessoais, também passaram a estar presentes em outros dispositivos, como os *smartphones* e *tablets*. Além da acomodação em outros aparelhos, os SOs, sugere Souza (2010), também estão sujeitos a um ciclo de vida. Isso “acontece por que erros que não foram eliminados durante o processo de desenvolvimento exigem, durante o uso do programa, que sejam feitas modificações correspondentes” (Souza, 2010, p. 46). Entende-se, portanto, que os SOs têm vida útil variável, em virtude de erros e evoluções comprometerem sua funcionalidade ao longo das mudanças que essas tecnologias estão sujeitas a passarem ao longo do tempo e em diferentes versões.

É do interior desses SOs que os *softwares* aplicativos emergem. Trata-se dos programas que existem e podem ser acessados sob um dado SO. Por exemplo, ao passo que o *Microsoft Windows* se configura como um *software* SO, um navegador como o *Google Chrome* ou o editor de textos *Microsoft Word* se configuram como *softwares* aplicativos que executam tarefas no SO e, naturalmente, por meio de um *hardware*, como um computador. Além disso, são esses aplicativos que permitem o acesso, o registro e a manipulação de textos que muitas vezes são analisados tomando como ponto de partida apenas os *hardwares* de saída – ou seja, os monitores, as impressoras ou as caixas de som.

No tocante aos *softwares* aplicativos, Souza (2010) apresenta dois estados para esses artefatos: o estado produto e o estado processo. Ao discutir sobre o *estado processo*, o autor o define como uma linguagem de programação, pois diz respeito a procedimentos e atividades executados por desenvolvedores de aplicativos para programar, aprimorar ou criar programas. Já o *estado produto* concerne ao *software* aplicativo em sua integralidade, isto é, não apenas como um código, mas a partir da versão para o usuário final. Além dos aplicativos de navegação ou edição de textos, como o *Google Chrome* e o *Microsoft Word*, também representam essa

categoria os mais variados jogos, reprodutores de multimídias e aplicativos de leitura em sua versão disponibilizada aos usuários, entre muitos outros.

É por assumirem esse aspecto que os *softwares* aplicativos, na condição de produtos¹⁸, podem se destacar como um dos pilares para a análise dos suportes de gêneros que se realizam por meio de NTIC. Para tanto, algumas bases clássicas como as de Bakhtin/Volochinov (1997) se revelaram atemporais para lidar com objetos tão atuais quanto os que estão em questão, pois, ao se pensar em tais *softwares*, é indispensável assumir a existência de uma envergadura interativa e dialógica inerente a essas ferramentas.

Souza (2010) menciona que os *softwares* não são alheios ao princípio dialógico que permeia as expressões da linguagem. Por essa razão, deduz que manifestações linguísticas de presença do outro, bem como relações de alteridade e, conseqüentemente, traços ideológicos ressonam nesses suportes digitais. Criticando alguns estudos da área da computação, o estudioso propõe, assim, que o *software* não é um objeto concluído, mas apresenta marcas que instauram subjetividade e modos de interação, ou seja, afirma que “ele é sempre orientado a alguém (o usuário em potencial), e sempre projetado por alguém – o produtor”, por isso, o seu contexto de elaboração “é sempre de interação e co-construção de ações”, visto que é “na busca do outro através da linguagem, que os profissionais que desenvolvem os *softwares* orientam o processo de fabricação” dessa ferramenta (Souza, 2010, p. 64).

O autor observa que diversos elementos semióticos presentes nas interfaces dos *softwares* podem evidenciar essa alteridade, como: sons de notificação, mensagens que aparecem na tela, símbolos ou ícones. Todos esses recursos são dispostos para estabelecer uma interação entre o usuário e o aplicativo. Alguns, inclusive, têm largo reconhecimento social, como a presença do (X) para indicar o ícone de fechar aplicativos.

É no seio dessas observações que a noção de interface é revisitada e invocada para os estudos sobre gêneros. Nas palavras de Souza (2010, p. 48), uma interface “é composta por elementos textuais imaginéticos e sonoros e por sequências de controle que auxiliam o ser humano a interagir com os *softwares*”. É por intermédio delas, portanto, que conseguimos interagir com os aplicativos, sobretudo a partir das *interfaces baseadas em janelas* – modelo que há certo tempo domina boa parte dos SOs e que permite o gerenciamento de várias tarefas ao mesmo tempo por parte do usuário, além da sobreposição de janelas.

¹⁸ Doravante, manteremos o uso do termo *software* para nos referirmos diretamente a aplicativos na condição de produto. Portanto, utilizaremos os dois termos (*software* e aplicativo) como equivalentes neste trabalho. Já para evitar ambigüidades com o *software* na condição de SO, bem como com o estado de processo, utilizaremos a nomenclatura completa quando nos referirmos a essas dimensões do objeto em discussão.

Quando revisitamos definições clássicas, como a de Johnson (2001, p. 11), entendemos que a interface diz respeito à “criação de imagens, sons e palavras que podem ser manipulados numa tela”. O autor sugere, em uma perspectiva mais simplificada, que a interface dos computadores, como conhecemos hoje, “consiste em clicar um mouse em certos objetos para ativá-los, clicar em direções para movê-los, clicar e arrastar para interagir com eles”. Embora essa classificação seja limitada, até por se reportar a uma era em que o desenvolvimento tecnológico e das interfaces não se encontrava no mesmo estado atual, é possível depreender que a noção de interface tem uma íntima relação com a de interação.

Nesse viés, Souza (2012), em um trabalho posterior, discutiu que duas correntes servem como base de apoio para o desenvolvimento das interfaces: a cognitivista e a semiótica. Enquanto a abordagem *cognitivista* focaliza a construção de interfaces baseadas na ideia de *User Centered System Design* (UCSD) – isto é, preconiza o design centrado no usuário –, a perspectiva de base *semiótica* enfatiza que a interface dos *softwares* não deve apenas construir uma imagem do sistema baseada no usuário, mas também se configura como um artefato de comunicação entre o sistema, o desenvolvedor e o próprio usuário.

Para esse debate, acrescentamos também as considerações de Peres (2007, p. 15), que, de maneira mais direta, propôs que a interface “é então o produto da atividade de desenvolvedores (programadores, cientistas da computação, designers, artistas entre outros)”. Essa entidade é elaborada para “que os usuários possam agir sobre a mesma, com conveniência e resultado, sem que precisem ter acesso ao que está embutido na programação, o código” (Peres, 2007, p. 15). Desse modo, podemos entender que a interface é o recurso mais diretamente utilizado pelos usuários no momento da interação, para que possam manusear os *softwares* sem necessariamente precisar ter acesso ao código, isto é, à linguagem de programação usada pelos desenvolvedores.

Os estudos sobre as interfaces têm ocupado uma linha de pesquisa dedicada a investigar o que se chama de interação humano-computador (IHC). Oliveira e Oliveira (2015) discutem que os estudos nesse âmbito vão além da investigação sobre a configuração e estética dos aplicativos, ou sobre a disposição de menus, pois também se interessam pelo tempo de resposta dos usuários a certos comandos, pelo grau de dificuldade de uso em dadas interfaces e pela facilidade de aprendizado que estas podem proporcionar. Também são contempladas, entre tantos fatores, a fadiga produzida pelo uso e a adequação a usuários com necessidades especiais. Para tanto, alegam que “é necessário entender não somente como o computador funciona, mas também como o ser humano ‘funciona’” (Oliveira; Oliveira, 2015, p. 11), o que demanda um

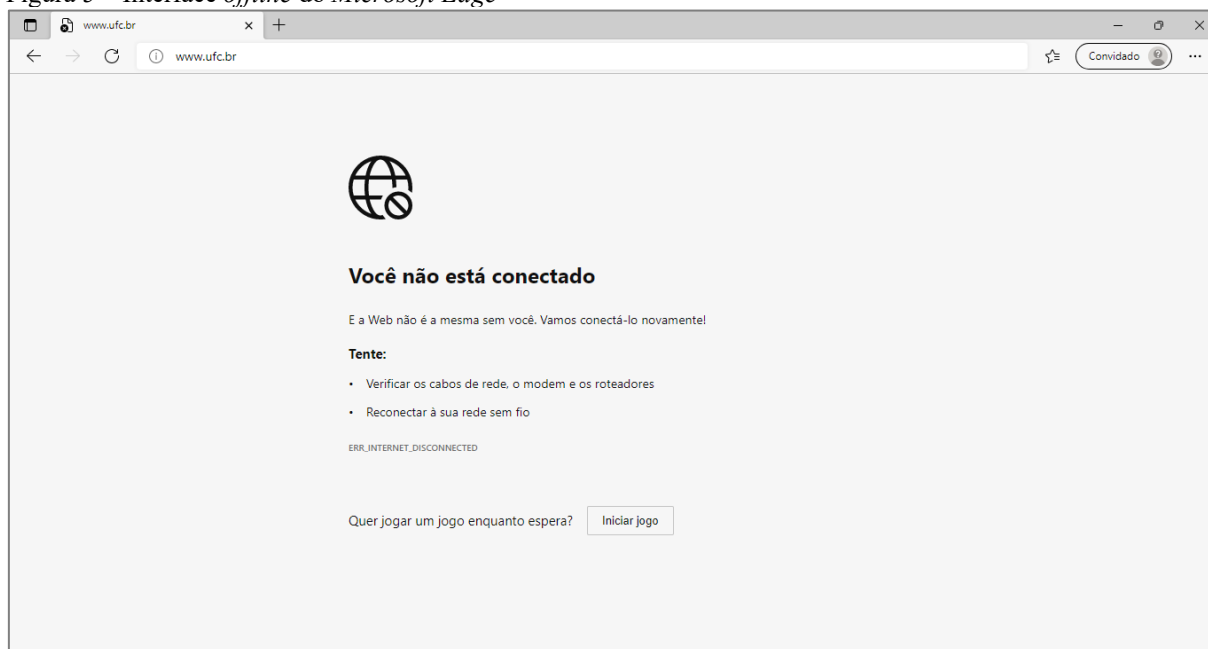
trabalho em conjunto com estudiosos da computação e da psicologia e, podemos dizer, com os pesquisadores da linguagem.

As interfaces, portanto, consideram desde a disposição e configuração visual dos aplicativos até os aspectos relacionados à maneira como os indivíduos interagem com eles de um ponto de vista comportamental. Nesse sentido, Novais (2008, p. 21) sugere que, “apesar das diversas situações nas quais o termo interface é empregado, existe um consenso ligado à noção de interação”. Essa perspectiva é compartilhada por Oliveira e Oliveira (2015, p. 7), para quem “todo e qualquer contato que o usuário tem com o sistema faz-se através de sua interface”. Assim, para além de processos, quando pensamos nos aplicativos, não podemos ignorar a interface como parte de sua constituição e como recurso indispensável nas relações que se estabelecem entre os humanos e o uso dos computadores.

É na interface de *softwares*, a exemplo do cliente de *e-mail*, que somos informados de quando ocorre algum erro na senha ou no *login*, o qual impede um usuário de acessar seu correio. Esse erro pode ser sinalizado de diferentes maneiras, desde caixas de diálogo, um sinal sonoro, presença de algum ícone e mudança de cores a até mesmo vários recursos semióticos combinados. A esse respeito, lembramos que “hoje falamos em interfaces multimodais, onde usuário usa mais de um sentido, como tato, audição, propriocepção, e até mesmo o olfato” (Oliveira; Oliveira, 2015, p. 12). As possibilidades, portanto, são infinitas e variam de desenvolvedor para desenvolvedor. O ponto em comum, no entanto, é que são as interfaces que representam o elo de comunicação entre o usuário e o *software*.

Recortamos como exemplo um *software* (um navegador web) para observarmos diferentes recursos interativos que emergem da interface quando falhas de conexão ocorrem e impossibilitam o usuário de utilizar a *internet*. Ilustramos, na Figura 5, disposta na sequência, um exemplo nesse sentido retirado do aplicativo *Microsoft Edge*.

Figura 5 – Interface *offline* do *Microsoft Edge*



Fonte: elaboração própria (*Microsoft Edge* – v. 98.0.1108.56).

Na Figura 5, atinente ao aplicativo *Microsoft Edge*, é notável uma mensagem em destaque informando ao usuário a falta de conexão: “Você não está conectado”. Destacam-se, ainda, marcas de subjetividade presentes em enunciados valorativos, como: “E a Web não é a mesma sem você. Vamos conectá-lo novamente!”, que são precedidos de instruções para auxiliar o usuário a se reconectar. Os desenvolvedores do *software* também disponibilizam uma opção de entretenimento: “Quer jogar um jogo enquanto espera?”, seguida de uma opção que direciona o utilizador para a página em que o jogo é disponibilizado. Todos esses enunciados e recursos na interface do *software*, como sugere Souza (2010, p. 59), “são, de certa forma, enunciações dos desenvolvedores e estão submetidas ao funcionamento do próprio *software*, ou mesmo estão embreadas com a própria interface, através de sugestões que aparecem”. Essa visão, que observa o componente da interatividade nos *softwares*, é derivada do trabalho do autor que trouxe essa interseção entre os estudos da linguagem e da ciência da computação.

Considerar a interação, aliás, é um movimento recorrente em muitos trabalhos sobre o assunto. Quando Távora (2008) definiu suporte e falou de interação, ele a apresentou em dois momentos: como integrante da dimensão analítica da forma e como uma categoria à parte, a partir da qual se examinaria como um indivíduo interage em um dado suporte. O trabalho do autor, assim como o de Souza (2010), resgatou as abstrações bakhtinianas sobre essa noção. Bonini (2011), de igual modo, também se referiu a um componente interativo ao sugerir que este seria um princípio de funcionamento desses objetos. Resgatando essas bases, destacamos, portanto, a significância desse constituinte para a teorização desse conceito.

Ainda sobre essa questão, lembramos que, enquanto Souza (2010) falou da interface dos *softwares* como um dos elementos em que podemos observar processos de interação, Távora (2008) se referiu aos modos de configuração e, por isso, inseriu tal componente no interior da categoria forma – referente aos modos de atualização, diagramação e interatividade. Isso se deve ao fato de que Souza (2010) se dedicou mais precisamente ao estudo do *software* como suporte, enquanto o trabalho de Távora (2008) não contemplou esse elemento, mas se propôs a apresentar uma visão que pudesse ser mais global.

Os objetivos diferentes, naturalmente, levaram os autores a considerações relativamente distintas, mas salientamos que ambos destacam o aspecto da interatividade, sobretudo no que se refere ao componente mais material de suas definições para suporte: a interface (Souza, 2010) e os modos de configuração (Távora, 2008).

Diante dessas considerações, seguiremos um caminho influenciado por aquele traçado por Souza (2010), que selecionou a interface do *software* como categoria para a análise do suporte e apontou microunidades de análise para investigar esses *softwares* na condição de suportes de gêneros. As microunidades destacadas por esse autor foram observadas a partir do exame das interfaces dos aplicativos considerando: a funcionalidade, os signos e os enunciados que se evidenciam e constroem relações de sentido na arquitetura das interfaces.

Ponderamos que a escolha de categorias para a investigação dos suportes, sob a perspectiva da interface, pode ser de grande utilidade. Não podemos negar, também, o potencial semântico que expressões como “funcionalidade, signos e enunciados” podem carregar. Por essa razão, conforme perscrutamos a aplicabilidade do conceito de interface para se estudar o suporte, aprofundamos nossa própria visão sobre essas categorias.

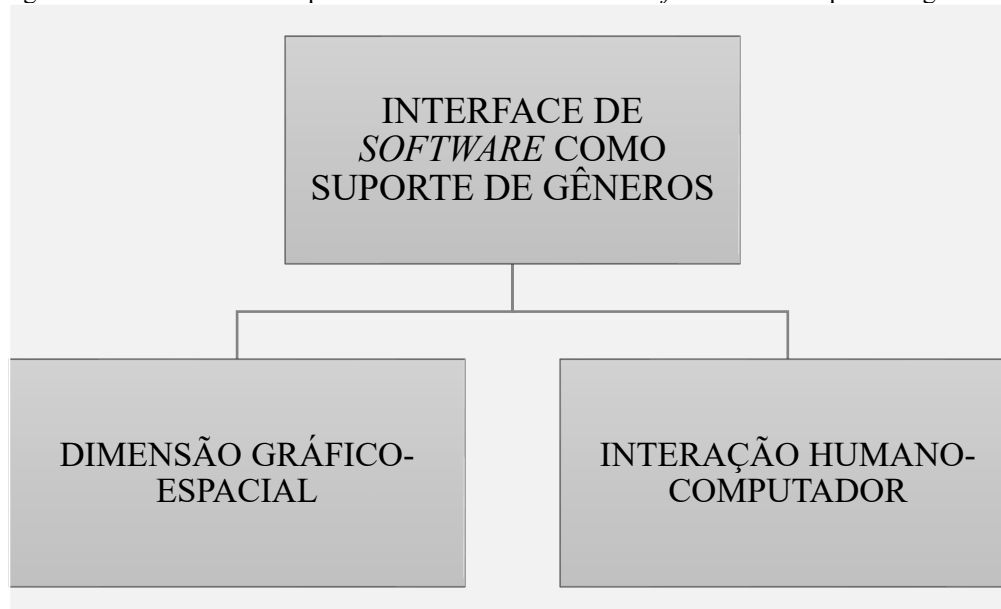
Sabemos, além do mais, que a noção de *software* contempla aspectos para além da interface e que o recorte desse conceito para o estudo da categoria não implica ignorar o seu todo. Não se nega e, inclusive, discutimos que *software* pode ser, ao mesmo tempo, um objeto fundado por uma linguagem de programação e uma forma material que predetermina configurações espaço-temporais, modelos interativos, além do acoplamento de signos e modos semióticos em um único organismo. No entanto, é pelo entendimento de que é na interface e não no código que a interação com usuários acontece que a opção por trabalhar com essa dimensão é justificada pelo propositos da ideia da qual somos tributários e que adotamos neste estudo, já que compartilhamos do mesmo entendimento.

As interfaces, portanto, são priorizadas por serem nelas que a interação acontece e que o usuário tem acesso imediato aos gêneros. É notadamente por essa razão que são vistas como “ambientes contextualizadores, ambientes em que todo embate comunicativo ocorre” (Souza,

2010, p. 121). Desse modo, parece produtivo aos nossos objetivos abarcar uma conceituação de suporte que ultrapassa o reducionismo da “proposição da tela” como principal parâmetro epistemológico para se investigarem materialidades digitais.

Consequentemente, consideramos que, para além da funcionalidade do *hardware* – e seus dispositivos de entrada, saída ou híbridos –, na atualização dos (agrupamentos de) gêneros discursivos digitais, o suporte também se constitui do *software*, que, neste trabalho, é abordado a partir de um recorte teórico-metodológico que seleciona a interface do *software* para investigação. A partir desse levantamento, propomos a figura a seguir com dois pilares a serem considerados no estudo da interface de *software* como suporte de gêneros:

Figura 6 – Planos de análise para o conceito de interface de *software* como suporte de gêneros



Fonte: elaboração própria.

Sendo assim, as teorias mobilizadas nos convidam para elencarmos categorias analíticas que contemplem i) a disposição semiótica e sua influência nos modos de interação mediada por esses suportes e ii) aspectos mais precisamente relacionadas à IHC. Entendemos que, dada a complexidade do conceito, muitas outras noções poderiam ser mobilizadas ou até mesmo renunciadas, mas selecionamos essas para este estudo, tendo em vista a já referida relevância para nossos interesses investigativos.

Em relação à disposição gráfico-espacial, lembramo-nos de Souza (2010, p. 88) ao dizer que, “quando nos propomos a estudar os aspectos sígnicos em uma interface, estamos atentando para algo mais que se estabelece nesse corpo, estamos atentando para os aspectos semânticos e ideológicos desses artefatos”. O autor entende que “a interface do *software* é uma coleção de

signos que são interpretados por sujeitos em interação com o sistema” (Souza, 2010, p. 91). É nesse viés que trataremos a dimensão semiótica, isto é: sem perder de vista as relações de alteridade e as inclinações ideológicas imbricadas na construção da interface dos *softwares*, como recorte analítico para a investigação dos suportes.

Assim como Souza (2010), dialogamos com Bakhtin (2011, p. 30), para quem “toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico”. Além disso, o próprio Souza (2010) traz ao debate que esses signos podem assumir funções diferentes. O autor propõe, a princípio, três funções: a *contextual*, em que o signo interage com a totalidade do *software*, como a opção de fechar; a *operatória*, que pode ser ilustrada com o botão de enviar; e até mesmo a *discursiva*, como se observa nos *emoticons*. O propositor, no entanto, não detalha o debate. Por isso, em nossa análise, tentaremos, a partir da observação dos dados, aprofundar a interpretação sobre essas funções.

Por fim, no que toca à IHC, o conceito será tratado nos moldes em que tem sido interpretada por Souza (2010), fazendo um paralelo com a perspectiva bakhtiniana. Esse movimento teórico em direção a Bakhtin (2011) é operacionalizado tendo em vista a relevância do autor nos estudos da linguagem dedicados à interação verbal, bem como a maneira pela qual foi operacionalizado por Souza (2010).

Com o pressuposto de que o suporte pode se constituir como elemento vinculado ao plano da realização concreta dos compósitos de gêneros, empregaremos maiores reflexões para o entendimento acerca de qual o seu papel durante a análise, quando investigaremos a produtividade desta proposta.

Na próxima subseção, apresentaremos uma revisão teórica, além de nossas ponderações sobre o hipergênero como categoria de análise.

2.2.2 O hipergênero como compósito de gêneros

Discutimos, anteriormente, os pilares que sustentam o quadro investigativo que norteia este estudo, cujo foco recai na análise dos gêneros em uma perspectiva crítica, com ênfase na noção de mídia e sua interface com os suportes de gêneros. Nesta subseção, explanaremos outro objeto que está inter-relacionado às mídias e aos suportes, a saber: o hipergênero, tomado como compósito de gêneros. Portanto, deter-nos-emos em apresentar os pressupostos que integram o estado da arte desse objeto de pesquisa, que se configura como um artefato central de nossa investigação, bem como proporemos alguns deslocamentos teórico-metodológicos.

Para tanto, inicialmente, propomos a adoção do conceito de compósito de gêneros. Esse primeiro movimento é motivado por razões que vão além de uma questão taxonômica. A primeira delas deve-se ao fato de a nossa interpretação estar articulada àquela derivada das discussões empreendidas pelo *Grupo de Pesquisa Protexoto*¹⁹ ao longo dos últimos anos, inclusive a partir de ponderações que vieram a ser socializadas externamente ao grupo ao longo do *IV Workshop em Linguística Textual*, promovido em 2021, por meio, mais notadamente, da mesa-redonda *Compósitos de gêneros e fronteiras textuais*. Entendemos, assim como os pesquisadores do referido grupo, que a noção de um hipergênero pode ser conflituosa com a perspectiva de texto que temos praticado na linha de pesquisa *Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização*, do Programa de Pós-Graduação em Linguística ao qual nos vinculamos. Posteriormente, deter-nos-emos mais detalhadamente sobre esse aspecto.

Outro fator que destacamos deve-se ao fato de que a primeira menção ao termo hipergênero de que tivemos conhecimento remonta a Maingueneau (2005, p. 244), que o mobilizou com vistas a descrever um princípio organizacional superior ao gênero, mas que não se constitui como “um dispositivo de comunicação historicamente definido”. Em sua interpretação, o conceito é postulado como “um modo de organização com fracas coerções que encontramos nos mais diversos lugares e épocas e no âmbito do qual podem desenvolver-se as mais variadas encenações da fala” (Maingueneau, 2005, p. 244). Os objetos que contemplam o hipergênero seriam diálogos, cartas, diários, entre outros. Postula-se, pois, uma concepção diferente da proposta por Bonini (2011). A construção teórica de Maingueneau (2005) parte do entendimento de que existem modos organizacionais para o discurso, como os elencados acima, que não se configuram no mesmo nível de abstração dos gêneros. O hipergênero, então, seria útil para analisar esses princípios organizacionais que não apresentam coerções sócio-históricas fortemente marcadas e não podem ser confundidos com gêneros em si.

Em outro contexto, Bonini (2011) propôs uma conceituação que não é convergente com a proposta de Maingueneau (2005), já que o conceito de hipergênero, para o pesquisador brasileiro, refere-se a “*gênero de um nível superior*” (Bonini, 2011, p. 691). A justificativa atual para a elaboração e manutenção do conceito nesses termos se ampara no fato de que alguns objetos, como o jornal, transcendem a função de suportes.

¹⁹ O grupo Protexoto atua na linha de pesquisa *Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização*, do Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, e reexamina, em diferentes estudos simultâneos, conceitos como o de interação, (hiper)gênero, argumentação, texto, sequência e plano textual, coerência e discurso; além de conceitos mais microtextuais, como referência, intertextualidade e heterogeneidades enunciativas. Fonte: <https://protexoto.ufc.br/pt/pagina-exemplo/>. Acesso em: 06 fev. de 2023.

Em sua formulação mais recente, o autor reflete sobre o fato de que “os gêneros, por vezes, são produzidos em agrupamento, compondo uma unidade de interação maior (um grande enunciado)” (Bonini, 2011, p. 691), a qual chamou de hipergênero – conceituação teórica que adotamos neste estudo e que se constitui como nosso objeto de análise.

Para conceituar o hipergênero como uma *unidade de interação maior*, a qual chamou de *grande enunciado*, o autor recorre às proposições do Círculo de Bakhtin, adotando princípios como o de alternância dos sujeitos do discurso e de conclusibilidade. Este último princípio se constitui na exauribilidade do tema, no projeto do discurso e nas formas típicas e composicionais dos gêneros. Para ilustrar esse posicionamento, Bonini (2011) elaborou o seguinte quadro, em que demonstra como as categorias de orientação bakhtiniana podem servir para explicar um hipergênero específico: o jornal.

Quadro 2 – Características do enunciado aplicadas ao jornal

Características do enunciado	Aplicação dessas características ao jornal
1 – alternância dos sujeitos do discurso	O jornal apresenta um modo <i>dixi</i> (sua própria constituição, por exemplo, com primeira e última página) que assinala a alternância de enunciados (de edição para edição) e dá a deixa para que o outro se pronuncie em relação ao seu conteúdo.
2 – conclusibilidade A) “exauribilidade do objeto e do sentido”	A equipe que produz o jornal expressa todo o conteúdo que quer ou pode expressar na edição. Esse conteúdo, por sua vez, funciona como uma unidade de sentido que pode ser alvo de réplica, de modo que alguém pode afirmar, por exemplo: “Gostei da edição de ontem do jornal X”.
B) “projeto de discurso ou vontade de discurso do falante”	Embora compartilhado entre muitos sujeitos e não passível de especificação, há um intuito na produção do jornal. Do mesmo modo como ocorre com outros enunciados coletivos, a exemplo de um filme, de um espetáculo, há, no caso do jornal, uma hierarquia de enunciadorees. Sendo assim, alguns têm mais poder e espaço na construção do todo do que outros. No caso de um filme, é geralmente o diretor; no do jornal, os editores.
C) “formas típicas composicionais e de gênero do acabamento”	O jornal apresenta uma organização genérica, composta principalmente de cabeçalho, chamadas, expediente, editorial, carta do leitor e cadernos. Essa organização, por sua vez, cria um espaço de circulação para outros gêneros.

Fonte: Bonini (2011, p. 692).

O pesquisador conceitua o hipergênero de acordo com os parâmetros que caracterizam o enunciado bakhtiniano. Tendo em vista que já discutimos essas categorias previamente (cf. 2.1.1), refletiremos sobre o modo como o autor as incorpora em sua proposição. O proponente descreve, no Quadro 2, cada característica do jornal – entendido como um grande enunciado – com vistas a ilustrar que a constituição desse artefato se apresenta em conformidade com os critérios elencados no arcabouço do Círculo. A classificação do objeto como (grande) enunciado, nesse ponto de vista, autoriza-nos a entender que o jornal pode ser delimitado como

um acontecimento discursivo único, tendo em vista que não podemos ignorar que os enunciados, no contexto das contemplações bakhtinianas, referem-se, especificamente, a eventos discursivos irrepetíveis, os quais ocorrem nos campos da comunicação humana.

Nesta tese, propomos uma rediscussão dessa dimensão qualitativa dada ao objeto, que tem sido conceituado como um *grande* enunciado. Essa atribuição está presente também nas ponderações de C. Lima (2013), que encarou o hipergênero como um *macroenunciado* (em vez de grande), mas também sustentando uma teorização com forte vinculação a proposições bakhtinianas. Além dessa filiação, o autor mantém, igualmente, a carga semântica de Bonini (2011), conceituando o hipergênero como um artefato de grandes proporções.

Na leitura que empreendemos de Bakhtin (2011), interpretamos que, ao tomarmos seus preceitos para a classificação de enunciados, estaríamos nos referindo, conseqüentemente, a um acontecimento discursivo, um evento irrepetível e, por assim dizer, como um *texto*. Essa percepção é mais tacitamente sustentada em Bakhtin (2003), que discutiu o conceito de texto na linguística, na filologia e em outras ciências, retomando alguns dos mesmos princípios mobilizados na delimitação dos enunciados, ou seja, referindo-se ao seu caráter dialógico e responsivo, à inserção em um campo da comunicação e à propriedade de se constituir como um todo individual, singular e historicamente situado.

Além desses, outros critérios mobilizados pelos autores (Bonini, 2011; Lima, C., 2013) incluem a *alternância dos sujeitos do discurso* e a *conclusibilidade*. Pensamos que tal conceituação para um hipergênero deve ser examinada com certo cuidado quanto à perspectiva e filiação teórica adotada em alguns contextos de análise. Isso porque interpretamos que os gêneros estão vinculados diretamente a esses acontecimentos de interação únicos que se realizam em tipos relativamente estáveis de enunciados e, por isso, em textos.

Nesse viés, endossamos a interpretação de Cavalcante e Lima (2022, p. 434), para quem, “se os gêneros são tipos de enunciado relativamente estáveis, então os enunciados devem equivaler a textos” e, de igual modo, “se um texto corresponde sempre a um gênero, não caberia falar de mais de um texto e um mesmo gênero”. Em decorrência disso, ponderamos a dificuldade de articular uma visão de hipergênero que venha a se configurar como um grande enunciado conforme essa interpretação. Esse posicionamento implicaria renunciar uma visão que tem contemplado prefixos ou adjetivos como grande, hiper ou macro para conceituar esse enunciado maior e se desloca para uma compreensão que o entende como um agrupamento.

Essa crítica é igualmente asseverada por Lima-Neto e Carvalho (2022, p. 114), para quem a proposição de um hipergênero “parece entrar em conflito com muitos dos pressupostos assumidos pelo próprio Círculo de Bakhtin”. Os pesquisadores pontuam dois aspectos em

relação a isso: “primeiro, pelo uso do prefixo hiper, que sugere a existência de um gênero que é superior a outros e carrega um tom valorativo; segundo, a superposição de um gênero a outros”. Em acordo com os autores, lembramos a feliz colocação de Bonini (2011, p. 691), para quem “o gênero, como unidade de interação linguageira, está sempre imerso em uma série de relações contextualizadoras que lhes são constitutivas”.

O conceito de compósito de gêneros pleiteado, portanto, busca alinhar-se a trabalhos como os de Lima e Custódio Filho (2020), Cavalcante (2020), M. Lima (2022), Lima-Neto e Carvalho (2022) e Cavalcante e Lima (2022) em suas (re)interpretações acerca da proposta de Bonini (2011). Falar de compósito, então, seria, a nosso ver, uma metáfora para se pensar um objeto composto e formado pela união de vários outros elementos, a fim de engendrar uma unidade maior. Será a partir dessa alegoria que pensaremos esse objeto.

Neste trabalho, revisitamos a caracterização em discussão, de modo a alinhá-la aos nossos objetivos e as nossas percepções. A despeito da proficuidade do debate iniciado em Bonini (2011) e aprofundado em C. Lima (2013), renunciamos em certa medida a supracitada nomenclatura, mas concordamos com dois pontos destacados pelos autores. O primeiro é o de que “os critérios apresentados para a definição do enunciado foram elaborados muito mais para negar o estatuto da *sentença* como um objeto de análise válido, do que para caracterizar a natureza do gênero” (Lima, C., 2013, p. 150). Em segundo lugar, partilhamos da ótica de que o hipergênero se configura como um *agrupamento de gêneros* (Bonini, 2011).

Por essa razão, ao analisarmos as postagens do *blog*, na condição de compósito de gêneros, não o entenderemos como uma unidade que pode ser classificada no sentido de um grande ou macroenunciado, mas, reiteramos, vamos abordá-lo como um agrupamento. Esse agrupamento, naturalmente, apresenta uma ordem e uma disposição entre os gêneros que o compõem. Por isso, tem extensões bem delimitadas com começo e fim, mas não se constitui como um grande enunciado único e irrepetível composto por diversos gêneros.

Ao pensarmos em compósito de gêneros como um agrupamento, não ignoramos o fato de que ele apresenta uma ordem e um modelo de disposição, conforme Bonini (2011) apontou e C. Lima (2013), posteriormente, buscou sistematizar. Sugerimos, assim, a ideia de que o compósito apresenta uma previsibilidade no modo pelo qual os gêneros podem ser agrupados e dispostos em sua construção arquitetônica. Quando pensamos no jornal, na revista ou no *site*, naturalmente, podemos prever quais gêneros podem estar ali reunidos.

Essa disposição, para Bonini (2011), envolve gêneros organizadores (como o sumário, a introdução e o editorial) e de funcionamento (como a notícia, a reportagem e a entrevista). Dado o caráter introdutório de seu artigo, o autor não aprofunda a discussão acerca desses

aspectos organizacionais. Porém, observamos que alguns dos exemplos elencados, como o sumário, a notícia e a introdução, configuram-se como artefatos que precisam habitar em um compósito de gêneros, pois dificilmente existiriam fora do que o autor chama de unidade de interação.

Em decorrência dessa observação, almejamos propor que os gêneros que se agrupam em um compósito podem pertencer a três níveis: o funcional, o da autonomia e o organizacional. Essa interpretação não tem como intenção regularizar ou engessar o estudo da categoria, mas apresentar uma tentativa de aprofundamento sobre possíveis níveis de abstração que um compósito de gêneros pode ter. O que pensamos como *nível funcional* diz respeito aos papéis que determinados gêneros ocupam em um compósito. Essa proposta, abordada no parágrafo anterior, contemplaria os gêneros organizadores e os de funcionamento, como proposto por Bonini (2011) para se referir ao sistema de disposição dos gêneros em um compósito de gêneros, ou hipergênero, em sua definição.

Desse modo, refletimos ainda sobre a existência de outros níveis que podem ser levados em consideração. Observamos que um dos fatores que também colabora para a relevância e necessidade de consolidação dessa noção nos estudos da área se deve ao fato de que alguns gêneros não têm autonomia própria para circular fora do agrupamento que compõe o compósito de gêneros. O *nível da autonomia*, portanto, compreenderia justamente o fato de que alguns gêneros podem ser mais ou menos autônomos em relação a um compósito. Podemos especular que diversos artefatos genéricos não possuem independência fora do compósito, entre os quais citamos: sumário, prefácio, reportagem ou canto de abertura, que chamaremos de *gêneros indissociáveis*. Todavia, alguns gêneros não necessariamente precisam estar integrados a um hipergênero, como as cartas, os cartazes publicitários, os panfletos e as fofocas, os quais denominaremos como *gêneros dissociáveis*.

Mesmo os gêneros dissociáveis, que apresentam maior autonomia, podem compor um compósito, mas a sua relação com esse ambiente de interação não é obrigatória para a sua circulação e existência. Os gêneros indissociáveis, por sua vez, têm sua existência fortemente vinculada à inserção em uma unidade de interação e existem apenas *in loco*. Em algumas exceções, podem aparecer destacados para atender a interesses comerciais, como os sumários e os prefácios, os quais eventualmente são disponibilizados em lojas *on-line* para a venda de livros ou revistas, mas se constituem como partes integrantes de algum agrupamento.

Por fim, o *nível do encadeamento* representaria a propriedade que alguns gêneros possuem de manifestar certo grau de dependência ou de independência em relação uns aos outros no compósito de gêneros. Destacamos, por exemplo, o caso das postagens de *blog* que

podem veicular comentários. Entendemos que o gênero comentário *on-line* é dependente de um gênero com o qual mantém uma relação de encadeamento, isto é, a postagem anterior.

No interior desse nível, *gêneros encadeados*, portanto, seriam aqueles que mantêm um vínculo com outros que também integram o compósito em uma relação intertextual. Além dos comentários *on-line*, podemos pensar no resumo acadêmico que integra o conjunto de gêneros agrupados no periódico científico, já que esse gênero possui uma relação inseparável com os artigos ali veiculados. Do mesmo modo, podemos argumentar que a charge, em alguns contextos, pode vir a se configurar como um gênero encadeado, na medida em que pode se constituir em uma relação de responsividade com alguma notícia presente na edição do jornal.

Em um outro polo, falaríamos de *gêneros desencadeados*, os quais representam o oposto: não mantêm vínculos necessários e obrigatórios com os demais que compõem o compósito. No jornal, ilustrariam esses casos a previsão astrológica, os classificados e os anúncios publicitários, que não necessariamente apresentam uma relação intertextual com os demais gêneros jornalísticos, mas, ainda assim, habitam esse mesmo agrupamento genérico. Porém, mesmo os gêneros jornalísticos, como a notícia, a reportagem e a entrevista, não mantêm, obrigatoriamente, uma relação de encadeamento intertextual uns com os outros.

Precisamos deixar claro que esses três níveis foram delimitados apenas para fins teórico-metodológicos, uma vez que eles podem se sobrepor e não são excludentes, pois um mesmo gênero pode ser caracterizado em níveis diferentes.

O sumário, por exemplo, pode ser categorizado como um gênero organizador – no plano *funcional* –, do mesmo modo que se constitui, no nível da *autonomia*, como um gênero indissociável, pois seu funcionamento social está vinculado fortemente à integração com um compósito de gêneros, e sua circulação fora deste pode comprometer a interação com esse artefato. Quando pensamos no nível do *encadeamento*, o sumário pode se configurar como um gênero encadeado, pois mantém uma relação intertextual com os capítulos e com o conteúdo registrado em compósitos de gêneros que compõem revistas e livros.

Essa proposta de classificação em três níveis se apresenta em um estágio inicial de desenvolvimento e de maturação, de modo que reflexões derivadas, inclusive, das análises precisarão ser empreendidas para que possamos avaliar, de fato, a sua viabilidade e relevância na descrição teórica e metodológica dos compósitos de gêneros. Com o avançar de nossas ponderações, ambicionamos, ainda, ilustrar melhor esses níveis com mais exemplos, inclusive extraídos dos dados, e apresentar uma tabela que torne o seu entendimento mais didático.

Sobre essa conceituação, até o momento, não avistamos instrumentos teóricos que nos permitam mensurar essas proporções e dimensões para o hipergênero – assim como para o

grande macroenunciado. Por isso, quando nos reportamos ao termo em discussão utilizando o prefixo *hiper*, não nos referimos a uma posição de grandeza, mas, de fato, pensamos nas hiperconexões que esse artefato apresenta quando se consideram o agrupamento de gêneros e as possibilidades de interação com e entre os gêneros ali dispostos.

Temos pensado, portanto, que, para se analisar um compósito de gêneros digital, as noções de macroenunciado e a compreensão de que ele seria um gênero superior podem não ser as mais adequadas para o recorte empreendido. Essa mudança de caracterização, no entanto, não anula as conceituações de Bonini (2011) de que o hipergênero apresenta uma rede de relações genéricas e modelos organizacionais típicos. O termo *compósito*, portanto, é mobilizado com vistas a especificar melhor o tipo de relação que é estabelecida no hipergênero, ou seja, de união, interligação e organização entre os elementos ali agrupados.

Outro motivo que justifica a mudança deve-se ao fato de que buscamos evitar uma sobreposição ainda maior de conceitos, na medida em que, atualmente, o emprego de “agrupamento de gêneros” tem sido mobilizado por alguns autores, como Bezerra (2017, p. 51), para designar um termo guarda-chuva que se refere a vários outros tipos de relações genéricas propostas por diferentes estudiosos da área, como: conjunto de gêneros, sistema, gêneros disciplinares, hierarquias, cadeias, redes, repertório, ecologias, constelação e colônias de gêneros. O compósito de gêneros, em nossa interpretação, configura-se como um tipo desses agrupamentos que pode ser agregado a esse rol.

Ainda no que toca à conceituação do hipergênero, ou compósito, C. Lima (2013) elenca algumas características que podem defini-lo: 1) ele se constitui como um conjunto de unidades textuais descontínuas, pois alguns gêneros podem ser deslocados para fora do hipergênero, sem que haja prejuízos; 2) configura-se como um agrupamento ordenado de um conjunto de gêneros típicos, isto é, os gêneros que o compõem são previsíveis, pois podemos antever quais artefatos genéricos estarão presentes; 3) organiza-se por meio de um conjunto de unidades retóricas que estão associadas à organização composicional do hipergênero.

Discutimos os dois primeiros pontos anteriormente. Ademais, no que toca ao aspecto composicional, esclarecemos que C. Lima (2013) reabilitou e propôs conceitos, como o de unidade retórica, constituinte retórico, movimento retórico, além de bloco, seção e colônia retórica para analisar a estrutura hipergenérica da revista. No entanto, não nos deteremos na descrição dessas categorias elencadas, pois acreditamos que elas não serão aplicáveis ao objeto escolhido para este estudo e às especificidades inerentes a este.

Apesar de Bonini (2011) ter expressado importantes posicionamentos sobre o caráter do *site* como um hipergênero, ainda precisamos operacionalizar, teórica e metodologicamente,

como esses compósitos se manifestam na mídia vinculada à internet. Observamos que a relação entre mídias e compósitos, no ambiente *on-line*, pode ser bastante controversa, visto que um mesmo objeto pode ser analisado, em alguns estudos, tanto no plano da mídia quanto no do compósito de gêneros. Logo, a delimitação de cada conceito precisa estar bem precisa. A motivação empírica que nos auxiliará a refinar essa discussão será empreendida no capítulo de análise, que apresentaremos posteriormente nesta tese.

Precisamos delimitar, portanto, em que medida um objeto pode ser tratado como uma mídia e como um compósito. Dito isto, para sumarizar a discussão aqui iniciada, reiteramos que nossas primeiras ponderações nos levaram ao deslocamento terminológico proposto: optamos por conceituar o hipergênero como um compósito de gêneros, pois os reúne, organiza e possibilita a manifestação e interação com diversos gêneros. Enquanto a palavra hipergênero parece remeter a um objeto singular, entendemos que manter o termo compósito de gêneros, em consonância com os pesquisadores acima mencionados, apontaria para um agrupamento de gêneros cujas pluralidades se manifestam nos encaixes e desencaixes demandados pela ação de blogagem, já que os gêneros agrupados nas postagens do *blog* estariam, hipoteticamente, organizados em três níveis: funcional, autonomia e encadeamento.

A propósito disso, também ponderamos sobre a possibilidade de estabelecermos esses níveis relacionados aos gêneros que podem integrar um compósito – ou seja, o nível funcional, da autonomia e do encadeamento. Essa proposição tem por objetivo buscar mecanismos que auxiliem no entendimento das relações genéricas presentes no compósito.

Buscamos propor, ainda, maiores aprofundamentos sobre os modos de organização e de realização dos gêneros que compõem o compósito de gêneros do *blog*. Essas características serão observadas na análise do objeto, sobretudo quando examinaremos com mais detalhes as conexões entre os compósitos, a mídia e o suporte. Com base nisso, partimos, a seguir, para a apresentação dos aspectos metodológicos mobilizados para a caracterização da pesquisa, bem como da coleta, seleção, caracterização e análise do *corpus*, além dos procedimentos de análise.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Nesta seção, descreveremos o percurso metodológico adotado na pesquisa que propomos. Para tanto, apresentaremos, inicialmente, a caracterização da pesquisa; em seguida, especificaremos a constituição e a definição do *corpus* para, no fim, indicar os procedimentos de análise adotados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Este trabalho parte do princípio de que seguir um caminho unilateral para a produção do conhecimento pode causar certo enfraquecimento científico (Adamatti; Bigolin-Neto, 2016). Por essa razão, amparamo-nos em uma abordagem de pesquisa exploratória de caráter transdisciplinar – postura que busca considerar diferentes percepções acerca de um mesmo objeto de estudo, não se restringindo a procedimentos e concepções unidimensionais. As pesquisas de natureza transdisciplinar se inspiram na chamada epistemologia da complexidade vinculada ao pensamento de Morin (2000), que propõe uma “visão complexa, que interconecta, alia e entrelaça os conhecimentos” (Torres; Behrens, 2015, p. 17).

Morin (2000) sugere que esse paradigma pode lançar luz sobre fenômenos e objetos que são, simultaneamente, complementares, concorrentes e antagonistas – relações que observamos na tríade compósito de gêneros, mídia e suporte. Por esse motivo, as pesquisas orientadas por esse viés são operacionalizadas a partir de diálogos multidisciplinares. Dupret (2017) assinala que a postura transdisciplinar se caracteriza pela inter-relação de saberes e, sobretudo, pela ruptura de fronteiras entre diferentes perspectivas teóricas. Uma pesquisa perpassada por uma atitude transdisciplinar demanda que nenhuma área do conhecimento seja priorizada em detrimento de outra no trabalho investigativo, evitando, assim, que as disciplinas sejam niveladas em algum grau de importância. Com isso, pode-se entender que a prática transdisciplinar promove uma maior autonomia ao pesquisador, pois permite o diálogo teórico e evita a hierarquização dos saberes, almejando uma unificação.

Para Moraes e Valente (2008), a pesquisa transdisciplinar demanda a adoção de várias abordagens metodológicas que sejam adaptáveis ao objeto estudado e que possibilitem que este seja investigado a partir de diferentes campos do conhecimento, os quais contribuem para a sua apreensão. Diante disso, Domingues (2005, p. 25) elenca as principais características das pesquisas de natureza transdisciplinar: a) a aproximação de diferentes disciplinas e áreas do

conhecimento; b) o compartilhamento de metodologias unificadoras; c) a ocupação de zonas de indefinição em diferentes áreas do conhecimento.

Em relação à aproximação de áreas do conhecimento, este trabalho convoca diferentes campos de pesquisa que visam a contribuir para o nosso estudo. Mobilizamos concepções da ACG, em diálogo com campos que a integram: o Círculo de Bakhtin, os ERG, a ACD e áreas correlatas, tal como esperamos ter deixado claro em capítulos anteriores.

Para operacionalizar nosso empreendimento, adotamos metodologias unificadoras (Domingues, 2005) pertinentes para nossos objetivos e coerentes com o construto teórico que norteia a pesquisa. Entre essas metodologias unificadoras, estabelecemos a *abordagem qualitativa* como norteadora deste trabalho, tendo em vista que ela nos permite assumir uma postura reflexiva acerca do fenômeno estudado. Pesce e Abreu (2013) indicam que as pesquisas qualitativas podem abrigar diversas tendências teóricas que as fundamentam, como as teorias fenomenológicas, construtivistas, etnometodológicas e críticas. Este estudo, portanto, configura-se como uma pesquisa qualitativa vinculada a uma perspectiva crítica, sendo tributária do posicionamento teórico da ACG, que congrega, com um viés transdisciplinar, diversas linhas teóricas e contribuições de diferentes autores.

A abordagem qualitativa, de acordo com Denzin e Lincoln (2006, p. 21), não “possui um conjunto distinto de métodos ou práticas que seja inteiramente seu”, o que tem levado os investigadores a utilizarem diferentes técnicas e métodos para o desenvolvimento de suas pesquisas, sem esquecerem o fato de que “não se pode privilegiar nenhum método ou nenhuma prática específica em relação a qualquer método ou prática” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 22). Essa característica mostra-se pertinente para este estudo, haja vista que sentimos a necessidade de adotar métodos variados e não centralizados ao elencar e manejar as categorias de análise. Precisamos reiterar, assim, que, neste trabalho, analisamos categorias já existentes e descritas em pesquisas anteriores, bem como almejamos organizar, recategorizar e aprofundar modelos pré-existentes. Algumas dessas categorias foram propostas neste estudo, porém, algumas outras emergirão da análise dos dados.

Por essa razão, concordamos com Moraes (2003), para quem os métodos dedutivo e indutivo podem ser combinados em um procedimento denominado como *processo de análise misto*. No método dedutivo, segundo as palavras do autor, as “categorias são deduzidas das teorias que servem de fundamento para a pesquisa”. O método indutivo, por sua vez, “implica construir as categorias com base nas informações contidas no *corpus*” (Moraes, 2003, p. 197). Sendo assim, no processo de elaboração do nosso arranjo teórico-metodológico, partiremos de categorias teóricas já existentes na literatura e, posteriormente, encaminharemos

transformações nesse panorama inicial de categorias. Nesse sentido, consideramos ambos os métodos relevantes e, por isso, adotaremos esse processo.

Referente ao último aspecto apontado por Domingues (2005) sobre as pesquisas transdisciplinares – isto é, a ocupação de lacunas teóricas –, enfatizamos que este estudo tenciona ocupar algumas das zonas de indefinição que têm sido problematizadas pelas diferentes áreas do conhecimento que congregamos neste trabalho. As noções de gênero, mídia, suporte e agrupamentos de gêneros – mais especificamente, dos compósitos – têm sido alvo de debate constante entre diferentes pesquisadores das áreas anteriormente destacadas. Observamos, porém, que há ainda algumas lacunas a serem preenchidas no que se refere à articulação entre essas noções, sobre quais categorias devem ser consideradas para uma análise empírica e sobre como podemos classificar esses objetos em um horizonte teórico que seja relevante para os estudos sobre eles direcionados ao ambiente tecnológico-digital.

À vista disso, Domingos (2005) destaca ser possível que uma experiência transdisciplinar resulte na elaboração de novas disciplinas ou de novos modelos teóricos, mas o objetivo maior é o de atravessá-los, de modo a produzir conhecimento sobre as zonas de indefinição que transpassam áreas específicas. Tendo isso em mente, reforçamos que nosso intuito é o de organizar e testar um conjunto de categorias abertas, flexíveis, que possam congrega diferentes olhares teóricos. Portanto, reiteramos a adoção da postura exploratória e transdisciplinar como modo de atingir a dois princípios ressaltados por Nicolescu (2008): i) o de analisar nosso objeto, superando fronteiras disciplinares que podem fragmentar o conhecimento; e ii) o de abordar os nossos problemas de pesquisa a partir de uma perspectiva que privilegia múltiplas dimensões da realidade, articulando os diferentes saberes já construídos até o momento e seus respectivos campos disciplinares.

3.2 Constituição e caracterização do *corpus*

O *corpus* deste estudo é composto por postagens de *blog* de uma instituição ativista dos direitos humanos coletadas em sua página da internet, a saber: a organização *WITNESS*, cujo *blog* está disponível em: <https://blog.witness.org/>. Nesta subseção, descreveremos os procedimentos de coleta e seleção do material e apresentaremos a caracterização desse *corpus*.

3.2.1 Coleta e seleção do corpus

Para a compilação do material de análise, inspiramo-nos na técnica de coleta *documental* a partir do acesso a fontes primárias (Gil, 2002; Marconi; Lakatos, 2002) na geração de dados, ou seja, por meio da consulta à página oficial do *blog*, assegurando que o material foi coletado exatamente da forma como está disponível em sua fonte. O *corpus* é composto por documentos do tipo não-solicitados (May, 2004), os quais não requerem uma solicitação prévia aos produtores, já que estão disponíveis em fontes públicas, gratuitas, não-pessoais, e foram produzidos em práticas discursivas autênticas, sem a nossa intervenção.

O procedimento documental, portanto, é utilizado neste estudo como princípio de coleta, e não como procedimento analítico. Isso significa que é utilizado para reunir os dados examinados. A análise em si envolve a interpretação e contextualização dos dados coletados, mediante procedimentos exploratórios e descritivos, amparados por um posicionamento transdisciplinar qualitativo, como já sugerimos.

A técnica de coleta de viés documental visa à compilação de um *corpus* que ainda não recebeu tratamento analítico anterior (Oliveira, 2007) e cujos exemplares representam o objeto que se almeja estudar (May, 2004). Tal entendimento pressupõe a visão de que “os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais [...], constituem leituras particulares dos eventos sociais” (May, 2004, p. 205). Em outras palavras, entendemos que o *corpus* coletado se configura como um recorte da prática discursiva investigada, ou seja, como um reflexo do seu entorno social de produção, e não demanda a compilação de grandes volumes de documentos, pois o material coletado já é representativo do elemento investigado.

Para Silva *et al.* (2009), os documentos se configuram como produtos da sociedade, isto é, como produções ideológicas que integram um contexto sociopolítico amplo, visto que não são isentas e revelam ações e práticas sociais. Em outros termos, Vieira, Peixoto e Khoury (1995, p. 15) definem o documento como “tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”. Nesse sentido, a pesquisa documental é vista em nosso trabalho também como uma maneira de enxergar o material compilado, isto é, como um instrumento que nos possibilita investigar as ações e os modos de interação social realizados por meio das postagens de *blog*.

As postagens foram coletadas no *blog* vinculado à instituição *WITNESS*, organização internacional, e têm por objetivo denunciar casos de violação aos direitos humanos, bem como prestar suporte aos defensores desses direitos. A escolha pelo *blog* da instituição deu-se justamente pelo fato de ser uma entidade internacional, sem fins lucrativos, com representação

em diversos países e por produzir conteúdo em diferentes línguas, denunciando casos em diversas localidades do mundo e com possibilidade de acesso por falantes de diversos idiomas.

Para delimitar o universo, selecionamos o conteúdo disponível nas línguas inglesa e portuguesa, de modo não-comparativo. Algumas razões justificam esse critério de seleção e a necessidade de expansão para englobar também a língua inglesa, como o fato de haver uma maior periodicidade de publicações em inglês, bem como o fato de a língua inglesa se articular com a nossa formação acadêmica e com a nossa atuação profissional. Outra importante razão que motiva essa escolha deve-se à realidade de o inglês ocupar um papel importante na chamada modernidade tardia, não apenas por ser o idioma oficial de países detentores de grande poderio econômico, mas também por ser uma língua de grande alcance e com o maior número de falantes não nativos do século XXI (Crystal, 2003; Pennycook, 2004).

Embora seja inegável que o *status* atual da língua inglesa foi obtido às custas do colonialismo e do imperialismo capitalista e linguístico, sabemos que práticas contra-hegemônicas podem ser desempenhadas a partir do uso desse idioma.

Outro critério adotado refere-se ao recorte temporal. Selecionamos o material publicado entre o intervalo de 2018 a 2022, por ser equivalente ao período mais próximo do desenvolvimento desta pesquisa, quando foi publicado o Relatório da Anistia Internacional sobre o Estado dos Direitos Humanos no mundo. Consideramos esse período para analisar os dados a partir de uma visão atualizada acerca da situação em que os DH se encontram em âmbito global, de acordo com o relatório mais recente.

Não estabelecemos um limite específico para a quantidade de postagens selecionadas, visto que almejávamos observar nosso objeto em uma perspectiva ecológica (Lima, M., 2022), isto é, observando-o em sua realização *in loco* ou, por assim dizer, considerando o blog de uma maneira mais contextualizada, em vez de destacar postagens isoladas. Ainda assim, naturalmente, foi necessário operar com alguns recortes metodológicos, o que nos levou à seleção de postagens do blog da *WITNESS* (<https://blog.witness.org/>), as quais versam sobre uma das temáticas que integram o panorama apontado pelo mencionado Relatório da Anistia Internacional sobre o estado dos Direitos Humanos no Mundo (2018). O informe destaca, como parte desse panorama geral, os temas:

- segurança pública;
- direito de manifestação;
- acesso à justiça e luta pelo fim da impunidade;
- direitos aos refugiados, aos migrantes e às pessoas apátridas;
- direitos dos povos indígenas;

- proteção aos defensores dos direitos humanos e aos jornalistas; direitos das mulheres; direitos sexuais e reprodutivos; direitos de pessoas LGBTQIA+ e liberdade religiosa.

Os dados foram armazenados por meio de dois procedimentos: i) a partir do registro simples do *link* das postagens e ii) pelo registro do *link* no domínio *archive.is*²⁰, que garante o arquivamento integral da página. Com esse procedimento, mesmo que a postagem selecionada saia do ar em seu servidor original, uma cópia idêntica continua salva e disponível na internet para quem tiver acesso ao *link* do site que a arquivou. Embora tenhamos analisado a realização do objeto diretamente em seu *locus* original, se imprevistos ocorressem com os servidores do *blog*, teríamos a postagem arquivada durante um intervalo de tempo maior.

Tendo expostos os critérios de seleção, geração e coleta e armazenamento do material de análise, apresentamos, a seguir, a caracterização do *corpus*.

3.2.2 Caracterização do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa constitui-se em páginas do *blog* vinculado à instituição *WITNESS*, que atua em defesa dos Direitos Humanos. Por essa razão, a caracterização desse *corpus* demanda uma discussão acerca do que são os Direitos Humanos, do seu histórico e do seu estado atual no Brasil e no mundo. Consideramos importante, ainda, descrever nossa compreensão acerca do *blog* como objeto de estudo, bem como traçar o histórico dessa instituição.

3.2.2.1 Breve histórico dos Direitos Humanos

Entende-se por Direitos Humanos (DH) uma série de princípios de caráter universal, indivisível, interdependente e inalienável conquistados a partir de lutas sociais. O discurso fundador da noção de DH remonta ao período da Segunda Guerra Mundial, quando o presidente dos Estados Unidos da América, Franklin D. Roosevelt (1882-1945), endereçou ao congresso estadunidense uma mensagem na qual sugeria quatro liberdades fundamentais: de expressão, de religião, de estar livre do medo e das necessidades materiais. O discurso tornou-se referência para o que mais tarde, em 1948, se tornaria a Declaração Universal dos Direitos Humanos

²⁰ De acordo com o site: “Archive.today é sua Wayback Machine pessoal! Ela salva um ‘snapshot’ de uma página que sempre estará on-line mesmo se a página original desaparecer. São salvas uma cópia em texto e uma cópia com gráficos para maior precisão. Ela também gera URLs curtas como tinyurl, goo.gl e bit.ly. É possível salvar páginas de sites Web 2.0”. Fonte: <http://archive.is/>. Acesso: 05 jan. 2020.

(DUDH). A Declaração foi promulgada três anos após a criação de um importante órgão internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU).

A noção de DH, portanto, é recente e surgiu como uma resposta aos conflitos que afligiram o mundo durante a primeira metade do século XX. O cenário pós-guerra configurava-se como um contexto de urgência por providências e órgãos que pudessem administrar forças de paz, de modo a coibir violações e abusos de poder. Medidas como a criação da ONU em 1945 e a posterior promulgação da DUDH em 1948 vieram acompanhadas da resistência de diversos países e evocaram questionamentos quanto à necessidade da criação de medidas normativas que poderiam desafiar a soberania dos Estados. Ao mesmo tempo que se sabia que “períodos de guerra e conflito, holocausto, genocídio, limpeza étnica, *apartheid*, terrorismo” (Pinheiro, 2008, p. 76) faziam parte do cenário histórico e geopolítico da época, não se podia negar que o Estado, acobertado pelo princípio da soberania nacional, havia sido o maior promotor dessas violações até então (Rosato, 2011).

É inegável, portanto, que, desde a sua criação, a Comissão de Direitos Humanos da ONU foi politizada e alvo de diversos embates ideológicos. Nas décadas de 70 e 80, esses conflitos políticos se intensificaram, sobretudo com a divisão dos blocos capitalista e socialista. Uma tendência de polarização se mantém até hoje, como observa Pinheiro (2008, p. 81) ao dizer que há “uma suspeita generalizada e crescente por parte dos países do Sul em relação a qualquer iniciativa apresentada pelo grupo regional formado pelos países da Europa Ocidental e outros”.

Apesar disso, não podemos fechar os olhos para o fato de que, diante de todos os conflitos e de todas as disputas ideológicas que se sucederam desde o século XX até à atualidade, a luta pelos direitos humanos tem progredido e sido responsável por conquistas históricas. Essa afirmação, no entanto, não pode deixar de ser acompanhada de algumas ressalvas, sobretudo no que se refere a uma perspectiva crítica frente aos DH, uma vez que, apesar de ditos “universais”, não estão isolados de especificidades relacionadas a tempo, lugar e classe. Como bem pontuam Tosi e Fragoso (2017, p. 137), “eles expressam interesses da classe burguesa”, pois, numa sociedade de classes, “opara gozar dos direitos, precisa tornar-se homem, ou seja, membro da sociedade burguesa” (Tosi; Fragoso, 2017, p. 137). Isso implica pensar que as classes dominantes, nessa conjuntura, assumem a posição de emancipadas e usufruidoras desses direitos, enquanto grupos subalternizados nem sempre se constituem como sujeitos que podem gozar plenamente de seus direitos humanos.

Nesse cenário, a crítica que Tosi e Fragoso (2017, p. 137) fazem é a de que os DH, muitas vezes, constituem-se como “uma abstração, construída pelo burguês para apaziguar os

ânimos dos explorados e oprimidos”. Intensos desafios, portanto, ainda se impõem na atualidade, alguns deles apontados por Pinheiro (2008), como: a falta de execução das decisões judiciais, o direito ao desenvolvimento, à saúde e à alimentação, a eliminação da extrema pobreza, a discriminação e o racismo, a privação social, a exploração econômica, a opressão política e a tortura. O relatório anual *O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2017/2018*, publicado pela Anistia Internacional, permite observar o contexto brasileiro como reflexo de uma tendência reacionária, que tem crescido em âmbito global e que se torna perceptível mediante retrocessos em leis e políticas já existentes, as quais têm avançado no processo legislativo nacional.

O anuário aponta, entre os casos mais graves, que a violência e os homicídios aumentaram no Brasil e no mundo, vitimando principalmente jovens negros e periféricos. Paralelamente a isso, conflitos por terras e por recursos naturais têm vitimado tanto a população comum, quanto defensores dos direitos humanos, que não têm recebido proteção efetiva por parte do Estado. As forças de segurança têm, cada vez mais, cumprido funções repressivas e desnecessárias, uma vez que a ação policial tem se efetivado principalmente por intervenções militares. Outro ponto destacado refere-se à liberdade de manifestação, que não tem sido respeitada e vem sendo alvo de abusos de poder e de violência contra manifestantes.

O relatório discorre, ainda, sobre violações aos direitos dos povos indígenas que se evidenciam, no caso do Brasil, com o corte de orçamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e, principalmente, com perseguições e invasões de terras indígenas por garimpeiros e madeireiros ilegais. Atentados e mortes contra a população indígena têm sido ignorados pelas autoridades e casos continuam sem investigação. Os direitos de pessoas LGBTQIA+ também seguem em estado de alerta, especialmente em razão do alarmante número de pessoas assassinadas e dos crimes de ódio. Medidas como a de um juiz da Vara Federal do Distrito Federal, que, em 2018, autorizou psicólogos a adotarem práticas de “conversão sexual”, mostram-se incompatíveis com o que prega o Conselho Federal de Psicologia, o qual as classifica como retrocessos.

A liberdade de religião e crença também aparece no documento como um dos panoramas atuais que demandam maior atenção, haja vista a situação de vulnerabilidade dos locais de culto das religiões de matriz africana como a Umbanda e o Candomblé, que têm sido alvo de constantes ataques, invasões e depredações por parte de praticantes de outras religiões. Por fim, o relatório destaca que se precisa avançar no direito das crianças. A esse respeito, menciona-se a situação das unidades do sistema socioeducativo, as quais têm submetido os internos a condições degradantes, como superlotação, tortura e mortes.

O informe indica, portanto, que vivenciamos uma crise que se evidencia nos retrocessos em leis anteriormente consolidadas e no trágico aprofundamento de violações aos direitos humanos. O cenário histórico atual reflete um momento em que a mobilização por direitos deve ser praticada, evidenciada e, inclusive, ser alvo de pesquisas e debates acadêmicos. Por essa razão, este trabalho visa a contribuir para o debate ao investigar, a partir do construto teórico formulado, como o suporte, a mídia e os agrupamentos de gêneros têm sido utilizados como ferramentas de enfrentamento e de resistência frente ao horizonte atual.

Diante disso, destacamos a variedade de áreas políticas e de frentes de luta em defesa dos DH. Os exemplares coletados abordaram algumas dessas temáticas anteriormente discutidas e serão descritos ao longo do capítulo de análise dos dados.

3.2.2.2 *O blog e seu lugar de publicação*

Consoante ao que defendemos em nossa discussão teórica, conceituamos o *blog* como um dos elementos de análise para ilustrar onde esses gêneros se conectam, gerando objeto de estudo e recorrendo a duas perspectivas doravante apresentadas.

A primeira delas é um resgate dos ERG, mais precisamente, por intermédio das concepções de Miller (2009) e Miller e Shepherd (2004, 2009), que conceituam o *blog* como um objeto multifacetado, nativo da internet, que anteriormente havia sido conceituado como um gênero, mas atualmente tem sido encarado como uma mídia, a qual pode veicular diversos gêneros. A outra vertente adotada é tributária dos estudos do campo da Comunicação e Informação, que também tratam o *blog* como uma mídia (Primo, 2008a; 2008b) ou, mais particularmente, como uma micromídia digital – conceito que se refere a mídias que demandam baixo investimento, tal como já mencionamos na fundamentação teórica.

O uso de mídias digitais como ferramentas de enfrentamento ao poder dominante tem se tornado cada vez mais comum, visto que a internet hoje se configura como um espaço de contestação e de engajamento político. Historiadores como Carneiro (2011) pontuam a crise econômica de 2008 como um dos eventos responsáveis pela expansão atual de movimentos dentro do chamado ciberativismo (Lévy, 2008). No espectro do ciberativismo, por exemplo, temos testemunhado práticas de enfrentamento a estruturas políticas do Oriente Médio, sendo a Primavera Árabe (2010) a onda de manifestações de maior proporção da região, que fez eclodir uma sequência de protestos que clamava por democracia no mundo árabe. O movimento *Occupy Wall Street* (2011) também se insere nesse contexto e se pautava pela luta contra a assimetria econômica, a corrupção e a desigualdade de distribuição de renda e riqueza nos EUA.

Nessa mesma esteira, citamos os protestos antirracistas nos EUA em 2020, vinculados ao movimento social *Black Lives Matter*.

Apesar de não serem raras as críticas que associam o ciberativismo a políticas identitaristas, criticadas por “uma posição teórica e política que neutraliza a crítica ao capitalismo em benefício de análises individualistas e mais palatáveis para o sistema econômico vigente” e, sobretudo, por sugerirem que “a política identitária deixaria de lado a crítica ao capitalismo historicamente conectada à esquerda e enfatizaria outras hierarquias sociais sem avaliar verdadeiramente o papel da opressão de classe em suas disputas” (Alkmin, 2022, p. 46), não podemos negar o crescimento dessa vertente. Este trabalho, contudo, não tem como propósito balizar os efeitos práticos decorrentes desses posicionamentos, embora admitamos a relevância tanto do ativismo on-line quanto do ainda decorrente de atuações tradicionais praticado por outras organizações e por outros grupos sociais.

Embora esses e outros movimentos tenham ganhado as ruas a partir da propagação de conteúdo por mídias sociais como *blogs*, *Twitter*, *Facebook* e *YouTube*, sabe-se que nem todo ativismo *on-line* se converte ou tem a pretensão de se tornar uma manifestação popular. Em nosso caso, não investigamos eventos dessa proporção, visto que nosso interesse não é analisar mobilizações que chegam a ocupar o espaço físico, mas o de operacionalizar a análise do suporte, da mídia e do compósito de gêneros com vistas a compreender seu papel no exercício de poder. Como mencionado, a fonte de geração de dados deriva do blog vinculado ao site *witness.org* (<https://blog.witness.org/>), que publica conteúdo de caráter informativo, denunciativo e participativo sobre violações aos direitos humanos em esfera global.

A *WITNESS*, em seu site oficial, apresenta-se como uma organização internacional sem fins lucrativos que visa a apoiar e treinar cidadãos para utilizarem vídeos para expor casos de violação aos direitos humanos divulgados em seu *blog*. Entre suas conquistas, destaca que “os vídeos da *WITNESS* já ajudaram a colocar o chefe de uma milícia da República Democrática do Congo atrás das grades, a aprovar uma lei nos Estados Unidos para proteger idosos contra abusos, e a transformar cidadãos comuns em jornalistas respeitados.”²¹ A instituição foi fundada em 1992, com o apoio da Fundação *Reebok* de Direitos Humanos e do *Lawyers Committee for Human Rights*, que atualmente é chamado de *Human Rights First*.

Em 2001, a *WITNESS* se tornou independente e foi ampliando seu espaço de atuação com o interesse de “fortalecer ativistas em vários países, da Birmânia ao Brasil”. A instituição assume o desafio de garantir que os vídeos de cidadãos que expõem sua vida ao risco para

²¹ Disponível em: <https://portugues.witness.org/quem-somos/nuestra-historia/>. Acesso em: 09 jan. 2020.

filmarem incidentes de violência e injustiça possam ter visibilidade e gerar mudanças sociais. Preocupa-se, também, em dar visibilidade a temas e histórias não cobertas pela imprensa tradicional. O *blog* da instituição apresenta alguns desses vídeos, porém, tem um caráter mais analítico e descritivo e de autoria institucional, ou seja, normalmente é assinado em nome da organização e em defesa dos interesses que julga serem coletivos (Zavam, 2009).

O trabalho da instituição visa a dar apoio a grupos de base, a fim de desenvolver soluções para grupos que vivenciam questões críticas, como a proteção a ativistas e aos direitos das crianças e dos jovens, dos indígenas, da população LGBTQIA+, dos migrantes e das mulheres.

3.3 Procedimentos de análise

Para a operacionalização da análise, nossa pesquisa é amparada por uma *abordagem qualitativa*, conforme destacamos anteriormente. Na pesquisa qualitativa, entendemos que o objeto estudado faz parte de um contexto social amplo e reconhecemos que nossa forma de o abordar não é isenta de valores e de uma carga intersubjetiva que influencia nosso trabalho analítico (Pérez, 2012). Por esse motivo, este estudo se ancora no que, nas pesquisas qualitativas, tem sido chamada de uma *orientação crítica*, pois essa vertente problematiza alguns critérios comumente utilizados para a validação científica, como: i) objetividade, ii) explicação causal e iii) visão anacrônica. Pérez (2012) sugere que a pesquisa qualitativa de orientação crítica subverte alguns desses conceitos, de modo a considerar os seguintes fatores: i) subjetividade, ii) compreensão e iii) visão diacrônica.

Nossa análise, portanto, admite se pautar por uma compreensão intersubjetiva acerca do fenômeno estudado, pois reconhecemos que a produção do conhecimento é perpassada por uma série de ações e de intenções do pesquisador. Prioriza-se, desse modo, a compreensão em vez da explicação causal, visto que a preocupação não está no controle de dados ou na correlação de variáveis típicas de pesquisas ditas positivistas, mas, sim, na interpretação baseada nas especificidades dos objetos e de seus contextos. Por isso, a pesquisa qualitativa crítica renuncia a uma visão anacrônica, reconhecendo que o objeto faz parte de um contexto histórico-social amplo e de uma realidade dinâmica, mutável e em construção.

Com base nesses pressupostos, aproxima-se de uma *base interpretativista*, nos termos de M. Lopes (1994), que questiona a suposta neutralidade do sujeito pesquisador e do objeto de estudo, tal como tem sido idealizado por correntes científicas de natureza positivista. A nossa compreensão, baseada no que diz o autor, é a de que o pesquisador é um ser social e, por isso,

parte integrante e indissociável do processo de produção do conhecimento, já que interpreta os dados de acordo com os procedimentos metodológicos empregados e com as orientações epistemológicas por ele adotadas, mas sem negar que sua interpretação é perpassada pela carga de intersubjetividade inerente à prática científica.

Tendo compreendido essas vertentes e esses posicionamentos qualitativos que norteiam os mecanismos de análise, podemos dizer que, no que toca aos objetivos, esta pesquisa se classifica, ainda, como um *estudo exploratório*, na medida em que buscamos “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (Gil, 2002, p. 41). Malhotra (2001) esclarece que esse tipo de pesquisa é útil para buscar novas compreensões sobre o problema e/ou (re)estabelecer critérios para o entendimento do objeto. Ainda segundo esse autor, estudos dessa natureza requerem amostras pequenas, não-representativas, e são perpassados pelo paradigma qualitativo – conforme esquadrihamos nos últimos parágrafos.

É sabido que as pesquisas exploratórias normalmente recorrem a procedimentos bibliográficos e têm como ponto de partida o levantamento de informações sobre o problema, a fim de promoverem novas discussões e aprofundamentos teóricos. Para tanto, apresentamos algumas perspectivas teórico-metodológicas que possibilitarão a análise de cada objetivo.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, *aprofundar o estudo da mídia como elemento metodológico para a análise crítica de gêneros, a fim de propor um conjunto de categorias para o seu estudo*, propomos, além das importantes contribuições de Bonini (2011) e C. Lima (2013), recorrer a uma perspectiva crítica de estudos (Bonini, 2017; Fairclough, 2013) para entender o lugar desse objeto nas estruturas de poder. As concepções de Primo (2008a; 2008b sobre mídias digitais também serão consideradas para colaborar com uma visão sobre esse objeto, de acordo com os objetivos propostos neste trabalho. Thornton (1996) também será considerado, posto que o autor tece considerações sobre o conceito de níveis midiáticos que traremos em diálogo com as demais perspectivas.

A noção de mídia, como sabemos, não tem recebido grande destaque nos estudos sobre gêneros, embora autores como Bonini (2011) e Miller e Shepherd (2009) sejam vozes importantes no debate teórico acerca de sua importância na área. Essas perspectivas, portanto, também fazem parte do levantamento bibliográfico de nosso estudo, principalmente para termos subsídios teóricos que nos permitam traçar a relação entre os conceitos de (hiper)gênero, suporte e mídia, com o fito de lhes atribuir o lugar que ocupam nesta pesquisa.

Esse empreendimento, além disso, não deixará de considerar a empiria do nosso objeto de estudo, uma vez que observamos os dados à luz dessas concepções, de modo a testarmos a eficácia do construto teórico inicialmente proposto no capítulo de fundamentação teórica. O

elenco de planos analíticos para a operacionalização da análise das mídias que propomos na subseção 2.2.1.1 *Delimitações teórico-operacionais das mídias* irá contemplar, portanto, a investigação acerca da i) orientação ideológica, do ii) nível midiático e dos iii) modos de atualização, conforme o levantamento de categorias realizado em nossa seção teórica.

Relativamente ao segundo objetivo, *revisar e propor um conjunto de categorias que operacionalize a análise do conceito de suporte, a fim de discutir suas funções na atualização de gêneros do ambiente on-line*, lançaremos mão das proposições de autores como Marcuschi (2008), Bonini (2003a, 2003b, 2005, 2011), Távora (2008), C. Lima (2013) e Acosta e Resende (2014), que problematizaram esse conceito com postulações já discutidas neste trabalho.

Todos esses autores têm contribuído, sobremaneira, para ampliar a visão de suporte, o qual, inicialmente, havia sido caracterizado como o *locus* físico dos gêneros (Marcuschi, 2008), mas, atualmente, tem sido entendido como “tecnologias de registro, armazenamento e transmissão” (Bonini, 2011, p. 687) ou mesmo como “elementos internos ao discurso que possibilitam e constroem a ação discursiva” (Acosta; Resende, 2014, p. 136). Assumiu importante relevância, também, a ideia de interface de *software* como suporte (Souza, 2010), a partir da qual fizemos um levantamento de categorias que serão igualmente aferidas.

O resgate desses e de outros autores é mobilizado com vistas a examinar, sob o viés qualitativo e exploratório, a operabilidade das categorias aventadas em favor da definição do suporte de gêneros. Isso foi realizado a partir de um mergulho na realidade empírica do objeto, tomando o construto anteriormente proposto, o qual se baseia na observação da i) disposição gráfico-espacial e da ii) interação humano-computador.

Por fim, o terceiro objetivo específico almeja *descrever e analisar as características que constituem o compósito de gêneros que compõem o blog, a fim de examinar as relações genéricas que o constituem como um agrupamento de gêneros*. Para tanto, será necessário, no interior da pesquisa exploratória, recorrer também a um posicionamento *descritivo*. Dessa maneira, do ponto de vista exploratório-bibliográfico, as perspectivas de C. Lima (2013) e Bonini (2011) serão revistas, de modo a delimitarmos a compreensão de compósito de gêneros adotada em nossa pesquisa, além de Swales (2004), que discutiu os tipos de relações genéricas. Já o ponto de vista exploratório-descritivo visa à “descrição das características de determinada população ou fenômeno” (Gil, 2002, p. 42).

Nesse caso, especificamente, pretendemos descrever o *blog* com base na concepção de compósitos de gêneros. Isso foi realizado a partir da análise do material coletado por meio da técnica documental anteriormente descrita, a qual também servirá aos demais objetivos.

Para a operacionalização dessa análise qualitativa (de viés crítico-interpretativista) e exploratória (de vertente bibliográfica e descritiva), reiteramos (cf. 3.1): seguiremos o *processo de análise misto*, que, segundo Moraes (2003, p. 197-198), abarca ambos os métodos, dedutivo e indutivo, pois é o que possibilita o trabalho com categorias de análise definidas *a priori*, bem como autoriza ao pesquisador encaminhar “transformações gradativas no conjunto inicial de categorias, a partir do exame das informações do *corpus* de análise”. Para o autor, as categorias podem ser definidas como categorias *a priori* – aquelas derivadas das teorias mobilizadas para o estudo – e emergentes – aquelas derivadas de formulações da própria pesquisa.

Moraes (2003) pontua, ainda, que as categorizações são construídas a partir do referencial de abstração que cada categoria suporta. Por esse motivo, o pesquisador deve buscar a fundamentação devida para cada uma delas. A princípio e, por assim dizer, dedutivamente, sugerimos que um compósito agrupa gêneros a partir de três níveis, a saber: i) nível funcional; ii) nível da autonomia e iii) nível do encadeamento. Essa proposição, contudo, precisará ser posta à prova a partir do exercício analítico empírico a ser apresentado.

A partir dessas considerações, a análise será apresentada no próximo capítulo, estruturado do seguinte modo: a subseção 4.1, intitulada *Análise da mídia*, que se dedica ao exame da categoria mencionada. Dentro do escopo dessa subseção, a 4.1.1 será dedicada à observação da orientação ideológica dos blogs; já a 4.1.2 abordará a análise do nível midiático; por fim, a subseção 4.1.3 explorará os modos de atualização dos blogs, desdobrando-se em 4.1.3.1 – para um exame da noção de suporte. Em seguida, prosseguirá com a 4.2, que se concentra na análise do compósito de gêneros, conforme proposto. A seguir, portanto, apresentaremos a consecução deste empreendimento.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo volta-se à análise, discussão e interpretação dos resultados desta pesquisa. No decorrer de nosso empreendimento, examinaremos, a princípio, a noção de mídia, a partir de categorias discutidas no capítulo de fundamentação teórica. Para esse primeiro momento, será imperativo o diálogo com alguns dos autores que convocamos para a revisão da literatura sobre essa temática, bem como com outras perspectivas que se mostraram necessárias ao longo da investigação. Em face disso, organizamos a apresentação deste estudo em três etapas. A primeira parte dedica-se ao exame da i) orientação ideológica da mídia selecionada. A segunda volta-se à observação do ii) nível midiático ao qual esta se vincula. Por fim, a terceira foca iii) os modos pelos quais ela se atualiza.

Em um segundo momento desse exercício analítico, traremos à tona o debate sobre o suporte, selecionando interface de *software* como suporte de gêneros. O recorte operado é um recurso para investigar como os compósitos de gêneros se realizam no interior de uma dada mídia. É sabido que a vasta literatura sobre esse tema torna impossível e inoperante chegar a consensos sobre uma categoria tão abstrata. Perante tal impossibilidade, a configuração de nossa análise abordará a dimensão semiótica das interfaces de *softwares*, além de aspectos mais diretamente relacionados à IHC, conforme a demarcação teórico-metodológica que previamente delineamos (cf. 2.2.1.2.1).

A terceira etapa de análise se debruçará sobre o compósito de gêneros. A revisão teórico-crítica do conceito de compósito de gêneros – termo validado por este estudo, em consonância a trabalhos como os de Lima e Custódio-Filho (2020); Cavalcante (2020); M. Lima (2022); Lima-Neto e Carvalho (2022); Cavalcante e Lima (2022) e em diálogo com o objeto que Bonini (2011) nomeou originalmente de hipergênero – será, igualmente, apreciada na derradeira subseção deste capítulo investigativo. Mostra-se imperativo, destarte, explorar as materialidades que compõem as postagens do *blog*, atentando para as potencialidades que os três planos analíticos especulados podem revelar, bem como para as possíveis reformas ou contradições que se mostrarem necessárias ao longo do exame. Dito isso, partiremos da observação de três níveis: i) funcionamento, ii) autonomia e iii) encadeamento.

Apresentada a organização do capítulo, procedemos à discussão da análise propriamente dita, à luz das teorias e dos procedimentos metodológicos mobilizados.

4.1 Análise da mídia

O arquétipo de referência para a análise da mídia – bem como das demais categorias –, como já é sabido, parte do modelo inicial de Bonini (2011). As delimitações que operamos também contemplam um debate que convoca Giddens (1991), Lévy (2017), Thornton (1996) e Primo (2008a; 2008b). Almejamos ter deixado claras as concepções a ela relacionadas na subseção 2.2.1.1 *Delimitações teórico-operacionais das mídias*, em que também dialogamos com outros autores dedicados ao estudo das mídias em contextos de participação democrática e cidadã, tais como Barros (2018), Bello e Ribeiro (2016) e Martino (2014). A primeira instância analisada para essa categoria, portanto, abarca o plano da orientação ideológica do *blog*, conforme o recorte operado na subseção citada.

4.1.1 Orientação ideológica do *blog* como mídia

Se conceituarmos o *blog* como uma mídia – consoante a Primo (2008b) e Miller e Shepherd (2004) –, precisamos destacar que as materialidades que compõem o compósito de gêneros a ela integrantes seriam os gêneros que orbitam em torno da própria materialidade digital que constitui as páginas da internet a ele vinculados. Como mostramos na metodologia, escolhemos um veículo, a saber, o *blog* vinculado à organização *WITNESS*, tomado como uma mídia, por meio da qual um compósito de gêneros se realiza. Quando pensamos em *mídia*, fazemos referência a Primo (2007, p. 2), que reconheceu a persistente “associação do termo aos meios de comunicação de massa”. Contudo, essa visão de mídia tem se dissipado, sobretudo a partir de trabalhos que investiram em um “estudo etnográfico da apropriação de mídias por subculturas.” Essa visão emerge da percepção de que a cultura das mídias “vem abrindo espaço para outra era, a cibercultura” (Primo, 2007, p. 5).

Sugere Primo (2007, p. 5) que, “além de maximizar sobremaneira o número de fontes de informação, a cibercultura abre espaços de participação e livre expressão”, haja vista que “os meios digitais rearticulam a estrutura midiática da contemporaneidade”. Essa afirmação, contudo, significa dizer que “*blogs* não podem ser vistos como uma arma apontada para a grande mídia, pois eles próprios podem contribuir para seu fortalecimento” (Primo, 2007, p. 5-6). Portanto, embora apresentem rupturas com a mídia tradicional, os *blogs* – e as mídias sociais em geral – não necessariamente apresentam contradições ao estatuto ideológico das grandes mídias e podem, inclusive, contribuir, endossar ou, como diz Primo (2007), fortalecê-las.

A noção de mídias sociais é alvo de disputa ideológica. Não raramente, esse termo tem sido rivalizado com outras formas de mídia, ora o conceituando como um tipo de mídia a partir do qual podemos conversar na internet, ora o tratando como mídias “criadas e mantidas no seio da sociedade” (Primo, 2012, p. 619), ora, até mesmo, definindo-o como “a variedade de ferramentas e serviços que viabilizam interação direta do usuário em ambientes mediados por computador” (Lampe *et al.*, 2011, p. 2). Tais definições, contudo, parecem por demais redutivas, uma vez que a mediação por computadores ou a contraparte social de uma mídia não parece ser suficiente para delimitar o que tem sido corriqueiramente chamado de “mídia social”.

Primo (2012, p. 635), ao imergir nessa problemática, afirmou: “não há nada de errado em utilizar-se ‘mídias sociais’ como um termo ‘guarda-chuva’ para representar um certo conjunto de meios digitais. Contudo, é preciso estar alerta e não tomar a referência ao social como uma explicação determinística”. Interpretamos, com isso, que a contraparte social das mídias é presente em praticamente qualquer manifestação midiática. Apesar dessa ambiguidade do termo, não é nosso propósito problematizá-lo para além do que já foi exposto e, doravante, manteremos a alcunha para nos referirmos às mídias que se manifestam em meios digitais.

Um primeiro passo para se observar esse fator, portanto, seria um mergulho empírico na realidade do *blog* selecionado. Antes disso, não podemos deixar de reiterar as bases que nos autorizam a mobilizar os conceitos de hegemonia e de contra-hegemonia nos termos em que os temos empregado. O conceito de hegemonia, como sabemos, tem origens em Gramsci (2014) e, conforme Silva (2021, p. 73), “busca analisar como uma classe se alça sobre o restante da sociedade em sua luta por tornar-se dominante, buscando universalizar seus interesses”.

Em um polo oposto a esse, a noção de contra-hegemonia que utilizamos se filia à ideia de ruptura com o poder hegemônico, buscando uma mudança social mediante projetos que, segundo Bonini (2017, p. 18), ao citar os dizeres de Costa (2011, p. 9), constituem-se como “formas pelas quais os sujeitos históricos adquirem consciência da sua posição de classe e do conflito em que estão situados, assumindo a luta e a conduzindo até o fim”. É por meio dessa ótica que analisamos as formas de operação da ideologia discutidas em 2.1.3.

Após este preâmbulo, não podemos perder de vista na análise a orientação ideológica hegemônica ou contra-hegemônica desse objeto. Para tanto, o exame do funcionamento ideológico desses *blogs* será considerado. Quando Fairclough (1989, p. 84) pensou que a ideologia está “essencialmente vinculada a relações de poder”, procedeu a um diálogo com Thompson (2002) e convocou cinco tipos de operações da ideologia, quais sejam: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação (cf. 2.1.3).

Se pensarmos que a *legitimação* (Fairclough, 1989; Thompson, 2002) se refere ao modo pelo qual as assimetrias de poder são, sutilmente, naturalizadas e legitimadas na sociedade, convém averiguar em que polo a mídia analisada se situa: em favor da validação de desigualdades sociais ou como contestadora desse desequilíbrio. A partir da consulta ao *blog* selecionado, percebemos um posicionamento mais questionador:

(Exemplo 1)

Veja. A WITNESS é uma organização internacional sem fins lucrativos que capacita e ajuda pessoas a usarem o vídeo na luta por direitos humanos.

Filme. Todos os dias, ativistas e cidadãos arriscam a vida para expor a verdade. Nós ajudamos a garantir que seus esforços não sejam em vão.

Transforme. A WITNESS é pioneira de um movimento global que usa o vídeo para promover e defender os direitos humanos.

(Exemplo 2)

COMO ATUAMOS. Identificamos situações críticas em que oferecemos capacitações presenciais e online para ensinar noções básicas de filmagem, técnicas de como filmar com segurança e estratégias de advocacy e incidência.

Os excertos em destaque são representativos dos modos como a *WITNESS* se reporta às assimetrias de poder que permeiam a sociedade. Alguns fatores chamam a atenção. Em 1, destacam-se três pilares que fundamentam a filosofia desse veículo de mídia, expressos pelos verbos no imperativo: *veja, filme e transforme*. Essas escolhas sinalizam procedimentos de atuação que almejam a visibilidade de situações de abusos aos DH, mas sem perder de vista a proteção aos denunciantes, e tendo como objetivo final a promoção da defesa desses direitos ditos universais. Nota-se, ainda, a mobilização de vocábulos relacionados a um campo lexical comum: *capacita, ajudamos, promover, defender*. O movimento em discussão sinaliza, a nosso ver, um direcionamento ao descortino de situações de violência e abusos.

Essa percepção pode ser sustentada, inclusive, ao observarmos em 2 os modos de atuação dessa entidade. Sugerir o propósito de “identificar situações críticas e de capacitar usuários com estratégias de *advocacy* e incidência” pode indicar práticas constituídas pela organização, visando a pressionar o sistema político em prol de mudanças. O objetivo desse veículo de mídia mostra, com isso, uma atitude em oposição à legitimação de desigualdades. Observa-se, na verdade, um posicionamento de desaprovação e de denúncia a violações que instauram disparidades sociais.

Em um segundo modelo de operação ideológica, a instauração da hegemonia se baseia por intermédio da *dissimulação*, que almeja a ocultação de relações de poder. Mediante a dissimulação, grupos dominantes atuam para minimizar ou esconder situações de

desigualdades, de modo a tentar suavizar a percepção sobre seus graves efeitos. Para investigar a filiação, ou não, da *WITNESS* a esse posicionamento dissimulador, é preciso examinar o modo como esta atua. No *blog* da instituição, é indicado o seguinte:

(Exemplo 3)

A WITNESS apoia e treina ativistas e cidadãos a usar o vídeo para expor violações aos direitos humanos com segurança e eficácia na luta por um mundo mais justo e digno.
Procuramos e destacamos vídeos feitos por cidadãos comuns para ajudar a dar visibilidade a temas e histórias não-cobertas pela imprensa.

O que se deduz dessa afirmação, aparentemente, filia-se a um movimento oposto ao que propõe a dissimulação das relações de poder, visto que a mídia examinada se propõe a: *expor, destacar e dar visibilidade*. Naturalmente, não faz parte deste estudo e nem dispomos de mecanismos teórico-práticos que nos autorizem a averiguar a concretude e a realização do que propõe a *WITNESS*. Contudo, o que tem sido apontado pela entidade vai em direção contrária à dissimulação. Essa mídia visa, portanto, a deslindar as situações de violações, inclusive aquelas que não têm recebido cobertura da imprensa ou, por assim dizer, das mídias de massa.

Observam-se, ainda, o emprego de termos como *violação* e o uso de vídeos para *luta[r] por um mundo mais justo e digno*, de modo a revelar, sem eufemismos, o contexto em que os DH se encontram na atualidade. Essa conjuntura reflete o que foi apontado pelo Relatório da Anistia Internacional sobre o estado dos Direitos Humanos no Mundo (2018), em que acentuados casos de injustiça social, crimes e infrações a esses direitos têm sido observados.

Movimentos hegemônicos são instanciados, também, a partir da estratégia ideológica de *unificação*, que se caracteriza como uma operação das classes dominantes para criar identidades coletivas, com o fito de padronizar grupos sociais, com o intuito de exercer controle sobre eles. Diversos são os métodos para se praticar a unificação: desde a elaboração de símbolos e identidades coletivas até a proposição de fundamentos e ideologias a serem compartilhados por membros de determinados grupos, visando à padronização. Percebemos, ainda, em uma aba intitulada *Quem somos*, as seguintes informações:

(Exemplo 4)

Desde nossa fundação, a WITNESS vem usando o poder do vídeo para ajudar e fortalecer ativistas em vários países, da Birmânia ao Brasil. Nós já fornecemos equipamentos e treinamos pessoas a usar o vídeo na luta pelo direito à moradia e em campanhas contra a violência de gênero e discriminação. Os vídeos da WITNESS já ajudaram a colocar o chefe de uma milícia da República Democrática do Congo atrás das grades, a aprovar uma lei nos Estados Unidos para proteger idosos contra abusos, e a transformar cidadãos comuns em jornalistas respeitados cujas imagens são exibidas na mídia internacional.

Nessa esteira, podemos localizar, também, algumas informações numéricas:

(Exemplo 5)

Figura 7 – *WITNESS* em números



Fonte: A *WITNESS* [...] (200?). Elaboração própria a partir de captura de tela.

Mostra-se necessário levar em consideração algumas observações quanto a isso. A primeira diz respeito à estratégia discursiva de se reportar a verbos que indicam o campo de atuação da *WITNESS*: *ajudar* e *fortalecer* ativistas em vários países. Essa pluralidade de países onde há atuação da entidade estende-se desde o Oriente e as longínquas nações do sudeste asiático, ou seja, *da Birmânia*, ao *Brasil*, situado em um contexto geográfico ocidental latino-americano. Não deixam de ser mencionadas, ainda, atuações em nações da América do Norte (*a aprovação de uma lei nos Estados Unidos*) e na África (*colocar o chefe de uma milícia da República Democrática do Congo atrás das grades*).

Além da variedade geográfica, ressalta-se também a variedade de causas em que atuou. Ao listar algumas delas, a organização se reporta à *luta pelo direito à moradia e em campanhas contra a violência de gênero e discriminação*; além de *proteger idosos contra abusos* e, como observamos, *colocar o chefe de uma milícia da República Democrática do Congo atrás das grades*. Isso evidencia a construção de um *ethos* no qual os numerosos colaboradores e usuários (Exemplo 5), embora de diversas localidades, unem-se por uma causa comum: o combate a violações aos DH. Embora a causa pareça ser unificada, a atuação se revela diversa, tendo em vista os exemplos diferentes das esferas de atividade em que trabalha.

Não avistamos, assim, uma unificação no sentido hegemônico (Fairclough, 1989; Thompson, 2002) de construção de uma ideologia controladora. No entanto, não deixa de haver a construção de uma identidade, porém, buscando o oposto da fragmentação. Essa *fragmentação* opera de modo inverso à unificação e atua sob mecanismos que segmentam

grupos, de modo a fazer indivíduos que atendam a interesses comuns se dividirem e não conseguirem se articular com vistas a desafiar o poder dominante.

Em busca de investigar a presença ou ausência de um posicionamento em favor dessa fragmentação, analisamos a linha editorial deste *blog*, com o objetivo de investigar sua posição:

(Exemplo 6)

Regiões: Nosso objetivo é ajudar os indivíduos a documentar abusos com segurança e usar as filmagens de forma eficaz para criar mudanças positivas em suas comunidades.

(Exemplo 7)

A WITNESS tem membros da equipe baseados no Brasil, Malásia, México, Holanda, Senegal, Turquia e Estados Unidos. Criamos impacto local em colaboração com ativistas de base, jornalistas, advogados, ONGs e criadores de mídia e, em seguida, aplicamos o que aprendemos em nível local ao cenário mais amplo do vídeo de direitos humanos.

Diferentes projetos são mencionados em uma escala global, na qual são citados países como: *Brasil, Malásia, México, Holanda, Senegal, Turquia e Estados Unidos*. Alguns outros já haviam sido citados em exemplos como o que tentamos mostrar em 4. Para mais, não é ignorado o impacto local que essas ações podem trazer – sem deixar de reconhecer que é mediante o empoderamento de comunidades locais e dos indivíduos pertencentes a elas que algumas mudanças sociais podem ser agenciadas. Essas coletividades, muitas vezes, são apagadas diante do papel que a linguagem socialmente construída pela mídia assume em face da globalização, na qual problemas de escala geopolítica maior como guerra e terrorismo acabam assumindo maior relevância (Fairclough, 2006) nas mídias hegemônicas. Isso não significa, no entanto, que demandas locais não exijam ações resolutivas.

A divisão por meio da fragmentação, operação ideológica peculiarmente relacionada à instauração de hegemonias dominantes, desse modo, abre espaço para ações em que coletividades locais podem atuar, visando a projetos que tencionam: ‘*criar mudanças positivas em suas comunidades*’, bem como ‘*criar impacto local em colaboração com ativistas*’ e, por fim, ‘*aplicar o que aprendemos em nível local ao cenário mais amplo do vídeo de direitos humanos*’. O movimento, portanto, vai do local para o global, em vez do que tem sido opostamente praticado por veículos de mídia que mais comumente se associam a interesses dominantes (cf. Fairclough, 2006).

Dito isso, enfim chegamos à observação da *reificação*, que se baseia em apresentar as relações de dominação de modo permanente e imutável. Em intensa oposição ao que almejam os estudos sociais críticos, a reificação busca a manutenção da hegemonia. Isso contrapõe-se

ao que Fairclough (1992) e Chouliaraki e Fairclough (1999) destacam como mudança social, em que as práticas sociais podem se tornar mais emancipadoras, objetivando uma transformação nas relações de poder, a fim de dirimir assimetrias de poder.

O modo como isso é advogado ou renunciado é o que veremos adiante:

(Exemplo 8)

Criamos ferramentas e aplicativos que foram reconhecidos internacionalmente por propiciar maior segurança às pessoas filmadas.

Pressionamos empresas de tecnologia para exigir que elas adotem medidas que tornem seus sistemas e plataformas mais seguros para ativistas.

Procuramos e destacamos vídeos feitos por cidadãos comuns para ajudar a dar visibilidade a temas e histórias não-cobertas pela imprensa.

Tomando o *blog* da *WITNESS* como objeto investigativo, cumpre notar que, em um de seus slogans, utiliza-se do termo *Change It* – ou *Mude*, em português. Esse direcionamento, em nossa interpretação, sugere que seus ativistas assumiriam um posicionamento de rompimento com um certo *establishment* social que supostamente visa a perpetuar práticas baseadas no que entendem ser injustiças sociais. Desde o Exemplo 3, quando aprendemos que um dos objetivos da organização é a *luta por um mundo mais justo e digno*, tornou-se evidente o propósito de resistir à conjuntura atual de violações promovidas por diversos aparelhos da estrutura social, incluindo o próprio Estado (Rosato, 2011). No Exemplo 8, destacado anteriormente, essa narrativa se torna mais marcadamente assumida, quando se listam algumas tarefas e alguns mecanismos de atuação para o enfrentamento do problema social.

Entre esses mecanismos, estão explicitamente indicados: i) *criação de ferramentas e aplicativos reconhecidos internacionalmente por propiciar maior segurança às pessoas filmadas*; ii) *Pressionamos empresas de tecnologia para exigir que adotem medidas de segurança para ativistas*; iii) *destacar vídeos feitos por cidadãos comuns para ajudar a dar visibilidade a temas e histórias não-cobertas pela imprensa*. Todas essas tarefas promovidas e divulgadas pela organização parecem situá-la em contradição ao posicionamento de reificação que naturaliza e objetiva promover discursos a favor da perpetuação de situações de dominação.

Com base no exposto, podemos dizer que os dados analisados a partir do exame da *orientação ideológica* linha editorial midiática vinculada ao *blog* da organização *WITNESS* se associam a práticas discursivas *contra-hegemônicas*. Essa conclusão quanto à primeira dimensão da mídia emerge da observação da postura contrastiva com operações discursivas instauradoras de práticas hegemônicas. Isso significa dizer, portanto, que essa mídia, quanto a sua orientação ideológica, opõe-se a práticas discursivas e sociais que legitimam, dissimulam,

unificam, fragmentam ou perpetuam (Fairclough, 1989) questões do problema social investigado. É com base nisso que atestamos tal interpretação.

Embora a evidência dessa constatação possa parecer manifestadamente óbvia, em virtude de ser diretamente expressa na materialidade linguística do objeto analisado, propomos que a análise da orientação ideológica não deve ser prematuramente arrematada com base na simples aceitação do posicionamento superficialmente indicado na mídia. Em vez disso, compreendemos que uma abordagem mais condizente com o nosso posicionamento de pesquisa seria observar especificamente categorias que permitam o mapeamento de operações ideológicas, como as que selecionamos, ou outras categorias metodológicas que atendam aos diferentes objetivos que possam ser propostos dentro da esteira sugerida neste trabalho.

Além disso, a mídia estudada revela engajamento, no sentido de viabilizar estratégias que promovam práticas que agenciem algumas mudanças sociais. Essas práticas, discutidas nesta subseção, referem-se ao posicionamento de apresentar um discurso que rivalize com a narrativa dominante, sobretudo a veiculada pelas hegemônicas que, contrariamente, focam seu discurso em problemas considerados mais relevantes para o contexto de globalidade ou para os seus próprios interesses e a sua emergência em monopolizar as informações veiculadas na modernidade tardia e no tempo do novo capitalismo (cf. 2.2.1.1; Giddens, 2001, 2002).

Diante do exposto, discutiremos, na subseção a seguir, o nível midiático no qual essa mídia, por nós interpretada como contra-hegemônica, está inserida.

4.1.2 O nível midiático do blog

Quando Primo (2008b) se referiu a *nível midiático* para se reportar à classificação de Thornton (1996), convocou as categorias da autora para operacionalizarem, metodologicamente, os três níveis por ela propostos: mídia de massa, mídia de nicho e micromídia. Essas três superfícies, como sugerimos em 2.2.1.1, parecem excluir umas às outras.

Pensamos ser inviável considerar que uma mídia de massa, direcionada a atingir grandes camadas de audiência, as quais, normalmente, integram grandes conglomerados de comunicação (Giddens, 2001; Held *et al.*, 1999) e oligopólios plutocráticos (Bello; Ribeiro, 2016), tenha o mesmo investimento produtivo ou atue pelos mesmos modos de atualização que as micromídias. Essas micromídias se constituem, mais precisamente, pelo rompimento com barreiras políticas, econômicas, tecnológicas, produtivas e até mesmo ideológicas (Primo, 2008b). Nesse debate, não se ignoram, ainda, as mídias de nicho, voltadas para públicos não

massificados, mas para uma audiência personalizada que almeja consumir assuntos relacionados a setores de mercado específicos (Thornton, 1996).

Dentro dessa classificação, nossa análise busca investigar em qual categoria o *blog* selecionado para este estudo se insere. Um investimento empírico sobre essa questão parece servir principalmente para a confirmação da hipótese anteriormente levantada de que os referidos *blogs* se constituem como micromídias. Essa definição ocorre porque, para além do que o próprio levantamento bibliográfico anunciou (Primo, 2008a; 2008b), alguns critérios de observação parecem apontar para consensos nesse sentido. No entanto, ainda que o direcionamento apontado pela literatura possa sugerir que *blogs* se constituem majoritariamente como micromídias, é preciso lembrar, conforme Primo (2008a, p. 52), que “da mesma forma que o rádio pode ser utilizado tanto com fins educacionais em uma comunidade carente quanto para fins doutrinários (como no nazismo), não se pode rotular qualquer *blog* como um meio de resistência (ainda que muitos ajam como tal)”. Passamos, então, a nos dedicar melhor a essa categorização a partir de nossas interpretações e da revisão bibliográfica.

Quando analisamos a orientação ideológica, na subseção anterior, autorizamo-nos a compartilhar o entendimento de que a mídia analisada se configura a partir de um posicionamento contra-hegemônico, pois contradiz as cinco operações da ideologia levantadas por Thompson (2002) e reabilitadas por Fairclough (1989) para o estudo da linguagem em perspectiva crítica. Tal fator implica entender que a produção discursiva relacionada a essa mídia é advinda do que Gramsci (2014) chamou de intelectuais orgânicos, ou seja, agentes de transformação que se mantêm ligados à própria classe social, atuando – do modo como Giddens (2005) e, por conseguinte, Fairclough (1989) se referiram – em busca da reflexividade e da consciência de classe por meio da denúncia de situações de opressão.

Esses intelectuais orgânicos integram a luta social em defesa dos direitos humanos mediante a gravação de vídeos, o desenvolvimento de aplicativos ou a assinatura dos textos que integram os *blogs*. Tais indivíduos se beneficiam de três rupturas proporcionadas pelas mídias digitais. Lembrando o que nos disse Lévy (2017), a esfera pública, com o advento dessas mídias, possibilitou uma maior democratização da liberdade de expressão por meio de três ordens: *econômica, técnica e institucional* (cf. 2.2.1.1). Ao investigá-las, percebemos como o *blog* analisado se organiza no que diz respeito ao seu nível midiático.

No que toca às disposições econômicas, é sabido que os *blogs* demandam baixo investimento financeiro, sobretudo pela facilidade proporcionada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação. Com a popularização de dispositivos eletrônicos como *smartphones*, computadores e *tablets*, cada vez mais tem sido possível a veiculação de textos

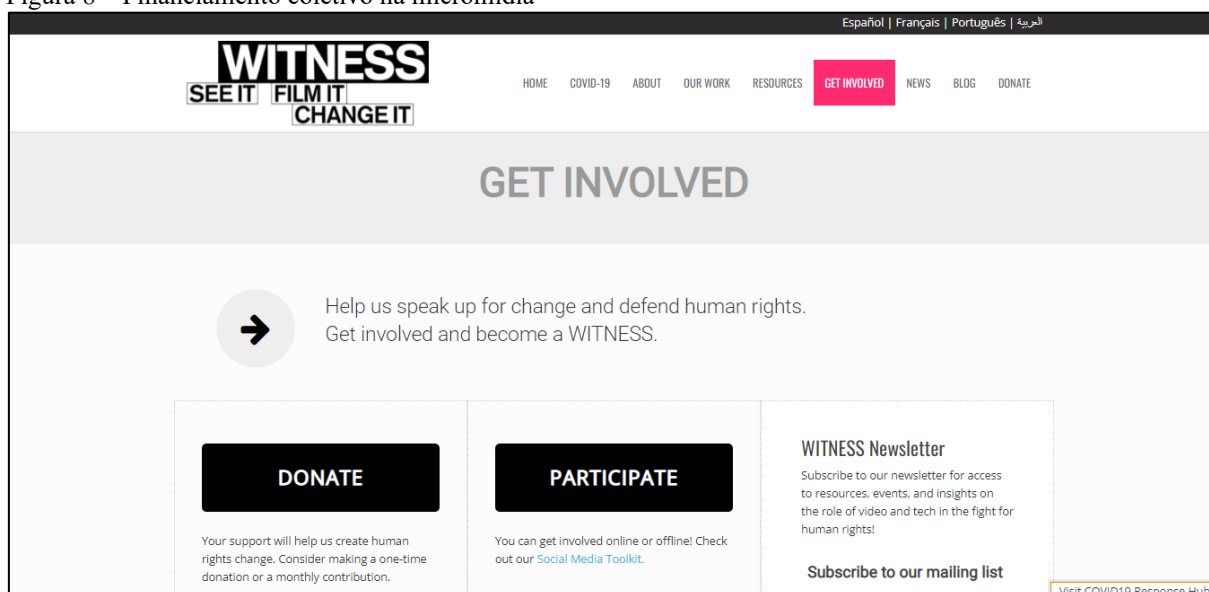
“destinados a uma audiência potencialmente planetária a custo zero ou muito baixo” (Lévy, 2017, p. 31). O capital direcionado a mídias dessa natureza é incomparável, por exemplo, ao de mídias de massa. A título de ilustração, a revista *Valor Econômico*²² reportou que o *Grupo Globo* previu um investimento entre R\$ 5,5 bilhões e R\$ 6 bilhões em conteúdo para o ano de 2022, um montante ainda superior aos R\$ 4,5 bilhões aplicados em 2021.

Os *blogs*, de um modo geral, não chegam nem perto de valores astronômicos como os referenciados. Pelo contrário. Primo (2008b, p. 11) reporta que o advento, a popularização e a variedade dos *blogs* causaram diversos rearranjos na estrutura midiática contemporânea, dado que “pela primeira vez na história conglomerados midiáticos e produtores independentes podem trabalhar em igualdade de condições tecnológicas”. Isso se deve principalmente ao fato de que essas mídias possibilitaram novas formas de participação democrática e de disputa por narrativas no contexto da produção discursiva midiaticizada por dispositivos eletrônicos.

Referente a esse aspecto, notamos, ao examinarmos a estrutura de financiamento dessa mídia, projetos de contribuição coletiva. A partir da seção “*Get Involved*”, presente na página em inglês da organização, apresenta-se um convite a integrar o financiamento: “*Ajude-nos a defender a mudança e defender os direitos humanos. Envolve-se e torne-se um WITNESS [TESTEMUNHA]*”²³. Tal apelo é seguido por *links*, como os destacados a seguir:

(Exemplo 9)

Figura 8 – Financiamento coletivo na micromídia



Fonte: A WITNESS [...] (200?). Elaboração própria a partir de captura de tela.

²² Fonte: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/03/31/receita-da-globo-alcanca-r-144-bi-em-2021-sembarreira.ghml>. Acesso em: 15 mar. 2023.

²³ Tradução nossa para: “Help us speak up for change and defend human rights. Get involved and become a WITNESS.” Disponível em: <https://www.witness.org/get-involved/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Para se analisar mais diretamente o modo como essa questão se apresenta, tomemos o Exemplo 9, que ilustra maneiras de colaborar com o financiamento coletivo da *WITNESS*. Entre as medidas, uma delas, destacada no botão preto à esquerda, “*DONATE*”, pode ser traduzida para: “*DOE. Seu apoio nos ajudará a criar mudanças nos direitos humanos. Considere fazer uma doação única ou uma contribuição mensal.*”²⁴ Ao discutir o gênero petição *on-line* como ação social no ciberativismo, o trabalho anteriormente reportado de Vitorino (2017) mostrou como alguns *sites* precisam contar com financiamento público para suas campanhas e ações. De igual modo, por não ser parte integrante de grandes monopólios econômicos e da comunicação, a *WITNESS* alega não dispor de recursos econômicos suficientes para financiar seus projetos. Esse levantamento de estratégias de financiamento coletivo surge como uma janela analítica para a compreensão do modo pelo qual a organização, apoiando-se na carência de recursos financeiros para sustentar seus projetos, parece corroborar com nossa hipótese de sua caracterização como uma micromídia.

A alegada fragilidade de sua sustentabilidade financeira e da necessidade de uma fonte coletiva de financiamento continua evidenciada ao clicarmos na seção de doação.

(Exemplo 10)

Figura 9 – Dinâmicas de sustentabilidade econômica na micromídia

Fonte: Donate [...] (200?). Elaboração própria a partir de captura de tela.

²⁴ Tradução nossa para: “DONATE. Your support will help us create human rights change. Consider making a one-time donation or a monthly contribution”. Disponível em: <https://www.witness.org/get-involved/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Entre as estratégias de financiamento coletivo, vemos, em 10, opções de doação individuais (*one-time*) ou mensais (*monthly*). Destaca-se, ainda, a escolha por valores pré-sugeridos ou a doação de algum montante diferente dos apresentados. Por fim, a organização oferece duas opções: *dedicar a doação em homenagem à memória de alguém* ou *conferir se seu empregador poderá fazer uma doação de mesmo valor*. Essas estratégias sinalizam as limitações econômicas do veículo investigado. Todavia, pode-se pensar que, justamente por contar com essa rede de contribuintes, as páginas da *WITNESS* dispõem de um investimento maior do que *blogs* associados a algumas ONGs, algumas cooperativas, alguns sindicatos ou alguns partidos pequenos. Ainda assim, não avistamos elementos que nos permitam associá-la ao mesmo modelo de financiamento de que os grandes veículos de mídia dispõem.

Nossa interpretação, portanto, conduz-nos à percepção de que a dinâmica econômica da mídia analisada parece originar-se de fontes de investimento potencialmente distintas daquelas associadas aos grandes veículos de mídia de massa, dada a alegada dependência de contribuições supostamente descentralizadas e participativas. Ao examinar exemplos como 9 e 10, consolida-se uma visão que fortalece a hipótese de classificação como micromídia.

Outrossim, observamos como as vantagens *técnicas* apontadas por Lévy (2017) e igualmente evocadas por Primo (2008b) sobre as mídias sociais ou, mais precisamente, sobre o *blog* também contribuem para tal. Segundo Primo (2008b, p. 11), “pela primeira vez na história, conglomerados midiáticos e produtores independentes podem trabalhar em igualdade de condições tecnológicas”. A igualdade de condições tecnológicas aludida pela pesquisadora brasileira oferece um panorama deveras otimista de um cenário em que igualdade ainda parece um objetivo distante, mas sinaliza uma menor disparidade na elaboração e na circulação de *blogs* quando comparamos mídias de massa ou de nicho a micromídias.

Mesmo assim, segundo Lévy (2017), as condições e habilidades técnicas inerentes às mídias digitais como o *blog* parecem ser menos exigentes quanto a conhecimentos técnicos, de linguagens de programação ou a outras competências relacionadas às ciências da comunicação ou da computação. No que se refere à *WITNESS*, sua atuação contempla até mesmo uma formação de colaboradores inexperientes, a fim de se tornarem mais proficientes em estratégias de comunicação digital, com vistas à prática do ciberativismo.

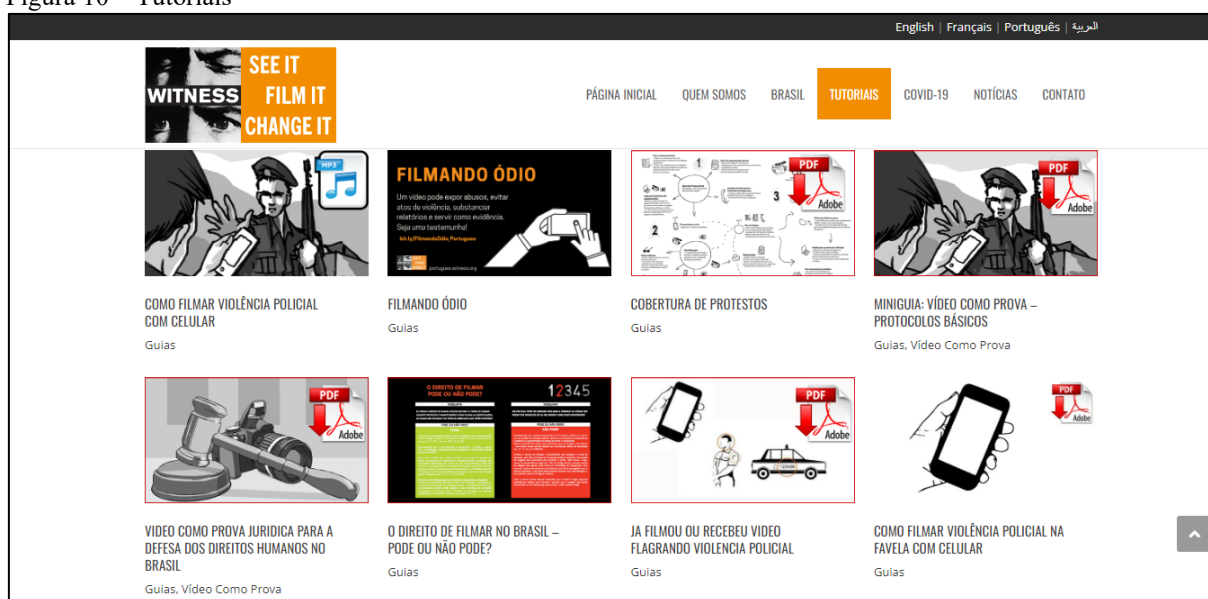
Implica-se dizer que os colaboradores dessa organização nem sempre são profissionais especializados, mas são compostos por intelectuais orgânicos detentores de conhecimentos técnicos variados, embora nem sempre relacionados ao trabalho com mídias. Essa característica dialoga com a observação de Lévy (2017, p. 31) de que esse tipo de mídia propicia “uma perda progressiva do monopólio dos mediadores de informação”. Naturalmente, isso não significa a

abolição dos grandes monopólios, afinal, “a própria blogosfera pode agir como retroalimentação das estruturas hegemônicas de poder”, como nos lembra Primo (2008b, p. 13).

Tendo em vista que alguns agentes de mudança se constituem justamente em cidadãos comuns, esforços são empreendidos no sentido de promover letramentos sociais e digitais quanto às formas de atuação. Em uma seção intitulada “*Tutoriais*”, por exemplo, encontramos uma série de informações que podem ser ilustradas no recorte presente em 11:

(Exemplo 11)

Figura 10 – Tutoriais



Fonte: A WITNESS [...] (200?). Elaboração própria a partir de captura de tela.

O Exemplo 11 mostra uma série de tutoriais que contempla desde estratégias de como gravar violência policial, cobertura de protestos, protocolos básicos de gravação, a informações sobre o direito de filmagem segundo a Legislação brasileira e sobre como filmar nas favelas – as quais, diga-se de passagem, têm sido alvo de constantes violações aos DH e aos seus defensores. Como boa parte do que é publicado no *blog* concerne a ações praticadas por ativistas dos DH, esses produtores de conteúdo nem sempre são dotados das habilidades técnicas a que se referiu Lévy (2017). É no interior desse contexto que esses tutoriais se mostram úteis, alinhando-se ao que o próprio Lévy (2017) chama de vantagens *técnicas*.

Tendo em vista que a produção de conteúdo para a referida mídia deriva também da capacitação técnica de um corpo de voluntários, sugere-se mais uma associação potencial dessa iniciativa à categoria de micromídia. Ao contrastar com as estruturas massivas e consolidadas

dos grandes veículos de comunicação, a dinâmica de produção voluntária reflete uma abordagem mais descentralizada e participativa, como pudemos ver em 11.

Por fim, esse mesmo aspecto nos direciona a pensar a ordem *institucional* dessa mídia. Quando Lévy (2017) ressaltou o rompimento com barreiras institucionais como uma das características das mídias sociais, referiu-se a uma maior liberdade de expressão, haja vista a redução de coerções editoriais como ocorrem nas mídias hegemônicas. Apesar de criticado por apresentar um retrato esperançoso do fenômeno, o autor não negou que essa descontinuidade com relação às mídias dominantes “não significa o fim imediato de sua influência” (Lévy, 2017, p. 31). Isso significa que as mídias hegemônicas continuam detendo maior alcance e poder de influência em favor do interesse das grandes corporações de mídias às quais estão vinculadas.

Essa institucionalidade, muitas vezes, pode ter a ver com licitações e concessões públicas de sinais de rádio e TV, além da adequação a regras de agências reguladoras como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ou Agência Nacional do Cinema (Ancine) no Brasil. Ainda que essas agências se constituam como entidades de fiscalização e regulação de serviços destinados ao público, mesmo que executados por empresas privadas, o Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental (Brasil, 2022, p. 35) reportou que o Governo Federal brasileiro atuante durante o quadriênio 2019-2022 trabalhou sob “uma lógica privatista, de instrumentalização dos meios públicos de comunicação”. O Relatório apontou, também, para a “ausência completa de políticas públicas de inclusão digital e de promoção do acesso à informação, especialmente para a população de baixa renda” (Brasil, 2022, p. 35).

Observamos que, assim como os grandes oligopólios privados, o próprio Governo Federal pode atuar de forma a aparelhar as comunicações de mídias, intentando atender aos seus próprios interesses. A *WITNESS*, nesse sentido, desponta como um veículo de mídia que apresenta as seguintes características, conforme sua própria descrição:

(Exemplo 12)

A *WITNESS* foi fundada em 1992 graças a um apoio de um milhão de dólares concedido pela Fundação Reebok de Direitos Humanos e uma parceria com o Lawyers Committee for Human Rights (atualmente chamado de Human Rights First). Passamos a atuar como uma organização independente e sem fins lucrativos em 2001.

Inicialmente associada a uma fundação privada, a *WITNESS* tem trabalhado de modo independente, sem fins lucrativos e sem vínculo governamental desde 2001. Seu vínculo institucional, portanto, não se associa a alguma empresa privada ou governo, mas se baseia em financiamento público para atender aos interesses compartilhados de seus integrantes.

Com base no exposto, entendemos que tanto do ponto de vista econômico, quanto técnico e institucional (Lévy, 2017), o *blog* em análise se associa a um nível micromidiático. Classificamos o *blog* da *WITNESS* como uma micromídia, no sentido de que não detém grande capital de investimento nem exige ou se baseia na utilização dos mais atualizados recursos físicos, tecnológicos e humanos. Ademais, percebemos que também não tem vinculação institucional a órgãos privados ou a governos de qualquer esfera pública.

A partir dessa visão, pensamos que esse objeto se constitui, mais precisamente, do que Primo (2008b) chamou de micromídia digital, tendo em vista as características não-analógicas de seus modos de atualização, pois estão vinculados a uma ambiência digital. O autor sugere que “a produção independente, a minúscula estrutura produtiva, o baixo investimento e a alta intimidade com o produto gerado”, além da “independência editorial” podem classificar uma micromídia digital (Primo, 2008b, p. 11). Esses traços, entendemos, estão presentes no artefato investigado, de modo que o classificamos como uma micromídia digital contra-hegemônica.

Com essa definição, partiremos para o estudo dos modos de atualização do *blog*, em que discutiremos aspectos de produção, recepção, organização e, posteriormente, suporte.

4.1.3 Os modos de atualização do blog

O plano analítico referente ao estudo dos modos de atualização das mídias se fundamenta em Bonini (2011), que propôs a produção, a recepção, a organização e o suporte como categorias de análise para essa instância. Quando o autor ponderou sobre a mídia internet e suas diferentes formas de realização, elencou cada uma dessas categorias e sugeriu:

Como mídia, ela compõe-se de diversos **suportes** físicos (cabo, modem, HD, monitor, etc.), é **produzida** pela manipulação da linguagem HTML (hypertext markup language, que possibilita a construção de conexões hipertextuais), é **recebida** mediante formas específicas de interação usuário/rede/usuário, e **se organiza**, por um lado, mediante o navegador e sites de busca (gêneros organizacionais) e, por outro, através de diversos tipos de sites (gêneros funcionais) (Bonini, 2011, p. 697).

Embora o pesquisador tenha trazido uma definição mais generalista que abarca a internet como um todo, sabemos que a própria internet pode propiciar a realização de mídias diversas. Com base em tudo que foi discutido até aqui, o estudo crítico dessas categorias não pode ignorar as especificidades referentes à orientação ideológica e ao nível midiático examinadas em 4.1.1 e 4.1.2. Isso significa que, não obstante a estrutura da internet se baseie nos modos de atualização apontados por Bonini (2011), diferentes particularidades distinguem

uma mídia como o *Instagram*, pertencente ao conglomerado multibilionário da *Meta Platforms*, de um *blog* vinculado a uma organização sem fins lucrativos que denuncia violações aos DH.

Sendo assim, as mesmas categorias precisam ser averiguadas, mas considerando essas especificidades. É esse empreendimento que aspiramos alcançar nesta subseção. Para essa finalidade, dedicar-nos-emos, inicialmente, à observação da *produção*. Embora Bonini (2011) tenha apontado a manipulação da linguagem HTML, discutimos em 4.1.2 que nem sempre a produção de *blogs* (ou de micromídias no geral) demanda uma capacidade técnica com grande nível de aperfeiçoamento. Mesmo sem profundo conhecimento de linguagens de programação, um produtor pode utilizar sites de busca, *templates* e/ou *softwares* mais acessíveis para se expressar na internet, para utilizar múltiplas linguagens e mobilizar conhecimentos mais elementares e menos especializados de computação. Embora seja indiscutível que a linguagem HTML é inerente a essas interações, os usuários e produtores nem sempre têm domínio dela.

Ao discutir a mídia televisiva, Bonini (2011, p. 695) sugeriu que “sua produção contempla conjuntos de práticas relacionadas, por exemplo, à preparação, filmagem ou captação, e edição dos programas”. Se aplicarmos essa mesma lógica aos *blogs*, podemos pensar que as práticas relacionadas a sua produção envolvem eventos de letramento digital, tais como: redação, edição de texto verbal ou imagético, geração de hiperlinks, elaboração de palavras-chave, *tags* ou *hashtags*, captação de imagens estáticas ou em movimento, referenciar e indicar outras fontes de informação, parceria ou financiamento e, ainda, apresentar *call-for-action*, com o fito de sugerir ao leitor os próximos passos após a conclusão de sua leitura, como: baixar material, acessar tutoriais, ler postagens semelhantes, doar, comentar ou compartilhar.

É preciso dizer, contudo, que um investimento etnográfico do qual não dispomos neste momento poderia ser ainda mais útil para se averiguarem as práticas sociais de linguagem relacionadas ao aspecto da produção desses *blogs*. Os dados que nos beneficiam nesse momento, porém, são aqueles mais diretamente evidenciados na tessitura textual dessas páginas e indicam uma estrutura produtiva na qual os recursos são intrinsecamente dependentes das potencialidades que a internet e as NTIC proporcionam. Isso, todavia, não anula o papel do capital criativo que os recursos humanos desempenham, dado que, para além das ações sociais de *blogagem* desempenhadas, também é necessário se atentar para o marketing social instanciado pela modernidade tardia e para o tempo do novo capitalismo (Giddens, 2001).

Isso significa que a preocupação em tornar as páginas cada vez mais atrativas também pode ser considerada no momento de produção dessas mídias. No contexto do aludido novo capitalismo, sabemos que a disputa não se direciona apenas aos meios de produção, mas

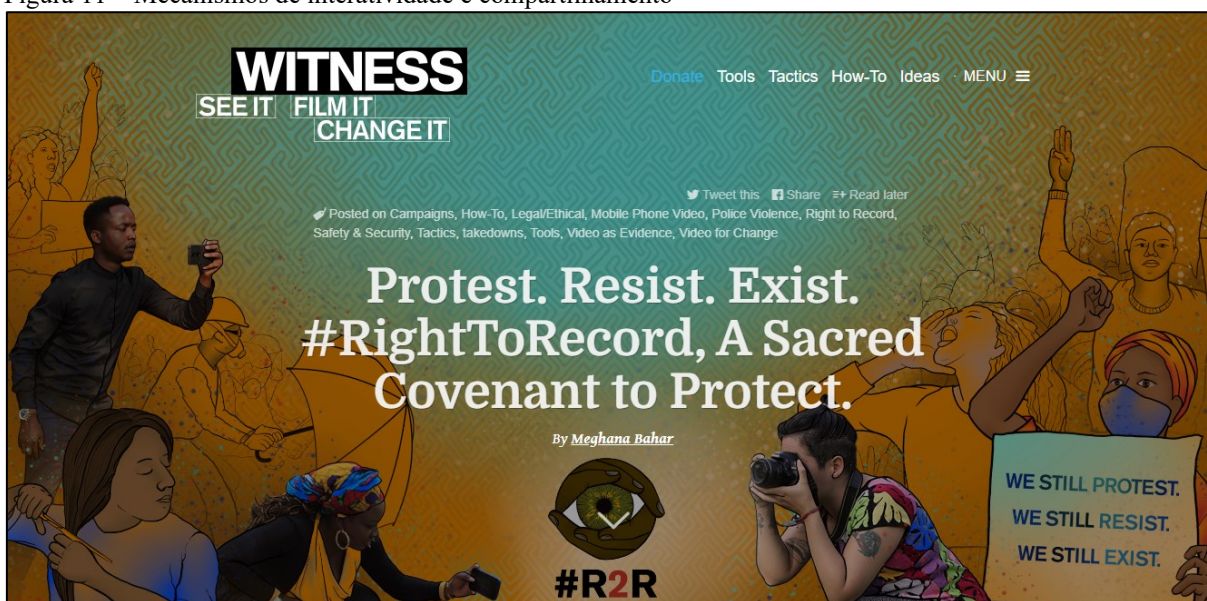
também aponta para as práticas discursivas, uma vez que o discurso se torna uma *commodity* que deve se tornar cada vez mais atrativa, almejando a adesão de seus interlocutores.

Assim como a produção, a *recepção* também parece ser uma categoria na qual a imersão etnográfica poderia ser reveladora. No entanto, uma análise documental a qual nos propomos não deixa de evidenciar, em consonância com Bonini (2011), que os “gêneros e hipergêneros se ajustam às formas de produção e recepção possibilitadas pela mídia”. Isso significa que, para observar ambas as categorias, não se pode renunciar a um olhar que mira para os compósitos de gêneros mediatizados pelos *blogs*. Na tentativa de pensar essa recepção, o fator mais cristalino está atrelado às potencialidades de interação via digital.

Alguns modos de interações oportunizadas pelas sendas digitais nos dão pistas de como a recepção ocorre, seja por meio de reações (*gostei* ou *não gostei*), seja por compartilhamentos seja por comentários. No exemplar de *blog* analisado, embora não tenha sido identificada a presença de reações, alguns movimentos foram identificados, como veremos a seguir:

(Exemplo 13)

Figura 11 – Mecanismos de interatividade e compartilhamento

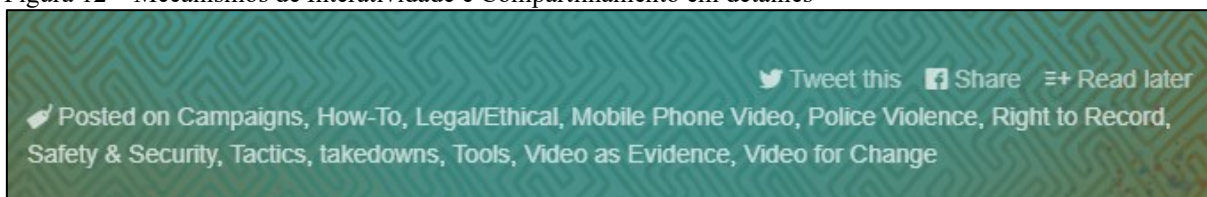


Fonte: Bahar (2022). Elaboração própria a partir de captura de tela.

Detalhadamente, o exemplo ilustrado chama-nos a atenção mais precisamente no recorte que apresentamos em 14, de modo que consegue ser mais bem visualizado.

(Exemplo 14)

Figura 12 – Mecanismos de Interatividade e Compartilhamento em detalhes



Fonte: Bahar (2022). Elaboração própria a partir de captura de tela.

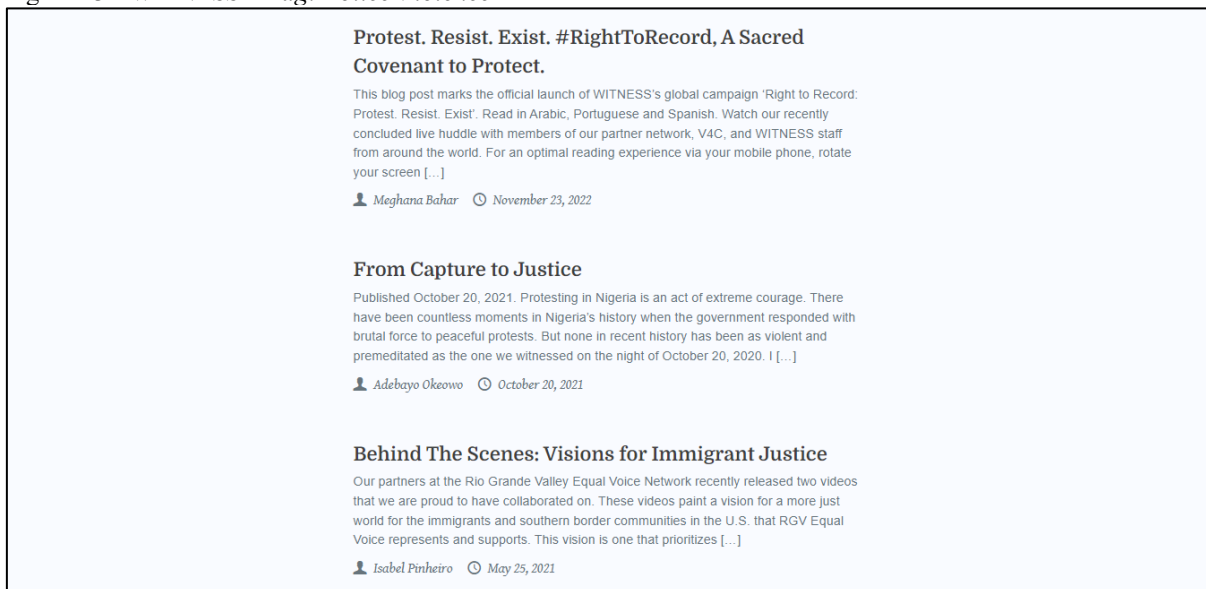
Neste exemplo, evidenciamos opções de compartilhamento em outras mídias sociais como o *Twitter* e o *Facebook*, identificados pelos ícones que antecedem os links para: *tweet this* e *share*. Menos conhecida, mas também relevante, a rede social *Pocket* aparece a partir do link *Read later* (*Leia depois*), pois a função da plataforma é justamente a de salvar artigos que poderão ser lidos posteriormente. Esse rompimento com a temporalidade de que nos falou Giddens (2005) é marca da recepção via digital, em que a recepção dos textos não necessariamente ocorre de modo simultâneo, como nas comunicações face a face.

A presença das *tags*, destacada a partir da segunda linha do Exemplo 14, também é uma maneira de categorizar o conteúdo e a informação veiculados. No exemplo em questão, vimos que a postagem foi categorizada a partir das seguintes *tags*: *How-To*, *Legal/Ethical*, *Mobile Phone Video*, *Police Violence*, *Right to Record*, *Safety & Security*, *Tactics*, *takedowns*, *Tools*, *Video as Evidence*, *Video for Change*. Essas categorias auxiliam o usuário a encontrar o conteúdo catalogado sob tais etiquetas. Não podemos deixar de mencionar, além disso, que essa característica também se constitui como um aspecto da *organização*.

É preciso dizer que, apesar de oferecer a possibilidade de relações entre mídias sociais diversas – *Twitter*, *Facebook*, *Pocket* – e de catalogação mediante esses marcadores, outros aspectos relacionados à recepção são dependentes dos dispositivos e suportes que estão a esta vinculados. O acesso por meio de um computador de mesa promove interações diferentes daquelas proporcionadas por um computador portátil, ou até mesmo das que um *smartphone* ou um *tablet* podem instaurar. Atinente a essa questão em específico, discutiremos também sobre como os *softwares* atuam na seção voltada para a análise do suporte.

Para além de pensarmos a recepção, a categorização via *tags* ajuda na organização dos dados veiculados on-line. No caso em questão, os marcadores foram organizados via ordem alfabética e direcionam para outras postagens relacionadas ao assunto:

(Exemplo 15)

Figura 13 – WITNESS – Tag: *Police Violence*

Fonte: Police [...] (200?). Elaboração própria a partir de captura de tela.

No Exemplo 15, ilustramos a possibilidade de acesso a outras postagens categorizadas sob o marcador *Police Violence*. Além da primeira (*Protest. Resist. Exist. #RightToRecord, A Sacred Covenant to Protect.*), que tomamos de exemplo (cf. Figura 11) para averiguar os aspectos relacionados aos meios de atualização aqui discutidos, encontramos outras, como: *From Capture to Justice* e *Behind The Scenes: Visions for Immigrant Justice*, além de outros textos presentes na página. Esse aspecto de categorização de conteúdos sob marcadores comuns se constitui como a principal característica da organização da mídia analisada.

Com base no observado, podemos dizer que os modos de atualização do artefato investigado se configuram da seguinte maneira: i) no que toca à *produção*, o trabalho de redação, edição e publicação dos textos, a geração de hiperlinks, bem como a categorização em *tags*, além do trabalho de captação de imagens e edição de vídeos que denunciam casos de violações se constituem como parte da estrutura produtiva dessa mídia; ii) no que diz respeito à *recepção*, os usuários podem atuar e interagir com esses textos a partir de opções de compartilhamento em outras redes sociais, além de conseguir interagir com essa mídia em contínuos temporais e espaciais desencaixados (Giddens, 2001), dadas as características das tecnologias digitais que não demandam o compartilhamento do mesmo tempo e lugar para acesso a esse conteúdo; iii) e, por fim, referente à *organização*, as informações veiculadas pelo *blog*, na condição de mídia, são categorizadas via *tags* específicas que facilitam, além da

organização, a busca por postagens semelhantes categorizadas nos mesmos marcadores disponibilizados pelos produtores.

Na subseção seguinte, discutiremos mais especificamente sobre os suportes. Embora tenhamos mantido a delimitação de Bonini (2011), que o classificou como parte integrante dos meios de atualização das mídias, consideramos que a discussão sobre esse objeto merece uma investigação a parte. Para tanto, debruçar-nos-emos sobre ela a seguir.

4.1.3.1 *Análise do suporte para o estudo da mídia*

Ao elencarmos o *software* como o artefato mais diretamente relacionado ao suporte de gêneros que se atualizam nas mídias digitais, renunciamos à clássica proposição da tela que se conservou, ao longo de décadas, como o parâmetro analítico principal para se estudar a categoria em debate. O trabalho de Souza (2010), em diálogo com pesquisadores da área da computação, conduziu-nos a um recorte no qual selecionamos a interface do *software* para a observação de como os gêneros se atualizam em uma mídia digital. No tópico 2.2.1.2.1, bifurcamos a interface em dois polos analíticos: uma dimensão semiótica e aspectos relacionados à IHC. A análise desses planos visa a uma perspectiva teórico-crítica de linguagem que considere o lugar do suporte nas práticas sociais.

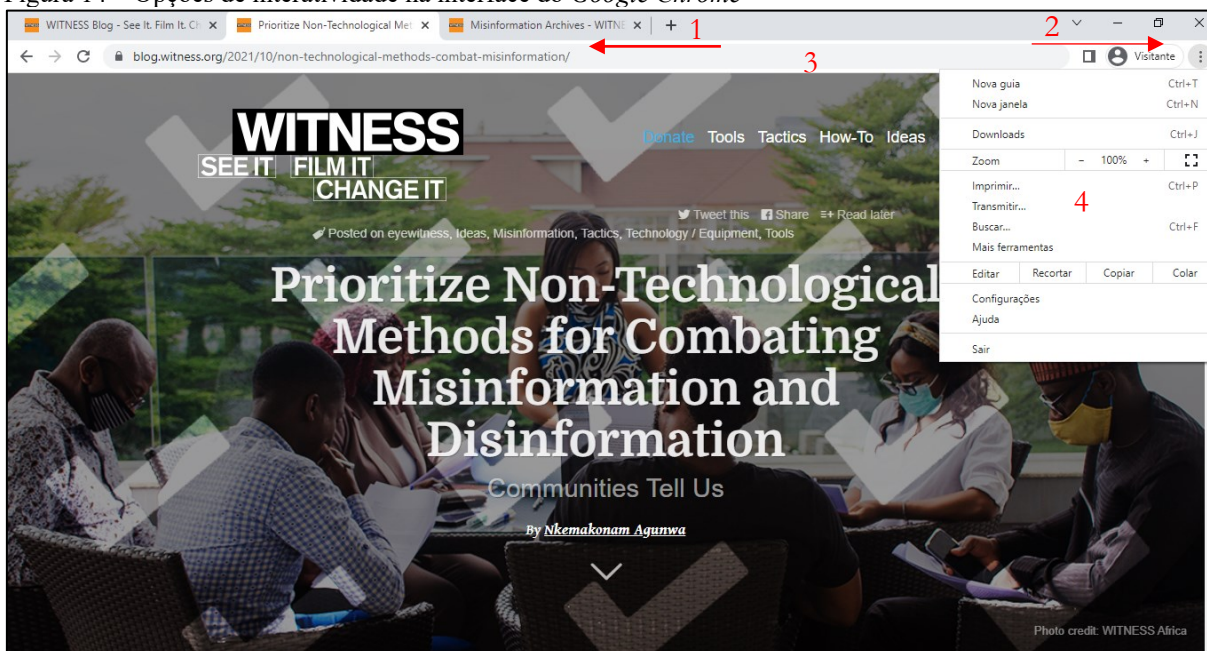
Quando pensamos nessas interfaces, podemos entendê-las como “ambientes contextualizadores” ou, ainda, como “ambientes em que todo embate comunicativo ocorre” e que são marcados, semioticamente, por meio de “signos e enunciados” (Souza, 2010, p. 121). Nos exemplos que trazemos a seguir, discutimos mais sobre essa questão com dados que ilustram interfaces de diferentes suportes, sobretudo os mais utilizados para acessar páginas da internet, como: *Google Chrome*, para o SO *Windows*, *Google Chrome*, para o SO *mobile Android*, e *Safari*, para o sistema *mobile iOS*.

O primeiro exemplo a ser ilustrado em 16 apresenta uma cópia da página da interface de navegação do *Google Chrome* para um computador portátil que funciona sob o SO *Windows*. O referido *software* atua como suporte de gêneros, na medida em que oferece modelos de interação específicos que se mantêm mesmo se, por exemplo, utilizássemos a mesma versão do aplicativo *Google Chrome* em outro dispositivo de saúde, como um computador de mesa, ou houvesse projeção dessa página mediante um aparelho projetor. Desse modo, o elemento mais diretamente responsável pelas interações é o próprio *software* e sua interface.

A seguir, expomos como essa interface aparece e como contribui para tal:

(Exemplo 16)

Figura 14 – Opções de interatividade na interface do *Google Chrome*



Fonte: *Google Chrome* e WITNESS (2021). Elaboração própria a partir de captura de tela.

No exemplo destacado, numeramos alguns aspectos da interface desse *software* para que possamos explorar suas potencialidades. De início, destacamos, à esquerda de 1, uma barra voltada em direção às abas de navegação, em que temos disponíveis, respectivamente, a página principal do blog da *WITNESS*; a aba em exibição na captura de tela que apresenta a postagem intitulada “*Prioritize Non-Technological Methods for Combating Misinformation and Disinformation: Communities Tell Us*”; e uma terceira aba em que temos aberta a página com os arquivos de postagens que compõem a tag *Misinformation*. Em 1, observamos que a interface possibilita a navegação em janelas (Souza, 2010), de modo que o usuário pode alternar suas interações entre elas com muita facilidade. A próxima aba está a apenas um clique de distância, o que torna essa interação ágil e executável pelo usuário.

É para essa possibilidade de navegação, inclusive, que aponta o destaque em 2. Os clássicos botões de minimizar, maximizar, restaurar e fechar se mantêm presentes nas interações mediadas por esse suporte. Embora não sejam signos comuns em interfaces *mobile*, esses elementos estão presentes nas interfaces de uma infinidade de *softwares* para computadores tradicionais, apesar de encontrarmos, eventualmente, algumas exceções.

Já no que realçamos em 3, vemos uma linha de navegação em que o usuário tem a sua disposição o endereço do sítio eletrônico, além das opções de voltar para a página anterior (←), posterior (→) ou atualizar (↻). Na mesma barra de opções em que se encontram esses itens,

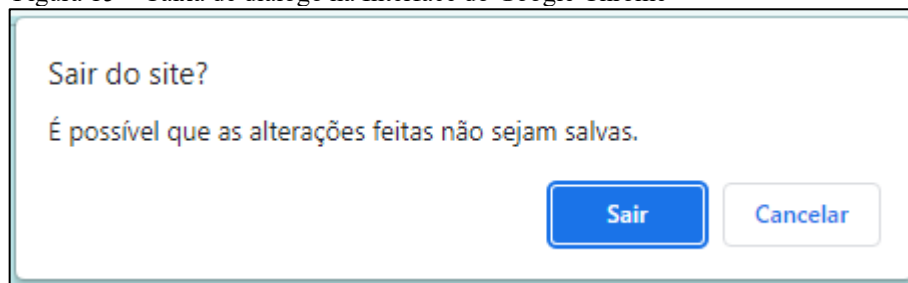
visualizamos um signo que simboliza a segurança da navegação (🔒) e indica que as informações ali compartilhadas são seguras e criptografadas.

Por fim, em 4, detectamos um painel de controle do *Google Chrome* que oferece diferentes opções de personalização e de modos de ação, como: abrir novas guias ou janelas, dar zoom, imprimir, buscar, editar, encontrar ajuda, sair do navegador, entre outras. Algumas dessas opções, no entanto, parecem irrelevantes em *smartphones*, dado que a ampliação de tela proporcionada pelo zoom pode ser operacionalizada por um simples gesto de pinça performedo pelos dedos do usuário. Opções como impressão, que demandam interação com outros aparelhos, que se utilizem de cabos ou tecnologia *wireless*, podem nem sempre ser realizáveis.

No que toca às formas de IHC mediadas por esse *software* e que podem ser identificadas na sua interface, alguns aspectos chamam atenção. Em 17, por exemplo, vemos uma caixa de diálogo presente a partir da ativação de algumas extensões do *Google Chrome* que alertam sobre o fechamento de abas. Vejamos a seguir:

(Exemplo 17)

Figura 15 – Caixa de diálogo na Interface do Google Chrome



Fonte: *Google Chrome*. Elaboração própria a partir de captura de tela.

O usuário, diante dessa caixa de diálogo, precisa emitir uma postura responsiva ativa (Bakhtin, 2011) em face das opções que tem disponíveis: realmente sair do site e correr o risco de perder alterações que não tenham sido salvas ou cancelar o comando anteriormente emitido de sair do navegador. Isso acontece para prevenir que o usuário perca informações não-salvas se, porventura, fechar a página sem perceber. Esse tipo de interação configura-se no que Souza (2010) chamou de *função contextual*, dado que tem relação com a totalidade do *software*, isto é: caso o usuário opte por fechar as janelas, o aplicativo por inteiro será fechado, independentemente de as informações estarem arquivadas ou não.

Outros tipos de caixa de diálogo como essa também podem ser observados em contextos diferentes, a exemplo de quando acessamos uma página em birmanês. A ferramenta de tradução

do *Google Chrome*, a título de ilustração, sugere automaticamente a opção de traduzir o texto para inglês ou português. Esse tipo de interação é retratado em 18, conforme veremos:

(Exemplo 18)

Figura 16 – Caixa de diálogo para tradução automática na interface do Google Chrome



Fonte: Google Chrome e WITNESS ASIA (2022). Elaboração própria a partir de captura de tela.

Assim como em 17, o caso ilustrado em 18 exige do usuário um posicionamento responsivo (Bakhtin, 2011) quanto à oferta de tradução, bem como quanto à língua a ser escolhida. Esse tipo de janela, como a retratada no canto superior direito (1), constitui-se em um exemplo da *função operatória* nos termos de Souza (2010). Essa função presente nas interfaces possibilita que o usuário dê um dado comando ao *software* que, nesse caso retratado em 18, diz respeito à tradução da língua asiática para o português ou inglês.

Embora tenhamos buscado averiguar outras potencialidades que marcassem a subjetividade dos desenvolvedores do *software* tal como fez Souza (2010), observamos que as interações mais presentes com esse suporte se atualizam por intermédio da presença de caixas de diálogo como as ilustradas. Características relativamente diferentes, no entanto, identificamos quando nos propomos a examinar duas interfaces diferentes entre si.

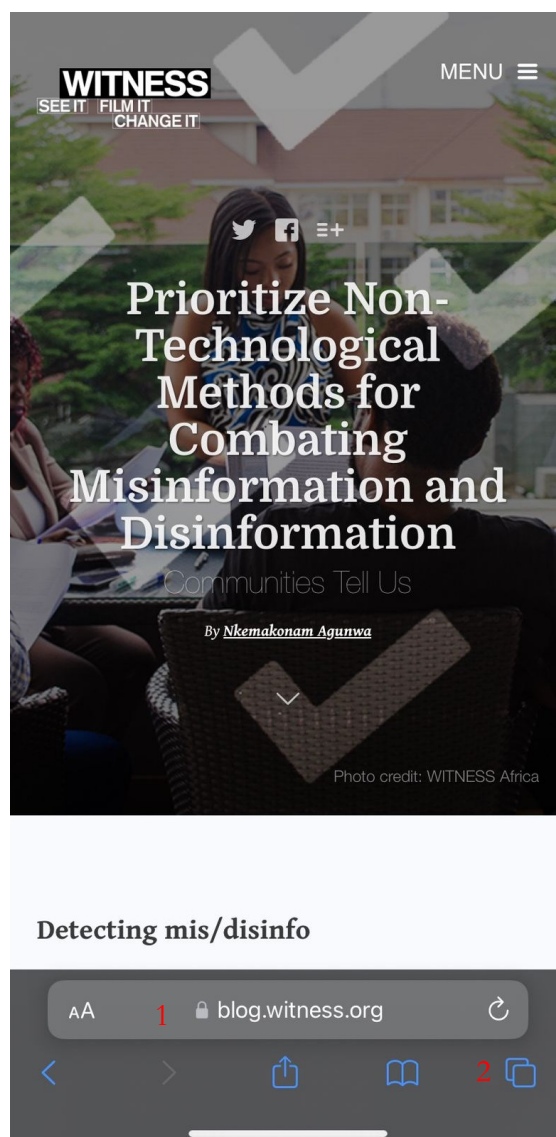
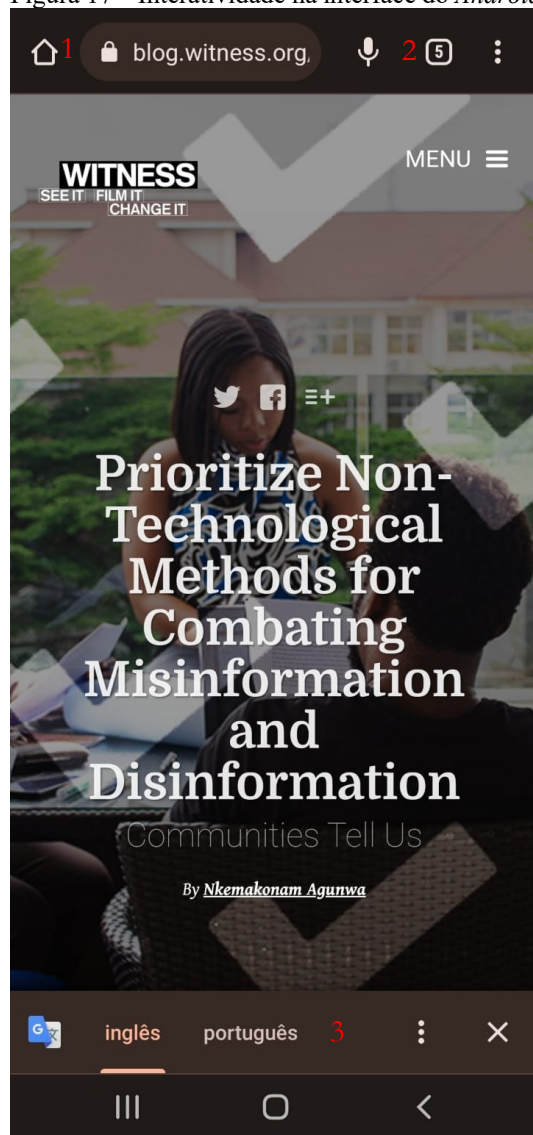
Os exemplos que destacaremos em 19 e 20 apresentam interfaces de dois navegadores diferentes: o *Google Chrome*, na versão *mobile*, e o *Safari*, também na versão *mobile*. Ambos são os navegadores nativos de dois SOs diferentes para *smartphones*: *Android* e *iOS*, respectivamente. Diferenças mais evidentes podem ser notadas em ambas as interfaces,

principalmente no que diz respeito à disposição semiótica desses aplicativos de navegação. A seguir, expomos os exemplos.

(Exemplo 19)

(Exemplo 20)

Figura 17 – Interatividade na interface do *Android* e *iOS*



Fonte: A WITNESS [...] (2021). Elaboração própria a partir de capturas de telas.

Chama atenção, nos dois casos, a diferença na localização da barra de navegação (1), que assume uma posição superior no Exemplo 19, enquanto aparece em um arranjo inferior no Exemplo 20. Um usuário mais habituado a interagir com um ou outro desses *softwares* pode acabar tendo uma resposta diferente ao utilizar outro aplicativo, visto que sua primeira reação seria a de se direcionar seu comando, buscando a ferramenta no local onde é mais familiarizado

a encontrá-la. Essa disposição gráfico-espacial institui interações relativamente diferentes com o usuário, embora tenham o mesmo propósito: o de acessar o sítio eletrônico da página visitada.

Outro fator referente à navegação diz respeito à disposição das abas (2): enquanto, no Exemplo 19, a quantidade de abas abertas é marcada numericamente por meio do numeral 5 – indicando cinco abas abertas –, no exemplo 20, detectamos apenas o ícone que dá acesso a essas abas, mas sem indicar quantas estão abertas em plano de fundo pelo usuário. Esse tipo de indicação gráfica, em que conseguimos acessar visualmente indicadores de navegação, situa-se na *função discursiva* proposta por Souza (2010) ao falar da organização simbólica da interface. Para o autor, alguns signos “estão dispostos espacial e temporalmente e são também responsáveis pela comunicação usuário-sistema” (Souza, 2010, p. 95).

O autor sugere que é preciso haver um acordo entre o usuário e a maneira como essa indicação gráfica é apresentada no sistema. Diz Souza (2010, p. 95) que “esta representação semiótica de sentido só pode acontecer na medida em que tal objeto possa ser interpretado pelos interactantes”. Alguns outros ícones de navegação também puderam ser observados no Exemplo 16, como os botões de voltar (←), avançar (→), atualizar (↻) e navegação segura (🔒), que cumprem a função discursiva da interface investigada anteriormente.

Além disso, em 19, a função operatória destacada (3) é semelhante à apresentada no Exemplo 18, em que uma caixa de diálogo sugere a tradução da página para outra língua, revelando mais uma vez a presença dessa função operatória de tradução. É a partir da observação de exemplos como os apresentados que aspiramos ter mostrado aspectos da disposição gráfico-espacial de algumas interfaces dos *softwares* selecionados para este estudo. Somado a isso, concomitantemente, discutimos como essa disposição influencia os modos de interação que o usuário estabelece com o dispositivo, baseando-nos em alguns parâmetros acerca da IHC que se mostraram aplicáveis a essa categoria.

Entendemos que funções de três ordens se mostraram presentes nos exemplares destacados. A função operatória diz respeito a ações e intervenções na interface via comandos disponíveis nela (enviar *e-mails*, salvar arquivos, editar texto, inserir arquivos ou imagens, traduzir). Já a função contextual abarca mais diretamente “a totalidade sónica do *software*” (Souza, 2010, p. 95) e concerne a operações que afetam a interação com o *software* integralmente, ou seja, a partir de opções como a de minimizar ou fechar janelas. Por fim, a função discursiva compete a interações marcadas por representações semióticas (ícones, siglas, números, emoticons). Todas essas funções atuam possibilitando ao usuário uma interação com a interface e, conseqüentemente, com o compósito de gêneros disposto nela.

Se as definições clássicas de suporte o definem como o ambiente de realização dos gêneros (Marcuschi, 2008), ou como uma entidade que possibilita a interação com esses gêneros (Távora, 2008), podemos considerar que os *softwares*, a partir do estudo de suas interfaces, aplicam-se a essa definição. O exame da categoria, por intermédio da observação da disposição gráfico-espacial e das possibilidades de interação do usuário com o dispositivo, mostrou que os *softwares* se constituem como um local de inscrição de práticas de linguagem no ambiente digital, dado que possibilitam a realização e a interação com os gêneros.

Isso posto, partiremos, a seguir, para a discussão dos compósitos de gêneros. Na ocasião, revisitaremos Bonini (2011) e C. Lima (2013), mas sem perder de vista as considerações já anunciadas em 2.2.2 sobre essa questão. Um resgate mais profundo, portanto, mostra-se desnecessário, haja vista a discussão anterior. Por essa razão, exporemos a análise.

4.2 Análise do compósito de gêneros

Nesta subseção, continuamos o exame analítico que temos empreendido ao longo deste capítulo. Detemo-nos agora, especificamente, na noção de compósito de gêneros que pleiteamos. O conceito foi mobilizado em vez de hipergênero, dadas as interpretações teóricas que atribuímos aos termos. Na subseção 2.2.2, resgatamos as bases que ancoram essa noção e retomamos Bonini (2011), que operacionalizou sua proposta sugerindo que um hipergênero se constitui de gêneros de funcionamento e gêneros organizadores. Tentando ampliar essa ideia, levantamos a hipótese de que outras camadas podem ser adicionadas à discussão.

Para tanto, propomos que a definição do autor se encaixaria em um nível que chamamos de *funcional*, o qual investiga a disposição organizacional que os gêneros ocupam para formar um compósito. Em uma segunda instância, discutimos a ideia de haver um nível da *autonomia*, ao ponderarmos que alguns gêneros só têm existência se integrarem um compósito. Exemplos a esse respeito seriam o sumário ou o prefácio. Por fim, um terceiro plano diria respeito ao nível do *encadeamento*, na medida em que alguns gêneros, necessariamente, mantêm uma relação intertextual inseparável de outros que integram um dado compósito.

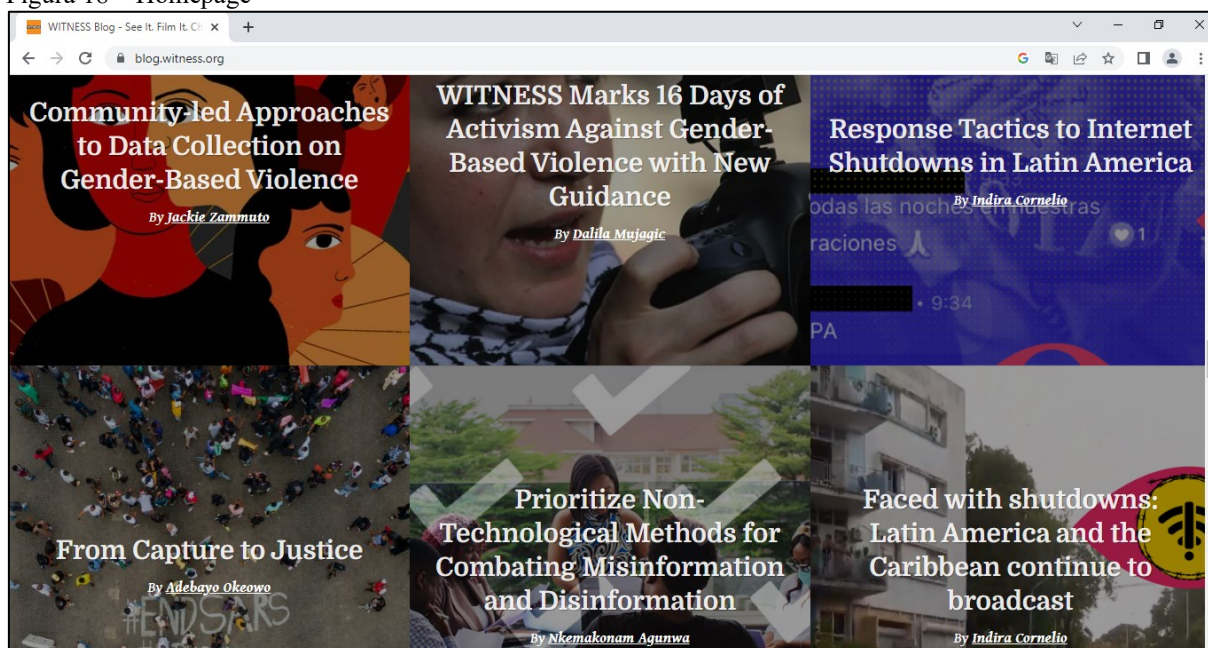
Iniciamos a apresentação desses achados partindo do nível *funcional*. Esse plano analítico se debruça em gêneros organizadores e gêneros de funcionamento, tal como argumentou Bonini (2011). Se tomarmos essa classificação emprestada para definirmos o nível da funcionalidade, podemos entender que os gêneros organizadores assumem, no compósito de gêneros, a finalidade de “organizar e estruturar”, permitindo “o ordenamento sequencial e

temático de cada unidade textual” (Lima, C., 2013, p. 156). Partimos, subsequentemente, para a investigação desses gêneros organizadores a partir do exemplo flagrado em 21.

No caso em questão, trazemos uma captura da *homepage* do *blog*. Esse gênero tem sido classificado ao longo do tempo de diversas maneiras. Apesar disso, a que parece mais próxima de um consenso é a visão que o define como um gênero que introduz o conteúdo principal de um site e conecta vários *links* para diferentes seções de uma página eletrônica (Askehave; Nielsen, 2004). Quando estudou a *homepage*, Bezerra (2007) arrazoou que esse objeto funciona como um gênero introdutor, por meio do qual são anunciados o conteúdo e as informações disponíveis do sítio acessado. Destacaremos como isso se manifesta em 21:

(Exemplo 21)

Figura 18 – Homepage



Fonte: blog.witness.org. Elaboração própria a partir de captura de tela.

Na representação em destaque, mostramos um recorte da *homepage* do blog da WITNESS. A organização semiótica desse *blog* é composta por um mosaico formado por diversos *links*, sob a forma de imagens e títulos que ilustram postagens que integram o seu acervo. Em nossa interpretação, gêneros como esse se estabelecem no compósito que constitui o *blog* na condição de gêneros organizadores. Sua função, como bem pontuaram Askehave e Nielsen (2004) e Bezerra (2007), é a de introduzir o conteúdo disponível no site, possibilitando ao usuário conhecer a oferta de conteúdo. Como parte de seu caráter organizador, ordena as

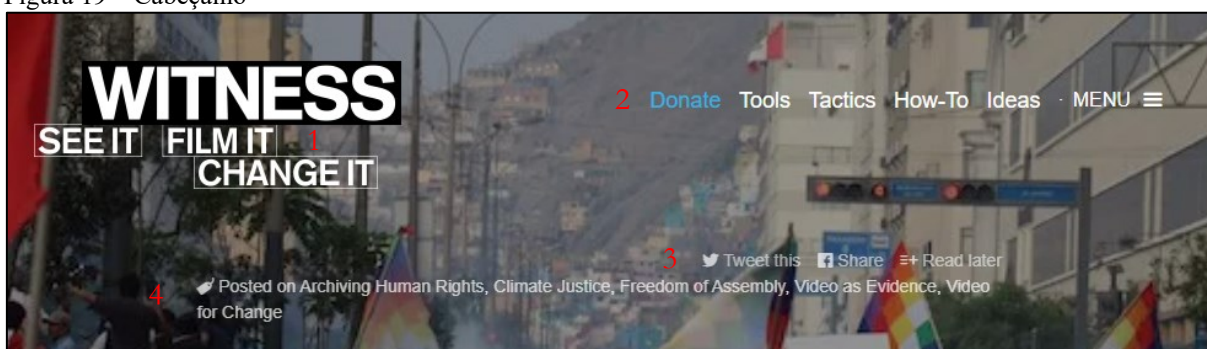
informações em uma ordem de apresentação baseada na cronologia das postagens: as mais recentes aparecem primeiro.

Isso não significa, porém, que essa característica poderá ser observada em *homepages* vinculadas a endereços diferentes daquele analisado nesta pesquisa. Embora não possamos fazer generalizações, a experiência como usuário nos leva ao entendimento de que a ordem dos *links* disponíveis nas *homepages* nem sempre segue a ordem cronológica identificada neste *corpus*. Com frequência, deparamo-nos com *homepages* cuja organização pode estar fundamentada em fatores como o número de acessos ou as estratégias discursivas que visam a dar destaque a determinados conteúdos em vez de outros – como quando algum fato discursivo é considerado mais importante pelos responsáveis pela construção composicional da *homepage*. Apesar disso, podemos dizer que, independentemente dos critérios que levam a essa ordenação, a natureza organizacional desse gênero é parte essencial para a constituição dos compósitos que se atualizam na internet – neste caso, podemos falar do *blog* analisado.

Outro componente que integra o agrupamento genérico investigado é o cabeçalho. Acatamos a descrição de Bonini (2011) e C. Lima (2013), os quais encaram esse artefato como um gênero e o descrevem como um gênero organizador. Embora tenham usado essa classificação para se referir ao jornal impresso, pudemos notar a presença desse mesmo objeto no *blog* investigado. Em 22, trazemos um recorte que explicita sua aparição:

(Exemplo 22)

Figura 19 – Cabeçalho



Fonte: blog.witness.org. Elaboração própria a partir de captura de tela.

Apesar de trazer algumas características já debatidas anteriormente, precisamos averiguar como esse cabeçalho, prototipicamente disposto na parte superior da página, cumpre funções organizacionais no agrupamento genérico analisado. Para tanto, destacamos a identidade visual da página com o logotipo da organização *WITNESS* (1) e uma barra de navegação (2), na qual se encontram os principais *links*: *Donate*, *Tools*, *Tactics*, *How-To* e *Ideas*

e o direcionamento para uma seção de *Menu*. A característica desse cabeçalho é a de permanecer no topo da página em todas as seções do *blog*, não apenas na *homepage*, mas também quando acessamos diretamente o conteúdo das postagens.

A função do cabeçalho é padronizar as informações principais e deixá-las disponíveis na posição mais central e superior, facilitando o acesso por parte do usuário. A composição desse gênero – por nós tratado como organizador – contempla, ainda, os já discutidos ícones para compartilhamento em algumas redes sociais (3), como *Twiter*, *Facebook* e *Pocket*. Nota-se, ainda, outra característica sobre a qual refletimos anteriormente (4.1.3), que focaliza a utilização de *tags* para agrupar conteúdos. A categorização em *tags* (4) que se faz presente nesse item (✓ *Posted on Archiving Human Rights, Climate Justice, Freedom of Assembly, Video as Evidence, Video for Change*) auxilia na organização das informações e permite o direcionamento para outros conteúdos semelhantes agrupados sob o mesmo marcador.

Por essas características, o cabeçalho constitui-se, portanto, como um dos principais gêneros organizadores da arquitetura dos *blogs*, uma vez que apresenta marcadores semânticos que facilitam a navegação, a contextualização, o compartilhamento, bem como o agrupamento do material disponível. Ao clicar em uma *tag* específica – como uma das indicadas anteriormente –, o leitor é direcionado a uma coleção de postagens que compartilham de um conteúdo temático semelhante. Pode-se dizer, assim, que elas desempenham um papel fundamental na construção desse compósito de gêneros ao deixá-lo bem estruturado.

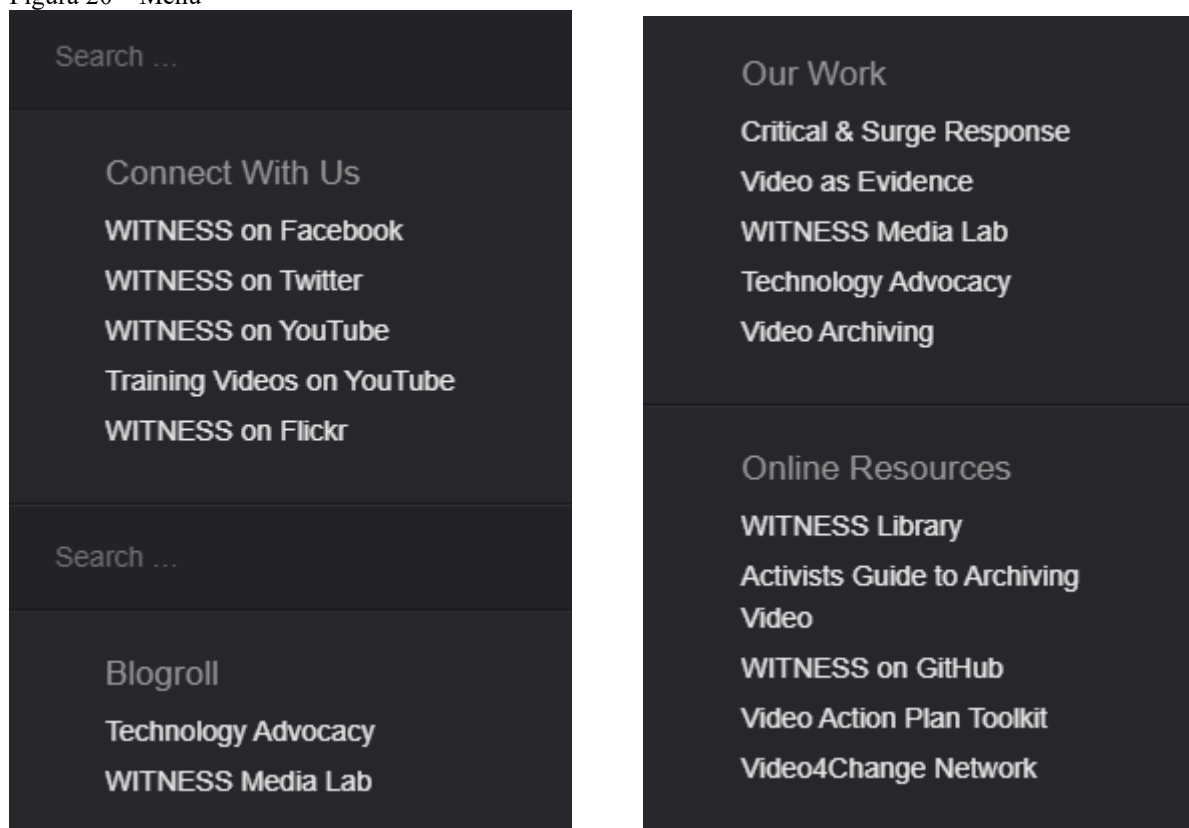
No entanto, não são apenas a *homepage* e o cabeçalho que integram o repertório de gêneros organizadores do compósito analisado. Consoante a C. Lima (2013), tal qual o cabeçalho, consideramos o menu de opções como parte do conjunto de gêneros organizadores. Para C. Lima (2013, p. 165), “o gênero organizador que desempenha o papel de sumário e identificador das partes internas de um documento, de uma pasta, de um website etc. é, em geral, identificado como menu”. O autor complementa destacando que “o funcionamento do gênero menu, na verdade de todos os gêneros mediados por computador, depende de muitos outros dispositivos organizadores, além do *hyperlink*” (Lima, C., 2013, p. 165).

Expomos, a seguir, o menu disponível ao clicarmos na barra de navegação apresentada no Exemplo 22. Entre as opções disponíveis, vemos *links* categorizados em quatro divisões: *Connect With Us*, *Blogroll*, *Our Work* e *Online Resources*.

(Exemplo 23)

(Exemplo 24)

Figura 20 – Menu



Fonte: blog.witness.org. Elaboração própria a partir de captura de tela.

Ao observar as características desse objeto, C. Lima (2013, p. 165) argumentou que, “dada a semelhança na estrutura e funcionamento, podemos dizer que o gênero organizador menu resulta de uma evolução histórica do gênero sumário”. Ao situar o menu como uma continuidade diacrônica do sumário, o autor entende que sua função é a de organizar, mapear e indicar os conteúdos presentes em um compósito de gêneros – ou hipergênero, em sua definição. De fato, as características observadas permitem entender o menu como um elemento de navegação que atua de modo a organizar *hyperlinks* que direcionam o usuário para diferentes seções do *blog*, nem sempre disponíveis na parte mais central da *homepage*.

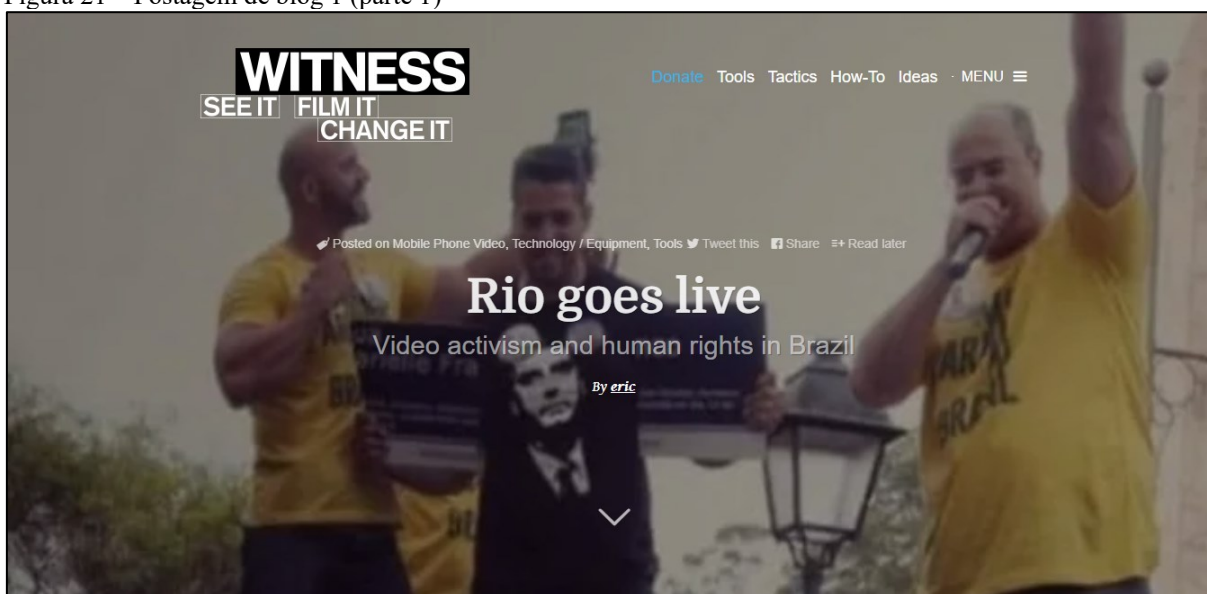
Podemos dizer que a presença dos gêneros organizadores, notadamente representados pela *homepage*, pelo cabeçalho e pelo menu, na estruturação do compósito de gêneros que compõe o *blog* da instituição analisada, provocou reflexões acerca da apresentação, da disposição, do arranjo e da categorização de gêneros. Acreditamos que essa compreensão pode enriquecer nosso entendimento da dinâmica organizacional intrínseca aos gêneros e compósitos vinculados às esferas virtuais, ao mesmo tempo que destaca a necessidade contínua de pesquisa para aprofundar a compreensão da realização desses elementos em ambientes digitais.

Tomando conhecimento dos gêneros que ocupam a função de organizadores, precisamos observar também os *gêneros de funcionamento*. Esses gêneros de funcionamento seriam aqueles mais diretamente relacionados a interações discursivas que ultrapassam a função de ordenar a arquitetura do compósito estudado. Isso significa que, enquanto os gêneros organizadores assumem um papel de ordenação das informações, os de funcionamento fomentam práticas sociodiscursivas mais amplas, contribuindo para uma dinâmica comunicativa mais abrangente e intrinsecamente relacionada ao campo da atividade humana (Bakhtin, 2011) que agencia o compósito ao qual estão vinculados.

Um exemplo a esse respeito seria a postagem de *blog*, entendida por nós como o principal gênero de funcionamento do compósito estudado. Nos itens a seguir, mostramos exemplos que ilustram esse gênero de funcionamento e examinamos sua constituição:

(Exemplo 25)

Figura 21 – Postagem de blog 1 (parte 1)

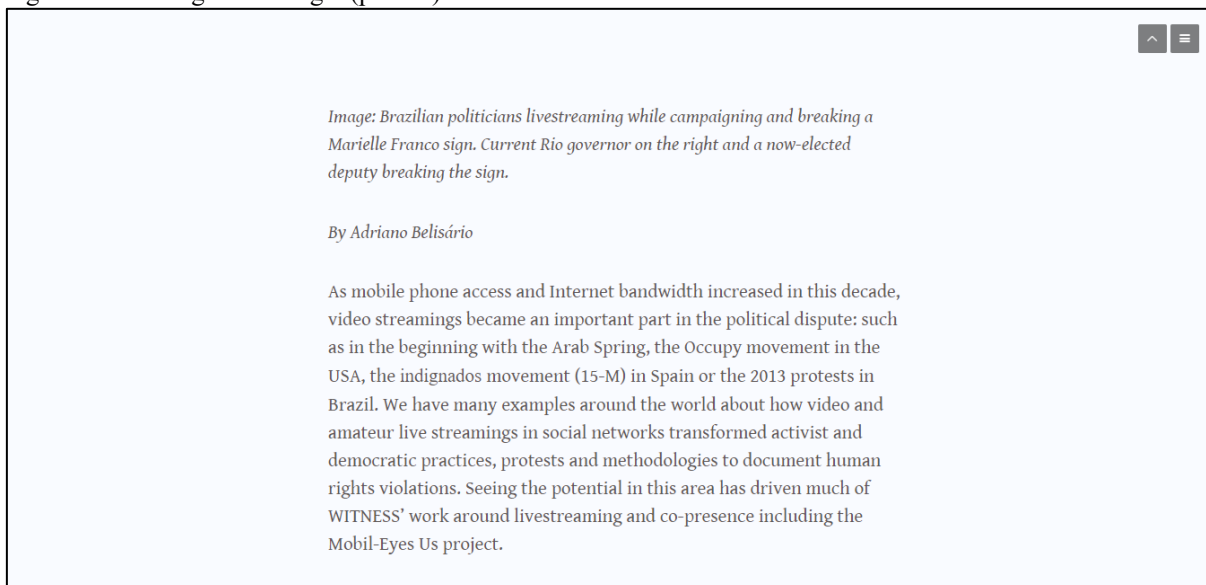


Fonte: blog.witness.org. Elaboração própria a partir de captura de tela.

O Exemplo 25 ilustra o título, cabeçalho e foto ilustrativa da postagem intitulada *Rio goes live: Video activism and human rights in Brazil*. A seguir, apresentaremos também o Exemplo 26 que representa a continuidade desse texto. A partir desses dois exemplos (25 e 26), discutiremos melhor como o gênero de funcionamento postagem de blog se caracteriza e se apresenta no material que tomamos para nossa análise. Vejamos, então, a seguir:

(Exemplo 26)

Figura 22 – Postagem de blog 1 (parte 2)



Fonte: blog.witness.org. Elaboração própria a partir de captura de tela.

O recorte que ilustra 25 segue a mesma organização de exemplos anteriormente estudados (13, 16 e 18). Contudo, o foco aqui será o de analisar a postagem do *blog* como um gênero de funcionamento. Em tradução livre, o *post* intitulado ‘Rio entra no ar: Videoativismo e direitos humanos no Brasil’ é encabeçado por uma imagem que veio a se tornar reconhecida em todo o País na qual três candidatos nas eleições de 2018 vibram ao quebrar uma placa de rua em nome da vereadora Marielle Franco, que havia sido assassinada cinco meses antes e cujos mandantes seguem desconhecidos até este ano de 2023. A vereadora, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tinha um trabalho reconhecido na luta em defesa pelos direitos humanos, das mulheres, da população negra e LGBTQIA+, sobretudo em favelas do Rio de Janeiro (RJ). Na ocasião da campanha eleitoral de 2018, os três candidatos terminaram eleitos para cargos de governador, deputado estadual e deputado federal pelo estado do RJ.

A postagem, ao se reportar a esse acontecimento (26), inicia apresentando uma descrição do conteúdo, do contexto dessa imagem e explicita o papel que os *smartphones* e a internet assumem no contexto de disputa política que o mundo e, sobretudo, que o Brasil vivenciava à época. Para contextualizar esse cenário de participação política, a postagem apresenta um panorama de como o uso de novas mídias tem sido utilizado como alvo de disputa ideológica tanto pela esquerda, quanto pela direita em suas práticas de legitimação da barbárie.

A postagem se divide em 5 subtítulos, que aparecem ilustrados no exemplo 26 que está disposto a seguir. Esses subtítulos são nomeados da seguinte maneira: *Livestream and activism in Rio; The conservative wave; Bolsonaro and livestreams; Right-wing activism and politics in online video; Challenges and new strategies* (Transmissões ao vivo e ativismo no Rio; A onda conservadora; Bolsonaro e transmissões ao vivo; Ativismo de direita e política em vídeo online; Desafios e novas estratégias). Vejamos, a seguir, como se dá essa distribuição:

(Exemplo 27)

Figura 23 – Postagem de blog 1 (parte 3)

Livestream and activism in Rio

Since the beginning of this decade, live streaming via web has been used widely to denounce abuses or human rights violations in Rio de Janeiro, especially after the announcement of mega international events in the city, like the World Cup (2014) and the Olympic Games (2016). To host those events, a new apparatus of force was created, including the intensified use of the army for “the Guarantee of Law and Order (GLO)” in favelas; the creation of the Anti-Terrorism law, [which now can be applied to ban social movements](#); and the creation of the Pacifying Police Unit (UPP), which was positioned in strategic city axes around facilities used during the 2014 World Cup and the 2016 Olympic Games. Since then, the city has also witnessed an intense increase in the military presence, which also has led to more extra-judicial executions during police operations and paramilitary activities.

Bolsonaro and livestreams

Bolsonaro used short live streamings extensively during the campaign. He did this daily on social networks during the second round of the elections, many times ignoring mainstream media and reinforcing his cultivated image of independence by talking through his own Internet channels. These live broadcasts were scheduled at about 8pm, which was almost at the same time of the main television news program in Brazil. Despite all the interactive features of video streaming in web, his streamings during the campaign were more like casual public speeches using both Youtube and Facebook, rather than using these channels to interact directly with his supporters.

Challenges and new strategies

With this new scenario, many activists in Rio de Janeiro reorganized their actions to denounce police abuse while trying to diminish the risks involved. The themes and content of their live-stream broadcasts has been changing. If in 2013 it was mainly streamings from demonstrations, in the last years, grassroots media groups have also diversified their streamings to include [transmissions of public debates, cultural activities or other kind of contents](#).

Beyond that, Rio activists also developed new strategies in favour of human rights and democracy. A worthwhile example in this area is the work done by Defezap. Defezap is an organization based in Rio de Janeiro and works as a hub where people can send videos and denounce abuses using the most popular instant messenger in Brazil, WhatsApp. Currently

The conservative wave

The incoming governments after 2016 and the end of the “mega events cycle” in the city amplified even more the military presence in Rio de Janeiro, instead of reversing that process. Even though the military presence is not new, as we mentioned before, military and the conservative power pushing it scaled up rapidly recently. Nowadays, Rio’s activism with video and live streaming has new challenges, especially related to the risks involved in denouncing abuses publicly.

The military presence in the favelas via the GLO was augmented by a [military intervention in Rio de Janeiro between February and December 2018 by the former president Michel Temer, who was vice president during Dilma Rousseff’s administration](#). This means that army forces, not the elected civil governor, ruled the security forces in the state of Rio de Janeiro during that period.

Right-wing activism and politics in online video

He wasn’t the only right-wing politician to use recorded and live-streamed videos effectively in this election. Some famous Youtubers from conservative groups were also elected this year to National Congress. Recently, Avaaz conducted [research about the reach of the most famous of them, known as Joice Hasselmann](#). Their team analyzed around 10,000 Facebook posts that included fake rumours about falsely alleged frauds in the electronic voting system. They found her channels to be one of the main sources of that content.

Joice has 1.9 million of followers in Facebook and more than 1 million in YouTube. Avaaz found that 71% of the interactions in her Facebook page are related to the videos posted there. Her channel in YouTube offers visitors a paid subscription for almost 3 dollars monthly, so that every week they could participate in an exclusive video chat with her and get an exclusive membership stamp on your username in the comments.

Fonte: blog.witness.org. Elaboração própria a partir de captura de tela.

Trouxemos esses recortes para mostrar a divisão em tópicos do conteúdo atribuído ao gênero de funcionamento postagem de *blog*. Essa estrutura em tópicos contempla, ainda, uma forte presença de *hyperlinks*, perceptíveis mediante os destaques em azul, que direcionam o usuário para notícias e reportagens de diferentes veículos de mídia nacional e internacional, além de outras postagens do *blog* da *WITNESS*, as quais discutiram as questões debatidas. A presença de *hyperlink* cumpre a função de atalho, para que o usuário possa navegar em rotas

alternativas e preencher lacunas de interpretação (Xavier, 2002). Isso possibilita o acesso a determinadas informações apresentadas no corpo da postagem que não são conhecidas pelo leitor. Por meio do *hiperlink*, esse usuário pode realizar um êxodo on-line, ao se direcionar à página do *link* e, posteriormente, retornar à página original. A rota não-linear de leitura é tida como um aspecto de forte presença em gêneros que se atualizam em mídias digitais.

No interior dessa postagem, observamos, ainda, um recurso intertextual importante de trazer *posts* de outras mídias sociais para ilustrar e validar o conteúdo do que é reportado.

(Exemplo 28)

Figura 24 – Postagem de *blog* com direcionamento para página do *Facebook*



Fonte: blog.witness.org. Elaboração própria a partir de captura de tela.

O exemplo retratado em 28 apresenta uma captura de uma página do *Facebook*. Esse movimento se constitui como uma reelaboração, se tomarmos de empréstimo o termo de Bakhtin (2011) e Zavam (2009), em que um gênero integra outro deslocando-se de sua realidade original espontânea – neste caso, o *Facebook* –, visando a atender aos propósitos do gênero que o incorporou – a postagem do *blog*. A função da página do *Facebook* exposta, portanto, é ilustrar e validar as informações apresentadas pelo autor da postagem do *blog*, para denunciar as estratégias de movimentos de direita no Brasil praticados em redes sociais como a que se apresenta. Esse movimento foi observado com frequência em outros momentos, como os que ilustramos no próximo exemplo. Vejamos, então, o Exemplo 29 disposto a seguir:

(Exemplo 29)

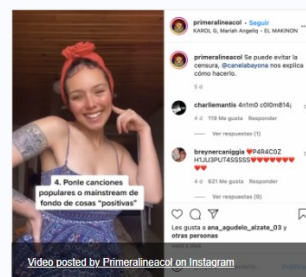
Figura 25 – Postagem de blog com direcionamento para páginas do *Twitter* e *Instagram*

Outwitting the algorithm: avoiding censorship on social networks

During #ParoNacionalColombia, people using social networks to share images, videos, stories from the demonstrations, experienced difficulties on internet platforms such as Twitter and Instagram.



- 1) using popular music as soundtrack for videos,
- 2) including stickers within the stories,
- 3) asking their contacts to try to respond to videos or images with “positive” emojis even if they contained police violence content, and
- 4) avoiding the use of certain words or change some letters in phrases such as 3L P4R0 N0 P4R4 instead of El Paro No Para ('The Strike Hasn't Finished').



Fonte: blog.witness.org. Elaboração própria a partir de captura de tela.

Em 29, temos exemplos que foram destacados da postagem intitulada *Response Tactics to Internet Shutdowns in Latin America*, na qual se discutem táticas de driblar o algoritmo de redes sociais como o *Twitter* e *Instagram*, para evitar a censura em *posts* de caráter denunciativo. Considerando a crescente censura praticada por mídias sociais de massa vinculadas a grupos hegemônicos, o conteúdo da *WITNESS* reportado anteriormente discute estratégias como: 1) usar músicas populares como trilha sonora para vídeos; 2) incluir adesivos ou *emojis* positivos em *stories*; 3) pedir a contatos que respondam a vídeos ou *posts* com *emojis* “positivos”, mesmo que contenham conteúdo de violência policial; e 4) evitar o uso de certas palavras sensíveis ou trocar algumas letras por números.

Essas tentativas de dissimular o conteúdo com vistas a escapar do algoritmo censor são ilustradas a partir dos *posts* do *Twitter* e *Instagram*. Esse achado, inclusive, evidencia que a investigação de mídias digitais alternativas e não vinculadas a grandes corporações, como *blogs* – em específico, o analisado neste estudo –, pode nos auxiliar a compreender as dinâmicas de resistência e circulação de informações em um cenário digital cada vez mais marcado pela censura e pelo controle de conteúdo praticados por grandes redes sociais hegemônicas.

A constatação de uma postagem de *blog* dedicada a delinear estratégias para driblar algoritmos de censura em redes sociais dominantes – como o *Instagram* (29) – pode validar a hipótese inicialmente levantada em nossa introdução. Embora se acredite que haja pouco lastro social para *blogs*, esse dado apresentado pode sugerir que tal compósito de gêneros, se vinculado a uma orientação ideológica contra-hegemônica, pode atuar como um importante

espaço de resistência frente a práticas sociodiscursivas alinhadas a interesses hegemônicos de grandes redes sociais, marcadas por censura e controle de conteúdo.

Além das postagens, outro gênero de funcionamento identificado no agrupamento que compõe os *blogs* foi o tutorial. Observamos, portanto, o artefato identificado em 30:

(Exemplo 30)

Figura 26 – Tutorial

COMO FILMAR VIOLÊNCIA POLICIAL NA FAVELA COM CELULAR

SE NÃO SENTIR SEGURANÇA, NÃO FILME
1 Avalie todos os riscos para você e para as pessoas que você pretende filmar. Analise o cenário, sempre considerando, se há mais pessoas que possam acompanhar sua ação. Se não estiver seguro não grave.

2 USE O CELULAR NA POSIÇÃO HORIZONTAL
Dessa forma você garante uma 'janela' de vídeo maior e com mais informações. Tente evitar mover muito o celular, foque no seu fato e mantenha a mão firme. Se for possível (e se você tiver memória e bateria suficientes), filme sem cortes para que a ação seja registrada do início ao fim.

3 FILME DETALHES
Se for possível grave identificação de farda, rostos, numeração e placa de viaturas, cápsulas, armas, símbolos de patentes. Todos esses detalhes podem ser filmados em sequência, sem parar de filmar. Ideal que uma pessoa olhe o que está acontecendo ao redor de você enquanto você grava, para te avisar de possíveis riscos.

4 REGISTRE HORA E LOCAL DO FATO
Grave placas de rua, relógios de pulso e demais informações que assegurem o local e a hora dos fatos gravados. Se for impossível fazer isso, considere registrar no começo do vídeo com sua voz. Por exemplo: 'Estou aqui às 4 horas da tarde, do dia 2 de abril de 2015 na Rua Canitar número 4...' mas evite dizer coisas que você não tem certeza, fale só o que você viu ou consegue provar.

5 BUSQUE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Algumas vezes quando filmamos um fato, precisamos contar o que aconteceu antes, para contextualizar o ocorrido. Nesse caso considere buscar outras informações. Como laudos médicos, documentos da vítima, marcas de disparos em paredes próximas, alguma matéria de imprensa que cite o caso, e talvez produzir entrevista com testemunhas. Nesse último caso, considere ter o acompanhamento de um advogado, e esconder a identidade da pessoa, cobrindo seu rosto ou filmando suas mãos. Ideal que seja feita em local silencioso (para um bom áudio) e sempre avaliando a segurança de todos. Evite a casa da testemunha ou locais que possam ser identificados pelo vídeo.

6 ENVIE O VÍDEO PARA PESSOAS DE CONFIANÇA
Pense em compartilhar seu vídeo com pessoas de confiança, organizações de direitos humanos, advogados ou jornalistas que podem usar as imagens para dar visibilidade às necessidades dos moradores. Mas tente não apagar o vídeo do seu celular até que você tenha uma cópia do arquivo original em outro local seguro. Se for compartilhar o vídeo nas redes, primeiro avalie se as imagens podem colocar a comunidade, a família da vítima ou você em perigo. Se sim, não compartilhe.

7 CHAME OUTRAS PESSOAS PARA FILMAR
Quando decidir começar a gravar seu vídeo, chame outras pessoas para filmar. Quanto mais pessoas filmando mais difícil de perder o registro e também dificulta a perseguição policial, uma vez que é mais difícil prender várias pessoas e celulares.

8 EXERÇA SEU DIREITO DE FILMAR
A Constituição brasileira garante: você tem o direito de filmar e fotografar a polícia em espaços públicos e nenhum policial pode te obrigar a parar de filmar ou apagar suas imagens. Ainda assim, mantenha a tranquilidade e acate a ordem se a sua segurança estiver ameaçada.

9 LEIA E PASSE ADIANTE
Faça essa informação chegar ao máximo de pessoas possíveis. Veja outros materiais como esse: <http://pt.witness.org/tutoriais>

Fonte: blog.witness.org. Elaboração própria a partir de captura de tela.

Em uma das seções da *WITNESS* em português²⁵, observamos a presença do tutorial anteriormente reportado. Esse gênero desempenha ações sociais, segundo Santiago, Krieger e Araújo (2014), relacionadas à instrumentalização de usuários de mídias sociais e ao ensino para

²⁵ Como mencionado anteriormente (cf. 3.2.1), a opção pelo blog dessa organização foi motivada pelo seu caráter internacional e sem fins lucrativos, além de sua presença global e produção de conteúdo em várias línguas. Na delimitação do universo, selecionamos o conteúdo disponível na língua inglesa e na portuguesa.

que eles aprendam a realizar ações do tipo *dever-fazer*. Esse objeto se pauta, portanto, pela “necessidade de ensinar a utilizar os recursos que serão empregados em uma situação particular, seja ela especializada, de natureza técnica, científica, tecnológica, profissional ou não” (Santiago; Krieger; Araújo, 2005, p. 391). Considerando o aspecto instrutivo que a *WITNESS* oferece a seus usuários e colaboradores, pensamos que esse tutorial assume um papel de suma importância no compósito de gêneros do *blog*, pois se alia diretamente ao objetivo da instituição de capacitar cidadãos comuns a denunciarem casos de abusos aos direitos humanos.

O tutorial em questão é pautado por verbos no imperativo, imagens ilustrativas e uma sequência textual de caráter injuntivo para sugerir o uso de estratégias como: 1) se não sentir segurança, não filme; ii) use o celular na posição horizontal; iii) filme detalhes; iv) registre o local e a hora de fato; v) busque informações complementares; vi) envie o vídeo para pessoas de segurança; vii) chame outras pessoas para filmar; viii) exerça seu direito de filmar; ix) leia e passe adiante. Cada um desses itens é detalhado com informações adicionais que visam a capacitar o usuário a manter sua integridade física e a dos demais envolvidos, a validar a legitimidade de seu vídeo e do direito de filmagem, bem como a mantê-lo em segurança.

Diante disso, consideramo-lo um gênero de funcionamento, visto que sua função está diretamente relacionada às práticas sociais e discursivas a que o *blog* visa atender, ou seja: denunciar e combater violações aos direitos humanos, como a violência policial.

Ao ponderarmos sobre esse tutorial, não podemos deixar de mencionar outro plano analítico do compósito de gêneros que pontuamos na fundamentação teórica (2.2.2) e que se refere ao *nível da autonomia*. Na ocasião, ponderamos que alguns gêneros podem ou não possuir independência fora de um compósito. Referente ao tutorial, encontramos um exemplo importante de gênero que se configura com a definição que propomos de *gênero dissociável*, uma vez que, embora possa integrar o agrupamento genérico do compósito que compõe os *blogs*, sua existência não é dependente dele. No próprio item 9 do tutorial, por exemplo, encontramos a seguinte informação: “*Leia e passe adiante. Faça essa informação chegar ao máximo de pessoas possíveis. Veja outros materiais como esse: <https://pt.witness.org/tutoriais/>”, que recomenda o compartilhamento em outras redes sociais ou por vias impressas – pois é disponibilizada a versão para *download*.*

Os gêneros dissociáveis, segundo a visão que pleiteamos, dizem respeito a gêneros que não necessariamente precisam habitar um compósito em específico para que sua existência faça sentido em uma dada prática social. O tutorial, por exemplo, pode ter uma existência autônoma o suficiente para não precisar, necessariamente, integrar a arquitetura de um compósito, embora possa constituir uma interação intertextual com este.

Diversamente, gêneros como o comentário parecem assumir um vínculo de maior dependência com outros gêneros integrantes dessa arquitetura. Nas postagens do *blog*, identificamos uma seção apropriada para que o usuário deixe respostas referentes ao conteúdo do texto anterior veiculado. No campo, o comentador precisa inserir, além do próprio comentário, o seu nome, *e-mail* e endereço de seu *website*, caso o tenha. Ainda é possível marcar a opção de salvar esses dados no navegador para a próxima vez que comentar.

(Exemplo 31)

Figura 27 – Seção de comentários

The image shows a web form titled "Leave a Reply". Below the title is a small note: "Your email address will not be published. Required fields are marked *". The form is labeled "Comment *". It features a large rectangular text input area for the comment itself. Below this are three smaller input fields, each preceded by an icon and a label: a person icon for "Name *", an envelope icon for "Email *", and a globe icon for "Website". Below these fields is a checkbox with the text "Save my name, email, and website in this browser for the next time I comment." At the bottom of the form is a button labeled "Post Comment".

Fonte: blog.witness.org. Elaboração própria a partir de captura de tela

Apesar de a opção para comentários estar presente na parte inferior do *blog* (31), não encontramos, em nenhuma das postagens selecionadas de acordo com os nossos critérios metodológicos, exemplos que apresentassem comentários em resposta ao conteúdo veiculado. Para buscar entender melhor o funcionamento do comentário on-line, direcionamo-nos às páginas da *WITNESS* em outras redes sociais, como as disponibilizadas no menu (ilustrado anteriormente no exemplo 23). Com isso, chegamos à página do *Instagram* da referida instituição, em que pudemos identificar a realização desse gênero. Inicialmente, é preciso dizer também que, com esse movimento, percebemos que, quando comparado a grandes redes sociais, o *blog* não é imune a desafios como a falta de visibilidade.

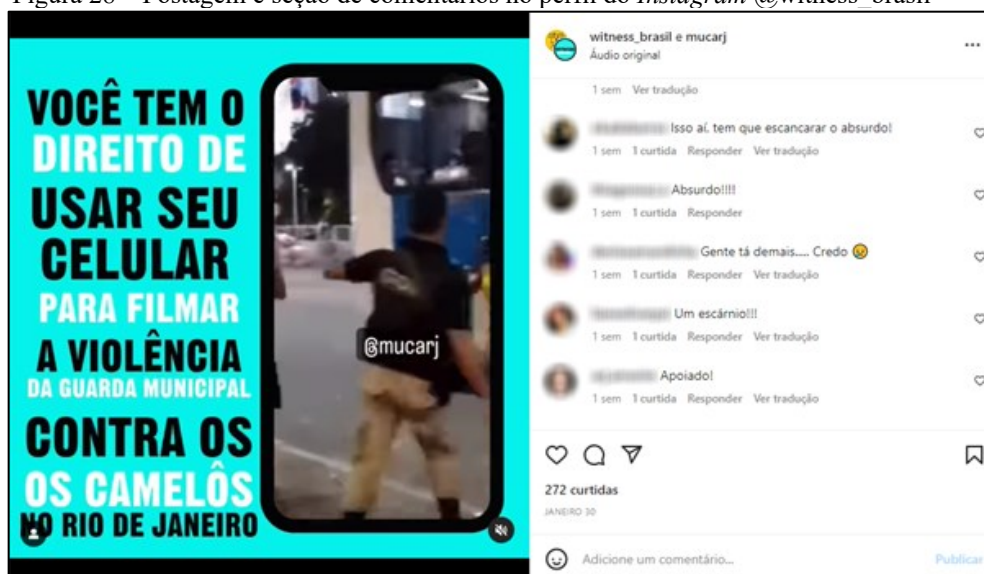
Mídias de massa como o *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*, entre outras, continuam a exercer uma influência significativa e, inegavelmente, maior que a de *blogs* como o analisado. Tendo observado esse movimento, ponderamos que, embora o *blog* em questão possa oferecer

uma dinâmica mais independente e de não-conformidade com políticas e diretrizes que podem, eventualmente, limitar a liberdade de expressão, ele não está alheio à necessidade de ajustar estratégias para alcançar uma audiência mais ampla e engajada.

Dito isso, expomos, então, o Exemplo 32:

(Exemplo 32)

Figura 28 – Postagem e seção de comentários no perfil do *Instagram* @witness_brasil



Fonte: Instagram da @witness_brasil. Elaboração própria a partir de captura de tela

A postagem da *WITNESS* no *Instagram* repercute a violência praticada pela guarda municipal do Rio de Janeiro contra camelôs. Na seção de comentários disposta à direita, observamos alguns usuários (cujos nomes e fotos foram ocultados) repercutirem o assunto em uma cadeia dialógica atinente ao conteúdo da postagem, a qual versa sobre a violência contra camelôs. Os comentários na captura de tela mostram a revolta dos usuários, que exigem posturas de desaprovação, mediante expressões como “*absurdo*” ou “*escárnio*”, bem como o endosso à denúncia: “*Isso aí, tem que escancarar o absurdo!*”, ou por meio de um simples “*Apoiado!*”.

Santos (2018), em sua tese sobre o comentário on-line, identificou que esse gênero se organiza a partir de cadeias com outros textos e surge como réplica aos textos com os quais dialoga. Para a autora, os integrantes dessa interação nem sempre são participantes de esferas jornalísticas ou políticas, mas com elas dialogam, a fim de mostrarem posicionamentos diante dos acontecimentos reportados. Por compartilharem de esferas sociais amplas, os leitores, por meio de seus comentários, trazem para a esfera política ou jornalística valorizações apreciativas

e posturas axiológicas da multiplicidade de esferas comunicativas de que participam e que não costumam ser tão marcadamente assumidas em textos institucionais.

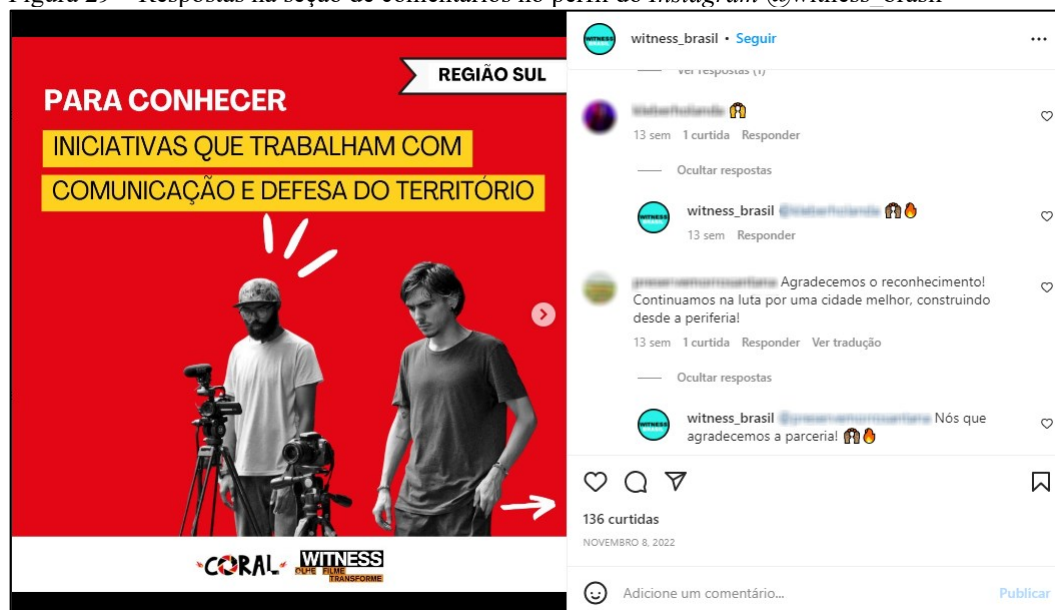
O comentário, por se constituir como uma réplica, nos termos de Santos (2013), é visto por nós, quanto ao nível da autonomia, como um *gênero indissociável* de um compósito de gêneros. Isso se deve ao fato de que, se destacarmos um comentário on-line de seu contexto imediato, seu sentido estará comprometido e deslocado da situação comunicativa que o originou. Para alcançar sua conclusibilidade de sentido de que falou Bakhtin (2011), é preciso contemplar a cadeia dialógica na qual está inserido e sua indissociabilidade com outros gêneros aos quais se vincula, como: a postagem, ou até mesmo uma webnotícia.

Para sumarizar a discussão sobre o nível da autonomia, depreendemos que alguns gêneros são a) *dissociáveis*, como o tutorial, que pode ter uma circulação independente da vinculação a um agrupamento de gêneros, enquanto outros podem ser b) *indissociáveis* da interação com outros elementos de um compósito, como o comentário on-line, mas também outros gêneros anteriormente discutidos, como o próprio cabeçalho e o menu, que direciona o usuário para diferentes páginas do *blog*. Essa visão não se separa da proposição de um terceiro plano analítico, o do *encadeamento*, que divide os gêneros participantes de um compósito entre *encadeados* e *desencadeados*. Assim como os demais, esse plano analítico não compete com os outros, mas oferece uma maneira de pensar o papel dos gêneros em um agrupamento.

Segundo essa visão, alguns gêneros aos quais atribuímos o *status* de indissociáveis no nível da autonomia seriam, no nível do encadeamento, tratados como gêneros encadeados intertextualmente com outros. Isso se aplica ao comentário, ao menu e ao cabeçalho. Nas palavras de Santos (2013, p. 28), quando nos deparamos com um comentário on-line, “não temos apenas comentário sobre notícias, mas comentário sobre comentário, o que implica diferentes destinos para as réplicas”. Um exemplo também extraído da página do *Instagram* da *WITNESS* pode ilustrar de maneira mais clara a afirmação da autora:

(Exemplo 33)

Figura 29 – Respostas na seção de comentários no perfil do *Instagram* @witness_brasil



Fonte: Instagram da @witness_brasil. Elaboração própria a partir de captura de tela

Além de intertextualmente encadeados ao post do *Instagram*, os comentários dão margem para uma sorte de respostas e réplicas aos próprios comentários anteriores. Na captura em questão (33), observamos o perfil da *WITNESS* responder a alguns dos comentários dispostos, revelando o encadeamento e a postura responsiva que essas manifestações do gênero marcadamente estabelecem entre si. O mesmo pode se aplicar a diversos outros gêneros identificados, como o menu, o cabeçalho, a *homepage*, mas também a gêneros dissociáveis como o tutorial e a própria postagem, visto que todos esses se fundamentam em uma relação marcadamente intertextual entre dois ou mais gêneros. Essa ampla classificação, porém, levamos a ponderar a viabilidade de manter a categoria como elemento analítico para o estudo do compósito de gêneros, dada a sobreposição que pode estabelecer com o nível da autonomia.

A ausência de dados que revelassem a presença de *gêneros desencadeados* (os quais integram um compósito de gêneros sem necessariamente apresentar uma relação intertextual com outros componentes dessa interação) nos deixou em dúvida quanto a essa sobreposição e à proficuidade de manter esse plano analítico no trabalho com nossos dados. Ainda assim, deixamos em aberto a potencialidade da noção para se investigar outros compósitos, como o do jornal, que pode veicular gêneros como os classificados e o horóscopo, os quais não necessariamente manifestam uma relação de encadeamento com outros gêneros ali veiculados.

Sumarizamos a discussão empreendida, então, da seguinte maneira:

Quadro 3 – Planos analíticos do compósito de gêneros

PLANO FUNCIONAL	Gêneros organizadores: homepage, menu, cabeçalho
	Gêneros de funcionamento: postagem, tutorial, comentário on-line
PLANO DA AUTONOMIA	Gêneros indissociáveis: homepage, menu, cabeçalho, comentário on-line
	Gêneros dissociáveis: tutorial
PLANO DO ENCADEAMENTO	Gêneros encadeados: homepage, menu, cabeçalho, comentário on-line, tutorial
	Gêneros desencadeados: não foram identificados

Fonte: elaboração própria.

Com base nesta análise empreendida para o compósito de gêneros, sintetizamos, no Quadro 3, os dados que encontramos. A análise proposta para o compósito de gêneros, assim como da mídia e do suporte, desse modo, encontra-se finalizada. No entanto, algumas ponderações sobre esses dados ainda são necessárias. Por essa razão, damos prosseguimento a esta tese apresentando as *considerações finais*. No último capítulo deste trabalho, portanto, resumizamos os principais achados da pesquisa e tecemos comentários sobre suas contribuições e possíveis lacunas a serem preenchidas em contribuições futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo investigar e discutir os conceitos de mídia, suporte e compósito de gêneros, com vistas à elaboração de um construto teórico-metodológico que possibilitasse uma melhor compreensão acerca do compósito de gêneros que compõe *blogs*, bem como da mídia e do suporte a ele relacionados. Este trabalho se inseriu em uma linha de continuidade às pesquisas de Bonini (2011) e C. Lima (2013), filiando-se à ACG para investigar a tríade à qual nos reportamos. Os objetivos específicos que contemplamos tencionaram: 1) aprofundar e propor um conjunto de categorias para o estudo da mídia como elemento metodológico da análise crítica de gêneros; 2) revisar e examinar um conjunto de categorias que operacionalizasse a análise do conceito de suporte, a fim de discutir suas funções na atualização de gêneros do ambiente on-line; 3) descrever e analisar as características que constituem o compósito de gêneros que compõem o *blog*, a fim de examinar as relações genéricas que o constituem como um agrupamento de gêneros.

Do ponto de vista teórico, nosso investimento precisou se guiar por uma perspectiva transdisciplinar que convocou estudos como o Círculo de Bakhtin, os ERG e a ACD, em favor da ACG. Ainda dialogamos com pesquisadores de áreas relacionadas aos estudos sociais, da comunicação e da computação. Ao revisitarmos essas perspectivas, selecionamos elementos que consideramos produtivos para efetuar a análise crítica empreendida ao longo desta tese. Para isso, algumas noções mobilizadas por autores dessas linhas de pesquisa foram acatadas, renunciadas ou reelaboradas para atender aos propósitos investigativos desta pesquisa.

Metodologicamente, esta tese se configurou como uma pesquisa transdisciplinar, amparada por uma abordagem qualitativa e embasada por uma perspectiva crítica, descritiva e exploratória. Para a coleta, seleção e geração dos dados, adotamos o procedimento documental e selecionamos o *blog* vinculado a uma organização internacional, a qual tem por objetivo denunciar casos de violação aos DH, bem como prestar suporte a seus defensores, a saber: *WITNESS*. Em um momento da análise, também recorremos a páginas de mídias sociais para testar a validade do construto proposto e buscar uma eventual legitimação da proposta.

A partir desses critérios, dedicamo-nos à análise. No que toca ao primeiro objetivo, tínhamos a seguinte questão de pesquisa: *1) como caracterizar metodologicamente o conceito de mídia para os estudos dedicados à análise crítica de gêneros?* Ao longo do capítulo de análise, testamos a validade do construto proposto na fundamentação teórica, na qual propusemos que a mídia pode ser estudada com vistas a reconhecer sua a) orientação ideológica; b) seu nível midiático; e c) seus modos de atualização. Essa delimitação foi operada com a

intenção de tentar marcar fronteiras entre o conceito de mídia e de outros objetos a ela relacionados, como o suporte e o hipergênero – que chamamos de compósito de gêneros.

A mídia foi metodologicamente caracterizada por nós como um objeto analisável a partir dessas três categorias. Relativamente a sua orientação ideológica, a mídia selecionada para este estudo foi interpretada como sendo contra-hegemônica, na medida em que contesta as relações de poder, abuso e violação de direitos humanos praticados tanto por instituições privadas quanto por aparelhos repressores de estado. Ao averiguarmos os cinco modos de operação da ideologia propostos por Thompson (2002) e rediscutidos por Fairclough (1989), percebemos que a mídia em questão revelou um posicionamento de oposição a operações como legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

No que diz respeito ao nível midiático, caracterizamos nosso objeto como uma micromídia digital. Conforme Lévy (2017), são três ordens que instituem as novas mídias, a saber: i) econômica, ii) técnica e iii) institucional. Do ponto de vista econômico, o *blog* blog.witness.org conta com financiamento coletivo, não se vincula a nenhum grupo privado e não tem fins não lucrativos. No que toca à ordem técnica, seus colaboradores são treinados com vistas a aprender técnicas de filmagem de situações de violência, utilizando recursos domésticos como celulares pessoais. Logo, a organização não dispõe de profissionais especializados ou de uma estrutura de equipamentos. Do ponto de vista institucional, justamente por não se vincular a empresas privadas ou a governos de qualquer instância, o *blog* da *WITNESS* trabalha com autonomia editorial e sem a necessidade de pleitear concessões públicas.

Para finalizar essa categoria referente aos modos de atualização, averiguamos aspectos da i) produção, ii) recepção e iii) organização. Atinente à produção, pontuamos, no corpo do texto, práticas sociais de linguagem relacionadas à redação, à edição de texto verbal ou ao imagético, à geração de *hyperlinks*, à elaboração de palavras-chave, às *tags* ou às *hashtags*, à captação de imagens estáticas ou em movimento, a referenciar e a indicar outras fontes de informação. Já no aspecto mais diretamente relacionado à recepção, observamos que o usuário tem a sua disposição opções de compartilhamento, categorização das postagens em marcadores, e interações variáveis a depender do *software* e do aparelho utilizado. Por fim, a organização das informações veiculadas pelo *blog* foi categorizada por meio de *tags* que facilitam a busca por postagens semelhantes em marcadores disponibilizados pelos produtores.

Referente ao nosso segundo objetivo específico, levantamos o seguinte questionamento: *2) que categorias são relevantes para analisar o conceito de suporte e a sua função na atualização de um compósito de gêneros que se atualiza em meios digitais?* Quanto a esse segundo ponto, mostrou-se prudente propor um recorte e selecionar a interface de *softwares*

como a categoria analítica para se investigar o suporte. Essa categoria foi bifurcada em dois aspectos: a) organização gráfico-espacial da interface e b) a IHC. A organização grafoespacial da interface foi investigada a partir da observação de três *softwares*: *Google Chrome* para *Windows*, *Google Chrome* para *Android*, *Safari* para *iOS*. A análise mostrou diferentes padrões semióticos que influenciaram o modo de navegação e, conseqüentemente, de interação com os gêneros que se atualizaram por meio dessas interfaces. Por sua vez, os modos de interação com essas interfaces se destacaram a partir de caixas de diálogo, as quais possibilitam ao usuário emitir respostas que podem ser de cunho contextual, operacional e/ou discursivo.

Por fim, atinente ao último objetivo específico, elencamos o seguinte problema: 3) *a partir de quais categorias a noção de compósito de gêneros pode ser mobilizada para analisar o agrupamento de gêneros que compõe os blogs?* Sobre esse terceiro aspecto, convocamos novamente as perspectivas de Bonini (2011) e C. Lima (2013) para estudar o hipergênero. Porém, fizemos uma mudança terminológica: optamos por empregar o termo compósito de gêneros, em consonância com Lima e Custódio Filho (2020), Cavalcante (2020), M. Lima (2022), Lima-Neto e Carvalho (2022) e Cavalcante e Lima (2022). O motivo deveu-se à interpretação que temos de postulados bakhtinianos fundamentais para a ancoragem do conceito, bem como à afinidade teórica que estabelecemos com esses estudos referenciados.

Na análise, sugerimos que o compósito de gêneros pode ser dividido em três níveis: nível funcional, da autonomia e de encadeamento. O nível funcional diz respeito aos gêneros de organização e aos gêneros de funcionamento propostos por Bonini (2011). No decorrer do capítulo analítico, percebemos que a categoria se mostrou relevante para identificar e analisar o modo como o agrupamento de gêneros que instaura esse compósito se constitui. Identificamos como parte integrante dos gêneros organizadores artefatos como a *homepage*, o menu e o cabeçalho. Os gêneros de funcionamento identificados que realizam as funções sociais mais elementares do *blog*, contudo, foram a postagem, o tutorial e o comentário on-line.

O nível da autonomia, por seu turno, surge como uma proposição deste trabalho e se refere à ideia de que alguns gêneros, necessariamente, precisam compor a arquitetura de um compósito para que alcancem seu funcionamento social. Outros gêneros, no entanto, têm uma vida própria que não demanda a integração em um compósito. Dividimos esse nível em gêneros indissociáveis e gêneros dissociáveis. O primeiro grupo abriga exemplos como a *homepage*, o menu, o cabeçalho e o comentário on-line, visto que esses gêneros estão intrinsecamente relacionados aos modos de interação agenciados pela totalidade do compósito. Ao desconectá-los de um agrupamento genérico dessa natureza, sua contextualização pode ficar comprometida. Isso não se aplica, porém, aos gêneros indissociáveis, como o tutorial, que tem certa

independência de circular com maior autonomia em outros ambientes de interação não necessariamente vinculados a um agrupamento de gêneros como o do *blog*.

O nível do encadeamento foi o que se mostrou mais nebuloso ao longo da análise, pois não encontramos dados suficientes em nosso *corpus* que justificassem a sua manutenção. Esse nível diria respeito a gêneros encadeados, como os comentários on-line, os quais mantêm uma indispensável relação intertextual com o conteúdo dos *posts*, com outros comentários ou até mesmo com trivialidades. Em outro polo, estariam gêneros desencadeados, que, embora integrem a arquitetura de um compósito, não necessariamente mantêm um vínculo intertextual com os demais gêneros daquela estrutura – como supomos que possa acontecer com o horóscopo ou com os classificados do jornal, os quais parecem operar de maneira independente em relação aos outros gêneros. Na análise, só identificamos exemplos do primeiro caso. Além disso, ponderamos que essa classificação pode ser sobreposta ao nível funcional e ao de autonomia. Portanto, consideramos que mais estudos precisariam ser realizados para avaliar a viabilidade de manter esse nível analítico para o estudo do objeto em questão.

Com esses resultados, almejamos ter conseguido contribuir um pouco para minimizar algumas justaposições ontológicas e metodológicas entre os três conceitos no âmbito dos estudos críticos sobre gêneros. Como contribuição, então, esperamos que colocar este trabalho à disposição da comunidade acadêmica possa subsidiar novos debates sobre a temática, com as devidas críticas que se fizerem necessárias às proposições e aos resultados desta pesquisa. O foco investigativo apresentado tem chamado a atenção de diversos pesquisadores ao longo dos últimos anos, de modo que consideramos honroso colaborar com esse movimento.

Ainda assim, sabemos que nenhuma pesquisa esgota as possibilidades investigativas de seu objeto. Por essa razão, outros questionamentos poderão se revelar pertinentes, sobretudo por não considerarmos este um trabalho fechado. A proposta de categorias aqui indicada tem como objetivo maior o de suscitar reflexões que poderão ser expandidas em trabalhos futuros. A plasticidade e a constante evolução dos objetos que investigamos revelam a proficuidade do tema e a necessidade de que a compreensão sobre ele possa ser cada vez mais alargada. Por esse motivo, desejamos que este trabalho possa suscitar novas formas de pensar os fenômenos aqui estudados e motivar pesquisas futuras a solucionar problemas ainda sem resposta.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, M. del P. T.; RESENDE, V. de. M. Gêneros e suportes: por um refinamento teórico dos níveis de abstração. **Romanica Olomucensia**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 127-142, 2014. DOI 10.5507/ro.2014.016. Disponível em: https://romanica.upol.cz/artkey/rom-201402-0001_g-234-neros-e-suportes-por-um-refinamento-teorico-dos-niveis-de-abstra-227-o.php. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ADAM, J-M. **Textos, tipos e protótipos**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- ADAMATTI, B.; BIGOLIN-NETO, P. A transdisciplinaridade como opção de abertura metodológica: a superação do pensamento racional-moderno. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 161-176, dez. 2016. DOI 10.26668/IndexLawJournals/2525-9636/2016.v2i2.1314. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rpej/article/view/1314>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ALKMIN, G. C. **Política identitária e direito: um panorama feminista**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/47302/3/ALKMIN%2C%20Gabriela.%20Pol%C3%ADtica%20identit%C3%A1ria%20e%20Direito.%20Um%20panorama%20feminista.%202022.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ALVES FILHO, F.; SÁ, S. S. O leitor presumido nos anúncios de carros veiculados em jornais impressos de Teresina (PI) de 1950 a 2002. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 637-652, 2015. DOI 10.5007/1984-8412.2015v12n2p637. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2015v12n2p637/30014>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ALVES, I. P. C.; MONTEIRO, B. N. A concepção do gênero ofício presente nos manuais oficiais de redação. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 224-237, ago./dez. 2013. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/279>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- AMPUERO, E. C. A. M. **Argumentación y opinión pública en Twitter en el marco de las marchas contra la Ley Pulpín**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos do Discurso) – Departament de Traducció i Ciències del Llenguatge, Universitat Pompeu Fabra, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://repositori.upf.edu/handle/10230/35995>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- ARAÚJO, A. D. Uma análise da organização discursiva de 'resumos' na área de educação. **Revista do GELNE**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 26-30, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9274>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ARAÚJO, A. D. **Lexical signalling: a study of unspecific-nouns in book reviews**. 1996. Tese (Doutorado em Letras – Inglês) – Programa de Pós-Graduação em Letras-Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76483>. Acesso em: 25 fev. 2023.

ARAUJO, C. T. M. de. **As funções sociais e discursivas da #hashtag em seus diversos contextos de uso**. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/32216/1/2017_ChristianeTegethoffMottadeAraujo.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

ARAÚJO, W. F.; FREITAS, E. C.; MONTARDO, S. P. Ciberativismo como cultura de mobilização imanente à internet. In: PUHL, P. R.; SARAIVA, J. A. (org.). **Processos culturais e suas manifestações**. Novo Hamburgo: Feevale, 2012. p. 163-190.

ARAÚJO, J.; DIEB, M. Tecnologia digital e agência: ressignificando a tarefa da escrita escolar. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 37, p. 37-55, 2014. DOI 10.18309/anp.v1i37.771. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/771>. Acesso em: 22 mar. 2020.

ARAÚJO, J. **Constelação de gêneros**: a construção de um conceito. São Paulo: Parábola, 2021.

ARAÚJO, J. **Os chats**: uma constelação de gêneros na internet. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8872>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ASKEHAVE, I.; NIELSEN, A. E. Web-mediated genres: a challenge to traditional genre theory. **Working Papers**, [S. l.], n. 6, p. 1-50, 2004. Disponível em: <https://research.cbs.dk/en/publications/web-mediated-genres-a-challenge-to-traditional-genre-theory>. Acesso em: 12 mar. 2023.

A WITNESS apoia e treina ativistas e cidadãos a usar o vídeo para expor violações aos direitos humanos com segurança e eficácia na luta por um mundo mais justo e digno. In: **witness.org**, Brooklyn, 200? Disponível em: <https://portugues.witness.org/quem-somos/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BAHAR, M. Protest. Resist. Exist. #RightToRecord, A Sacred Covenant to Protect. In: **witness.org**, Brooklyn, 2022. Disponível em: <https://blog.witness.org/2022/11/right-to-record-movement/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, M. L. V. **O processamento da informação na webnotícia**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos do Texto e do Discurso) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9VNMWF/1/tese.lourdilenevieirabarbosa.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BARROS, B. M. C. As novas mídias como instrumentos de resistência ao controle da informação no Brasil. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 5-22, 2018. DOI 10.22409/conflu20i1.p526. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34548>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**. São Paulo: Parábola, 2013.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. In: DIONISIO, A. P.; HOFNAGEL, J. C. (org.). 2. ed. Recife: Pipa Comunicação; Campina Grande: EDUFCG, 2020.

BAZERMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BAZERMAN, C. **Escrita, gênero e interação social**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BAZERMAN, C. Systems of Genres and the Enactment of Social Intentions. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. **Genre and the new rethoric**. UK/USA: Taylor & Francis Publishers, 1994. p. 79-101.

BELLO, E.; RIBEIRO, S. S. M. Os meios de comunicação no Brasil atual: entre a normatividade democrática da constituição e a realpolitik da mídia oligárquica. In: **Empório do Direito**, [S. l.], 9 mar. 2016. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/os-meios-de-comunicacao-no-brasil-atual-entre-a-normatividade-democratica-da-constituicao-e-a-realpolitik-da-midia-oligarquica>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BERTO, M.; GONÇALVES, E. Diálogos online: intersemioses do gênero *Facebook*. **C-Legenda**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 100-110, fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36887>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BEZERRA, B. G. **Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e conceituais**. São Paulo: Parábola, 2017.

BEZERRA, B. G. Gêneros acadêmicos em cursos de especialização: conjunto ou colônia de gêneros? **Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 443-461, 2012. DOI 10.1590/S1984-63982012000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/zCBfftjzHMPFMRc3SPcRzSx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BEZERRA, B. G. Gêneros introdutórios mediados pela web: o caso da homepage. **Hipertextus – Revista Digital**, [S. l.], v. 1, p. 1-10, 2007. Disponível em: <http://arquivohipertextus.epizy.com/volume1/artigo4-benedito-bezerra.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BEZERRA, B. G. **A distribuição das informações em resenhas acadêmicas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3585>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BHATIA, V. K. Towards critical genre analysis. *In*: BHATIA, V.; FLOWERDEW, J.; JONES, R. (eds.) **Advances in discourse analysis**. London/New York: Routledge, 2008. p. 166-177.

BHATIA, V. K. **Worlds of written discourse: a genre-based view**. London; New York: Continuum, 2004.

BHATIA, V. K. Integrating Products, Processes and Participants in Professional Writing. *In*: CANDLIN, C. N.; HYLAND, K. (eds.). **Writing: texts, processes and practices**. London: Longman, 1999. p. 21-39

BIASI-RODRIGUES, B. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77763>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BONINI, A. O jornal escolar como mídia contra-hegemônica: jornalismo de escola não modelado pelo jornalismo comercial dominante. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 17, n. 2, p. 165-182, 2017. DOI 10.1590/1982-4017-170201-4716. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/fjzPmW3MDNjzJFgTdTcGPzb/#>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BONINI, A. Análise crítica de gêneros discursivos no contexto das práticas jornalísticas. *In*: SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. F. (org.). **Gêneros: um diálogo entre comunicação e Linguística Aplicada**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 103-120.

BONINI, A. Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011. DOI 10.1590/S1984-63982011000300005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/8TPr4y57SBtJvQSsZt3XWgx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BONINI, A. Critical genre analysis and professional practice: the case of public contests to select professors for Brazilian public universities. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 10, n. 3, p. 485-510, set./dez. 2010. DOI 10.1590/s1518-76322010000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/6dBXmmqz8NzjDz53fdspLvg/abstract/?lang=en>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. *In*: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B; BRITO, K. S. (org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. Palmas; União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005. p. 61-77.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003a. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/263. Acesso em: 17 mar. 2023.

BONINI, A. Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, SP, v. 19, n. 1, p. 65-89, 2003b. DOI 10.1590/S0102-44502003000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v19n1/18994.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Gabinete de Transição Governamental. **Relatório Final**: dezembro de 2022. Brasília: Gabinete de Transição Governamental, 2022. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/documentos-tecnicos/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CAIADO, R. V. R. A ortografia no gênero weblog: Entre a escrita digital e a escrita escolar. In: ARAÚJO, J. C. (org.). **Internet & Ensino**: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 35-47.

CARNEIRO, H. S. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. *et al.* **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 7-14.

CARVALHO, J. L. Q. **Tradições discursivas em resenhas acadêmicas**: mudanças e permanências entre os séculos XX e XXI. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/17695>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, G. O marxismo e a ideologia em Bakhtin. In: PAULA, L. de.; STAFUZZA, G. (org.). **Círculo de Bakhtin**: teoria inclassificável. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 175-202.

CAVALCANTE, M. M. Linguística Textual e o ensino na contemporaneidade: ideias e propostas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO, 6., 2020, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.], 2020.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.

CAVALCANTE, M. M.; LIMA, I. M. A construção referencial em compósitos de gêneros na mídia Facebook. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 11, n. 3, p. 430-450, 2022. DOI 10.22168/2237-6321-32328. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/2328>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CIAPUSCIO, G. E. Tradiciones discursivas y variación diacrónica de los géneros académicos: el artículo de investigación en la filología y la lingüística de la Argentina. In: CIAPUSCIO, G. E. *et al.* **Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica**. Frankfurt: Vervuert, 2005. p. 13-25.

CLEMENTE, F. da. S. **Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras**. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34218>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CRYSTAL, D. **English as a global language**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CONSIGNY, S. Rhetoric and its situations. **Philosophy and Rhetoric**, Pennsylvania, v. 7, n. 3, p. 175-186, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40237197>. Acesso em: 22 mar. 2023.

DAVIS, K. A. **Attributing rhetorical agency**: Corporate social media interactions on Twitter. 2017. Dissertação (Mestrado em Artes) – Iowa State University, Ames, Iowa, 2017. Disponível em: <https://dr.lib.iastate.edu/entities/publication/6170ef1d-6ada-4ccf-b4af-07ad64cb555a>. Acesso em: 22 mar. 2023.

DEBRAY, R. **Introdução à mediologia**. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.

DEBRAY, R. **Manifestos midiológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DENZIN, N.; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. São Paulo: Artmed, 2006.

DEVITT, A. J. Intertextuality in tax accounting. In: BAZERMAN, C.; PARADIS, J. **Textual dynamics of the professions**. Madison: University of Wisconsin Press, 1991. p. 336-357.

DIAS SILVA, M. do L. da. **O gênero coluna social nos jornais piauienses**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0BxjXIoeO-2PZeXp2d1RuZVpENnQyYzk5RzFDZU5leU9ZajNz/view?resourcekey=0-WolqGuDu8ls19AlEp_97UA. Acesso em: 15 mar. 2023.

DOMINGUES, I. **Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

DONATE now to help WITNESS fortify the truth. In: **witness.org**, Brooklyn, 200? Disponível em: <https://give.witness.org/give/56889/#!/donation/checkout>. Acesso em: 15 mar. 2020.

DOWNING, J. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: SENAC, 2002.

DUPRET, L. **O desafio da pesquisa qualitativa**. Letra Capital Editora, 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Language and globalization**. London: Routledge, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. Londres e Nova York: Longman, 1989.

FERNANDES, J. H. C. Qual a prática do desenvolvimento de *software*? **Ciência e Cultura**, Campinas, SP, v. 55, n. 2, p. 29-33, abr./jun. 2003. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000200021. Acesso em: 22 mar. 2023.

FERRETTI-SOARES, V. A. S.; BONINI, A. A representação estratégica da violência urbana na mídia: uma análise crítica de gênero. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 313-332, 2017. DOI 10.26512/les.v18i3.7471. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7471>. Acesso em: 15 mar. 2023.

FIGUEIREDO, D. C.; BONINI, A. Recontextualização e sedimentação do discurso e da prática social: como a mídia constrói uma representação negativa para o professor e para a escola pública. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, SP, v. 33, n. 3, p. 759-786, jul./set. 2017. DOI 10.1590/0102-445099800747799785. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/SCWt9bs9v7xdBbh8nKX6gZD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIDDENS, A. **Consequências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

GIDDENS, A. **Sociologia**. (S. R. Netz, Trad.). 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRILLO, S. V. C. Esfera e campo. In: BRAIT, B. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 133-260.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.

HEBERLE, V. M. Texto, discurso, gêneros textuais e práticas sociais na sociedade contemporânea: tributo a José Luiz Meurer. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 155-168, 2011. DOI 10.26512/les.v12i1.10551. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/10551>. Acesso em: 22 mar. 2023.

HELD, D.; MCGREW, A. G.; GOLDBLATT, D.; PERRATON, J. **Global Transformations**: politics, economics, culture. Cambridge: Polity Press, 1999.

JOHNSON, S. **Cultura da interface**: como o computador transforma a nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

KOMESU, F. C. **Entre o público e o privado**: um jogo enunciativo na constituição do escrevente de blogs da internet. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/343935>. Acesso em: 12 mar. 2020.

LAMPE, C.; LAROSE, R.; STEINFELD, C.; DEMAAGD, K. Inherent Barriers to the Use of Social Media for Public Policy Informatics. **The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 2-17, 2011. Disponível em: https://innovation.cc/wp-content/uploads/2011_16_1_6_lampe_social_media.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020.

LÉ, J. B. Referir e argumentar: duas funções dos processos de referenciação indireta no Twitter. In: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO: REDES SOCIAIS E APRENDIZAGEM, 3., 2010, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.], 2010. p. 1-22.

LÉVY, P. A esfera pública no século XXI. In: FELICE, M. de.; PEREIRA, E.; ROZA, E. (org.). **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de comunicação. 2. ed. Campinas: Papirus, 2017. p. 29-38.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

LÉVY, P. **A ideografia dinâmica**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LIMA, I. M.; CUSTÓDIO-FILHO. Revisitando o conceito de interação. **Revista Investigações**, Recife, v. 33, p. 141-164, 2020. DOI 10.51359/2175-294x.2020.244451. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/244451>. Acesso em: 15 jul. 2020.

LIMA, I. M. **Modos de interação em contexto digital**. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/64516>. Acesso em: 12 mar. 2023.

LIMA, J. P. E. **A ação de blogagem**: uma constelação de gêneros na web. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8254>. Acesso em: 12 mar. 2023

LIMA, S. C de. **Hipergênero**: agrupamento ordenado de gêneros na constituição de um macroenunciado. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/634456>. Acesso em: 15 mar. 2023.

LIMA-NETO, V.; CARVALHO, A. P. L. Sobre o(s) compósito(s) de gêneros. **Revista de Letras**, [S. l.], v. 1, n. 41, p. 108-123, jul. 2022. DOI 10.36517/revletras.41.1.8. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/81099>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LOMBORG, S. Social media as communicative genres. **Mediekultur: Journal of media and communication research**, [S. l.], v. 27, n. 51, p. 55-71, ago. 2011. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/mediekultur/article/view/4012>. Acesso em: 22 mar. 2023.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, D. Genre, hypergenre, dialogue. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 131-137, maio/ago. 2005.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, L.; LAKATOS, E. V. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. *In*: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER A. C. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 22-34.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PÉREZ, L. F. M. A pesquisa qualitativa crítica. *In*: **Questões sociocientíficas na prática docente**: ideologia, autonomia e formação de professores. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 138-152.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MASSUCHIN, M. G.; ORSO, M.; SALEH, D. M. Valores antidemocráticos e ataques às instituições: comportamentos da direita on-line a partir da análise das contas “Direita Brasil” e “Verde e Amarela” no *Twitter*. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 39-72, 2021. DOI 10.5007/2175-7984.2021.84722. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/84722>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MAY, T. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCLUHAN, M.; PARKER, H. **O espaço na poesia e na pintura através do ponto de fuga**. São Paulo: Hemus, 1975.

MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Cia Ed. Nacional e EDUSP, 1972.

MELO, I. F. de. Bases filosóficas da análise de discurso crítica. *In*: BATISTA, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 21-35.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. (org.). **Gêneros** – teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 81-106.

MEURER, J. L. Uma abordagem ao estudo dos gêneros textuais. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 2, n. 1/2, p. 1-4, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9315>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MILLER, C. **Gênero Textual, Agência e Tecnologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MILLER, C. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MILLER, C. Genre as social action. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (eds.). **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994. p. 23-42.

MILLER, C. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, 70, 1984, p. 151- 167.

MILLER, C. R.; SHEPHERD, D. Blogging as Social Action: a genre analysis of the weblog. In: GURAK, L.; ANTONIJEVIC, S. (eds.). **Into the blogosphere: rhetoric, community, and culture of weblogs**. Minnesota: University of Minnesota Libraries, 2004. p. 1-21.

MILLER, C. R.; SHEPHERD, D. Questions for Genre Theory from the Blogosphere. In: **Genres in the Internet: Issues in the Theory of Genre**. Amsterdam, 2009. p. 263-290.

MILLER, C. R.; SHEPHERD, D. Blogar como ação social: uma análise do gênero weblog. In: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. (org.) **Gênero textual, agência e tecnologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 59-86.

LOPES, A. K. C. **A natureza multimodal de uma constelação de gêneros cartas**. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8235>. Acesso em: 15 mar. 2020.

LOPES, L. P. M. Pesquisa interpretativista em lingüística aplicada: a linguagem como condição e solução. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, SP, v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/45412>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MESA, D. L. D. **El titular como noticia: Análisis de la recuperación de la noticia en la red social Twitter: Caso "Paro Nacional Cafetero en Colombia - 2013"**. 2016. Facultad de Humanidades, Escuela de Ciencias del Lenguaje, Universidad del Valle, Santiago de Cali, 2016.

MONT'ALVÃO, A.; NEUBERT, L. F.; SOUZA, M. F. Espaço e tempo na “teoria da estruturação”. **Rev. Pol & Trab.**, [S. l.], v. 1, n. 35, p. 187-200, out. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/12615>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MORAES, M. C.; VALENTE, J. A. **Como pesquisar em educação a partir da complexidade e da transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2008.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. DOI 10.1590/S1516-73132003000200004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, SP, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008. DOI 10.1590/S0102-44502008000200007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/bmZZTXsBDHHySCDyCrpVHcT/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MOTTA-ROTH, D. **Rhetorical features and disciplinary cultures**: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics. 1995. Tese (Doutorado em Letras – Inglês) – Programa de Pós-Graduação em Letras-Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/desireemroth/algumas_publicacoes/DesireeRoyh.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Uma análise transdisciplinar do gênero abstract. **Intercâmbio**, São Paulo, v. 7, p. 125-134, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/4009>. Acesso em: 15 maio 2020.

MOTTA-ROTH, D.; LOVATO, C. O poder hegemônico da ciência no discurso de popularização científica. **Calidoscópio**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 251-268, set./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2011.93.09>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MOTTA-ROTH, D.; MARCUZZO, P. Ciência na mídia: análise crítica de gênero de notícias de popularização científica. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 511-538, 2010. DOI 10.1590/S1984-63982010000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/GSBYFJHhdmYwKBdzDZ85gdN/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MOTTA-ROTH, D.; ROSSI, A. F. E. Contribuições da análise crítica do gênero notícia de popularização científica para o ensino de língua inglesa. **Caderno de Letras**, Pelotas, RS, n. 18, p. 78-104, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/issue/view/476>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MOTTA-ROTH, D.; SCHERER, A. Popularização da ciência: a interdiscursividade entre ciência, pedagogia e jornalismo. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, SP, v. 11, n. 2, p. 164-189, maio/ago. 2016. DOI 10.1590/2176-457323671. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/6g4PjKM8Y4kFQLSGfmT88sq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

NICOLESCU, B. **Transdisciplinarity**: theory and practice (advances in systems theory, complexity, and the human science). New York: Hampton Press, 2008.

NORMANDIA, C.; ABREU, M. T. V. A atividade discursiva realizada no *Facebook*: um emergente gênero discursivo hipertextual. **Texturas Humanas**, [S. l.], v. 16, p. 58-75, 2017.

NOVAIS, A. E. **Leitura nas interfaces gráficas do computador** – compreendendo a gramática da interface. 2008. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos, Linguagem e Tecnologia) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1138M.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, F. C. de M. B.; OLIVEIRA, F. A. de M. B. **Computação: interação humano computador**. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**”. Paris: ONU, 1948. <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 07 ago. 2020.

PAVEAU, M-A. **L’Analyse du discours numérique**. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann, 2017.

PENNYCOOK, A. D. Critical moments in a TESOL praxicum. *In: Critical Pedagogies and Language Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 327-345.

PERES, F. M. de A. **Diálogo e autoria: do desenvolvimento ao uso de sistemas de informação**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8420>. Acesso em: 12 abr. 2020.

PESCE, L.; ABREU, C. Pesquisa qualitativa: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. **Revista da Faeeba - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 19-29, jul./dez. 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-70432013000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2023.

PIGNIER, N., DROUILLAT, B. **Sociale expérience des interfaces web**. Paris: Hermès Sciences Publications, 2008.

PINHEIRO, P. S. Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições. **Sur, Rev. Int. Direitos Humanos**, São Paulo, SP, v. 5, n. 9, p. 76-87, dez. 2008. DOI 10.1590/S1806-64452008000200005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452008000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 jul. 2020.

POLICE violence tag. *In: witness.org*, Brooklyn, 200? Disponível em: <https://www.witness.org/tag/police-violence/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PRIMO, A. O que há de social nas mídias sociais? Reflexões a partir da teoria ator-rede. **Revista Contemporânea: Comunicação e Cultura**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 618-641, set./dez.

2012. DOI 10.9771/contemporanea.v10i3.6800. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6800/4681>.
 Disponível em: 22 mar. 2023.

PRIMO, A. A cobertura e o debate público sobre os casos Madeleine e Isabella: encadeamento midiático de blogs, Twitter e mídia massiva. **Revista Galáxia**, São Paulo, SP, n. 16, p. 43-59, dez. 2008a. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1912/1174>. Acesso em: 4 jul. 2020.

PRIMO, A. Interney blogs como micromídia digital: elementos para o estudo do encadeamento midiático. **Contracampo**, Niterói, v. 19, p. 152-167, 2008b. DOI 10.22409/contracampo.v0i19.407. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17482>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PRIMO, A. Os blogs não são diários pessoais online: matriz para a tipificação da blogosfera. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p. 122-128, ago. 2008c. DOI 10.15448/1980-3729.2008.36.4425. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4425>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PRIMO, A. Avaliação qualitativa de interações em redes sociais: relacionamentos no blog Martelada. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, SP, v. 4, n. 11, p. 137-158, nov. 2007. DOI 10.18568/cmc.v4i11.112. Disponível em:
<https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/112>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PUZZO, M. B. Gênero discursivo, estilo, autoria. **Linha D'água**, São Paulo, SP, v. 28, n. 2, p. 172-189, dez. 2015. DOI 10.11606/issn.2236-4242.v28i2p172-189. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/105646/146245>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica da publicidade**: um estudo sobre a promoção de medicamentos no Brasil. Covilhã: Livros LabCom, 2010.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, A. E. Kd o prof? Tb foi navegar. In: RODRIGUES-JÚNIOR, A. S. *et al.* (org.). **Internet e ensino**: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Singular, 2009. p. 221-243.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 153-183.

ROSATO, C. M. **Direitos Humanos para quem?** Uma análise de discursos jornalísticos em Pernambuco e São Paulo (1987 e 1997). 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8483>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RUSH, E. T. **The social function of Twitter during public crises**: Toward a theory of generic constraints. 2016. Thesis (Baccalaureate degrees in Communication Arts and Sciences

and Spanish with honors in Communication Arts and Sciences) – Schreyer Honors College, Department of Communication Arts & Sciences, The Pennsylvania State University, Pennsylvania, 2016. Disponível em: https://honors.libraries.psu.edu/files/final_submissions/3359. Acesso em: 15 maio 2020.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SANTANA, S. C. de. **Blog como suporte para a notícia esportiva escrita**: uma proposta de produção textual em turmas da EJA. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23487>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SANTIAGO, M. S.; KRIEGER, M. G.; ARAÚJO, J. O gênero tutorial e a terminologia das redes sociais. **Filologia e Linguística da Língua Portuguesa**, São Paulo, SP, v. 16, n. 2, p. 381-402, jul./dez. 2014.

SANTOS, E. P. dos. **O gênero comentário on-line**: um enfoque axiológico-dialógico do estilo. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32293>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTOS, E. P. dos. **O gênero comentário on-line**: dimensão social e verbal. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_75e1a041017164967518d6b65c98a9be. Acesso em: 12 mar. 2020.

SILVA, J.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. de. Pesquisa documental pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SOBRAL, A. Estética da criação verbal. In: BRAIT, B. **Bakhtin**: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009. p. 167-187.

SOUZA, A. G. de. A interface do software e as formas marcadas e não marcadas da presença de outrem. In: ENCONTRO VIRTUAL DE DOCUMENTAÇÃO EM SOFTWARE LIVRE E CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUAGEM E TECNOLOGIA ONLINE, 9., 2012, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 1-12. Disponível em: <http://evidosol.textolivre.org/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SOUZA, A. G. de. **Software**: um esboço de um estudo para as ciências da linguagem. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7655?mode=full>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SWALES, J. M. **Research genres**: explorations and applications. Cambridge (UK); New York: Cambridge University Press, 2004.

SWALES, J. M. **Genre analysis**: english in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TÁVORA, A. D. F. **Construção de um conceito de suporte**: a matéria, a forma e a função interativa na atualização de gêneros textuais. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3601>. Acesso em: 18 mar. 2023.

THORNTON, S. **Club Cultures**: music, media and subcultural capital. Hannover: Wesleyan University Press, 1996.

TORRES, P. L.; BEHRENS, M. A. Complexidade, transdisciplinaridade e produção do conhecimento. In: TORRES, P. L. (org.). **Complexidade**: redes e conexões na produção do conhecimento. Curitiba: SENAR-PR, 2014. p. 15-26.

TOSSI, G.; FRAGOSO, W. S. As críticas de direita e esquerda aos direitos humanos. **Problemata**: R. Intern. Fil., [S. l.], v. 8. n. 1, p. 122-162, 2017. DOI 10.7443/problemata.v8i1.28448. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/28448/17332>. Acesso em: 15 mar. 2023.

VIEIRA, M. P. A.; PEIXOTO, M. R. C.; KHOURY, Y. M. A. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1995.

VITORINO, M. M. **Petição on-line**: gênero como ação social no ciberativismo. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28375>. Acesso em: 15 mar. 2023.

XAVIER, A. C. **O hipertexto na sociedade de informação**: a constituição do modo de enunciação digital. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/273627>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ZANDWAIS, A. Bakhtin/Voloshinov: condições de produção de Marxismo e filosofia da linguagem. In: BRAIT B. **Bakhtin e o Círculo**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 97-116.

ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editoriais de jornal. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3602>. Acesso em: 22 jun. 2020.